

**UNIVERSIDADE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

FERNANDO LUÍS PEREIRA ROBLES

América Latina, um plural singular

São Paulo
2024

UNIVERSIDADE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

América Latina, um plural singular
“versão corrigida”

Fernando Luís Pereira Robles

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Doutor.

Área de concentração: Programa de Pós-
graduação em Psicologia Social.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a (Titular) Maria Inês Assumpção
Fernandes

São Paulo
2024

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Robles, Fernando Luís Pereira

América Latina, um plural singular / Fernando Luís Pereira Robles; orientador
Maria Inês Assumpção Fernandes. -- São Paulo, 2024.

255 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto
de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2024.

1. América Latina. 2. terceira tópica. 3. identidade. 4. René Kaës. 5.
psicanálise social. I. Fernandes, Maria Inês Assumpção, orient. II. Título.

Nome: Fernando Luís Pereira Robles

Título: América Latina, um plural singular.

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

Aprovada em:

Prof.(a) Dr.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Dedico este trabalho aos meus filhos, Fernando e Luísa.
Em memória de Enrique Dussel, que faleceu ao final de 2022. (1934-2023).
E dedico a todos os lutadores de Nossa América, quisera dedicar, inspirado em Machado de Assis, ao primeiro verme que roer minha carne no meu túmulo, porém, assim como Bolívar, tenho muito a fazer ainda pela América Latina, no meu caso em termos literais, não é hora de morrer, é hora de transformar(-se).

Agradeço:

[à guisa de prólogo - A Crucificação Encarnada]

A trajetória desta tese foi labiríntica como o labirinto em que Simón Bolívar diz ter se perdido na América Latina, conforme tão bem descreveu-o em seu declínio Gabriel García Márquez.

Quando começou o Brasil sofrera um golpe, uma presidenta legitimamente eleita foi deposta para o governo de um vice com completamente outro perfil e programa de governo em relação àquele majoritariamente escolhido. A serviço das grandes potências imperialistas, este fantoche (que inclusive tinha reuniões conspiratórias semanais antes e pós golpe na embaixada estadunidense) excluiu os direitos trabalhistas; fez uma lei de “responsabilidade fiscal” que congelou investimentos que seriam sociais e infraestrutura para desenvolvimento do país, tudo foi açodado; escalou alguém para dirigir a Petrobrás, maior empresa brasileira, que promoveu sua destruição, de joelhos para os acionistas de Wall Street e para as grandes 7 irmãs do petróleo ao mesmo tempo, igualou os preços nacionais com o preço praticado internacionalmente, acabando com os subsídios (um país autossuficiente em petróleo fazendo sua população pagar preço de importador apenas para enriquecer acionistas estrangeiros), bem como rifou dezenas de refinarias e plataformas a preço de banana... o mesmo se deu em relação a outros patrimônios públicos... bem como o estrangulamento do financiamento estudantil e de pesquisas.

A este clima de injustiça declarada somou-se e esteve em parceria, simultaneamente, a operação golpista “lava-jato”, clara articulação já desmascarada e provada enquanto guerra híbrida estadunidense (associações com a CIA, FBI e táticas de *lawfare*) para dominar a América Latina através da destruição de seu principal país, embora, paralelamente, golpes semelhantes fossem impingidos em diversos outros países da região.

A estratégia golpista contava, além do mais, com ONGs, *think tanks*, perseguição política, propaganda difamatória patrocinada externamente e massivamente empreendida pela imprensa venal comercial, culminando simbolicamente com prisão política injustificável do mais honesto, mais bem intencionado e mais legítimo ex-presidente: o operário Luiz Inácio “Lula” da Silva.

Este clima de falência do Estado e disjunção do pacto social amplificou sobremaneira os males que circundavam nossa sociedade, em termos imaginários e concretos, com a progressão de ataques ao povo, às liberdades individuais e ao Estado de direito; com o acirramento da opressão e a reverberação daquela insuportável sensação de que o “rei está nu”.

Se antes do golpe também a situação da organização político-ideológica vigente em nosso país fora a de uma “democracia” burguesa fraca, cheia de contradições, hipocrisias, injustiças abismais e insuficientemente boa em diversos aspectos... ainda havia um verniz de sensação de que as coisas estavam, débil, mas, progressivamente melhorando, estava tudo, era tudo, mais

ou menos, “normal”, por mais que isto fosse ilusório, óbvio, frágil, mas era uma ilusão vital, necessária... com o golpe isto se esboroou completamente.

A minha primeira perspectiva de estudo era de estudar o papel da pulsão de morte e da sedução nos vínculos sociais, me escorando nas provocações de Jean Baudrillard. Mas eis que me defronto, concretamente, com a morte em sua veste menos sedutora, enquanto necropolítica, e, ao invés dos labirintos da sedução, sou jogado no abismo do desassossego e mesmo desespero, um labirinto terrorífico em que quanto mais se anda, mais se perde, não em coisas boas da sedução, mas em tristeza e dor... eu, que enquanto observador-sujeito, encanto-me com meu objeto de estudo, o social, o povo... e, empaticamente, sofro com suas mazelas, ao mesmo tempo que, na carne, misturo-me com ele, na vida, padecendo juntos dos mesmos males.

As coisas foram piorando muito, jamais melhorando, em toda América Latina: golpe no Equador; golpe no Uruguai; golpe na Bolívia; Colômbia totalmente dominada pelos EUA através de seus marionetes Uribe/Duque e matança indiscriminada de líderes comunitários e “falsos positivos”; Macri na Argentina... eu em meio a isto com crescente e incisivo sofrimento psíquico-existencial... eis que escuto um discurso de Nicolás Maduro, após bloqueios e tentativa de golpe “mercenário” (dos EUA), em que dizia a seu povo algo que me marcou, não saberia reproduzir exatamente, mas parafraseando, disse que aqui, na América Latina, encontra-se o olho do furacão, em que será definido o futuro da humanidade, a batalha entre civilização ou barbárie será decidida aqui.

Somou-se a este enunciado de Maduro uma reminiscência pungente, um mal-estar, que ouvi de uma sócia de meu clube, de rabo de ouvido, ao comentar com outrem igualmente desconhecido - uma sócia aquela que fatalmente seria o “cozinha” à época e o “bolsonarista” daquele futuro próximo - disse ela à sua interlocutora algo mais ou menos assim: “Acabei de voltar de Nova Iorque e estava horrível, não é mais a mesma coisa, os latinos acabaram com lá”.

Associando ambas as situações com outras, tive de concordar com Maduro e, forçosamente, mudar minha linha de estudos, tinha que estudar a sociedade latino-americana e tudo com o que ela se defronta, inclusive, por exemplo, esta senhora que se julga superior, algo outro, infelizmente sendo latino-americana também, parte das contradições que envolvem esta sociedade, mas, diferente dos “latinos” que, aí sim, definitivamente não são ela, que supostamente “acabaram com Nova Iorque”, ela sim pode ser tida como a escória desta sociedade latino-americana e destruidora, certamente não a maior força de destruição, mas serve de caixa de reverberação... e ajuda a corroborar o vaticínio de Maduro: aqui de fato é o olho do furacão e o combate se dá aqui, não só contra o estrangeiro imperialista como no alçóez local, seu capataz.

Nesta conjuntura, vi-me impelido a dissecar nossas raízes latino-americanas, sentimento este que já vivenciava, desde o futebol, sempre torcendo pelos coirmãos, jamais para os europeus,

mesmo à época da eliminação do Brasil por Caniggia, chorei muito, ainda assim, após, torci pelos *hermanos* até a final e o pênalti roubado pró Alemanha.

É bem verdade que nem todos nós temos este sentimento, não oceânico, mas continental, acredito que a senhora banhista não o tenha, são aqueles típicos “patriotas” só de cantar hino, vestir camisa da seleção e ficar de bandeirinha na janela, mas, na hora agá, são os primeiros a vender o país, falar mal do nosso povo, ou qualquer fala pejorativa à América Latina e pró imperialista em geral na primeira oportunidade, mas muitos de nós o temos.

Atrás deste sentimento, quase que intuitivamente, que parti, buscando autores de referência, um pouco assoberbado a princípio, perdido nas inúmeras referências, mas incentivado no cancionero e nas figuras heroicas da pátria grande, que sempre ajudaram a compor e a ratificar a importância desta empreitada.

Encontrei-me por muito tempo perdido também neste labirinto de vozes e autores, aí sim, pelo menos, muito mais apaixonantes e prazerosos que as contingências que vimos vivendo desde então. Atravessei também alguns acontecimentos pessoais: tive o nascimento de minha filha, concomitantemente a meu fracasso pessoal profissional, sem conseguir meios de manter minha subsistência com a crise, chamei-a de Luísa em homenagem ao Lula e à música brasileira de Jobim e Chico Buarque.

O Brasil, via eleição fraudada, onde o candidato mais popular foi impedido ilicitamente de concorrer, teve de ver suceder ao péssimo neoliberal traidor Temer alguém ainda pior, o fascista neoliberal Bolsonaro; no Chile um candidato bem mequetrefe, um engodo, foi o que resultou de toda aquela potente e revolucionária manifestação popular, o pró-estadunidense Boric, novamente os latino-americanos foram tungados também por lá; na Argentina teve a boa vitória do Alberto Fernandez, para tirar o Macrí, mas novamente outro direitista que não deu conta de resolver a crise do país, muito moderado, foi uma nova capitulação da esquerda peronista ao *lawfare* contra a legítima candidata Cristina Kirchner; o Peru teve um candidato também meio estranho eleito, supostamente de esquerda, mas que logo rompeu com o partido, como o Lênin Moreno equatoriano... e, como no Brasil, foi golpeado por sua vice, direitista; no Equador o Golpe continuou; na Bolívia o golpe foi vencido, mas também puseram um outro personagem bem mais moderado que Evo Morales, alguém cooptável, pelo sistema, Luís Arce, que inclusive, sintomaticamente, já rompeu com aquele; o Paraguai desde o golpe em Fernando Lugo em 2012 também sempre esteve no cabresto estreito do imperialismo; a Venezuela vai se mantendo a duras penas com uma hiperinflação, tentativas de golpe e várias medidas de guerra híbrida; no Caribe e América Central as únicas a resistirem são Cuba e Nicarágua, com muito heroísmo, mas a duras penas, graças ao bloqueio; na América do Norte o México é governado pelo nacionalista e progressista Manuel López Obrador, depois de muitos anos de joelhos aos EUA, ainda assim, é um governo precário e bastante acochado pelo seu vizinho ao norte.

Neste contexto todo tive a ideia de ir para Caracas, o olho do furacão, inspirado por esta ideia de Maduro, tentar uma parceria e fazer pesquisa de campo sobre o que seria a identidade latino-americana. Por intermédio de alguns contatos militantes, pude ter quem me recebesse e levasse conhecer algo de lá, fui muito bem tratado e recebido, um povo extremamente cortês e caloroso, mas, para parcerias, os taques imperialistas à época de fato haviam corroído a economia do país, nada do quadro que a direita pinta aqui no Brasil, não há uma só pessoa em situação de rua por exemplo, mas a economia está estagnada e a hiperinflação fazia todos viverem basicamente das bolsas e auxílios sociais do governo, que abundam e garantem o mínimo necessário, mas mais nada em termos de consumo pessoal. Porém todos muitos solidários e amistosos, um povo maravilhoso.

As entrevistas que conduzi não tiveram o enquadre adequado traçado por Pichón-Rivière e Bleger, bem como não foram tão abundantes, resolvi complementá-las em outras viagens a outros países (esta à Venezuela fora em fins de 2019), mas a pandemia e sobretudo a separação minaram estes planos.

Minha postura militante e, muito mais, o insucesso pessoal (como diz Nelson Rodrigues: “Dinheiro não compra tudo, só amor verdadeiro” e no capitalismo parece ser assim mesmo em muitos casos), concorreram para derrocada do meu casamento.

A tragédia latino-americana se posicionou em paralelismo frente à minha própria, os problemas que já vivenciava enquanto pessoais, e eram, agora tomaram de assalto e em metáfora a minha vida privada, o meu lar, de fato, destruiu o meu lar. Fiquei órfão de filhos. Absolutamente despossuído, em todos os sentidos, e só.

O problema não fora simplesmente o fim do casamento em si, quanto a isto, superável, mas o que me matou foi a mãe dos meus filhos sumir com estes para Niterói, lar de uma tia dela, escondida mesmo, sem me comunicar e sem comunicar aos próprios filhos, que não sabiam direito o que acontecia ou que seria entre mim e eles... fiquei sabendo bem depois, pois ela ficou ao menos dois dias sem atender o celular, sendo que era meu final de semana para os buscar... ela mandou mensagem de texto simplesmente comunicando que iria morar lá, onde já estava. Isso foi o que denominei a minha crucificação encarnada, em consonância à Henry Miller... mas podiam ser também meus cem anos de solidão... meus filhos para mim são tudo, sem eles eu simplesmente morri, boa parte de mim morreu, e não dá para dissociar todos estes acontecimentos com o que ocorreu na América Latina.

Mas, conforme menciono no trabalho, estamos em era de transformações e rupturas, pulsões de morte e intermediários... não necessariamente isto é “mau”, mas sim o fato de se viver em corda bamba, na mudança, perigosa travessia, diria Nietzsche, mas o que não mata, fortalece, também baseado neste filósofo. Assim, creio (e torço, e luto), seja o destino e o futuro da América

Latina, pelo menos é isto que dela se espera em seu papel na história da humanidade e enquanto plural singular. Da mesma forma espero que aconteça comigo, pois a jornada tem sido dura. Lula voltou à presidência, um fascista neoliberal chegou na presidência argentina após o fracasso da política econômica do governo hiper moderado Fernandes. É um apanágio a vitória de Lula, entretanto, igual Alberto Fernandes, ele não tem promovido as melhoras econômicas na velocidade e proporção que a população desejaria e necessitaria, está muito moderado também e, bem verdade, refém de um congresso de maioria conservadora, fascista e golpista e de um STF (“com STF, com tudo”) também jogando contra, junto a todas as outras forças retrógradas e venais da época do golpe, Lula não domina o exército e nem as polícias, pelo contrário, são forças golpistas e fascistas, bem como a maioria do judiciário, à toda hora com a arma apontada à sua cabeça, chantageando-o.

Em um programa de uma emissora argentina, com Chávez e Macri enquanto convidados, a apresentadora, vendo que o clima esquentava entre ambos, colocou, tentando apaziguar: “Por que não se governa favoravelmente tanto aos ricos quanto aos pobres? Assim todos ficam felizes!”... Chávez logo respondeu: “Você sabe que isto é simplesmente impossível, não?! Você sabe que eu sou bastante católico? E Deus fala claramente na Bíblia, não se pode servir, ao mesmo tempo, a Deus e ao Diabo, não se pode servir a dois senhores!”

De um jeito bem didático Chávez colocou a questão da luta de classes, Lula, por outro lado, em seus governos pregressos, sempre tentou agradar à todo mundo, e, na primeira vez, de certa forma conseguiu, com os poderosos ficando com a parte do leão, claro, mas as classes menos favorecidas conseguiram ainda assim tamanho avanço, que foram de certa forma contempladas. Hoje, e usamos o exemplo como metáfora, por isso o trazemos, já não há espaço para isso, não se dá para servir a dois senhores, e a América Latina chama seus líderes passados e por vir a ocupar seus lugares nas fileiras certas da história. Estamos em um momento chave, da nossa história e de toda humanidade, e, conforme disse Simón Rodríguez, ou se cria, ou se erra: é hora de criar o novo, a nova sociedade e o novo Homem.

Assim, agradeço, apesar da dor, ao momento que estou, a quem me pode ajudar até aqui, meus, pais, meus avôs e avós, que tanto carinho e inspiração me deram, meus orientadores e, principalmente, meus filhos, o futuro e meu presente, o que me dá forças para viver e ainda lutar por Nossa América... e mesmo àqueles que insistiram em ficar em meu caminho, não os agradeço, mas tiveram sua quota de responsabilidade para, junto com meu processo de autodesenvolvimento, me ajudar a chegar até aqui... e, conforme o poeta Quintana, conforta-me saber que certamente passarão, espero que eu passarinho.

“Até agora os filósofos se preocuparam em interpretar o mundo de várias formas. O que importa é transformá-lo.”

(Karl Marx, Teses sobre Feuerbach)

“(...) e por que eu tenho que acreditar que a história vai ser sempre feita por eles? Nada prova que eles é que vão continuar fazendo história, não vão, nem a Europa tem força para produzir história nos próximos decênios, nem os Estados Unidos, a história vai ser feita por nós, Nós o Sul, quer dizer, nós os países pobres, esses é que farão a história, é impossível ensinar aos europeus a ideia de futuro, não é uma ideia que ele seja nem familiar, nem agradável... e os americanos [estadunidenses] também é impossível, porque os fundamentalismos americanos [estadunidenses] são obstáculo, fundamentalismo das classes dirigentes, das camadas dirigentes; há uma incompatibilidade com essa ideia do futuro.”

(Milton Santos em entrevista a Boris Casoy, programa Passando a limpo, Record, 2001)

RESUMO

ROBLES, F. L. P. **América Latina, um plural singular**. Orientadora: Dr.^a Maria Inês Assumpção Fernandes. 2024. Tese (PhD em Psicologia) – Instituto de Psicologia, USP, São Paulo, 2024.

O estudo visa estender a compreensão sobre a constituição cultural de povos e nações e, particularmente, a constituição do povo latino-americano, com a hipótese de que este compreenderia, com sua plural singularidade, a oportunidade e expressão de um “*espaço intermediário/transicional ampliado*”, o que permitiria a constituição de um Homem Novo. Enquanto método, aborda e debate, embasado na análise psicanalítica da cultura, na interdisciplinaridade com outras ciências humanas e se referenciando em segmentos das biografias, revisão bibliográfica e considerações teóricas de três personagens lapidares da história da América Latina (a saber: Simón Bolívar, José Martí e Darcy Ribeiro), a possibilidade, a constituição e a edificação simbólico histórico-cultural de uma identidade latino-americana. Amiúde, para isto, recorre-se a algumas formulações teóricas de René Kaës sobre o vínculo grupal, estendendo-o para o social, bem como Martín-Baró, Jean Baudrillard, entre outros, para dialogarem com os personagens eletivos da história e da construção do conceito sobre a latino-americanidade. Recorre-se também a autores fundamentais da psicanálise, como seu pai, Freud, para algumas digressões teóricas sobre os temas correlatos da sociabilidade humana e função psíquica, vincular e estruturante da cultura, tanto em aspectos subjetivos, intersubjetivos, quanto em relação à identificação grupal e macro intergrupais. A importância do estudo justifica-se dada a plural constituição do povo latino-americano; como sua cultura e sua história singulares podem oferecer respostas e perspectivas frente às crises civilizatórias da contemporaneidade no mundo outrora dominante com centro euro-estadunidense; como e se o chamado sul global pode ser o futuro do devir contra a barbárie, em particular a latino-americanidade e o Homem Novo enquanto fenômeno e potencialidade respectivamente. Fomenta-se com isto novos estudos ulteriores que intensifiquem e engradeçam o debate a respeito do tema, bem como os papéis da Psicologia Social, da Psicanálise (especialmente as questões vinculares e as postulações reivindicando e problematizando uma terceira tópica e/ou mesmo por uma metapsicologia de terceiro mundo) e o debate com as demais ciências humanas neste sentido.

Palavras-Chave: identidade latino-americana; psicanálise social; interdisciplinaridade; René Kaës; Bolívar; América Latina; terceira tópica.

ABSTRACT

ROBLES, F. L. P. **Latin America, a singular plural**. Advisor: Dr. Maria Inês Assumpção Fernandes. 2024. Dissertation (PhD in Psychology) – Institute of Psychology, USP, São Paulo, 2024.

The study aims to extend the understanding about the cultural constitution of people and nations, and particularly the constitution of latin-american people, by the hypothesis that this would comprehend, given its plural singularity, the opportunity and expression of a “*expanded intermediary/transitional space*”, which would enable the constitution of a New Man. In terms of method, it addresses an debates, based on psychoanalytical analysis of culture, the interdisciplinarity with other Human Sciences and referred in biographies segments, bibliographic review e theoretical considerations of three lapidary characters from Latin American History (namely: Simón Bolívar, José Martí and Darcy Ribeiro), the possibility, the constitution and the historical-cultural symbolic edification of a latin-american identity. Specifically, due to this, it is resorted to some theoretical formulations by René Kaës about the group linkage, extending it towards the social linking, as well as with Martín-Baró, Jean Baudrillard, among others, to dialogue with elective characters from History and concerning the construction of the concept about latin-americanity. It leans also on fundamental authors from Psychoanalysis, like its father, Freud, for some theoretical digressions about correlated subjects of human sociability and psychic function, the linking and structuring of culture, as in subjective aspects, intersubjective, as in relation to group identification and macro intergroup. The importance of the study justifies itself given the plural constitution of latin-american people; how its singular culture and history can offer answers and perspectives toward the contemporary civilizational crisis in a formerly dominant world conceived in a model of Europe/U.S. centrism, how and if the so called Global South can be the future of the becoming against the barbarism, particularly the latin-americanity and the New Man while phenomenon and potentiality, respectively. It encourages, therefore, new for coming studies which intensify and enlarge the debate concerning this subject, as well as the roles of Social Psychology, of Psychoanalysis (specially the linking questions and postulations claiming for and problematizing a third topic an/or even for a *third world* metapsychology) and the debate with the others Human Sciences in this same sense.

Key-Words: Latin-american identity; Social psychoanalysis; Interdisciplinarity; René Kaës; Bolívar; Latin America; Third topic.

SUMÁRIO:

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 UM NOVO MUNDO, UM HOMEM NOVO: EVOLUÇÃO, HISTÓRIA, PSICOLOGIA SOCIAL, ESTADO, MAL-ESTARES E AMÉRICA LATINA - QUESTÕES DE UM PLURAL SINGULAR	43
2.1 PRELÚDIO AO ESTUDO DE UM NOVO MUNDO	43
2.2 PROBLEMÁTICA DE MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO NA OBRA DE FREUD	51
2.2.1 Proposta para uma visão analítica diversa, em perspectiva americana.....	53
2.2.2 Ao contrário, nossas considerações.....	56
3 KAËS, NEGATIVIDADE E INTERMEDIÁRIO PENSADOS NA LATINO-AMERICANIDADE, SOB NOSSO PRISMA	58
3.1 INTRODUÇÃO.....	58
3.2 LATINO-AMERICANISMO, PLURALIDADE, INTERMEDIÁRIO E NEGATIVIDADE:.....	62
3.3 A QUESTÃO DO INTERMEDIÁRIO	70
3.4 A RELAÇÃO COM A LATINO-AMERICANIDADE	75
4 IDENTIDADE E LATINO-AMERICANIDADE, ORIGEM E PERCURSO DO TEMA E DA IDEIA, BEM COMO SUA LEGITIMIDADE.....	78
4.1 A RAÇA DA AMÉRICA LATINA	91
5 IDENTIDADE E RENÉ KAËS, ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES PSICANALÍTICAS E A AMÉRICA LATINA.....	99
5.1 ALGUMAS COLOCAÇÕES INTRODUTÓRIAS	99
5.2 COLONIZAÇÃO E PERTURBAÇÕES, O SINGULAR E O “UNIVERSAL”, DIÁLOGO COM JEAN BAUDRILLARD	100
5.3 FEITIÇARIA?.....	104
5.4 IDENTIDADE EM KAËS E IDENTIDADE LATINO-AMERICANA.....	109
5.5 ALGUNS PROBLEMAS DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE LEVANTADOS POR RENÉ KAËS	110
5.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE ASPECTOS DO PROCESSO REPRESENTACIONAL E DOS ESPAÇOS INTERMEDIÁRIOS QUE AFETAM A IDENTIFICAÇÃO E A IDENTIDADE, O INTRAPSÍQUICO E INTERPSÍQUICO - O VÍNCULO SOCIAL E O SER.....	116
5.7 O OUTRO EM MIM, O SOCIAL, A IMPORTÂNCIA DE KAËS PARA ENTENDÊ-LO, A SUPERAÇÃO DO <i>STATUS QUO</i> CONTEMPORÂNEO ATRAVÉS DO HOMEM NOVO E DA LATINO-AMERICANIDADE	119
6 BOLÍVAR-EL LIBERTADOR	122
6.1 INTRODUÇÃO.....	122
6.2 BOLÍVAR E DOM QUIXOTE, SEGUNDO MIGUEL DE UNAMUNO.....	131
6.3 BOLÍVAR E A NAÇÃO AMERICANA – A OUTRA HISTÓRIA	139
6.3.1 Por que a outra história?.....	139
6.4 BOLÍVAR ENQUANTO PRECURSOR DO ANTIIMPERIALISMO:	141
6.5 AS DUAS AMÉRICAS E A DESIGUALDADE DE DESENVOLVIMENTOS:.....	142
6.6 BOLÍVAR EM RELAÇÃO AO SURGIMENTO DA LATINO-AMERICANIDADE:.....	144

6.7 OS PRIMEIROS PASSOS PARA SE TECER A IDEIA DE UMA NAÇÃO LATINO-AMERICANA ATRELADA À DE INDEPENDÊNCIA	150
6.8 PIVOTAL SITUA A CONJUNTURA À ÉPOCA, UM MUNDO DE CONTRADIÇÕES, VAMOS SITUAR O MUNDO DE BOLÍVAR E, INDISSOCIÁVEL, DA AMÉRICA LATINA	165
6.9 AS DERROTAS E DESTERROS DE BOLÍVAR E A ESTRUTURAÇÃO DE SUA IDEOLOGIA LIBERTÁRIA	181
6.10A IMPORTANTÍSSIMA E LAPIDAR “ <i>CARTA DA JAMAICA</i> ”	187
7 DARCY RIBEIRO E JOSÉ MARTÍ - DIFERENÇAS, DIVERSIDADES E DISSIMILITUDES SINGULARES	226
7.1 PLURALIDADES LATINO-AMERICANAS – DIFERENÇAS, DIVERSIDADES E DISSIMILITUDES SINGULARES.....	226
8 CONCLUSÃO.....	245
REFERÊNCIAS	251

1 INTRODUÇÃO

Sem a loucura que é o homem
 Mais que a besta sadia,
 Cadáver adiado que procria?
 (Fernando Pessoa, *Quinta - D. Sebastião*)

Nós, os latino-americanos, somos os cidadãos mais privilegiados
 Do mundo, porque nós somos os únicos cidadãos universais que existem no planeta Terra,
 Muito mais universal é um venezuelano que um francês. O que não significa ser mais culto, porém um
 venezuelano tem evidentemente maior capacidade de compreender a humanidade
 Que um europeu, porque um francês é simplesmente isso, porém um venezuelano é um
 Francês por um lado e um marroquino também, porém por outro lado é um índio, e por outro lado um negro
 também, tudo isso ele... e deveríamos usar esse direito à cultura que nos deu a história.
 (José Ignácio Cabrujas)

Aproveitando-se a epígrafe de Fernando Pessoa, almeja-se com este estudo transcender
 o leito de Procusto imposto pelo que Foucault denominou de biopoder¹, que perpassa as

¹ Segundo Edgardo Castro (2009, p. 57-59):

“(...) o biopoder se mostra em sua dupla face: como poder sobre a vida (as políticas da vida biológica, entre elas as políticas da sexualidade) e como poder sobre a morte (o racismo). Trata-se, definitivamente, da estatização da vida biologicamente considerada, isto é, do homem como ser vivente. A formação do biopoder, segundo Foucault, poderia ser abordada a partir das teorias do direito, da teoria política (os juristas dos séculos XVII e XVIII colocaram a questão do direito de vida e morte, a relação entre a preservação da vida, o contrato que dá origem à sociedade e a soberania) ou ao nível dos mecanismos, das técnicas e das tecnologias do poder. Foucault se situa nesta última perspectiva (IDS, 214-215). * A partir da época clássica, assistimos no Ocidente a uma profunda transformação dos mecanismos de poder. Ao antigo direito do soberano de fazer morrer ou deixar viver se substituiu um poder de fazer viver ou abandonar à morte. O poder, a partir do século XVII, organizou-se em torno à vida, sob duas formas principais que não são antitéticas, mas que estão atravessadas por uma rede de relações. Por um lado, as disciplinas, uma anátomo-política do corpo humano. Elas têm como objeto o corpo individual, considerado como uma máquina. Por outro lado, a partir de meados do século XVIII, uma biopolítica da população, do corpo-espécie. Seu objeto será o corpo vivente, suporte dos processos biológicos (nascimento, mortalidade, saúde, duração da vida) (HS I, 183); ”Sabemos quantas vezes foi colocada a questão do papel que pode desempenhar, durante toda a formação do primeiro capitalismo, uma moral ascética; mas o que ocorreu no século XVIII, em alguns países do Ocidente, e que está ligado ao desenvolvimento do capitalismo, é um fenômeno de outro tipo e talvez de maior amplitude que essa nova moral que parecia desqualificar o corpo; isso foi, nem mais nem menos, o ingresso da vida na história[...]”; (HS1, 186). Pela primeira vez, o fato de viver não constitui uma base que emerge vez em quando, peia morte e a fatalidade, entrando no campo de controle do saber e das intervenções do poder (HS1, 187). Capitalismo. O biopoder foi um elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo. Serviu para assegurar a inserção controlada dos corpos no aparato produtivo e para ajustar os fenômenos da população aos processos econômicos (HS1, 185). Sexualidade. O sexo funciona como dobradiça das duas direções em que se desdobrou o biopoder: a disciplina e a biopolítica. Cada uma das quatro grandes políticas do sexo, que se desenvolveram na Modernidade, foi uma maneira de compor as técnicas disciplinares do indivíduo com os procedimentos reguladores da população. Duas delas se apoiaram na problemática da regulação das populações (o tema da descendência, da saúde coletiva) e produziram efeitos ao nível da disciplina: a sexualização da infância e a histerização do corpo da mulher. As outras duas, inversamente, apoiaram-se nas disciplinas e obtinham efeitos ao nível da população: controle dos nascimentos, psiquiatrização das perversões. (HS1, 191-193) Sangue e sexualidade. “São os novos procedimentos do poder, elaborados durante a época clássica e postos em funcionamento no século XIX que fizeram nossas sociedades passarem de uma simbólica do sangue [poder derramar o sangue, possuir o mesmo sangue] a uma analítica da sexualidade. É claro, se há algo que está do lado da lei, da morte, da transgressão, do simbólico e da soberania é o sangue. A sexualidade está do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulações. Sade e os primeiros eugenistas são

subjetividades contemporâneas. Embora não haja como se fugir desta *normalização* e *normatização* que atravessa à contemporaneidade enquanto *zeitgeist* (espírito do tempo); vamos ver o *ser* latino-americano como algo que, ao menos em potencialidade, poderia *ultrapassar* esta lógica.

De acordo com este viés aqui proposto, em consonância ao excerto personiano epigrafado, “loucura” pode ser pensada enquanto sentimentos na sua desmesura radical – louca –, ou seja, epicentro do existir-experimentar, estar no mundo, trocar, interagir... viver. Não conforme “besta sadia”, normatizada, disciplinada, “docilizada” (submetida ao referido biopoder foucaultiano), assim, no caso humano para o poeta, evitar o não ser – a “existência” mecânica e vazia do “cadáver adiado que procria”.

Portanto, para *se humanizar*, cumpre ao homem esta travessia, cumpre ao *Homem* este outro *ser*. O *Homem novo* proposto em Che Guevara e em José Martí, o homem novo latino-americano. Esta quimera buscaremos analisar se e em que medida integra à latino-americanidade em nosso estudo, conforme coloca o outro epigrafado, Cabrujas, esta abertura à alteridade e integralidade, ainda que na diferença. Sem a guetização que conduz ao estancamento e erosão da luta de classes (dividir para conquistar/ submeter) dos movimentos identitários (HAIDER, 2019), não por acaso, de inspiração e origem no *main stream* imperialista, mas sob a égide do plural singular terceiro mundista – de terceiro tipo, para insistir

contemporâneos dessa passagem da ‘sanguinidade’; à ‘sexualidade’; (HS1, 195) Racismo.”racismo, creio eu, assegura a função de morte na economia do biopoder [...]” (IDS, 230) Lei, norma, sociedade normalizadora. “O princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, converteu-se no princípio de estratégia dos Estados; mas a existência em questão não é aquela jurídica, dasoberania, mas a biológica, de uma população” (HS1, 180). Por isso, a importância crescente da norma, e conseqüentemente da normalidade, em detrimento do sistema jurídico da lei (HS1, IS9). “A norma é o que pode aplicar-se tanto a um corpo que se quer disciplinar como a uma população que se quer regularizar. Asociedade de normalização não é, pois, nestas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada, cujas instituições disciplinares teriam colonizado e finalmente recoberto todo o espaço. Essa é só uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade onde se cruzam, segundo uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulação” (IDS, 225). A sexualidade é um exemplo maior desse cruzamento ortogonal de disciplina e biopolítica. Mas também, por exemplo, a cidade ideal, a cidade operária, a cidade utópica do século XIX (IDS, 223-224). “Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (HS1, 190). Esta forma do poder, ao mesmo tempo individualizante e totalizante é, para Foucault, a característica fundamental do poder moderno: “[...] desde o começo, o Estado foi, ao mesmo tempo, individualizante e totalitário” (DE4,161). “Ao conseguir combinar esses dois jogos, o jogo da cidade e do cidadão e o jogo do pastor e do rebanho, no que chamamos de Estados modernos, nossas socieclades se revelaram verdadeiramente demoníacas” (DE4, 147). Soberania. o poder, organizado em termos de soberania, tornou-se inoperante para manejar o corpo econômico e político de uma sociedade em vias de explosão demográfica e, ao mesmo tempo, de industrialização. Por isso, de maneira intuitiva e ao nível local, apareceram instituições como a escola, o hospital, o quartel, a fábrica. Em seguida, no século XVIII, foi necessária uma nova adaptação do poder para enfrentar os fenômenos globais de população e os processos biológicos e sociológicos das massas humanas (IDS,222-223). Conhecimento. Se a questão do homem foi colocada em relação com sua especificidade de ser vivente e em suas relações com os outros viventes, foi em razão do ingresso da vida na história. (HS1, 189) (...).”

na analogia kaësiana e por justamente ecoar na alteridade que esta propõe para edificação do psiquismo –, que iremos investigar no contexto da América Latina e sob a metodologia do debate inter-disciplinar de fundamentação psicanalítica, enquanto aplicada à história, sociologia e idiosincrasias sócio culturais que corporificam este semi-continente.

Um humano constituído de sentimentos, para além do animal, precisa ser visto enquanto dotado de sensibilidade estética... de cultura, o que só se faz e se adquire em contato com um outro (inclusive depositário e mote desses sentimentos propalados) e com uma historicidade (que lhe traz simbolismo e significado social); portanto, não se deve nem falar em subjetividade, no caso da existência propriamente humana adjacente a este prisma, sem se falar em seu compromisso dialético com a intersubjetividade – por extensão, à sociabilidade, sociedade –; ou, conforme denomina Kaës, em sujeito do grupo ou singular plural.

Na constituição relacional do sujeito – sujeito enquanto sujeito do vínculo e sujeito porque sujeito do vínculo –, René Kaës coloca o problema da negatividade como questão teórica que, ao mesmo tempo que limita e obstaculiza, possibilita o vínculo interpessoal. E, correlaciona a negatividade radical à pulsão de morte:

No mínimo pode-se dizer que a negatividade radical não pode ser pensada a não ser num espaço psíquico que integra a não-experiência como condição de sua possibilidade. (Esta posição faz-se mais familiar em consequência à que pensamos quando no trabalho da criação intelectual: a especulação freudiana sobre a pulsão – e mais ainda sobre a pulsão de morte, coloca em jogo a negatividade radical do pensamento pelo uso da *hipótese*, antecipação de um saber e confissão de um não-saber: a experiência, *après-coup*, funda-se e se reconhece desse modo (Schritt), esta ponte lança-se sobre o desconhecido) (KAËS, 1988).

Este quê de contradição que parece inerente e indissociável ao supracitado conceito de negatividade, bem como à pulsão de morte - o que possibilita, ao mesmo tempo obstaculiza, o que está a favor da desintegração e da morte, pode estar a favor do vínculo/agregação e da vida, o que permite a edificação de uma subjetividade só se faz através de relações objetais, o pensamento ou o sabido, está em dialogo, em negativo, ao “não” sabido/pensado, etc. – suscita uma lógica em diálogo com o pensamento complexo (capacidade de interligar diferentes dimensões da realidade, ver Edgard Morin, Cornelius Castoriadis, Jean Laplanche, entre outros) e necessário jogo de oposições radicais e polarizadas (BAUDRILLARD, 2004), polissemias e ambivalências, a serviço do que possa ser chamado de existência.

A ideia do que Kaës considera, através do conceito de sujeito do grupo/ do vínculo e de negatividade radical/pulsão de morte: a necessidade e vitalidade de conceitos e polarizações

contraditórias imperando em sua radicalidade, polarizadas e não necessariamente circunscritas à fatalidade da síntese, ou seja, embora possamos – e devamos – considerar dialeticamente, às vezes é preciso extrapolar, conforme propõe o pensamento complexo de Morin e o da sedução baudrillardiano – daí o que propomos pensar em relação à pluralidade, inspirados na pluralidade singular que constitui a civilização latino-americana; mas na qual faremos circular, enquanto modelo, a circulação e articulação destes conceitos, para pensá-los em relação entre si e analiticamente frente ao ser latino-americano.

Aliás, busca-se pesquisar o quão estas mesmas polaridades e complexidade, sempre à luz do enfoque do método psicanalítico por excelência (embora em interdisciplinaridade) permitem a emergência de um espaço de existência possível e humano, sua relação com o que René Kaës postula enquanto espaço transicional – intra e inter-psíquico.

A partir daí, faz-se completamente viável a interlocução com o que Baudrillard (*Da sedução*) coloca na ordem da sedução em contraposição à da produção. Para isto inclusive recorrendo à etimologia das palavras: enquanto sedução origina-se em *sed-duccere*, desvio de caminho, produção vem de *pro-duccere*, a favor do caminho.

Assim, Baudrillard coloca que todos os discursos que falam em produção, inclusive de subjetividades – conforme enuncia Foucault, portanto, ainda que contestatório, com traços da mesma ideologia, mesmo mecanicismo que se quer criticar –, estão focados apenas num pólo do processo, querendo eliciar o vislumbre do quão a sedução, tão ou mais se relaciona ao existir humano, não auto-centrado mas em relação, não utilitarista pragmático - linearmente produtivo –, mas em desvio.

Neste pensar, Baudrillard faz outro diálogo – desenvolve sua filosofia em diversas maneiras e vezes em interlocução com a Psicanálise – com a questão do histórico abandono da teoria da sedução por Freud, tendo como marco o advento dos **Três ensaios...** de 1905, no qual põe em cheque que a perda signo-simbólica do termo sedução (artificial, mágica) frente à anatômico-utilitarista-fisiológica sexualidade (natural, biológica) foi acentuadíssima; esta última, como bem se pode perceber, está completamente refém da lógica da produção e do individualismo (ainda que seja de gozo, prazer).

Bom contextualizar, Baudrillard aqui não está se referindo à pedofilia (já numa ordem sexual) implícita nas primeiras hipóteses da teoria da sedução e muito menos sem ter em conta que o sexual em Freud apresenta um espectro amplo e ampliado; mas sim pensando no aspecto da riqueza signo-simbólica que só se faz imanente no termo sedução e em toda sua virulência

– radical – inclusive na interpretação psicanalítica propriamente dita, como ressuscitou Jean Laplanche em sua *Teoria da sedução generalizada*.

Desenvolvendo esta questão (*Da sedução*), e fazendo a teoria psicanalítica trabalhar dentro do próprio constructo freudiano, advém a afirmação baudrillardiana - daí talvez em consonância com o que Kaës chegou de proximidade entre negatividade radical, pulsão de morte e vínculos – que o conceito de pulsão de morte seria nada mais que o retorno da recalcada teoria da sedução em sua obra, claro, repaginada, sob outro aspecto (sedutor?), travestida de morte, em pulsão; eis aí um novo elo e mote para pesquisa nossa e provável consonância entre o que diz Kaës e o que diz Baudrillard, a respeito da vida/vínculo e psiquismo subjetivo-sócio-cultural.

Este debate, profundamente necessário, em nosso recorte investigativo pretende colocar em discussão, analítica, ilustrativa e prospectivamente, a construção histórica e social do povo latino-americano, bem como seus impasses, desventuras e potencialidades. Alicerçados por autores e personagens-chave que se debruçaram e/ou lutaram por esta questão, no nosso caso mais amiúde, Simón Bolívar (principalmente nos estudos biográfico-analíticos de Francisco Pividal), José Martí e Darcy Ribeiro:

Buscar-se-á fazê-lo através destes autores e personagens ícone e referenciais sobre a história e a sociologia e em perspectiva a este continente, sem perder nunca o pé basilar na Psicanálise.

- **A Economia Política do Signo e a troca simbólica na América Latina, segundo Baudrillard:**

Em *Para uma crítica da economia política do signo*, Baudrillard coloca o quão a natureza simbólico-semiótica nas trocas humanas é de vital importância, transcendendo à lógica materialista circunscrita a valor de uso/valor de troca; já em *Carnaval et Cannibale*, este mesmo autor mostra como ao incorporar sincreticamente valores externos, muitas vezes impostos de alguma forma, há também uma reprodução destes de maneira bufa em máscara e ridicularização, subvertendo-os de forma revolucionária, muito mais, talvez, que uma simples oposição taxativa.

- **“Nós nunca seremos felizes, nunca.”**

Esta frase depressiva – que pode ser vista no sentido kleiniano de realização, mas fora expressa melancolicamente então – teria sido dita por Simón Bolívar, o Libertador (conforme

atesta Eduardo Galeano em *Veias abertas da América Latina*), ao se deparar com os entraves e sabotagens das oligarquias locais e dos interesses imperialistas, mormente do vizinho anglo-saxão ao norte frente à sua (utopia?) de uma única Grã- Cólombia, a “Pátria Grande” latino americana, como formulava José Artigas, Manuel Ugarte e Darcy Ribeiro, a Nuestra América de José Martí, forte, soberana... unida.

A América Latina, enquanto ideia, portanto, pode ser vista com uma esperança, real, mas a se realizar concretamente, de novo, em negativo, portanto.

• Visão do Paraíso

O diplomata, poeta e compositor Vinícius de Moraes, ao ser perguntado sobre as diferenças entre viver em Paris e no Brasil, ele, que houvera servido na embaixada brasileira naquela cidade durante alguns anos: “Lá tudo funciona, é uma maravilha... mas é uma merda! Aqui nada funciona, é uma merda... mas é uma maravilha!”.

O musicista e intérprete Tim Maia também outrora disse, “Aqui [Brasil], é o único país em que prostituta se apaixona, cafetão sente ciúmes e traficante é viciado.”

Respeitando-se as idiosincrasias brasileiras, podemos ainda, facilmente, estender as duas últimas frases jocosas a toda cultura latino-americana.

Estas contradições, conforme enunciado, são bem-vindas, O estudo pretende-se interdisciplinar e, as contradições estão em consonância com a lógica na qual desejamos trazer o enfoque sobre; inclusive já colocando uma interlocução: no imaginário globalizado, graças à herança imperialista hegemonicamente europeia, a América ocupa(va) a posição de um paraíso perdido e mantém-se a ilusão/esperança nos seus habitantes de que desse continente há de surgir algo novo, grande e diferente que coloque em cheque antigas ordens mundiais vigentes.

Já o vizinho/algoz do norte (EUA) representa muito mais um herdeiro do imperialismo europeu e de um capitalismo e uma rapinagem selvagens, bem diverso da América Latina, servindo como adversário e ameaça, conforme Freud colocou em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (2011, p. 10) na construção da identidade latino-americana, conforme vimos desde Bolívar, com Martí, com Che Guevara e muitos outros; A América Latina, inclusive enquanto contraposição, embora não apenas, conta com outras nuances, algumas idealizadas, talvez ilusórias, mas todas sedutoras e muito mais alvissareiras, que irão compor o imaginário de paraíso perdido.

Há que se ressaltar que não se quer com isso ser ufanista ou desconsiderar as imensas mazelas sociais, histórico de torturas e atrocidades, pelo contrário, muito será falado sobre isto

em seus adequados momentos, mas apenas sublinhar como – e apesar disto último – este ideário imaginário perdurou e perdura.

• Uma Antropofagia Singular da Pluralidade

Vem bem a calhar, ao se discutir a questão da *identidade* latino-americana, as citações abaixo do livro *Antropofagia hoje? Oswald de Andrade em cena* (RUFFINELLI; ROCHA, 2001). Embora explorem mais a *brasilidade*, como há de se ver num excerto com grifos nossos abaixo, também é algo extensível a toda América Latina:

Em *O Trato dos Viventes*, Luiz Felipe de Alencastro (2000) propôs uma hipótese instigante: “o Brasil se formou fora do Brasil”, (...) “Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil no século XVIII” (...)

“Tudo se passa como se o Brasil estivesse sempre à deriva, numa inesperada atualização da ‘jangada de pedra’, de José Saramago” (ROCHA, 2011, p.11).

Daí se pode pensar a questão da Antropofagia cultural do semi-continente através da formação externas da qual somos tributários em ascendência constitutiva, desde a impregnação e plasma que isto irá tomar com o sincretismo e com as trocas entre diferentes visões de mundo, moldando-se em nosso cenário e dessas trocas, inclusive com os contingentes humanos e étnico-culturais endógenos. Esta assimilação, mais do que constituir uma massa de assimilados, aculturados, terá por força que se fazer através de uma transformação, uma metabolização, uma antropofagia criativa e singular plural e pluralmente singular:

A afirmação do historiador tem consequências fundas na forma de pensar a própria cultura brasileira, “como se o descentramento constituísse (...) o eixo mesmo a partir do qual o país pôde (e ainda hoje pode) pensar-se (...) é como se um traço determinante do pensamento social brasileiro conhecesse seu fundamento oculto (...)” (ROCHA, 2011, p. 11).

“(...) buscando entender a antropofagia como um exercício de pensamento cada dia mais necessário (...) pois a antropofagia permite que se desenvolva um modelo teórico de apropriação da alteridade” (ROCHA, 2011, p. 11-12).

Um exemplo bastante ilustrativo desta antropofagia é por exemplo a etimologia e apropriação -antropofágica - do gentílico *brasileiro*:

(...) Da extração da madeira à monocultura da cana-de-açúcar, o “brasileiro” designava todo aquele que se beneficiava do comércio nas terras do Novo Mundo. Ser “brasileiro” representava um negócio, isto é, antes uma função ou atividade que a promessa de uma identidade estável; circunstância, aliás, indicada pelo sufixo *eiro*:

porteiro, relojoeiro, carpinteiro e – por que não? – *brasileiro*, como o primo Básilio, de Eça de Queirós. Em outras palavras, e mesmo literalmente, desde a difusão do vocábulo, é como se o brasileiro fosse uma espécie de estrangeiro para si próprio: um hóspede do alheio. Como poucos na história intelectual brasileira, Oswald de Andrade soube transformar essa condição dilacerante em estímulo para a reflexão: “Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago”. (ROCHA, 2011, p. 12-13).

O próprio autor percebe que isto se dá em contiguidade com as outras nações latino-americanas, embora diga que isto seja “condição de países de passado colonial recente” (ROCHA, 2011, p. 13), não um fenômeno intrinsecamente latino-americano, em sua concepção:

“E não se trata de um fenômeno intrinsecamente brasileiro, mas da condição de países de passado colonial recente. Os argentinos não precisaram esperar o êxito francês de Jorge Luis Borges e Astor Piazzolla antes de reconhecer-lhes o gênio?” (ROCHA, 2011, p. 13).

Então aproxima-se da concepção freudiana expressa em *Psicologia das massas...* (FREUD, 2011), bem como do conceito de singular plural kaësiano, quando completa e conclui a dimensão e a importância da antropofagia e da alteridade para constituição (inter) subjetiva de si, e, no caso, da América Latina, do ser e da cultura latino-americanos; conforme destaca-se, em bastante e singular pluralidade frente aos demais outros espaços geográfico-culturais mundiais:

O objetivo primordial deste trabalho consiste numa investigação interteórica de modo a compreender as incidências subjetivas de processos civilizatórios miscigenados e fruto de migrações e atrocidades, assim como choques interculturais, assimilações e convivências na América Latina, à luz de sua história e sua cultura, com o enfoque em algumas de suas personalidades-símbolo e estudiosos, bem como no diálogo como psicanalista René Kaës, mais amiúde e a Psicanálise em geral (CASTRO, 2011).

● O Jogo das Contradições e Seduções

Busca-se elaborar e problematizar como um continente oriundo de um processo civilizatório que, em realidade, foi (e ainda é) uma escaramuça cruel de um processo predatório, mas não apenas isso, pôde e pode manter, em perspectiva, algo de belo e propositivo em nível global, ainda que sob a forma exangue de esperança; como há vida possível, gloriosa e orgulhosa apesar de toda a exploração interna e externa de seu povo, quase reduzido à miséria econômica, mas farto em riqueza cultural e, muitas vezes, existencial; como, em paralelo à usurpação de todos os seus recursos, o recurso do élan vital está sempre se renovando e

teimosamente persistindo frente a quem sempre quer manter os ditames coloniais... mas é sempre carnavalizado (ridicularizado enquanto superior), canibalizado (introjetado enquanto agressor, mas dilacerado) e transformado/metabolizado em algo belo (e sublime?)?

Ou, na promessa disso... sempre promessa, embora renovada, com o valor de certeza e sempre pujante:

“O samba ainda vai nascer, o samba ainda não chegou, o samba não vai morrer, veja, o dia ainda nem raiou.

O samba é pai do prazer, o samba é filho da dor: o grande poder transformador” (VELOSO, 1993).

- **Propostas à cerca do estudo e seu(s) método(s)**

Inspirando-se no supracitado, busca-se pensar e refletir com os autores e personagens eleitos que já mencionamos (José Martí, Bolívar, Darcy Ribeiro, René Kaës, Jean Baudrillard, Laplanche, Freud, Marx, entre outros), como este povo encontra unidade e virtuosidade frente à balcanização promovida por suas oligarquias e imperialismo. Numa luta de classes em que vicejam e vicejaram a injustiça e a atrocidade; frente a heranças múltiplas enquanto produto e seduto de um caldo de culturas, etnias e histórias que convergiram por se darem as mãos e se digladiarem neste continente/ “fim de mundo” (como dissera o argentino Jorge Bergoglio em seu discurso de posse no Vaticano, em 13 de março de 2013, que ele estaria surpreso por escolherem alguém – ele - que viesse do fim do mundo).

Objetiva-se, nesta perspectiva, realizar um estudo dos conceitos que serão adotados, quais sejam: antropofagia/ pulsão de morte/ sedução/ negatividade / vínculo/ identidade latino-americana/ homem novo/ Bolívar/ Bolivarianismo / unidade latino-americana/ Pátria Grande.

Intenciona-se desenvolvê-los em diálogo de modo a possibilitar uma alavancagem de instrumentos para pensar o psiquismo e a construção cultural de povos e nações.

Busca-se, portanto, o debate teórico inter-disciplinar, através mormente do método psicanalítico; mas também prospectando as possibilidades de se desenvolver ferramentas e técnicas para, através deste estudo, para se entender melhor o mundo, o humano e o que os humaniza: a(s) sociedade(s).

Ao mesmo tempo, no polo inverso deste viés lógico, poder pensar sobre as práticas alienantes e acarretadoras de inúmeros padeceres psíquicos inerentes a mal-estares. Tendo assim a hipótese de que possam ser mais bem enfrentados e dirimidos com a aquisição destes novos pretendidos recursos teórico-instrumentais que talvez tenham a ver com a transformação

que leve a este “homem novo” latino-americano, que, via de regra, implica de forma correlata à transformação grupo-social, conforme a visão do singular plural e do plural singular.

- **Justificativas**

Justificam-se estas propostas tendo em vista o que Rosa Luxemburgo vaticinou em certa feita de que em algum momento da história a humanidade teria de optar entre o comunismo ou o advento/retorno da barbárie.

Em diversas vezes pode-se aventar, frente à cada vez mais frequente e fácil ruptura do verniz civilizatório, que tal momento já tenha chegado, de certa forma, embora esta ruptura do elã social não seja vivenciada de maneira tão abrupta e escamoteada pela ideologia dominante (ideologia do dominador) do sistema em, mas sem dúvidas é intuída através de fatos, fenômenos, acontecimentos e sintomas que tão bem foram captados por René Kaës, por exemplo, em *LeMalêtre* (2012).

- **Socialismo ou Barbárie ou o Homem é o Lobo do Homem – é o Sistema ou o Homem é Destrutivo Constitutivamente?**

Sigmund Freud era um cético quanto ao comunismo (etapa última da transição socialista, portanto devemos aventar que ele fosse cético quanto a todo este caminho) e também em suas práticas prestidigitadoras (*Mal-estar na civilização*, 2010b) aventou que quando os soviets tivessem matado todos os burgueses, matar-se-iam entre si, de diversas maneiras. Com o triunfo da burocracia frente ao desenvolvimento socialista na experiência, creu-se dar razão a Freud.

Enquanto cético radical, Freud não tinha pretensões ufanistas humanistas, era muito mais afeito à teoria social de Hobbes à de Rousseau (Freud em “mal estar” cita *homo lupus homini*).

Como coloca neste mesmo ensaio supra-citado (*Mal-estar na civilização*), não via o ser humano como um ser pacífico, nem propenso a olhar muito além de seus interesses mais mesquinhos e de seu clã/família/pares; muito míope e até avesso a planos mais universalistas e altruístas (FREUD, 2011).

Pois bem, podemos ver Freud como alguém sensato, realista, mais do que pessimista; ainda assim, como apreendemos nesse mesmo ensaio e em anterior (*Totem e Tabu*), Freud não subestima o valor e o poder do medo, do pavor na psicologia das massas e, vendo bem hobbesianamente, talvez tenhamos chegado a um momento em que a servidão voluntária – fuga

ao medo frente ao imponderável e aceitação de uma rotina e destino de submissão, mas *seguros* –, já não se sustenta.

Segundo Maquiavel, a “natureza humana” se guia pela ânsia de poder e pela ânsia por segurança; vemos aqui ambas açodadas, hoje, ainda que nesta visão menos “otimista” da potencialidade humana.

Bem como e acima de tudo, podemos ver, analogamente, a força da fome somática e simbólica desassistidas, ou seja, não apenas por alimentos, mas também – o que explicaria a compulsão alimentar e obesidade mórbida em crescente, paralelamente à insegurança alimentar; a primeira enquanto extrapolação no mecanismo primário do que é vivido enquanto penúria no simbólico, ambas por completo abandono do estado/sociedade e seus mecanismos integrativos de proteção e desenvolvimento social e do sujeito enquanto, e apenas enquanto, ser social.

Mantendo-se a noção do furor e avidez radicais da fome somática, não se encontra mais sua aplacação nem mesmo parcial suficientemente mínima neste universo concreto e simbólico atual, obliterada a maioria dos sujeitos sociais em suas paixões e iniciativas, já não pelas leis protetivas do estado, referentes a aplacar o *lobo do* homem, contra o outro homem, mas justamente pela ausência total delas, em todos os sentidos.

Para abriremos um parêntese, devemos dizer que utilizamos estes argumentos e concepções de lobo dos homens e contratualismo social, por exemplo, para contrapormo-nos a eles dentro de sua própria lógica, ao menos enquanto forma de justificar os mal-estares apenas como algo intrapsíquico, ou seja, sintomas individuais frente à renúncia pulsional que as leis sociais impõem ao sujeito para poderem viver em sociedade.

Vemos frente aos fatos atuais que o sistema de leis e o estado em si não contemplam a contrapartida que deveriam suprir aos cidadãos, nestes “contratos”, que os mal-estares, bem como o mal-ser (KAËS, 2012) são tributários inclusive dessas falhas, negligências, violências e injustiças dessas leis e o estado que as opera e que a sociedade e os laços sociais estão severamente comprometidos, sendo que o adoecimento que provocam são um espelho do próprio adoecimento do sistema em si.

Somos muito mais afeitos, entretanto, às postulações de Marx e Engels, conforme expressa Ignacio Martín-Baró, para conceptualizar a moda como se erige a sociedade moderna:

Para Karl Marx (Marx e Engels, 1848/1969) a ideia de um contrato social é uma ficção enganosa que oculta a verdadeira relação de forças existentes em uma sociedade concreta. O que há são grupos com interesses contrapostos, uma sociedade cindida

pelo conflito não entre as apetências dos indivíduos como tais, mas sim dos indivíduos enquanto membros de diversas classes (MARTIN-BARÓ, 1990, p. 29, tradução livre).

Já, se contrapondo a Jean Jacques Rousseau, outro contratualista, um século após Hobbes, que, em consonância ao iluminismo, via este contrato como uma construção geral de toda sociedade para libertar o sujeito para melhor desenvolver suas potencialidades, sem a concepção de lobo do homem (pelo contrário, do “bom selvagem”, que em sociedade vê tolhida essa “bondade”, mas recebe, por outro lado, consciência e razão para um viver não egoísta, social), segue Martín-Baró, inspirado em Marx:

Não há uma lei surgida pelo consenso majoritário, mas sim uma lei imposta pela classe dominante que canaliza seus interesses, executa seu controle e reproduz sua situação de domínio social. Os homens são forjados por aquelas forças que atuam sobre o ponto no qual se inserem socialmente, principalmente no entorno de sua própria classe social. Os homens levam interiorizada essa norma social que responde aos interesses da classe dominante, impõem-se como uma estrutura no consciente e guia o processo de alienação e desumanização das pessoas (MARTIN-BARÓ, 1990, p. 29, tradução livre).

Esses fatores indicam que, de fato a barbárie mostra seu apelo *emancipatório* enquanto uma espécie de princípio de Nirvana social... Ou resta procurar novos meios de se operar a organização social, não mais como um *Estado* que tenha substituído o pai da horda mas se tornado mais tirânico e ameaçador, garantindo pouca segurança e partilha deste poder e proventos com a maioria, mas apenas o privilégio de alguns sanguessugas que, diferente daquele pai – que tampouco partilhava seu poder, mas ao menos garantia defesa e provisões –, pouco fazem pelo *clã* a não ser se locupletarem em cima dos menos abastados.

Gramsci diz que quando a maioria não faz parte deste suposto acordo o Estado não representa um consenso, mas um dissenso, é um Estado do dominador frente aos excluídos. Em *Estado e a Revolução* (LÊNIN, 1917) diz que tal Estado não tem que ser só tomado, mas sim extinto.

Neste sentido, o estudo do desenvolvimento de um povo, relativamente novo em termos universais, fruto de miscigenação, sincretismo cultural e religioso, mediante os recursos psicanalíticos para pensar a formação de grupos, sociedades e instituições – justifica-se, pois constitui-se num terreno sólido para investigação de possibilidades e potencialidades em que o choque com mazelas contemporâneas sob impiedoso ataque imperialista e de opressões regionais, podem apresentar aspectos de resistência, criação e transformação: representa o novo, o diferente, o transformado e o transformador frente ao que não serve mais.

- **Um Novo Mundo é possível?**

Acredita-se, conforme já preconizado, que talvez aqui esteja a semente para um mundo novo, uma sociedade e uma socialização novas, não se quer dar um tom utópico, mas apenas investigar quais as possibilidades disto se dar e sob quais protoformas.

Para isso, faz-se mister compreender o fenômeno latino-americano em seus aspectos de similitude, sincretismos, diálogos, trocas e diferenças enriquecedores – e entrechoques – entre culturas, mas investigar-se-á o quão se trata de um projeto importante e inovador de ser e devir sociais no mundo

Justifica-se também porque, junto com a ideologia capitalista ocidental, herdamos da modernidade e do velho continente o espírito de desencantamento do mundo, sentimento que conjuntamente ao desamparo estrutural nestes estertores sistêmicos ajudam a explicar a exponencial busca por estupefacientes, aumento de doenças da alma relacionadas à melancolia, escalada da taxa de suicídios.

De maneira análoga, enquanto formação sintomática reativa, o advento de religiões que, embora (e em virtude de) disseminem a mesma ideologia capitalista, individualista (ou seja, operam na mesma lógica); em contrapartida, impõem um grau de moralismo, fanatismo e alienação, eivados de preconceitos, que acentuam – também em reverso – ora a hipocrisia, ora o colapso do convívio civilizatório quanto à alteridade.

- **Psicanálise da pulsão de morte e psicologia social para a América - Um Novo Mundo é possível– Digressões ideológico-filosóficas para um pensar americano; contextualização sócio-histórico-fenomênica:**

Antes de tudo, uma primeira ressalva, ao utilizar a alcunha eurocêntrica “Novo Mundo” o fazemos, ao longo do texto, não apenas por seu uso consagrado na historiografia mundial, mas também devido ao fato inelutável de que o estudo a respeito da América, no academicismo clássico, teve seu ponto de partida na Europa, em seus portos.

Ainda assim, buscaremos diferente emprego ao termo, mesmo cientes dessa raiz diacrônica europeia, com seu “Velho” mundo, mais antigo porque a história e a civilização teriam começado lá, o que implica que o “Novo” possa ser interpretado conforme algo a se desenvolver a partir daquele, através daquele e... para aquele.

Entretanto, cômicos desse vínculo terminológico de base, faremos a utilização dessa epígrafe no sentido ampliado, em novidade, não enquanto continuísmo tentacular e em extensão a uma matriz externa.

Ou seja, apesar de atribuir o alto grau de importância que indubitavelmente merece o evento do descobrimento, o “novo” de que daí surgirá dirá respeito a uma nova concepção de mundo: plural e singular; além “do princípio” do sincretismo e miscigenação – terminologias também de origem europeia.

Ao mesmo tempo, *a priori*, não se desconsidera que algumas das mais substanciais influências que comporão o processo cultural, nosso objeto de estudo, ou a denominação que caracteriza a dimensão de continente: América – cujo cenário e representação fantasmática são indissociáveis àquela – partem da concepção de amplitude espacial de herança europeia.

No entanto, o próprio descobrimento impactou de maneira revolucionária sobre o descobridor – europeu – lançando por transformando finalmente aquele mundo plano, unidimensional, oligo-lateral, em um mundo em três dimensões, hemisférico, multilátero; convertendo retas em curvas.

Contudo, conforme atesta Laplanche em *A revolução copernicana inacabada*, no velho mundo jamais esta transformação foi completa, por incapacidade talvez, conforme dirá Bolívar, em virtude do intrínseco que se enraizou naquele ser social de lá oriundo e na cultura daquelas subjetividades.

Já, o novo mundo, embora e porque em diálogo com esta leitura de polo europeu, ou seja, inclusive com semente fomentada pelo impacto de sua descoberta, assim, sob o prisma do conquistador, conforme dito acima, não possui essas amarras em sua efígie da novidade, pelo contrário, pelo menos em potencialidade, possui todos os atributos para empreender esta transformação revolucionária.

Porém, o Novo Mundo não é tributário apenas dessa marca e exclusividade de origem, já em seu aspecto insurgente multilateral que o notabilizou em relação ao semi-continente europeu, foi-se materializando também via rupturas e afluxos culturais e populacionais diversos, fundantes, então de outra comunidade, única, nova, ou seja, singularmente plural.

Portanto, o ponto de referência original é europeu. configura-se avesso à nossa proposição. Todavia, sob nosso prisma, embora a utilização do epíteto carregue sua cicatriz umbilical inequívoca de seu laço com a Europa, tenha deste modo esse ponto e esses portos de partida, nossa nau singrará mares novos, “nunca dantes navegados”, rumo e ancorando no Novo Mundo, americano.

Logo, aceitamos, atribuímos o valor, relacionamo-nos, mas não aceitamos apenas a historiografia desencantada – encantada *cientificamente*, no obscurantismo do *racionalismo* – oriunda do etnocentrismo europeu. Onde a Europa percebe o *novo* sob a face do domínio – do

conquistador – àquela ‘novidade’, que estava ‘deitada eternamente em berço esplendido’ esperando apenas e tão somente este apogeu – ou início – da existência que seria, finalmente, o encontro com seu ‘dono’.

- **América, Mar de Lágrimas de Portugal, da Espanha, dos Nativos e da África**

Na perspectiva europeia, entende-se a descrição de um fenômeno não de conquista, não de invasão, mas dádiva da descoberta; mesmo que incluída em um projeto missionário cristão – católico, na América Latina –, este estava sem dúvidas atrelado ao descobrimento mercantil: apropriação tácita dos louros da recompensa monetário-fundiária pela *empresa* (empreendimento) ultramarina.

Por isso, glorificando e elogiando seu povo português, ao a *epopeia, heroica, sacrificial*, diz Fernando Pessoa: “quantas noivas ficaram por casar, para que fosses *nosso*, ó mar!” (PESSOA, 1996).

Numa espécie de *meritocracia* por sem dúvidas uma façanha fascinante não à toa o outro nome maiúsculo da poesia portuguesa, Camões, coloca: “Cesse tudo o que a Musa antiga canta, que outro valor mais alto se alevanta” (CAMÕES, 2018); conclamando que os descobrimentos fossem mais grandiosos que os feitos da antiguidade –, o europeu *merece* a posse, seja do mar, ou, analogamente, das terras encontradas no caminho, *fortuitamente* dispostas para si, a serem *descobertas...* Da mesma forma, os habitantes encontrados e os oriundos do continente negro, forçosamente “emigrados” serão descobertos de seus metais preciosos, das suas liberdades, das suas saúdes, das suas terras, dos seus e, finalmente de suas próprias vidas.

- **“Eu é um outro”**

Não obstante, jamais despojados de sua riqueza maior, cultural, sendo que a aculturação imposta de alguma forma pelo dominador sempre foi sujeita ao sincretismo e à antropofagia do dominado, na sua comunhão ritualística com seus deuses e meio-ambiente

Não se trata de idealizar “novos”/ outros existires, cruzados, fusionados, e/ou em ricas trocas, do plural singular, mas sim ressaltar a grandiosidade da novidade de que sempre dispôs esse povo; afim de se opor à negligência que se fez e faz, inclusive nas leituras pretensiosamente *humanistas*, ao diminuí-lo enquanto subjugado, somente, exterminado, massacrado, frente a algozes sem misericórdia, sem “pena” ou “dó”, leituras estas, não por acaso, também muitas

vezes de olhar europeu, num desprezo abjeto ao homem, à história e à sociedade latino-americanos, travestido de *piiedade* tardia.

As trocas bélicas concretas podem ter sido absurdamente desiguais em potência e tecnologia de destruição, sob a face do massacre, as trocas de micro-organismos também. Porém, as trocas simbólicas favoreceram àqueles primeiros moradores, a contaminação que impingiram aos europeus foi ainda mais virulenta; participando, pelo menos, em pé de igualdade na constituição pluri-singular da comunidade americana.

Frente à essa outra razão lógica, a tentativa de empatia que recebemos hoje, quiçá tentativa de reparação, à sua maneira, pode ser interpretada enquanto “oferta” de outra dimensão genocida e virulenta. Vírus *atenuado* sob a escaramuça das *boas intenções*, mas que acaba por despojar a nova sociedade indígena latino-americana de seu papel grandiosamente forte e irreduzível na produção e sedução únicas para a edificação de uma cultura ímpar imune ao vilipêndio, ao contrário, portadora do implacavelmente novo, como iremos investigar, para, aí sim, virulentamente transformar de fato o mundo e o humano.

No sentido etimológico apropriado, enquanto povo originário deste semi-continente através de todo processo histórico polimórfico e poli cultural singular, o indígena latino-americano é justamente este homem-novo que emerge destas circunstâncias, não os povos nativos pré- “descobrimento”, que não constituíam um povo único e nem mesmo conheciam esta concepção, mas sim o que se formou através do caldo cultural plural e dos fenômenos histórico-sociais que geraram, aí sim, o autêntico indígena latino-americano, plural constitutivamente e singular em sua originalidade, e unido sócio-histórico-culturalmente.

- **Antropofagia radical**

Neste aspecto aí sim contempla-se o poder destruidor para com sociedade *velha* e a irrupção soberana transformadora, conquistadora e irresistível de outro valor mais alto que se alevanta, latino-americano. Encontramos aqui então a reversibilidade radical e inelutável da Antropofagia.

À vista disto, a poiese da comunidade-América – fruto dessas inter-relações múltiplas entre etnias, mundos e povos –, tem diversos aspectos que não devem ser banalizados, pois dão o tom radical e revolucionário da nova realidade, para além “do princípio” da hibridização, ou sincretismos.

- **Novo Mundo – a edificação da alteridade e do plural em antinomia e resistência aos exploradores, mas também através da troca intercultural**

Embora de fato uma aventura única, histórica, grandiosa (mas não é essa a questão aqui), o fato de singrar o mar rumo ao até então desconhecido para o europeu; a adoção inerente ao espírito dessas expedições de postura conquistadora, predatória, não houvesse sido naturalizada através da narrativa tradicional histórica imposta pelo dominador sobre o dominado, parece menos edificante da epopeia, mais ainda, a pré-assumpção de direitos de exploração e propriedade sobre o “descoberto”. Aceitação tácita do que chamaríamos hoje de etnocentrismo europeu.

No entanto temos também que ponderar que se trata de uma anacronia esperar esta noção de alteridade e respeito às diferenças naquele tempo; além de dominação mercantil, havia na missão conquistadora a inspiração ideológica cristã de impor a fé e civilizar os “selvagens”. Claro, também uma forma de dominação e imposição, não aceitação do diverso e da diversidade, mas tampouco os índios apresentavam esta capacidade, inclusive nas tribos, sob o signo do tabu, os diferentes eram sumariamente exilados, assim como os outros índios de outras tribos não eram vistos enquanto semelhantes, não havia a noção do conceito de humanidade enquanto referência de alteridade: o outro era outro, nenhuma empatia a não ser a admiração por alguma virtude guerreira que poderia vir a ser incorporada mediante sacrifícios rituais e inclusive muitas vezes o canibalismo.

Ou seja, de certa forma podemos assumir que o nascimento da noção de alteridade tenha surgido e florescido neste choque entre civilizações, principalmente no contexto latino-americano, com a emigração forçada de contingentes de negros e aventureiros de toda a sorte, que muitas vezes buscavam também refúgio e alternativas para perseguições que sofriam no “Velho Mundo” e, inclusive, o fato de muitos virem enquanto clandestinos – no sentido de fugitivos da justiça – fazia-os forçosamente ter que mergulhar no desafio da adaptação e enraizamento neste “Novo Mundo”, talvez os predispondo, consciente ou inconscientemente, à transformação em outro ser, lidar com diferente meio ambiente, relações e povos, de peito aberto ao novo e ao novo devir que dali surgirá.

Da mesma forma vale para os negros, na condição de incapazes de decidir seu destino de regresso, enquanto cativos e, via de regra, separados de seus clãs e parentes para mitigar revoltas, pelo sistema escravagista, deveriam se adaptar e se transformar frente aos outros, ainda que de maneira mais cruel, para sobreviverem.

O índio tampouco vislumbrava, naturalmente, a perspectiva de emigrar de sua terra... o que tiveram que fazer estes seres, obviamente, era se adaptarem e se moldarem ao convívio – ainda que assimétrico, claro, frente ao poder dominador do “conquistador” europeu. Mas algo de novo ali surgia. Pois, apesar das assimetrias, haviam que ser postas em jogo certas negociações de convivência e trocas simbólicas e afetivas.

- **Brevíssimas digressões sobre os processos de descobrimento, conquista e espolição da América**

Tendo havido a conquista supra referida, há que se ver, em linhas bem gerais, como se deu a repartição e disputa dos espólios, frente às coroas ibéricas e às investidas corsárias e depois domínio de parte deste território, bem como o neocolonialismo geopolítico-econômico, pelos franceses, holandeses e, sobretudo, nações anglo-saxãs: Inglaterra e Estados Unidos.

Após a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453, a rota terrestre para as Índias tornou-se muito mais hostil e dificultosa para os europeus; a rota mediterrânea ou através do norte da África já se encontrava impraticável graças à expansão islâmica.

As nascentes coroas portuguesa e espanhola, hegemônicas então na Europa enquanto nações e na tecnologia marítima, com predomínio da primeira, começaram a buscar novas alternativas para desfrutarem do rico comércio asiático, contra atravessadores e monopólio abusivo sarraceno deste mercado.

Enquanto Portugal optou por fazer a empreitada cruzando as águas do entorno do continente africano, coube à Espanha uma decisão mais audaz: os soberanos Fernando de Aragão e Isabel de Castela resolveram financiar a empresa do navegador genovês (lembrando que as cidades-estado da península itálica também tinham tradição e tecnologia marítima, antes de serem suplantadas por Portugal e Espanha) Cristóvão Colombo, que consistia em se aventurar pelo desconhecido e tenebroso (com a alcunha de *mar tenebroso*) Oceano Atlântico, do qual se acreditava ser lar de criaturas marítimas ferocíssimas, monstruosas e gigantescas.

Apenas os portugueses se aventuraram, até então, relativamente, neste oceano, conquistando as ilhas de Açores e da Madeira, porém nunca distanciando-se muito da segurança continental, a empreitada proposta pelo almirante genovês era enormemente mais ambiciosa: fazer a circum-navegação do globo terrestre para chegar às Índias. algo especulado apenas em teoria até então.

Munido de astrolábios para se guiar, sem conhecer as correntes marítimas e os ventos, com tecnologia marítima bem inferior à portuguesa, sem dúvidas tratava-se de uma empreitada

grandiosa e heroica, comparável e até mais audaciosa frente às contingências que a ida do homem à Lua.

Um tanto quanto menos arrojados em suas expectativas e menos ricos em recursos que o rival Portugal, os monarcas espanhóis cederam a Colombo apenas a nau Santa Maria e as caravelas Pinta e Niña.

Após um sucedâneo de infortúnios e dificuldades que não entraremos aqui, Cristóvão Colombo, em 12 de outra de 1492, chega ao Caribe, à ilha que será chamada de Hsipânia. Não se tratava das Índias, bem mais distante que pensara e bloqueada por este novo continente desconhecido em seu caminho: a América.

Errado em seus cálculos sobre a distância de circum-navegação e sem saber interpretar que havia todo um outro continente em seu percurso, Cristóvão Colombo faleceu sem saber que não se tratava das Índias aquelas terras.

Assim, um seu sucessor, outro navegador italiano, agora da cidade-estado de Florença, Américo Vespúcio, também a serviço da coroa espanhola, foi quem finalmente reconheceu ser aquele todo um novo continente. Desta feita, Cristóvão Colombo, embora não à glória, mas acabou por perder a primazia para consagrar o nome daquelas terras em sua homenagem, que passaram a ser conhecidas também como América, nome que perduraria, contudo por muito tempo se seguira em paralelo a denominação de “Índias Ocidentais”, consonante a esta origem umbilical e confusão colombinas.

Inclusive os corsários e conquistadores de origem não católica preferiram mesmo durante bastante tempo o termo Índias Ocidentais, até para desprestigiar as personalidades que foram pioneiras e fizeram história para a grandeza das nações ibéricas – o que reforça que América é um termo bem mais legítimo latino-americano do que anglo-saxão, causando mais ojeriza que os Estados Unidos queiram ser os possuidores exclusivos do termo, uma forma de dizer que o resto da América lhes pertence, já que até o nome querem usurpar.

Ao saber da descoberta da Espanha de novos territórios, Portugal, que reivindicava o monopólio das expedições marinhas, ameaçou tomar à força àquelas terras, uma guerra se prenunciava entre ambas as nações. Por serem ambas católicas, recorreu-se á intercessão do Papa Alexandre VI para mediar a contenda, ficou-se decidido, através da *Bula Inter Coetera*, em 4 de maio de 1493, que Portugal teria direito à todas as terras encontradas à Oeste da linha imaginária de 100 léguas à Leste da ilha de Açores, e a Espanha teria o direito às terras a Oeste.

Especula-se que o rei Dom João II tenha sabido de terras ao sul mais distantes que suas atribuídas 100 léguas à Leste da ilha de Açores, pois logo em seguida este ameaça à paz,

exigindo um novo acordo. Outra vez o papa foi convocado e se chegou a novo acordo, o *Tratado de Tordesilhas*, segundo o qual, todas as terras a Oeste de 370 léguas da ilha de Cabo Verde seriam de domínio português, com isto este soberano conseguiu reivindicar à sua pátria seu quinhão de terras americanas, no que viria a ser o Brasil.

Países protestantes, de alinhamento contrário à Santa Igreja Católica, não reconheciam a autoridade papal, então, conforme se desenvolveram econômica e tecnologicamente em termos marítimos, passaram a cobiçar as enormes riquezas americanas, desprezando o Tratado de Tordesilhas, aventuraram-se ultra-mar, ora saqueando embarcações, ora fazendo escambo e alianças com determinados índios, ora tomando para si possessões ibéricas de Portugal e Espanha na América, passando essa a ser um território em disputa ferrenha, graças a seus atributos naturais que irão fomentar o desenvolvimento mercantil com metais preciosos e exploração extrativista agrária e, posteriormente, o desenvolvimento industrial europeus.

Conforme demonstramos e, de acordo ao que irá teorizar Marx, a geopolítica estabeleceu-se enquanto correlação de forças. A princípio o mais forte era Portugal, que pode pleitear um acordo mais interessante para si e, ainda assim, subverteu este acordo com as bandeiras, avançando muito mais territorialmente, ou seja, nos séculos XVI até o final do XVII, mais ou menos, pode-se dizer que a hegemonia era lusitana, apesar, claro, das outras forças em disputa se oporem e resistirem ao domínio total.

Com a revolução industrial inglesa e o desenvolvimento e fortalecimento do estado absolutista francês e seu expansionismo, bem como mais tarde a revolução francesa e o domínio ibérico napoleônico (ainda que a Coroa Portuguesa tenha feito a escaramuça de fugir e deslocar o reinado do Império Português para o Brasil); concomitantemente à estagnação de Espanha e Portugal, a supremacia econômica – e assim militar e tecnológica – se desloca para aqueles dois países.

A influência de França e Inglaterra na América, conseqüentemente, começa a se fazer também mais hegemônica, ora com a imposição de colônias na América do Norte, Central, Caribe, e Guiana Francesa na América do Sul - e também interesses holandeses também competiram, em bem menor expressão, país que também se desenvolvera muito enquanto entreposto comercial e porto mais importante da Europa, e também experenciou sua própria revolução industrial –, ora dominando o comércio de escravos, ora, principalmente, utilizando de sua riqueza econômica para conquistar acordos comerciais leoninos para si e então dragar as fortunas – e metais preciosos oriundos da América – das decadentes coroas ibéricas.

Deixando claro que em nada isso denota inferioridade ibérica ou valores moralistas que preconizem indulgência desses frente àqueles, apenas processos históricos que fizeram que se desenvolvessem mais aqueles outros países em relação a Espanha e Portugal que por inúmeros fatores pararam em seu desenvolvimento: muitas vezes se aventava, graças à França Antártica ou Companhia das Índias Ocidentais holandesa em Pernambuco, etc. o “quanto seria bom e melhor” que estes fossem os colonizadores... pois bem, basta ver Haiti e países africanos que tiveram colonização holandesa e francesa para ver o quanto isto é falacioso e preconceituoso.

Neste caminho, também foi surgindo a hegemonia local dos Estados Unidos, segundo país americano a se independizar e com vantagens competitivas bastante superiores ao Haiti, graças à sua extensão territorial, contemplando bem as plantations largamente escravagistas do Sul que nutriam as recentes indústrias do Nordeste (com algodão, por exemplo), contando ainda com os vorazes expansões territoriais de rapina e sanguessugas, promovidas pelo poder capitalista financeiro existente e suas análogas políticas do *destino manifesto* e do *big stick* e descoberta de petróleo e ouro no século XVIII, lembrando também que apenas se consolidou enquanto superpotência por se beneficiar do isolamento geográfico e por suprir os países europeus durante e após as crises que houve naqueles pela I e II Guerras Mundiais. Então também é calunioso e servil o comentário do ignomioso Deltan Dallagnol no programa do Jô, tentando justificar porque na América Latina haveria maior corrupção que nos EUA (outra completa inverdade, justamente o oposto ocorre, baseado num senso comum rasteiro e igualmente servil):

Quem veio de Portugal para o Brasil foram degredados, criminosos. Quem foi para os Estados Unidos foram pessoas religiosas, cristãs, que buscavam realizar seus sonhos, era um outro perfil de colono (GLOBOPLAY, 2016).

- **Porque utilizaremos a dicotomia Novo/Velho Mundo**

Devemos também considerar que os auspícios de que o continente americano estivesse ali à disposição para o bel-prazer, ou seja, para o desfrute irrestrito do Homem europeu ou então *a posteriori* estadunidense tende a marginalizar a importância, a riqueza e relevância de um mundo anterior, inferiorizando as populações nativas e seus “mundos” à parte das égides denotativas “novo”, “velho”.

Embora esse aspecto seja fato real, violento e trágico, se virmos o termo “novo mundo” sob este olhar aquisitivo material de um regalo-surpresa à Europa estaríamos restringindo-o ao mesmo eurocentrismo explorador, apesar de sob a ótica do explorado, a estes aspecto e lógica,

dialética, mas, de certa forma, tautologicamente aprisionante e, então, conotativamente, também promotora de algo que evoca à redução à quimera da exploração.

Desta forma, mantém-se assimetria hierárquica e os grilhões... escravização a este outro em perspectiva, nesse ângulo imposto, de análise, assim, banalizando e encaixotando em leito de Procusto determinista, em eco à visão original étnico-euro centrada, a História da Sociedade Americana.

Apesar da crítica imprescindível a respeito dessa concreta e nada banal carnificina que se pretende denunciar ao dar foco ao papel muito maior de crueldade da conquista em relação à descoberta da América, por essa concepção, paradoxalmente, ainda que em sua antípoda perspectiva, conota uma leitura e interpretação unívocas a este aspecto da gênese desta sociedade, assim, acaba por sublinhá-la e a perpetuar.

Essa história dura, por ter sido denegada, através de alianças inconscientes por denegação (KAËS, 2014) falhas, aos moldes da “ruptura” (KAËS, 1979), e acabou por naturalizar durante longo tempo, e perdurando até hoje, violências atrozes e injustiças.

Deste modo, espécie de formação reativa, esse histórico levou à reprodução interna: a classe dominante – imaginando-se pertencente a sociedades tidas (por si) “superiores” (vide Dallagnol) e se justificando através de supostas ascendências sanguíneas (“puras”) distantes, em além-mar (mormente ligadas ao eurocentrismo ocidental, denegando as evidentes marcas de mestiçagem), ou, frente à massivo bombardeio da indústria cultural estadunidense, à qual prestam rendição/servidão voluntária –, identificando-se aos agressores, massacra as classes subalternas (e subumanizadas), gigantescamente majoritárias, que passam a sofrer cruéis exclusões e explorações socioeconômicas, ou seja, curiosamente “marginalizadas”, apesar das vastíssimas superioridades numéricas e, mais, de produções artísticas genuínas, únicas (plurais e singulares), revolucionárias, ricas, superlativamente sofisticadas àquela; paupérrima em criatividade, reduzida ao consumo externo de outras, ou mera reprodução em *pastiche* dessas.

Obviamente que o fenômeno de dominação de diminuta elite, dona dos meios de produção, ocorre em todo mundo capitalista, mas, na América Latina, isso dá-se sob os auspícios de *casta*, determinada por nenhuma tradição ou crença, mas por herança familiar de fortunas, também algo que ocorre em quaisquer nações capitalistas, mas não com este tom irredutível – quiçá guardando semelhança à África, vilipendiada ferozmente, haja vista a ligação umbilical sócio-histórica entre ambos continentes (ALENCASTRO, 2000) – aonde os poderosos são superiores em distância abismal, socioeconômica, mas, inclusive, figurativamente.

Ao povo se atribuí a dimensão do subumano, portanto, sem direitos, só deveres, opressão, repressão, genocídio e subserviência forçada, em continuidade à dinâmica colonial – embora possamos pensar, com mais propriedade, talvez justamente o inverso, que a “casta” sim que é subumana, nesses ditames.

Por conseguinte, a confluência de sentidos – diferenças sociais *versus* grau de humanidade – plasma-se ao sucedido, e que ainda hoje sucede, na relação com as nações imperialistas, nós, aí sem discriminação classista substancial, a despeito das aspirações rocambolescas dos donos locais do capital, seríamos todos subumanos frente àqueles, logo, reduzidos em “humanidade” abismalmente.

Essas feridas, “veias abertas” (GALEANO, 2010), mal cicatrizadas, chagas traumáticas – gênese constitutiva, entretanto, inerentes à formação e desenvolvimento desta sociedade – perduram até hoje, em desdobramentos que impactam e tomam de assalto todos os sentidos e sentimentos – dada à carga atroz em brutalidade de todos, violência, injustiça e genocídio.

A visão, hoje, empática hegemônica, empática porque, muitas vezes, desenvolvidas em grande medida, espécie de continuísmo especular, por autores de origem europeia-estadunidense, portanto com altas doses de culpa transgeracional, mas, como colocamos, também de certa forma herdeira (transgeracionalidade também) de concepções, ainda que em contraponto, tributárias, análogas ao desprezo e inferiorização.

Por isso, tampouco promove, ainda que em sua tentativa de deslocamento perspectivo, a emancipação libertária do nosso continente.

Devemos reconhecer o impacto sensorial que a revisão historiográfica causou nos estudiosos imperialistas de influência humanista, ou nos locais que a esses se somaram, não só, agradecemos por tal solidariedade, mas mantemos a crítica, de forma a dar espaço transicional a outros olhares, nuestro-americanos, plurais e singulares.

Nublados pelo signo do terror, agora constatado, “civilizatório” ocidental do “descobridor”/“invasor” sobre o colonizado, impacto sem dúvida vívido e pouco metabolizável às impregnações humanista envolvidas na constituição do aparato mental desses “revisionistas”, os mesmos acabam por manifestar visão míope, ou, mais apropriadamente, hipermetrope, ou seja, acabam por vislumbrar mais ou menos bem à distância, porém, com relativamente grande cegueira frente à proximidade do que se debruçaram heroicamente a compreender em sua maior complexidade.

Assim surge uma nova hegemonia na historiografia, podemos dizer, agora desta “nova” perspectiva de invasão e genocídio perpetrados pelos europeus na América. Hegemonia que,

por mais que justa, carrega consigo (além daquele efeito-rebote e, com isso, subalternamente, mantida sob os mesmos grilhões) hipermetropia, ou seja, a capacidade de enxergar razoavelmente de longe, mas perdendo a magnitude proporcionada pela “aproximação” por impacto imagético-sensório-sentimental em toda dramaticidade frente ao fenômeno.

Da mesma forma, o uso estritamente unívoco da *invasão* seria um equívoco permitindo-se este jogo semântico: ou seja, estaria em total descompasso com o objeto de nosso estudo, pois estamos vislumbrando o pluralmente singular (embora não deixemos de problematizar também, mas não somente, a questão).

Ratificando imagem empregada anteriormente, mais do que miopia, a acepção solitária descrita seria hipermetropia: ou seja, conseguir ver mais ou menos bem o fenômeno à distância, rotulando-o – e, portanto, também o chacinando, por esta via –, porém, sem a possibilidade de empreender olhar mais amíúde, em seus detalhes, complexidades e múltiplos aspectos, que só a proximidade (e envolvimento), não apenas com o termo, mas também e principalmente com o mundo ao qual se refere, pode suscitar.

Portanto, jamais poderíamos minimizar a apreensão do viés eurocêntrico descrito, que, ao expressar a desconsideração à cultura e ao outro encontrados, auto referendando-se no uso de “novo mundo” (para si), acaba por dar uma espécie de “salvo-conduto” ao extermínio.

Porém, ao mesmo tempo, pode-se pensar Novo Mundo na perspectiva radical do termo.

Tendo-se em vista não o olhar hispano-europeu (adendo: *Hispania*, originalmente, refere-se também a Portugal), nem o olhar ameríndio, nem mesmo o olhar do africano negro, mas sim à **nova** civilização que irá surgir forjada neste terreno – novo para alguns –, neste choque e inter-afetação – novos para todos.

Esta forje não os fará nem europeus, nem ameríndios, nem tampouco africanos. Esta forje os fará, então, americanos: Nova cultura, em um completo Novo Mundo (mesmo para os aborígenes).

Assim, a visão próxima e ao mesmo tempo distanciada, do todo – efeito singular americano, novo mundista, multilateral, multidimensional, não plano/unívoco/europeu, mas plural – lhes é impossível, bem como a “apropriação”/reprodução por parte da “elite” intelectual bem-pensante, burocrática, por este prisma, em analogia ao comportamento do “elitismo” consumista – do “superior”, externo, importado –, que realiza a classe dominante, sob a ordem da supressão, opressão e denegação do próprio, alheio a esta, parasitária em sua penúria de triste inferioridade à riqueza popular, sendo, desta feita, absolutamente incapaz de criar pluralidades

singulares e libertárias em relação aos colonizadores, pelo contrário, ela sim, sempre escravizada.

A(s) visão(ões) americana de que partimos não denega as atrocidades que forjaram com sangue a história de nossa sociedade, porém tampouco se reduz a esse aspecto, não denega a importância formativa lapidar dessa questão, mas, conjuntamente, vê o que a essa não apenas “se somou”, mas, em *gestalt*, ultrapassa irredutivelmente a esta soma; desta arte, artisticamente, à sua forma, plural-singular, metabolizou, transformou.

Esse processo de transformação está obviamente longe de vir a termo, mas, também, justamente graças a isso – apesar da tonalidade sígnica oposta supracitada: à da desgraça; mas, novamente, tal contradição só vem a corroborar o tom geral mais significativo: o da pluralidade singular –, sobretudo na conjugação em alianças inconscientes aos fatores outros do processo gestacional – fértil ao qual destacaremos – que, tendo em vista essas alianças, faz inegável a importância daquele fator, por isso, ratificamos, a não denegação em absoluto –, traduz-se em exercício criativo e dinâmico para tal e, sendo aspecto intrínseco, virtual esforço cicatricial e suas sublimações dão luz ao lidar criativo, de algo inacabado, neotênico, sem dúvidas, de um “porvir presente” que abre as plurais possibilidades perspectivas, ainda que imaginárias, porém já reais, realizando-se, do “novo”.

Ainda mais, este novo talvez se caracterize por apresentar chagas jamais cicatrizáveis em totalidade, e isto pode ser bom, dá lugar a continente (americano) com vários pontos de arejamento, radical novidade, posto que, ao pensarmos na musculatura, circulações e ossos de que esta continência-pele, ferida, faz parte, onde o todo tegumentar comporta também, em díade relacional, faz continência, contém deste modo, as pústulas, não por contiguidade, mas sim incorporadas, em plural singularidade. *Gestalt* cuja totalidade não se resume à soma das partes, não o é, não só a ultrapassa, como traz a novidade própria ao multilateral.

Portanto, continente (América) e conteúdo são um só, com espaços abertos, pulsantes inflamados e inflamáveis em todo seu rubor e calor; feridas abertas, espaço de dor, trauma... mas também de respiro, logo, para bem além da circunscrição interpretativa de revisionismo histórico que reforça a imobilidade, a passividade, a exclusão... com isso, manutenção do aprisionamento escravizante.

Algo novo no que abarca (e extravasa) para além da dor e da morte, manifesta-se, em “análoga” transicionalidade, em vida, vida quente e sedutora – calor e rubor (vermelho a cor por excelência da sedução) –, traços indissociáveis, não por acaso, como se vê, ao ser americano. Vida em abundância efervescente... ou (e) na promessa dela, em algum lugar do

futuro, na radical vivacidade da expectativa da novidade, o que não deixa de ser extremamente cativante e sedutor, retomando os versos de Caetano Veloso:

“(...)o samba ainda vai nascer, o samba ainda não chegou, o samba não vai morrer, veja, o dia ainda nem raiou: o samba é pai do prazer, o samba é filho da dor, o Grande Poder transformador” (DESDE, 1993).

Porém, note-se, o samba não deixa de **já** (!) ter nascido, chegado, existir: “**Desde que** o samba é samba”, no título da canção.

Ou, recorrendo-se a outra letra popular (fruto de todo esse caldo originário que constitui a arte e o âmago de um povo): “Pensem nas feridas como rosas cálidas” (MORAIS, 1960). Desta maneira, as feridas podem ser pensadas, também, para além, enquanto rosas cálidas, em sua beleza e quente sedução.

Mais, pensando também no título dessa música – *Rosa de Hiroshima* –, percebe-se a contraposição à “rosa” nada sedutora, de terrorífica feiúra, proporcionada pela sociedade de nossos vizinhos de cima, descrita em mesma canção: “rosa radioativa, estúpida e inválida, a rosa com cirrose, a anti-rosa atômica, sem cor, sem perfume, sem rosa, sem nada”.

Porém, não se pode negar a conexão indelével que a rosa (a bela, cálida) também remete à morte – daí, por extensão, a chave da análise: as feridas (dor, sofrimento... morte) –, mas, outro expoente da nossa arte, o escritor Lima Barreto, explica de maneira genial, dirimindo a incongruência aparente:

Gonzaga me perguntou, apontando o convento de Santa Teresa:

- Sabes quem mora ali?
- Freiras.
- Mora também um conde, e creio que princesas.
- Mortas?
- Sim, mortos! Vês lá o sinal da morte?
- Não; está sorridente e alegre.
- E este casarão ali?
- Este aqui, está desabando.
- Morto, não é? Sabes por quê? Porque não guarda nenhum morto. (...)
- E a morte tem sido útil, e será sempre, continuou Gonzaga de Sá. Não é só a sabedoria que é uma meditação sobre ela – **toda a civilização resultou da morte.** (BARRETO, 1990, grifos nossos).

Neste sentido, contraria-se à análise unidimensional, unívoca, da historiografia hegemônica *humanista e não etnocêntrica*– há que situar a hegemonia mas com a alcunha de *humanista e não etnocêntrica* sublinhada, pois, infelizmente, há outro revisionismo atual-actualíssimo, que é o fascista, com suas imposturas de “guias politicamente incorretos”, por mais que se a critique aqui àquela primeira, via de regra, é substancialmente embasada em rigorosa

pesquisa, não deturpações enfadonhas, anacronismos rasteiros e más-intenções em eco à idiotia e ignorância generalizadas que constituem seu público fascistizado.

No interstício na apreensão onde o calor e o rubor se manifestam para além da dor e da morte – transicionalidade..., fazendo jus ao pensamento complexo, pois são também sinais de vida: o rubor e o calor pujantes e pulsantes, sanguíneos... e também não apenas intersticial, porém ao mesmo tempo “à flor da pele” (“pensem nas feridas como rosas cálidas”).

As feridas se manifestam como uma forma de continência, as chagas então tem esta multidimensionalidade, pluralidade, multilateralidade, em *gestalt* (aonde o todo nunca é tão somente a soma das partes, apenas).

• **Nominar os povos e o povo americano**

Inclusive por essa proposta basilar do nosso trabalho, do Novo Mundo que parirá o novo povo, fazemos novos parênteses elucidativos:

Percebe-se, temos evitado os termos “povos nativos”, “originais” – pelo menos neste capítulo, para ressaltar a noção a seguir, nos próximos, ver-se-á, seremos mais permissivos e menos pedantes nesse aspecto, pois o uso destes termos é feito, foi consagrado, não nos cabe reinventar a roda, aqui, não é disto que se trata, ao contrário, há o propósito enunciativo – para designar às civilizações múltiplas anteriores ao entrechoque citado; mas, dilema limitado, pois inclusive os termos ameríndios e aborígenes, por sua vez, apresentam igualmente, ainda que em menor grau, seus dissabores histórico-etmológicos associados ao etnocentrismo.

Por que isso se dá? Porque a ideia de “nativos”, em contraste à concepção que adotamos, dá a entender que os que vieram depois não se tornaram –via inter-afecções que enunciamos e anunciamos discorrer muito mais ao longo da obra –, americanos, americanos natos, na figura de seus descendentes, mestiços às vezes, que, de fato, nascerão naquela terra; pois essa “aquisição” da americanidade não se trata de um “apesar das”, mas de um “sobretudo pelas” transformações oceânicas (literal e figurativamente) que ocorrerão.

Tampouco, nesta mesma lógica, as civilizações anteriores que habitavam o continente seriam “americanas”, pois o continente não se tornara ainda um Novo Mundo, a América, sem dúvidas representam sobremaneira alguns aspectos dos mais substantivos, que serão legados (e transformados) ao participarem em co-protagonismo do que se tornará ainda mais substantivo ao se fazer pátria (pai/mãe, portanto) de um Novo Povo, em fusão que jamais representa a somatória das partes, mas outra coisa, além e aquém, nova, em toda sua potente radicalidade.

Logo, o emprego da alcunha “Novo Mundo”, como o faremos, compreenderá a sua polissemia; sem ignorar a violência do forje – a sangue e fogo – deste povo.

Desta forma, sinteticamente, o objetivo do trabalho consiste na compreensão então de povos e nações a partir do exemplo do povo latino-americano e, com relação a este último, pensar como com suas especificidades histórico-culturais que possibilitou o encontro de várias culturas para constituir um povo novo e uma cultura nova, plural e singular, verificar a hipótese, em termos kaësianos desta convivência predispor a um “espaço transicional/intermediário ampliado”, maiores possibilidades de convivência e de criação, portanto, inclusive de si e do Novo, do Novo Mundo, da Nova civilização, do Homem Novo.

Justifica-se tal estudo haja vista que o mundo está em turbulência, em plena inflexão civilizatória, muitas crises e guerras e parece que o modelo capitalista/imperialista de centro europeu e estadunidense dominante não poderá dar conta das (conforme epígrafe de Milton Santos), ao contrário, parece ser o principal responsável por estas; por isso deve-se procurar respostas novas de fato no Sul Global. A guerra também é está sendo travada aqui, talvez com maior crueza, talvez aqui possa ser o local de resolução desta para algo diferente da barbárie graças ao nosso devir distinto, pluralmente singular.

Apoia-se no modelo de análise psicanalítica, enquanto método, na ampliação da psicanálise para temas da cultura, como já os tratou Freud à sua forma e tantos pós-freudianos amplaiaram a análise. Assim, tendo este método conforme princípio e a interdisciplinaridade com outras ciências humanas e autores que tratam da dinâmica social e histórica que a constitui, sendo nossos autores e personagens principais neste último sentido, no nosso recorte, Simón Bolívar, Darcy Ribeiro e Josè Martí. Quanto à psicanálise, deter-se-á *a priori* nas questões vinculares e na ideia de uma terceira tópica, ou metapsicologia de terceiro tipo, ou, conforme adota-se jocosamente frente ao objeto de estudo, uma *metapsicologia de terceiro mundo*. Para isso concentra-se nas postulações de René Kaës, embora dialoga-se com outros que também aventaram a necessidade desta terceira tópica.

2 UM NOVO MUNDO, UM HOMEM NOVO: EVOLUÇÃO, HISTÓRIA, PSICOLOGIA SOCIAL, ESTADO, MAL-ESTARES E AMÉRICA LATINA - QUESTÕES DE UM PLURAL SINGULAR

2.1 PRELÚDIO AO ESTUDO DE UM NOVO MUNDO

a) Para começarmos o desenvolvimento do conteúdo propriamente dito deste estudo há que se falar sem falta das ideologias, das formações psíquicas subjetivas e grupais que compõem o aparelho psíquico grupal, pois este nosso recorte de estudo e, finalmente é o que de fato dirá sobre a sociedade e o Homem Americano, o potencial “novo homem” de que falava Martí e Che Guevara.

Nesta empreitada, iremos distanciarmo-nos epistemologicamente do paralelismo entre a teoria evolutiva biológico-natural de Charles Darwin e o pensamento psicossocial e sociológico sobre os fenômenos de transformação sociocultural dos grupamentos humanos.

Mas veremos como estar o entre que busca e norteia a psicologia social, ou seja, não apenas a apreensão sócio-histórico-cultural do todo, mas também buscando o sujeito social, a formação subjetivo-cultural. A posição de Kaës, a própria freudiana e a dialética já reiteram esta noção de que esta talvez seja uma falsa questão, pois o sujeito só é sujeito enquanto social, e a sociedade só é sociedade pelos agrupamentos subjetivos que integra... ou seja, pretendemos ser fiéis a esta concepção, da indissociabilidade entre ambos os termos, e assim buscando empreender nossa analítica.

Desta forma também buscamos empreender um pensamento complexo que também irá remeter a uma forma diferente de reflexão, um enfoque nuestro-americano.

Explicando, vamos colocar a hipótese justamente oposta: a lógica capitalista-imperialista de constituição e “desenvolvimento” (nesta perspectiva) social empreendida desde a derrocada do sistema feudal teve, por base, o modelo “evolucionista”. Em aspas porque, conforme explicaremos alhures, o próprio termo encontra-se impregnado, em relação de retroalimentação, dessa mesma lógica (capitalista), em sua origem, ou seja, o *zeitgeist*.se retroalimentando na lógica poder/saber aventada por Michel Foucault e em movimento dialético.

Não podemos deixar de colocar, sem dúvidas, o caráter revolucionário e contra místico da teoria evolutiva, e, até certo momento histórico, do próprio capitalismo, bem como da psicanalítica de Freud no que foram e, algumas, em parte, ainda são, disruptivas, para aquele e,

por conseguinte, para nosso mundo; as contradições e contracorrentes reacionárias sempre haverá... mas também, por outro lado em determinado momento, enfim, a transformação... para o novo... novo paradigma de mundo, um mundo e um homem novos.

Em relação à psicanálise, inclusive, nosso estudo, nem precisaria reafirmar, visa se escorar nuclearmente e metodologicamente no desenvolvimento da criação freudiana; ou seja, se fizermos uma crítica pós-freudiana aqui, nem por isso representa uma fuga à psicanálise, mas sim tributo a seu pai, indiretamente e uma tentativa de incrementar e enriquecer o constructo desta ciência.

Mas, dada a necessidade de desenvolver nossas críticas e explicações delas, coloca-se, por ora, em suspenso as ilações sobre o *corpus* teórico freudiano, bem como, ao longo do estudo, as virtudes do mesmo, devemos aqui, introdutoriamente, criticamente, colocar em questão, neste momento, enquanto ponto de partida, algumas peculiaridades e vicissitudes que, conforme vemos, estão, correlatas à ideologia do capital.

Enfatizadas as ressalvas devidas, basta lembrar que Charles Darwin tem, em sua lógica de sua ideia de sobrevivência do mais apto e da competição à morte – assim como Freud, homem de seu tempo, bastante atento e tributário diversas vezes ao darwinismo, talvez algo inconscientemente, vez ou outra – muito da concepção ideológica de nada mais, nada menos, que o filósofo absolutista do conceito de Estado/Sociedade, e, neste, das forças que levam ao vínculo humano grupal/social: Thomas Hobbes, ou seja, perdura o espectro de uma espécie de contrato abstrato – evolutivo, adaptativo – de não agressão, não incesto, não estupro para a convivência, em termos freudianos, renúncias pulsionais; bem como de um substituto para o pai da horda na figura do Estado e suas Leis.

Sublinha-se isso pois iremos retomá-lo adiante, em sua importância epistemológica sobre a teoria psicanalítica do vínculo sociocultural em Freud e seus herdeiros pós-freudianos.

Nada de acaso ou coincidência nesta hipérbole entre pensadores oriundos do mundo imperialista capitalista do século XIX/XX – Darwin/ Freud – e o europeu absolutista do século XIII-XVII –, passando neste final por Maquiavel e Thomas Hobbes.

Portanto, o pensamento científico hegemônico – do dominador, se tomarmos (e tomemos) as formações de compromisso saber/poder aventadas por Michel Foucault e sobre a ideologia do dominador imperar, conforme – deste período de construção social e socioeconômica na luta de classes e histórica do modelo capitalista está subordinado à própria lógica capitalista.

Assim, tendo em vista que este *modus operandi* e *modus pensandi* se impôs, faz-se possível ver, de maneira evidente, esta fotocópia e espelhamento (ou seja, ainda tendo a base modelar), das transformações socioeconômicas capitalistas de uma forma “evolutiva”, no sentido moral-ideológico implícito e indissolúvel da lógica hobbesiana-darwinista que perpassou o período.

Lógica esta da qual não só divergimos imediatamente como evitamos, na medida do possível – pois querendo ou não somos e fomos atravessados por ela ontologicamente e inconscientemente –, em premissa, ao pensar neste estudo ao novo mundo, em sua radicalidade potente e subversiva... nova.

Um novo mundo revolucionário em e de outro lugar é a base desse trabalho, pensamo-lo e tentamos nos despir do cancro que, ainda hoje, contamina o pensamento científico global – subordinado ao capitalismo, à classe dominante e ao imperialismo enquanto *main stream* ideológica; nisto surge a proposta do pensar e da lógica *nuestra americana*.

Tentamos entender, *à la* Laplanche, o que falhou na teoria social e em todo constructo freudiano e implicou na *Revolução Copernicana Inacabada...* e o quanto a lógica do modo capitalista e imperialista do Velho Mundo foram impeditivos de tal empreitada... e o quão a perspectiva do novo na formação cultural do Novo Mundo, em sua complexidade, pode trazer essa possibilidade revolucionária, copernicana, potencialmente, em vários outros sentidos.

Uma imagem de como diferentes lógicas impactam na psique – Freud chama o aparelho psíquico de alma também, de maneira coloquial, popular e bem-vinda em sua polissemia e indeterminação mas, também, enquanto provocação científica e religiosa – é de que antes o mundo europeu (velho) era, conforme já mencionamos, apenas bidimensional, embora já fosse conhecida sua dimensão esférica, a lógica com que se operava era bidimensional, com o descobrimento da América, passamos a viver, comprovadamente e concretamente – e neste continente ainda mais, com a dimensão de alteridade e confluência de culturas que ele gerou e gera – a dimensão terceira, tridimensional, portanto, analogamente, bem afeita à ilação de uma terceira tópica (como preconizam, Kaës, Laplanche e outros) e ao terceiro: à alteridade.

Esta confluência novo mundista e revolucionária, transformadora, se manifesta num plural singular, nuestro-americano: de maneira canibal, destruidora e incorporadora, mas indelével, decretando a morte do novo mundo e o advento do novo, ainda que metabolizando aquele no processo. Porém, tudo se dá de maneira que se enuncie a possibilidade e a potencialidade da revolução copernicana vir de fato a se realizar, sob este novo paradigma (inclusive para os outros continentes).

O Velho Mundo, pré-descobrimto, era quadrado, unidimensional; retilíneo, o Novo Mundo, nada semelhante, é então – através que tenha sido, inclusive, pelos batismos de fogo sob o signo do genocídio; mas também antropofagia, em reversão; sincretismos e miscigenações – multilateral ao infinito da esfera, no sensual das curvas: ainda que herdeiro substancialmente do primeiro, é completamente diverso... singular... uma bola que não convida, mas induz, desafia a jogar. Seduz.

Portanto, viceja-se, enfim, um Novo Mundo, não apenas possível, mas provável, em devir, em vias de ser: multilateral, plural e singularmente especial e transformador.

b) O capitalismo depende(u) em sua constituição e domínio do saque das riquezas de Nuestra América:

O mundo capitalista necessitou de maneira imprescindível da América para se constituir.

Devemos, para nos localizarmos, voltar à passagem do feudalismo, na Baixa Idade Média europeia, ao surgimento da Idade Moderna, cujo marco temporal é situado na queda de Constantinopla frente os turco-otomanos, em 1453.

Entretanto o fenômeno simbólico-sistêmico que representa a passagem de eras deu-se através de todo um processo de menor turbulência bélica microrregional no coração da Europa Ocidental.

Neste processo e graças a esta contingência, o contato econômico e cultural com o ascendente e poderoso império árabe também, forçosamente (graças à força bélica difícil de suplantar deste) também se tornou mais pacífico: mediado por negociações. Através destas trocas e comunicação, e graças à tradição comercial sarracena, são apresentadas aos europeus as maravilhas dos produtos índico-asiáticos – especiarias que ajudavam a conservar os alimentos e lhes dar um tempero especial (bem como úteis na fabricação de fármacos e perfumes), tecidos de qualidade e tons (inclusive tinturas como o anil) jamais vistos, joias e artes diversas, rica ourivesaria etc. – tudo isto deu um colorido e um “tempero” (concreta e simbolicamente) novos ao homem europeu, nova luz, céu anil, sem brumas e escuridão, afastando-o da “era das trevas”.

Com atração despertada e com a paz relativa fomentou-se um novo espírito ao homem europeu, que passou então a implementar a expansão das zonas de comércio, com isto, a necessidade de se adequarem moedas, promoção de redução, integração e simplificação de impostos e, então, fronteiras – menos fronteiras significando unidades maiores regionais,

reversão da dinâmica feudal –; demandas por segurança patrimonial profissional, o que irá dissolver o exercício da força por relações de vassalagem, por extensão, irá enfraquecer e por fim dissolver estes laços, criando guardas profissionais, sistemáticas e centralizadas no que virá a ser a polícia e o exército. Tudo isto de modo a promover uma melhor circulação de mercadorias, através de trâmites de logística menos truncados e simplificados; garantias de maior segurança contra o banditismo e gerasse recursos em volta dos castelos (burgos) à monarquia absolutista, recolhedora de tributos e gestora do Estado, e, assim, à noção do Estado-nação par-e-passo à ascensão da hegemonia econômico social da burguesia, comerciantes daquelas mercadorias e, então, também guardiões, fiadores e credores de recursos oriundos e a serem usados por outrem nesse comércio (primeiras casas de câmbio e bancos), conselheiros e parceiros dos nobres e monarcas em geral, mecenas e etc..

Após esse esboço inicial em, sobretudo, à possibilidade de se erigir, fortalecer e se impor mundialmente o sistema capitalista não pôde prescindir – nem hoje o pode – do roubo assassino sobre o Novo Mundo... e impor sobre esse uma relação de choque cultural entre explorador e explorado... e um terceiro elemento, de ainda outro mundo, também feroz e cruelmente maltratado, que será as hordas de escravos negros sequestrados de seu continente para compor conjuntamente nossa cultura, socioeconomia e psiquismo... mas desenvolveremos mais no porvir.

Para se estabelecer este vínculo indissociável, fundante, deve-se rememorar as raízes históricas dessa convergência “evolutiva” (vide parte *a* desta seção).

Em paralelo à chacina, ao butim e à escravidão colonial, os “Estados” burgueses vão tecendo uma institucionalização necrotizante em conformidade à alienação usurpadora necessária à exploração capitalista:

O Estado institui gradativamente (“evolutivamente”/ vide parte *a*) a burocracia e, repressivamente, para garantir seu poder enquanto braço armado (“para servir e proteger” à burguesia) as forças policiais permanentes vinculadas – burocraticamente – ao Estado (burguês), jamais à gerência popular (não esquecer da repressão moral – burguesa – da Igreja), e, finalmente, mais contemporaneamente, a hipócrita “democracia” burguesa e a groselha sobre “direitos humanos” (dos iguais perante à Lei... do mais forte); depois, organizações “mundiais” (O.N.U., em Nova Iorque... G-7), para garantir a relação “igualitária”(neocolonialismo) e “pacífica” (ou guerra, não proliferação de armamentos nucleares depois de que todas nações imperialistas já estão armadas até os dentes com centenas ou milhares de ogivas nucleares e podem forjar que você as tenha para roubar seu petróleo e arrasar seu país) entre os povos;

definições por capitalistas-imperialistas da concepção de Saúde da OMS: “pleno bem-estar bio-psíquico-social”, ideal este, primeiramente, inalcançável, gerando frustrações e ideais de ego tirânicos, individualistas/consumistas, em segundo lugar, se algum ser (inumano) o obtiver, será um hipócrita desprezível (nada são), por não chorar lágrimas de sangue frente – em indiferença *blasé* – às injustiças circundantes, assim, não teria, por conseguinte, bem-estar psíquico, sendo portanto um contrassenso em si esta definição, no mundo em que estamos e assim vai o engodo tirânico, até nossos dias.

Retornando da digressão, as praças de convergência de trocas na Europa surgiram através das intersecções de caminhos de mercadores vindos de diferentes lugares, embriões das grandes metrópoles europeias, no crescimento dos “burgos”, denominação da região círculo-periférica desse conclave comercial e paulatinamente habitacional entorno às fortalezas da morada real – eram o encontro de produtos oriundos de todos lugares do mundo conhecido até então (e, preponderantemente, desconhecido *in loco* mas trazido por mercadores que encontravam outros mercadores orientais e faziam essa via intermediária).

Mas faltavam ouro, prata e pedras preciosas, para fazer pagamento às caravanas asiáticas, o dinheiro e as letras de crédito/ cheques foram desenvolvidos nos burgos, com sua complexificação e crescimento, para substituir àqueles, mas sempre(?) com o “lastro” – o depósito material garantidor dos metais e pedras – em alguma guilda original de troca, que seriam os primórdios dos bancos... e dos banqueiros.

Na cadeia “evolutiva” (percebe-se) supracitada, esses “bancos” emprestam dinheiro para mercadores que não o possuem suficientemente para obter o máximo de mercadorias orientais que valesse a viagem.

Porém, não de maneira altruísta, claro, mas esperando uma “indenização” e bonificação pelo “desprendimento” da possibilidade imediata de dispor desse capital para outras transações possíveis, esta indenização/bonificação aumenta exponencialmente frente ao risco de que, por desventura do mercador, frente aos perigos da viagem, ou por sua má fé, falhassem em devolver o dinheiro.

Essa equação, por final, é uma inequação, aquele lastro em ouro e pedras preciosas vê-se perdido em valor real, frente a esses juros sobre o capital.

Ao longo do tempo, nota-se que estes banqueiros podem viver da simples acumulação e circulação de capital, ficando cada vez mais ricos, em contraponto a outra massa de trabalhadores periféricos, à sua própria sorte para sobreviver nesse – e para fazê-lo acontecer

efetivamente, por seu trabalho – sistema é cada vez mais empobrecida e expropriada, nessa “roda da fortuna” que forçosamente exige esta (e várias outras) exploração atroz para se mover.

Neste esquema, os mercadores (“empresários”), em conluio com os banqueiros (lembrando: maximizar lucro, “ressarcir” em crescente quantidade aos financiadores e/ ou apostadores: banqueiros), visaram acabar com o ônus de ter que pagar tributos sobre tributos para cada nobre, em cada feudo que passassem suas rotas comerciais.

Assim, com o poder econômico, aliaram-se a um monarca mais proeminente para subjugar aos outros, fortalecer a submissão – dando origem à subserviente coorte –, a centralização e a dependência ao “rei” ... e constituir os Estados-Nações absolutistas.

Ou seja, jogo de interesses: “luta de classes, embora haja quem pense que isso é coisa da cabeça de meia dúzia de loucos”, (conforme coloca o professor José Paulo Netto; o mesmo autor também coloca nesse vídeo que essa luta de classes culminará, finalmente, com até esta cabeça do Estado sacada do poder: guilhotinada).

Paralelamente à essa “evolução” (vide item *a*), há que se empreender a sanha de, preferencialmente, conseguir ampliar a posse desses metais e pedras preciosas, fazer rendas maiores para o acúmulo dos grandes capitalistas... e para lubrificar as engrenagens do modelo, como visto, sempre deficitário e insustentável *per si*.

Daí o saque, a exploração insaciável até à destruição de riquezas naturais estrangeiras, as guerras (Santas?), o escravagismo.

Surgem então, nesta “evolução” (vide parte *a*), nessa conjuntura, as expedições ultramarinas, as “Grandes Navegações”; a partir dessa necessidade e vontade em se buscar rotas que favoreçam maiores lucros (“maximizá-los”), todavia mais arriscadas, com patrocinadores exigindo maiores valores de ressarcimento através de grandiosos lucros sobre o capital “investido” (apostado).

Desta forma, os aventureiros dispostos a tal apresentavam um apetite muito mais voraz (assassino... capitalista) por riquezas, apostando nisso suas próprias vidas rumo ao desconhecido – logo, com “carta branca” para massacrar outras vidas que se ponham em seu caminho –, os verdadeiros “tomadores de risco”, não apenas na empreitada incerta, bem como na eventual escravidão por dívidas, ou degredo, nas mãos dos “mecenas” que patrocinaram a empresa (origem do nome), num eventual retorno de insucesso do “empreendimento” (os primeiros “empreendedores”).

Nada de estranhar a máxima hobbesiana-darwinista da relação “matar ou morrer”, na “evolução” capitalista (vide item anterior, *a*).

Neste momento, conforme o subtítulo o diz, chega-se à terra nova, aos “descobrimientos”: o “Novo Mundo”, cujo vilipêndio pôde e pode manter, e desenvolver (“evoluir”, vide item *a*), ainda que extremamente claudicante hoje, o capitalismo ao longo das últimas quatro centenas de anos.

Podemos chamar o “descobrimento”, então, de invasão, genocídio, exploração sanguinária, chupim, violações em massa, chegada de um vírus letal (em imagem figurada... e concretamente).

E o capitalismo vai mostrando seu caráter endógeno predatório, dominador, saqueador, centrífugo em busca de novas riquezas para o retroalimentar em sua crise de desabastecimento... de capital, devorando, assassinando, até ficar insustentável, colapsar, como previu Marx, e tal fato já ocorreu várias vezes.

Mas esses ciclos de crise endêmica não cessarão “por si só”, sem a revolução; trata-se de uma besta-fera que se reinventa, apesar do moribundo zumbi que há tempos o é. Através de mais genocídios, violações, guerras e saques...

Ou pequenas concessões hipócritas, esmolas, para dissuadir momentaneamente seus escravos, quando a situação o exige, nunca por “humanismo” – as chamadas “social-democracias”, ou “Estado de bem-estar social” – que, ultimamente, pelo simples fato das condições agora o permitirem, estão migrando com muita velocidade para o nazifascismo: estado máximo, com a “mão invisível”/ “mãos leves” do mercado batendo a carteira do povo para entregar à burguesia (e assim pagar a nova e talvez maior crise capitalista).

Verdadeiro câncer, natimorto se for se ver a história na perspectiva maior que a curta existência nossa e dos nossos mais próximos antepassados/na *big picture*, uma efeméride anti-civilizatória em sua raiz.

Retomando, após as digressões necessárias explicativas acima, muitas riquezas guardava aquele “Novo Mundo”; também muita riqueza na beleza e no “descobrimento” de novas possibilidades de existência, novas culturas possíveis: os astecas, os maias, os incas, as organizações tribais de menor tamanho - mas compartilhando relações com outras tribos, ainda que de guerra, exigência de tributos e sacrifícios humanos rituais que acabavam enaltecendo o supliciado (por ser digno do consumo de seus deuses ou de seus cidadãos, enquanto dádiva que os fortalecerá, nunca inferior, sim diferença a ser incorporada e introjeta canibalisticamente enquanto força e potência), mas nunca desrespeitando sua alteridade, crenças e costumes, nunca, portanto, dizimando-o simbolicamente, ao contrário, perpetuando-o.

Em sua natureza esplendorosa, multidiversificada, um mundo de oportunidades... e possibilidades, sonhos... “paraíso perdido”, inexplorado: onde o pecado não existia – embora por muitos, pobres de espírito, usado para “salvar almas”, impor o catolicismo, maneira outra de submeter os nativos, e, outros tantos, não havendo pecado, como licença para matar numerosa e indiscriminadamente.

Portanto, de alguma forma, sub-repticiamente, o conquistador acabou conquistado; o colonizador, colonizado; o invasor, invadido; o assassino, assassinado em sua lógica; o usurpador de riquezas, usurpado até a pobreza em seu conceito de riqueza.

Por fim: o destruidor de mundos e genocida de civilizações acompanha a destruição indelével de seu Velho Mundo e civilização, não no corpo, como o fizera aos nativos do Novo Mundo, mas pior, na alma; não através da violência brutal da carnificina, mas através da carnificina sîgnica, mais violenta e brutal.

Como destacamos há pouco, a sequele de violência, o forje a ferro e sangue da América Latina, é um traço fundante, determinante e feroz da formação deste povo... mas há outros, tão ferozes e violentos quanto, enquanto potentes.

O roubo ao Novo Mundo foi e é fundamental para a constituição e imposição do modelo capitalista global. Mas também foi, é e será, então definitivamente, seu sumidouro, no olho do furacão da história.

Um novo mundo não é possível apenas, um novo mundo é inevitável. Marx falara que o comunismo era inevitável também.

Um novo mundo o é.

2.2 PROBLEMÁTICA DE MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO NA OBRA DE FREUD

Em *Mal-estar na civilização*, Freud (2010b) aventa que é muito mais razoável perceber ao outro como ameaça, adversário, rival – e, portanto, odiá-lo, temê-lo –, à premissa cristã de amar ao próximo como a si mesmo.

Ou, em outra passagem correlata, cita a célebre formulação de Thomas Hobbes em *O Leviatã*, em latim, *Homo homini lupus* (O homem é o lobo do homem), de novo com o sentido – em relação ao que ele quer sublinhar sobre pulsão de morte na cultura em boa parte do ensaio, talvez sua pedra de toque – de quão a agressividade está inerente às relações humanas, o quão o outro representa de perigo para si e como esta predisposição ecoa também em si próprio devendo ser denegada, reprimida e sublimada... negativada, para vigorarem laços sociais.

E, via de regra, com um elemento externo, uma instituição (um Totem), representante do pai terrível mas amado e com o qual se identifique, com a função de representar um demiurgo legislando e governando através majoritariamente de punições (ou seja, também ameaçador e agressivo) para ditar impositivamente as normas desta civilização, zelar, com “punhos de ferro” neste sentido, o *pacto social*:

Leviatã – força (força em seu sentido mais cru e violento inclusive) externa, embora civilizatória, que impele imperativamente à sociedade funcionar em coletividade. Privando em muito manifestações sociais agressivas do *quanta* energético pulsional subjetivo não sublimado ou com não muito satisfatória descarga por caminhos sublimatórios.

Manifestações essas que possam representar ameaça (de novo a questão da ameaça, claramente vinculada à violência, agressividade) à vida enquanto social, ou seja, coibidas para um *bem maior* coletivo.

Logo, atrelado a esse *bem maior* está um sentido racional de base, lógico... e em muito inconsciente, com o desenvolvimento cultural.

Mas um motivo “racional”, afeito a uma lógica de espírito cartesiano, concordemos, é bem distinto da lógica do inconsciente: um paradoxo teórico visível, uma inconsistência?

Este racionalismo também vigora na ideia de que o Homem consegue mais bens, mais sucessos à sobrevivência, em grupo.

Concorrendo a esta coesão da *equipe* algo, a princípio irracional, também de grande aspecto inconsciente, como o tabu do incesto (*Totem e tabu*), mas, em essência, em lógica racional, posto que a não disputa por mulheres do grupo mais compromissado coletivamente impediria disputas fragmentadoras e destrutivas em seu interior.

Assim, numa brevíssima e por isso imprecisa em complexidade síntese: o mal-estar civilizatório consiste na repressão da agressividade que a faz voltar contra si, em parte, e causar mal-estar, por conseguir lograr apenas descargas insuficientes. Também o mal-estar abrange o sentimento de constante ameaça do outro e do Pai/Estado. Sentimento reforçado e amplificado substancialmente pelo retorno da agressividade própria, que seria direcionada ao outro em ameaça persecutória de exponencial magnitude. E, ainda nessa dimensão mais intrapsíquica, o afeto da constante e forte insegurança percebida, bem como medo de si próprio, expresso pelo medo do descontrole, pela loucura, pelo crime (exemplo: *Crime e Castigo*, Dostoiévsky, 2019).

Sempre a sensação de insegurança e o fantasma da morte violenta.

Sempre a dinâmica do medo e da precariedade e escassez de plena satisfação.

Plena satisfação, então, socialmente, representada apenas pela morte: via o processo interno em estado bruto, da plena dominância da pulsão de morte. Portanto, hipótese teórica, nunca evidenciada externamente, quando somente se atribui a possibilidade da pulsão de morte em fenômenos observáveis interpretados enquanto associados à pulsão de vida.

Desta forma, a plena satisfação possível seria pelo princípio de nirvana, a busca pelo estado de menor excitação, total entropia, dissolução.

Ou seja, socialmente, só haveria mal-estar e descargas de satisfação incompletas, sublimadas, portanto, nunca em estado nascente; ainda, haveria o perigo de “atuações”, explosões agressivas reverterem enquanto dano ao sujeito, bem como, a repressão destas levar à tirania própria contra si mesmo.

É isso que instila, basicamente e, de novo com a ressalva, com uma síntese sempre menor em complexidade, a ideia de possibilidade de civilização, em um dos aspectos de que trata, talvez o mais importante, mas há outros, que perpassa esse texto basilar de psicanálise em análise da cultura.

2.2.1 Proposta para uma visão analítica diversa, em perspectiva americana

Afastando-nos completamente – o máximo possível, melhor dizendo, é impossível completamente, pois faz parte constitutiva de nosso meio cultural de alguma forma – da ética judaico-cristã (cristã, no caso, mas sempre em conexão com a herança judaica do deus opressor), tampouco nos pautaremos pelo “amar ao próximo como a si mesmo”, mesmo porque isso não condiz com a prática real de nossas sociedades, talvez nem mesmo nos amemos tão vigorosamente também, nessa ordem social, e o amor que poderíamos dar igual ao por nós mesmos, por conseguinte, tampouco seja tão grato assim ao outro.

Tais ditames utópicos – para quem tem essa utopia cristã, pouco interessante e imaginativa para uma sociedade, em nossa concepção – ecoam muito mais na precariedade, insuficiência, penúria que repercutem em nossas primeiras pinceladas analíticas na introdução ao subitem anterior: ou seja, essa sempre não completude (até ter um desejo por completude e perfeição de caráter, nessa ética, pode ser visto dessa forma).

A dinâmica social, analisada por esse aspecto, é bastante condizente à óptica freudiana em *Mal-estar na civilização* (FREUD, 2010b), impossível não ter grandes mal-estares com esse nível de exigência impossível para um ideal de ego; daí sim reforça-se a agressividade contra si e outrem que o denuncie em espelho.

Com o advento capitalista da hipervalorização do individualismo, e esses extremos ideias para si agora buscados em nível consumista: consumir objetos e *gadgets* em profusão, por *status social*, mas nunca suficientes; buscar uma eterna juventude, buscar padrões de beleza irretocáveis, capacidade de produtividade inesgotável, desempenho sexual impecável etc., a mesma lógica se aplica, e o que sobra é invariavelmente a penúria e o desconforto sem fugas, pois, ainda que muito reforçado pela sociedade, parte, por introjeção, de nós mesmos, de nós não podemos fugir.

Mas, conforme dissemos, nossa análise psicanalítica social, sobretudo do que queremos esboçar em termos de uma possível cultura latino-americana, vai muito além ou aquém de uma “ética”, buscamos muito mais por uma estética, a nós parecendo mais cara a esta dimensão do inconsciente nos laços sociais que pretendemos destacar.

Aqui, de certa forma, nivelamos ao mesmo patamar ética e moral, pois, por mais que haja dimensões filosóficas que apontem diferenças cruciais entre ambas, as duas serão praticamente impertinentes à nossa análise, relegadas apenas a certo plano-de-fundo.

Neste aspecto, “amar ao próximo como a si mesmo” de fato não faz o menor sentido, mas tampouco sua antípoda do homem ser o lobo do homem pode ser tida como um cânone em absoluto, entre ambas existem inúmeras outras possibilidades, mas inclusive nenhuma dessas inúmeras e infinitas contidas no entrecampo nos despertariam propriamente a atenção, pois buscamos operar através de outras lógicas, buscar estas lógicas, estar abertos a estas outras lógicas, de outra ordem, diferentes, novas.

A dinâmica da subjetividade na socialização, do singular plural e do plural singular no grupo inter-relacional, pode ser vista de forma muito distinta do ideal cristão de amor universal indiscriminado, bem como dos contratualistas – seja na figura do “bom selvagem” rousseauiana, ou naquela do “lobo do homem” hobbesiana.

A figura do bom selvagem foi alimentada pelo espectro do novo mundo, nos mistérios e na paixão do romantismo e nos diários de viagem obscurantistas com suas narrativas estranhas e fantásticas... enquanto o romantismo criava histórias para ninar gente grande na Europa, aqui, no Modernismo, foi subsídio de releitura antropofágica para o realismo fantástico... e com isso a criação do novo, plural, singular, transformador e de despertar para o homem novo e para o mundo novo.

Jean Baudrillard, coloca que quando uma sociedade precisa de Leis para se reger, não há mais sociedade, quando as relações humanas perpassam, escoram-se, são tuteladas pelas lógicas dos tribunais, é porque não há mais relações humanas.

Este livre pensador ainda coloca que enquanto leis foram feitas para serem transgredidas, subvertidas, quebradas... ridicularizadas e ignoradas, as regras, a face ritualística, o entre jogo das relações humanas e sociais não podem ser transgredidos (ao contrário da judicialização), pois, se o forem, não há jogo, não há graça, não há existir social.

Nessa dinâmica, cai por terra aquela ideia interpretativa de que o Estado represente o pai, o demiurgo, a ordem, conforme muitos começaram a ver nos textos freudianos:

A ideia de que o pai (“Pai”- Estado) dá o limite da lei (ou “Lei”), ainda que este limite preveja certa continência por algumas instituições sociais, mas sobretudo representada pela tensão punitiva.

Na óptica do jogo a única punição ao transgressor das regras é a autopunição, que representa a não participação no jogo (BAUDRILLARD, 2004).

Outra divergência à postulação do Estado enquanto “Pai maior” é o que ocorre na realidade jurídico-governamental da ordem instituída que, em desacordo com a ideia de que o pai representaria a lei, aplicaria a ordem, faria esta função civilizatória, que garantiria a segurança e a organização do laço social neste *contrato*; sobretudo aqui na América Latina, o pai é cruel, nada justo, ao contrário, usurpador e cruel com a grande maioria de seus filhos.

O suposto governo do “todo poder emana do povo” é submetido a golpes recorrentes relativos a interesses nunca do povo, e muitas vezes submetidos a interesses externos – que, obviamente, tampouco representam o povo daquele país.

A “justiça”, “imparcial” é “zelada e aplicada por um corpo de juristas que são uma casta completamente alheia à realidade da população e a serviço, via de regra, de interesses reacionários bem alheios a esta; inclusive bloqueando a candidatura de representantes populares que, se o poder emanasse do povo, seriam francos favoritos pela vontade desse, via processos farsa e prática que tutela a escolha popular, pois previamente determinam os candidatos “que podem” ser eleitos (numa eleição nada democrática, tutelada, pré-eleição, portanto uma “escolha” totalmente plutocrática, nenhuma democracia... fora diversas outras fraudes).

Ainda, a farsa da representação “democrática” (burguesa) também das casas parlamentares, que em conluio com a mesma “justiça” (“com STF, com tudo) cancelam e depõem – inclusive sob a chancela de órgãos internacionais de credibilidade dúbia, para se dizer o mínimo, como a OEA, pró-imperialista – eleições e presidentes legitimamente eleitos, como na Bolívia... ou, via imprensa venal e “forças ocultas”, como dissera Vargas, mas que se infere quais sejam, no Brasil.

Ou seja, o Pai não é um pai, aquele que estabeleceria os limites via um critério de relativa justiça constitutiva e organizativa ao funcionamento social, pelo contrário, muito pouco de parentesco tem com sua suposta “cria” (suposta, pois definitivamente não vemos assim nas “democracias” burguesas daqui), muito menos daria a guarida de segurança e confiabilidade esperadas de um pai.

2.2.2 Ao contrário, nossas considerações

Por que certos personagens são apagados internamente – João Cândido, Zumbi dos Palmares, Chico Mendes, Paulo Freire etc., detendo-nos apenas em alguns do Brasil, pouco mencionados em nossa terra, mas, ao contrário, sempre lembrados por meios externos?

Ou, por um lado algo análogo, têm um final de degedo, de certo ar de fracasso, alvos de infâmia caluniosa e grosseiras demonizações (por pessoas do mais baixo nível da *intelligentsia*, se se pode dar essa alcunha, de “sábios” de espectro ideológico oposto, que bem sabemos a quem representam) – igualmente também difamaram e, se alguns foram reparados, por oportunismo, hoje alguns ainda continuam sendo difamados, por exemplo, os heróis latino-americanos Tupac Amará, Hidalgo, Zapata, Sucre, San Martín, Che Guevara, Simón Bolívar, Fidel Castro, Hugo Chávez, Subcomandante Marcos, Abimael Guzmán etc.?

Por quê, apesar disso, dos apagamentos (seus algozes bolivianos, com a devida tutela de agentes da CIA, sumiram com o corpo e as mãos de Che, por exemplo), das agruras, traições e sabotagens vivenciadas à época (e hoje), esses personagens tornam-se imortais? Símbolos internos e externos, de “auto-sacrifício, honestidade e devoção à causa” (ANDERSON, 2012)?

Por quê são exemplos de “almirantes negros que tem por monumento as pedras pisadas do cais”, são os homens novos latino-americanos que não precisam ter seus monumentos erigidos institucionalmente em concreto, pois estão na alma deste povo, em plural singularidade... e “esa ola ya no parará más”...

Conforme Che Guevara discursou na ONU em 1964:

Ahora sí la historia tendrá que contar con los pobres de América, con los explotados y vilipendiados, que han decidido empezar a escribir ellos mismos, para siempre, su historia. Ya se los ve por los caminos un día y otro, a pie, en marchas sin término de cientos de kilómetros, para llegar hasta los «olimpós» gobernantes a recabar sus derechos. Ya se les ve, armados de piedras, de palos, de machetes, en un lado y otro, cada día, ocupando las tierras, afincando sus garfios en las tierras que les pertenecen y defendiéndolas con sus vidas; se les ve, llevando sus cartelones, sus banderas, sus consignas; haciéndolas correr en el viento, por entre las montañas o a lo largo de los llanos. Y esa ola de estremecido rencor, de justicia reclamada, de derecho pisoteado, que se empieza a levantar por entre las tierras de Latinoamérica, esa ola ya no

parará más. Esa ola irá creciendo cada día que pase. Porque esa ola la forman los más, los mayoritarios en todos los aspectos, los que acumulan con su trabajo las riquezas, crean los valores, hacen andar las ruedas de la historia y que ahora despiertan del largo sueño embrutecedor a que los sometieron.

Porque esta gran humanidad ha dicho «¡Basta!» y ha echado a andar. Y su marcha, de gigantes, ya no se detendrá hasta conquistar la verdadera independencia, por la que ya han muerto más de una vez inútilmente. Ahora, en todo caso, los que mueran, morirán como los de Cuba, los de Playa Girón, morirán por su única, verdadera e irrenunciable independencia. (GUEVARA, 1964 apud ANDERSON, 2012, grifos nossos).

3 KAËS, NEGATIVIDADE E INTERMEDIÁRIO PENSADOS NA LATINO-AMERICANIDADE, SOB NOSSO PRISMA

(A história) é uma espécie de romance policial ao contrário. Nela estão todos os dados, mas não se sabe ao certo qual é o enigma que se pode decifrar. É claro que os historiadores trabalham sempre com a ficção, e a história é a proliferação retrospectiva dos mundos possíveis.”
(PIGLIA apud VILLAR; ROSSEL; COSSÍO, 2016)

“Tenhamos presente que nosso povo não é o europeu nem o americano do norte, que é mais uma miscigenação da África e da América, que uma emanção da Europa, pois que até a própria Espanha deixa de ser européia por seu sangue africano, por suas instituições e por seu caráter. É impossível determinar com precisão a que família humana pertencemos (BOLÍVAR apud PIVIDAL, 1983)

3.1 INTRODUÇÃO

No prefácio do livro *Os espaços psíquicos comuns e partilhados - transmissão e negatividade*, de René Kaës (2005) a autora daquele (Maria Inês de Assumpção Fernandes) diz que “Esta publicação enfoca dois eixos: *negatividade* e *intermediário*. Um é o outro.” (KAËS, 2005, p. 9, grifos da autora). Consonantemente, também pensaremos a questão do vínculo intersubjetivo a partir desta diretriz de conceitos, nos quais ambos, negatividade e intermediário, compõe o espectro associativo que cimentam àquele no processo global, no nosso caso, em relação ao agrupamento humano maior que constituiria o povo latino-americano.

Pode-se aferir que um seja o outro porque a negatividade abre a oportunidade para o estabelecimento do intermediário, onde não se pode ser um – com a elisão provocada pelo negativo – surge a necessidade e a possibilidade de se escorar em um outro, estabelecer-se o vínculo e a identificação, num espaço - entre um e outro - intermediário, defensivo, mas também de criação interpessoal, uma imposição para que o aparelho psíquico trabalhe e atue, mas como aparelho psíquico grupal, sendo que o singular não mais o possibilita:

Ao negativo são atribuídos sentidos bastante diversos: o de uma inversão de contrastes, segundo a metáfora da fotografia, [...] qualifica também uma forma de alucinação, uma qualidade agressiva da transferência e, certas reações de rejeição ao processo terapêutico” (KAËS, 2005, p. 97). São três as principais conotações: ausência de representação ou de representabilidade; um destino nocivo do funcionamento psíquico e, por trás de todas essas conotações, a experiência da perda e da falta (GUILLAUMIN, 1989, p. 24). (FERNANDES, M.; 2021, p. 365).

O negativo abre espaço para o social e a sociabilidade:

(...)Dessa forma, coexistem no final do século XIX, segundo o autor, três grandes direções do pensamento do Negativo: a celebração estética do obscuro, do duplo e da sombra, como nas artes plásticas e na poesia; um discurso de resistência a toda experiência de incerteza e do desconhecido; e o esforço intelectual, a terceira via (em Hegel, por exemplo), para delimitar ou identificar a lógica ou a dialética do negativo em sua relação com a produção do pensamento e da realidade social e histórica. Pode-se, portanto, reconhecê-las na cultura, tanto nas artes e na literatura como nas ciências, na filosofia e no pensamento místico. (GUILLAUMIN, 1989 apud FERNANDES, 2021, p. 366).

E continua a autora, evidenciando aqui a abertura propiciada ao intermediário, através da ilustração da relação terapêutica/analítica:

O que se apresenta nesse caminho é a compreensão de que, em alguns sujeitos, há uma incapacidade de regular de maneira estável, com fronteiras bem estabelecidas, a distância entre suas fantasias e a percepção de si mesmo e do meio ambiente. O espaço analítico no qual se mostra tal instabilidade evidencia que **o analista é colocado como intermediário** no trajeto dessas identificações instáveis, em trânsito, carentes de representação e de oponibilidade, expressão do Negativo. O dispositivo analítico seria, na vasta discussão sobre a relação transferência/contratransferência que se segue e se desenvolve no curso teórico freudiano, uma cilada para o Negativo. (FERNANDES, 2021, p. 366-367, grifos nossos).

Por sua vez, René Kaës distingue três formas de negatividade:

(...) três modalidades do Negativo estão no princípio do trabalho da psique: uma negatividade de obrigação, que corresponde à necessidade da psique de produzir o Negativo a fim de efetuar seu trabalho de ligação; uma negatividade relativa, que situa o negativo em relação a um possível; uma negatividade radical, que coincide com a categoria do impossível, em outras palavras, daquilo que não é no espaço psíquico [...]. (KAËS, 2005, p. 98 apud FERNANDES, 2021, p. 367).

A negatividade de obrigação caracterizando-se, mais amiúde, como:

Para o autor, a negatividade de obrigação diz respeito àquilo que exige que o aparelho efetue as operações de rejeição, de negação, de recusa, de desmentido, de renúncia ou apagamento, tendo como finalidade a preservação da organização psíquica, seja a do próprio sujeito, seja a dos sujeitos a quem está vinculado, por um interesse maior (KAËS, 2005, p. 98 apud FERNANDES, 2021, p. 367).

A negatividade relativa:

A negatividade relativa “se constitui sobre a base daquilo que permaneceu em suspenso na constituição de continentes e conteúdos psíquicos, na formação das operações que os ligam” (KAËS, 1989, tradução nossa/dela). Isso quer dizer que o objeto e a experiência do objeto foram constituídos em sua desaparecimento, em sua insuficiência, sua falta (KAËS, 1989) e sustentam o espaço do possível no vínculo,

aquilo que insiste em ser constituído na realidade psíquica: “o que não foi, mas poderia ser, o que poderia ter sido e tornar-se, abre-se assim sobre o possível o que no nosso espaço psíquico é dependente da psique do outro” (KAËS, 1989, p. 115, tradução nossa/dela). (KAËS, 1989, p. 115 apud FERNANDES, 2021, p. 367).

E, então, a negatividade radical:

Por fim, a negatividade radical é aquilo que, dentro do espaço psíquico, tem o status “daquilo que não é”. Ela se deixa representar como não vínculo, não experiência, irrepresentável, pelas figuras do branco, do desconhecido, do vazio, do ausente ou do não ser (KAËS, 2005, 1989). Ela seria aquilo que se torna refratário a toda ligação, um não ligado irreduzível. Distingue-se, dessa forma, daquilo que é des-ligado e que diz respeito às outras modalidades do negativo. (KAËS, 1989; 2005 apud FERNANDES, 2021, p. 367).

Tendo em vista seus estudos sobre esta temática, acrescenta Kaës em um artigo, que “(...) sobre essa negatividade se apoia a positividade que estrutura a vida psíquica.” (KAËS, 2003a), mas reitera, logo adiante, no mesmo artigo:

(...) Esses detalhes conceituais me pareceram úteis para a análise das relações entre certas formas do Negativo e certas configurações do vínculo intersubjetivo. Eu fui levado a atribuir nesta análise um lugar muito importante às alianças inconscientes adquiridas na base do Negativo e em certos efeitos dessas alianças sobre a capacidade de pensar (KAËS, 2003a).

Ou seja, ao mesmo tempo que a estrutura da vida psíquica se apoia nesta negatividade, isso apenas se dá através da fomentação e do advento do vínculo intersubjetivo que aquela induz: a vida psíquica singular, portanto, estruturar-se-ia, forçosamente no vínculo, através do vínculo, que por sua vez é suscitado pelo encontro com a negatividade. Daí que a negatividade e o intermediário são indissociáveis, como dissera a autora: “Um é o outro” (FERNANDES, 2005)

Ao falarmos em “identidade latino-americana”, no debate com a teoria kaësiana, é devemos pensar na instauração de alianças inconscientes, contratos narcísicos e a questão do intermediário na dimensão social extensamente concebida.

Logo, deve-se pensar não apenas o espaço dos pequenos grupos, mas sim todo um pertencimento grupal em uma civilização Latino-americana de continentais heterogeneidades.

Para isso damos luz às críticas de Ignacio Martín-Baró (1990) à esquiva e defesa do status quo subjacente ao dogma de que só poder-se-ia elucubrar psicológica e psicanaliticamente frente a grupos pequenos, localizando historicamente esta espécie de modismo eivado de ideologia implícita trazido pela estadunidização da Psicologia Social pós II Guerra Mundial, centrada em grande parte na figura e no trabalho de Kurt Lewin, que

passa a discutir questões sociais remetendo a estudo das personalidades e centrando seu “laboratório” em grupos pequenos, por motivos alegadamente metodológicos mas que carregam em si impregnados a noção de se compreender o macrocosmo através do microcosmo e, em última instância, na mônada subjetivista e arraigada na redução total ao psicologismo, desprezando substantivamente o caráter social, se não por excelência, indissociável, da historicidade e das lutas de classe.

Também, nos pequenos grupos inculca-se que todos falem “livremente”, mas sempre na busca de uma integração e, assim, correlatamente, na expectativa implícita de um ideal de enquadre de submissão à ordem, silenciando a desordem, a aberrância, a divergência absoluta e radical, apesar da escaramuça da aceitação, no seu próprio *modus operandi*:

(...) a pretensão científica conduz a um reducionismo radical, em que o eliminado é precisamente o social enquanto tal, simultaneamente a busca de respostas pragmáticas aos problemas da sociedade ianque leva a se concentrar em fenômenos microsociais ou situações individuais, prescindindo do contexto social mais amplo. O resultado é uma psicologia social positivista, inconsciente quando não ignorante de seus próprios pressupostos, cega ao caráter histórico dos processos humanos e, por conseguinte, com tendência a elevar à posição de universal elementos ou processos circunstanciais ou traços próprios de certos meios especificamente norte-americanos. (MARTÍN-BARÓ, 1990, p. 37, tradução livre).

Vemos o modelo kaësiano como um avanço frente a isto, ao trazer a questão do singular plural, porém, como em novo tipo de revolução copernicana inacabada, as mesmas vicissitudes também se expressam através dele, portanto, apesar de sua riquíssima contribuição, não nos é interessante limitarmo-nos ao “universo” dos pequenos grupos e vemos como nada contraditório pôr para trabalhar e confrontar seu modelo frente a questões históricas e sociológicas indissociáveis.

Para exemplificar, vemos, por exemplo, nosso autor de referência - Kaës - tratar o tema do “terrorismo” (cujo próprio emprego do termo em si tem que ser, estamos seguros, muito mais bem problematizado e circunstanciado: forma de anular –negativar radicalmente? – o outro e a legitimidade de suas revoltas, ainda que sob formas talvez inadequadas e violentas) em *L'idéologie l'ideal, l'idée, l'idole* (2016b, p. 217-240) de um modo bastante etnocêntrico e centrado também na posição do *status quo* dominante ao usar e equiparar movimentos fundamentalmente distintos como o nazismo e o comunismo sob a égide de *totalitários* tal qual Hanna Arendt. Depois recorrer ao psicologismo para “explicar” e, claro, condenar a todos estes igualados sob os rótulos e os signos de *terroristas* e *totalitários*.

Sem jogarmos o bebê junto com a água do banho, beneficiando-nos do rico da teoria kaësiana, tentaremos dialogar de forma mais cônica com a História e a Sociologia, com nosso olhar psicológico e psicanalítico, mas em busca da extensão psicológico-social menos míope frente a visões mais críticas dos fenômenos reais daquelas duas ciências, relacionando com a teoria psicanalítica, nosso porto mais seguro, porém sem o reducionismo ao psicologismo estreito senso.

Bem verdade, também nos escoramos em personalidades (Martí, Darcy Ribeiro, Bolívar...), mas personalidades estas que sintetizam e expressam o latinoamericanismo, bem como suas contradições e pluralidades inerentes, buscando-se analisar e pensar nelas e a partir delas estas questões do todo cultural e grupal, inerentes a todo este povo e sociedade escrutinados.

Centramos a análise nestes três expoentes, neste nosso recorte, mas tendo em vista a sociedade, plural, repleta de contradições e lutas pró e contrarrevolucionárias neste espectro último da luta de classes, mas que não estão alheias ao âmago dos conflitos internos e externos tratados e vivenciados por essas personalidades, então aqui não se trata de um apagamento, em absoluto, destas questões.

Sigamos, portanto, com a crítica de Martín-Baró:

Um segundo período arranca da americanização [estadunidização] da psicologia. A pergunta fundamental é: o que nos integra à ordem estabelecida? Parte-se da necessidade de adaptar o indivíduo à ordem social imperante. As três áreas mais estudadas neste período são: os pequenos grupos (a “dinâmica de grupos”), as atitudes e a relação entre cultura e personalidade. A forma de abordá-las e seus conteúdos refletem o viés teórico ao individualismo, o psicologismo e a perspectiva desde o poder estabelecido. (MARTÍN-BARÓ, 1990, p. 51).

O poder estabelecido e colonizador definitivamente não nos interessa enquanto método, embora contemplado e esmiuçado, até porque interessa-nos sim o embate dialético frente ao fato deste dar à luz a irrupção do novo. Mas a busca é por pensarmos a identidade virtual latino-americana que se expressa ou se expressaria através de um devir de transformação e mudança frente ao estabelecido.

3.2 LATINO-AMERICANISMO, PLURALIDADE, INTERMEDIÁRIO E NEGATIVIDADE:

O processo de composição desta cultura envolveu (e ainda envolve, pois é um processo inacabado) o encontro (e o choque) de civilizações profundamente contrastantes.

As diferenças, num primeiro momento, destes povos, ditas acima, continentais, podem ser mais bem pensadas, para além, enquanto universais, posto que toda cosmogonia que envolve suas lógicas de organização, de pensamento, ritos, crenças, todos mitos e fantasias de origem representam nessas diferentes culturas universos simbólicos distintos, logo, outros mundos e universos, nestas discrepâncias absolutas.

Isso não bastasse, soma-se o que advirá de processos sócio-econômico-históricos de distintas posições entre classes e, de maneira bastante correlata, etnias – apesar da miscigenação e sincretismos que não podem jamais serem desprezados e ignorados enquanto característica de soberba importância (e aproximação daquelas), nesse processo –, criando, a partir daí, sérios abismos segregatórios na gestação, paradoxal, da ideia nacionalista identitária, se prescindirmos dos marcos de classes e de enraizamento local e, por extensão, nacional, que os deverá unir e os dotar de um senso de pertença, identificação e irmandade correlatos em vários aspectos, embora não os homogeneíze.

Sob o enfoque kaësiano, esta dinâmica deverá portar grandes lacerações, ou amputações, expressas através de pactos denegativos, em termos de magnitude; além de numerosos, em termos de intensidade.

Estas substantivas subtrações que propiciam os pactos denegativos e vínculos sociais entre culturas tão diversas envolvem um grande sacrifício subjetivo singular para que o amálgama que possibilite o vínculo social e as interações intersubjetivas ocorra neste espectro macro, enquanto cultura de todo um povo; para que haja o diálogo enquanto criação de um espaço intermediário...

Mas também, pensamos, essas fraturas e fissuras podem dar margem a aberturas ao diverso, ainda que em estranhamento, em enigma... mas algo que impõem sua “aceitação” ou modelagem, inter e intrassubjetivas, nos sujeitos do vínculo social, através de novas pactuações e acomodações inconscientes, ainda que sob o signo do acultramento ou na condensação do sincretismo.

Portanto, deve-se pensar que se trata de um processo interrelacional, onde todas as culturas, por mais díspares que sejam, tem sua parte na constituição edificacional desta sociedade.

Também é uma pedra de apoio, no fenômeno que resultou neste “novo mundo” cultural, o fato inelutável do subjugamento, aparente, das outras culturas àquela do “vencedor”: o hispânico-europeu – o termo Hispânia compreende etimologicamente, portanto simbólico em raiz, que é o que nos interessa, Espanha e Portugal, enquanto povos, os oriundos cultural e

historicamente da península hispânica – esta *marca* fundante foi aquela que impôs hegemonicamente certa *ordem* ao desenvolvimento identitário, ainda que sob a égide do aculturamento... mas, frisando, este sempre foi também, reciprocamente, dotado de sincretismos e pluralidades constitucionais em convivência, sendo esta característica *a priori* da latino-americanidade, sua singularidade plural que tanto retomamos.

Também se pensando no que ocorre sobre o colonizado, na imposição daquela cultura “vencedora”, que aparentemente alcança a vitória, mas sob o prisma da força e violência, jamais sem este entrechoque – o choque em si já podendo ser visto enquanto uma troca e uma fusão, ainda que assimétricas - inclusive inconsciente e subjetivamente, tentando defensivamente mimetizar o algoz, de modo a minimamente metabolizar e tentar dirimir as sevícias a que é submetido, a identificação com o agressor:

Em seu livro: *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador* (1977), o argelino Albert Memmi descreve como opera, no colonizado, “o amor pelo colonizador e o ódio de si”:

A primeira tentativa do colonizado é mudar de condição mudando de pele. Um modelo tentador muito próximo se oferece e se impõe a ele: precisamente o do colonizador. Este não sofre de nenhuma de suas carências, tem todos os direitos, desfruta de todos os bens, beneficia-se de todos os prestígios; dispõe das riquezas e das honras, da técnica e da autoridade. Ele é, enfim, o outro termo da comparação, que esmaga o colonizado e o mantém na servidão. A ambição primeira do colonizado será igualar esse modelo prestigioso, assemelhar-se a ele até nele desaparecer (MEMMI, 1977, p. 106-107).

A própria noção universal do conceito de Homem (humanidade) é de raiz filosófica greco-latina-iluminista (europeia), logo, fazendo parte irrefutável do nosso contexto sócio-histórico herdado, escorar-se nisso, também, o conceito de **UM** povo latino-americano, com suas particularidades, mas que compete no processo de civilização mundial, do Homem. Porém, nossa proposta, trata-se de um **plural singular**. Abre-se um parêntese de que para os índios as outras tribos e etnias (bem como os bichos e elementos da natureza como Sol, Lua etc.) não eram consideradas como iguais a si mesmos, nessa ideia de humano (nem havia esta ideia, claro), não, eram absolutamente diferentes, outros seres, de outra “natureza”, nem por isso menores ou inferiores, mesmo porque os próprios rituais de canibalismo representavam a expectativa de absorver os valores admirados e invejados daqueles outros “seres” (por não serem vistos como iguais, pode-se inclusive aventar que não se trataria em absoluto de canibalismo).

Este processo totalizante, de inspiração humanista (como se vê), em sua acepção idealista – do “todo homem igual, perante a lei” (veremos que esta restrição burguesa, “perante a lei”, irá limitar e colapsar dramaticamente, na prática, esta ideia de igualdade, pois a lei é feita e executada pelos detentores do poder, os “mais iguais que os outros”) –, cria condições antipódicas, contraditórias, de certo reducionismo e tendência à síntese pela homogeneização do que seria ser Homem/ humano. Assim, portanto, da mesma lógica, para a concepção totalitária, a anulação de outras concepções (e civilizações), aquilo que dará raiz ao fascismo, no século XX... e que deu salvo-conduto para chacina material, e destruição (na sanha de numerosos, porém não todos, conquistadores) daquelas culturas (parcial, suas *sobras* e negatividades estão lá, presentes, retornando, *via de regra*, como o retorno do recalçado), imposição de suas crenças, fés, “salvações”, à época do “descobrimento” (sob esta batuta, mas invasão, neste sentido – sublinhando, não foi o único sentido).

Ou seja, **em diversos aspectos, e por diversas formas, práticas do senso comum, pervertidas em seu rigor científico, analítico-filosóficos, foram condicionadas à inexistência da capacidade em se reconhecer e validar a alteridade**. A alteridade radical conforme exemplificamos na visão indígena, onde o outro é concebido como inteiramente diverso de si, nem por isso menosprezado ou inferiorizado, nem por isso deixando de ser alguém apto a trocas, inclusive e sobretudo simbólicas, mesmo porque trocas na diferença, não na mesmidade.

Adiciona-se, neste caldo, a ratificação, *via de regra*, dos quadros hierárquicos maiores da Igreja Católica, em época de Contrarreforma e Inquisição (ou seja, bastante reacionária e repressora), à primeira vista fragilizada, mas, ainda que defensivamente, gozando (e exercendo com mãos de ferro) de bastante poder.

O que levou à Santa Sé considerar os povos originários da América, os africanos, em suma, os diferentes à sua fé (e poder), enquanto *selvagens*, seres inferiores, inclusive com a marca do pecado em seus corpos e *almas* (os negros), que só poderiam ser redimidos através da conversão “à única e verdadeira fé”; e *pagando seus pecados* ao purgar sua condição de subumanidade à ferro e fogo: via escravidão, expatriação, expropriação de sua humanidade e toda sorte de violências.

Ou seja, sob este prisma, os invasores estariam fazendo nada mais que a *obra de Deus*, ao operar (*opera*/obra) a dádiva de trazer a civilização e a salvação àqueles *selvagens* – seus comércios de pessoas, estupros, aprisionamentos, chibatadas, carnificinas, trabalhos forçados e etc – selvagerias? - teria como pano de fundo esta missão.

Nisso consiste a contramão indesejada oriunda do projeto progressista da modernidade: a falta, ou estaque, capacidade de alteridade. A observância, e “reconhecimento”, do outro enquanto inferior por ser distinto.

Isto se insere par-e-passo no projeto capitalista, em consonância com o mesmo, na reificação das coisas, das quais se almeja extrair o valor de troca, ou valor de uso – as coisas, as pessoas, a natureza, tudo devem ser exauridas num pensamento utilitarista autocentrado no próprio benefício, sem pensar o coletivo a não ser enquanto uma máquina para este propósito. Ou são vistas enquanto concorrentes a serem destruídos.

Algo semelhante também houve na caracterização dos *bárbaros* de outrora na cultura greco-romana, ou no entrechoque como os *pagãos infiéis* islâmicos à época das guerras “santas”, já evidenciando o que hoje pode ser chamado de etnocentrismo característico da sociedade europeia... ou seja, a recusa em ver o outro enquanto outro, mas sim como inferior – cultural, intelectual ou moralmente – a ser combatido, dizimado, apagado. Não é de se estranhar que, de maneira semelhante ao processo de colonização, os europeus que participassem das guerras santas, promovendo massacres e expropriação de muçulmanos, eram vistos não só como heróis, mas garantiam automaticamente seu lugar no paraíso: recompensa pela *obra divina*.

Mas este desprezo e caráter genocida e predatório frente ao outro nunca o houve de maneira análoga, tão intensa, aos estertores do paroxismo, como quando este fenômeno se viu associado à sanha capitalista, nas épocas de descobrimento e instauração da colonização e exploração.

Aliás, os índios só foram minimamente “poupados” (se é que se pode usar esse termo) da escravidão com o advento da escravidão negra africana, sobretudo no Brasil – mas, inclusive nesse, a escravidão indígena foi majoritária até meados do século XVII –, nos países de colonização espanhola, diferentes regimes de servidão foram impostos aos índios, alguns como a *mita* e a *encomienda* eram, na prática, trabalhos análogos à escravidão, já que se tratavam, via de regra, de extradição e trabalho compulsório em condições abusivas, insalubres e também com castigos físicos, em grande parcela das vezes resultando no esgotamento e morte do indivíduo naquele serviço “temporário”.

A escravidão negra representava um novo mercado para empresa colonial, neste sentido o índio foi posto em um patamar superior aos negros (jamais aos brancos), no discurso e na defesa de alguns teólogos, por serem habitantes de uma terra “paradisíaca”, talvez o “Paraíso Perdido”, assim, numa condição, embora sub-humana, conservada enquanto desconhecadora

do “pecado original”, logo, em uma aura amoral que deveria, forçosamente, *dirimir*(?) seu suplícios terrenos, desde que, claro, “aceitassem” (que outra alternativa?) a conversão. Para isso surgem as primeiras controvérsias se eles tinham ou não alma, a conclusão hegemônica de que sim e os negros, ao contrário, representavam algo demoníaco, havendo a alma esta era impura, contaminada, negra.

Os pajés, por sua vez, acreditavam que o batismo acabava com a alma do índio; não à toa serem estes, os feiticeiros das tribos, os alvos de combate e demonização dos jesuítas.

Por sua vez, como se dava a visão índia sobre sua “catequese” jesuíta:

Se os europeus tinham uma imagem preconcebida do índio, lembra Gambini, o mesmo não acontecia no sentido contrário, isto é, os índios não tinham uma imagem do branco. O encontro, portanto, provocou espanto e agressividade ao mesmo tempo em que abriu caminho para uma grande curiosidade dos indígenas. Logo, passaram a imitar o comportamento dos cristãos, numa tentativa de aproximação e numa demonstração de aprovação. Os índios, entretanto, não se convertiam, apenas imitavam. (COSTA, 2011, p. 4).

A noção de intermediário, na obra de Kaës, por sua vez, faria, no vetor contrário, operar outras e necessárias formas para as alianças civilizatórias? Mas em conluio e, portanto, também em consonância aos processos anteriores a serem investigados? Ou não? Em caso afirmativo, como? Em quais graus e condições? Em caso negativo, como então se podem pensar os processos?

É parte do que buscamos discutir, sobretudo em Kaës, inclusive mormente neste capítulo, para futura confrontação argumentativa.

Por isso, não só em Tânatos, devemos ponderar mais amiúde o papel positivo da questão do intermediário, ainda que, conforme vimos, estruturando-se positivamente a partir do negativo, rememorando: “(...) sobre essa negatividade se apoia a positividade que estrutura a vida psíquica.” (KAËS, 2003a).

Ainda sob o viés do europeu que irá se transformar em latino-americano, mas já pensando na construção da intersubjetividade constitutiva desse novo povo, portanto, em inter-relacionamento, não mais europeu; ou seja, a antípoda aos destruição e submetimento impostos pelos europeus.

Essas ações, em negativo às destrutivas, as culturalmente constitutivas construídas no inter jogo e civilizatórias desde então, em confrontação a essas, sob o prisma de Kaës, talvez sejam inerentes e previsíveis ao modelo; o que inspira esse questionamento e hipótese é a sempre presença delas no programa da modernidade, assim, quiçá também imprescindíveis.

Vejam, por exemplo, o que se verifica nesse sentido, agora historicamente por estarmos em prelúdio ao que investigaremos em Kaës (mas de substantiva relevância à discussão), o que se passou no território latino-americano, no contexto, agora, da positividade nas alianças supracitadas:

Houve, na contramão das ações destrutivas, ações “humanistas”, construtoras, por uma parte dos europeus que aqui chegaram. Ações essas com contradições e hipocrisias análogas, pois muitas vezes o objetivo era, ao menos inicialmente, sobretudo, de buscar pontes e o *intermediário* enquanto ferramenta consciente – pois tampouco tão *intermediário* assim, já que se tratou *a priori* de uma escaramuça de um sobre o outro: também a se discutir em Kaës o *paradoxo* deste um original acabar sendo enredado por esse outro, de alguma forma, em reciprocidade ao estratagema daquele um – de modo a permitir paralelismos nas culturas pré-colombianas para impor sua fé sub-repticiamente.

Justiça seja feita, apesar desses *puros* e *santos* objetivos atrelados, faz-se mister atenuar em parte esse aspecto e a ironia, pois, diversas vezes, também havia genuína tentativa de alteridade, os *ideiais* humanistas estavam presentes, nessas tentativas. Ainda que, contradição explícita, falar-se em *ideais humanistas* já é se partir de referenciais europeus, ou seja, agora de maneira implícita, *superiores* eticamente (sob o viés europeu) àqueles “aborígenes”.

Os povos originários, como já dissemos, não viam ao outro enquanto igual, não tinham a visão eurocêntrica totalizante de *humano*, de *Homem*.

Talvez, também por isso as suas capacidades para reconhecerem a alteridade.

Mesmo os povos de poderio hegemônico, cobravam tributos, mas respeitavam as crenças e costumes dos “subjugados” (apenas politicamente, não enquanto ser inferior).

Os rituais de holocausto de inimigos, tinham em relação a esses uma concepção não de vileza, mas, pelo contrário, enquanto uma dádiva, portanto merecedores de serem sacrificados em oferenda a seus deuses.

O próprio canibalismo tratava-se de cerimônias onde aquele inimigo a ser canibalizado, *via de regra*, – após um período de espera para essa reunião sacra, e tendo nesse, a seu dispor, a companhia de algumas das mais belas mulheres da tribo e o repasto de saborosas iguarias – participava, dançava, bebia (inclusive um lenitivo a seu suplício) e, só o era canibalizado, por ser reconhecido como um guerreiro valoroso, de uma tribo valorosa, cujas qualidades, via ingesta, poderiam alimentar também as qualidades da tribo de seus algozes.

Portanto, os outros não eram “iguais”, porém muito menos inferiores, eram outra espécie de gente, radicalmente diferentes: não enquanto *humanos como os da tribo* (já conceito

europizado, usando o termo apenas para contextualizar a ideia da radicalidade), no sentido de que não eram reconhecidos como seres semelhantes, porém dignos de trocas interculturais e intersubjetivas (também conceitos euro-ocidentais, mas com o mesmo propósito de tornar cognoscível) de forma absolutamente equânime no que se refere ao respeito e valoração.

Retornando dos parênteses, para o *humanismo* de diversos freis, curas, padres e sacerdotes, em distintas áreas da América, que buscaram estudar as línguas e os costumes dos povos originários, às vezes fazendo verdadeiras coletâneas de seus mitos e crenças, ou sua história pregressa, com muito entusiasmo e paixão, experiências então de proto-alteridade, mesmo admiração e sedução por aqueles “jeitos de ser” (ainda que, em certos casos, essa admiração também fosse fruto da idealização, o vislumbre do ente em perfeita comunhão com a natureza, o *bom selvagem*, no *paraíso perdido*, portanto uma alteridade bastante relativa).

Também houve o caso do padre que queimou quase todos os registros dos astecas, por se tratarem, para ele, de documentos diabólicos... ou seja, houve ambas e paralelas situações.

Nunca desnecessário ponderar que essas noções da Modernidade são e foram sempre contraditórias, como supracitado, elas majoritariamente acabam por concorrer à ideia (ideologia, ideal) de civilização, ou seja, construtiva e constitutiva do conceito de *cultura* – muitas vezes algo platônico; mesmo porque o renascimento, e análogo antropocentrismo, que o precedeu foi, até seus limites etnográficos, o resgate dos valores greco-romanos – mas, ao confrontarmos o mundo das ideias/*ideal*, o mundo das luzes, ao mundo da *real*, da caverna, das sombras, conflitos e disparidades são acentuados. Porém, esta discrepância sempre será combatida por aqueles que sempre defenderão o projeto ideológico – e *ideal* platônico –, seu *ethos*.

Não se poderia dizer que figuras de uma envergadura artístico-filosófico-estética de um Leonardo da Vinci, El Greco, Velázquez, Montaigne, Fibonacci, Leibniz, Descartes, Newton... depois Diderot, Voltaire, Rousseau, etc. pensaram no viés hipócrita dos valores que erigem a ordem social burguesa – apesar de sempre estarem lá, no “todos os homens são iguais”, mas *perante a lei*, quando sabe-se muito bem que essa é instituída, institucionalizada e aplicada por pessoas de diferente *igualdade*, submetendo os *menos iguais* em diversos contextos de classe, interesses, crenças e valores díspares.

3.3 A QUESTÃO DO INTERMEDIÁRIO

Conforme mencionado, o negativo abre ensejo para surgimento da alteridade na medida em que o a percepção do todo enquanto uno com o próprio sujeito nas fases mais primitivas da vida psíquica do bebê, o sentimento indiscriminado entre o self e o mundo exterior, entra em ruínas por uma incapacidade de pensar/representar/simbolizar sem outros elementos.

Estes outros elementos só podem ser metabolizados com a participação de um apoio externo, um ego auxiliar que, ao mesmo tempo, debruça-se por sua vez pelo amparo daquele primeiro com seus conteúdos inassimiláveis, em negatividade, este encontro, caso bem-sucedido enquanto apoio mútuo, suscita o vínculo e os contratos (narcísicos e denegativos) inerentes ao mesmo, via alianças inconscientes. O espaço deste encontro e deste pensar/representar/simbolizar com o outro e a partir do outro é o espaço intermediário, de intermediação, ou transicional (KAËS, 2003b).

Com isto abre-se o espaço do ser com o outro, das identificações, identidades, relações e interrelações que vão formar os grupamentos humanos e, por extensão, os povos; coisa que será mais bem analisada em capítulo subsequente (capítulo 5 deste trabalho).

O espaço intermediário ou transicional, por sua vez, é responsável por um processo de sublimação, criação dual, potencial e prolificamente coletiva que irá ser a base da cultura social, ou seja, finalmente, da civilização.

René Kaës localiza já em Freud a origem da noção de intermediário:

Em 1912-13, Freud descreveu em “Totem e Tabu” o pacto dos irmãos que se associam para instaurar entre eles uma ordem simbólica. Eles têm sucesso quando substituem o assassinato repetitivo do pai arcaico (perpetrado pela horda) pela organização do grupo que passa, então, a ser estruturado pelos interditos fundamentais: proibição do incesto, interdição de matar o animal totêmico e o irmão. **O pacto que eles selam, sobre o qual se fundam as identificações simbólicas, é uma formação intermediária. Este pacto liga, mediatiza e transforma os vínculos sociais e a vida psíquica; ele é gerador dos processos da cultura.** (KAËS, 2003b, p. 16, grifos nossos).

Neste primeiro momento, podemos ver, há ligação entre esta formação intermediária e renúncias pulsionais pactuadas - civilizatórias/culturais - na forma de regras e interditos.

Prossegue Kaës que, em 1930, enfatiza-se outro papel à noção do intermediário, no célebre texto freudiano sobre o mal-estar na civilização:

(...) por que é tão difícil aos homens serem felizes? A esta questão complexa, ele esboça primeiramente uma resposta simples e geral: se há no homem um mal-estar, isto se deve sobretudo à estrutura conflitante da psique. O advento do princípio da

realidade opera a distinção entre o mundo interno e o mundo exterior. Mas ao encontro deste princípio, o homem inventa satisfações substitutivas, frequentemente eficazes para compensar as dificuldades da vida; por exemplo, reconstitui sua posição de criança diante de um pai que conheceria todas as suas necessidades (KAËS, 2003b, p. 17, grifos nossos).

Aqui o que se destaca é que a mediação com o ambiente, com a realidade, com o outro, com o social, com a cultura se faz mister: é uma exigência - exigência para que o aparelho psíquico trabalhe, mas, articulado com este outro, em troca, em negociação - eis então a tarefa e a edificação de um aparelho psíquico grupal, vincular, bem como uma tarefa cultural de sublimação, tarefa por excelência mental e psíquica, mas que se faz conjuntamente. Kaës aventa a possibilidade de criação religiosa, ao pensar a possibilidade de retorno ao estado de criança frente a um pai, uma posição passiva e impotente, mas que traz seus benefícios secundários nesta renúncia e busca de aconchego e proteção de um ente mágico... mas esta criação pode muito bem ser também estética, filosófica, científica e etc.. Em suma, culturais, todas elas (bem como a religiosa, não sendo um delírio individual, mas coletivo), desde então, sublimadas e sociais portanto.

Portanto, podemos aventar que a formação do espaço intermediário seria como uma formação reativa à perda daquela sensação de ser fusionado com o mundo, negação à discriminação dentro versus fora, um possível substituto ou um réquiem na forma do que o amigo de Freud denominou enquanto “sentimento oceânico”. Ou seja, é necessária esta transição, este apoio coletivo e este espaço transicional para significar o encontro com a “realidade”, concebê-la/ criá-la para ser palatável ao aparelho psíquico tanto singular quanto compartilhado, no que será a cultura, faz-se cultura: no limite destes aparelhos, na transição e possibilidade de comunicação entre ambos, por analogia.

Kaës evoca, então, os apontamentos de Freud em *O mal-estar...* a respeito das fontes do sofrimento humano: “a primeira é a força arrasadora da natureza, a segunda, a fragilidade de nosso corpo, a terceira, **a insuficiência de nossos métodos para regular as relações do homem entre si**, no seio da família, do Estado ou da Sociedade” (FREUD, 1929, p. 44 apud KAËS, 2003b, p. 17, grifos nossos).

Destacamos a terceira forma mencionada pois Freud mesmo, mais adiante, no texto sobre o mal-estar na cultura (1929), dirá sobre o sofrimento de amor/desamor como o mais pungente, ou seja, o oriundo das relações vinculares e sociais:

Nunca estamos mais desprotegidos ante o sofrimento **do que quando amamos**, **nunca mais desamparadamente infelizes do que quando perdemos o objeto**

amado ou seu amor. Mas com isso não encerramos o tema da técnica de vida baseada no valor de felicidade do amor (...). (FREUD, 2010b, p. 39, grifos nossos).

E o pai da psicanálise retoma mais adiante, citando Schiller, de que “(...) ‘a fome e o amor’ sustentam a máquina do mundo (...)” (FREUD, 2010b, p. 84), tudo isto para mencionar o que lhe inspirou para sua primeira teoria das pulsões, sendo que a fome representa a pulsão de autoconservação, já o amor a pulsão sexual ou de reprodução/conservação da espécie.

Porém, adiante, expõe a mudança no dualismo pulsional, juntando a ambas em pulsão de vida e, do outro lado, trazendo o conceito da pulsão de morte, na oposição Eros *versus* Tânatos. A partir disto, as inter-relações se complexificam, com o estudo sobre o narcisismo (*Introdução ao narcisismo*, FREUD, 2010a) Freud apercebe-se que a libido não é voltada apenas à reprodução ou à atuação sexual frente à busca e relacionamento com o outro, mas também pode ser dirigida ao próprio eu, diferente do impulso à autoconservação, mas de maneira libidinal frente ao Eu enquanto objeto de amor, diferente do autoerotismo em que o prazer está no estímulo mais circunscrito especialmente a algumas zonas físicas corporais, o narcisismo endereça-se ao Eu não apenas corpóreo ou parcial, mas sua ideia e autorrepresentação.

Esta linha de pensamento leva adiante à formulação lacaniana de que o que se deseja é o desejo do outro, ou seja, também de que as faltas ou processos subjetivos direcionam-se ao social e vincular, à cultura: há o narcisismo, mas ele só é realizado se o outro achar aquele Eu “amável”, desejável.

Um outro se apaixonar, admirar, querer se vincular ao nosso Eu é a melhor energia e afeto de prazer ao narcisismo; em suma, até aí encontra-se a busca por identificação, identidade e reconhecimento, codependente, coletivo, via construção de um espaço intermediário ou transicional em que estas trocas possam se dar, possam se estabelecer os contratos narcísicos de apoios mútuos a esses desejos retroalimentáveis.

René Kaës agrega a nosso raciocínio, de novo se reportando às colocações de Freud, com a noção de que a civilização se realiza mediante renúncias pulsionais, ao menos em seu sentido direto; “(...) é o que se deve perder em relação ao prazer para que o vínculo possa se formar e se manter” (KAËS, 2003b, p. 18). E retoma:

(...) cada indivíduo cedeu uma parte de sua propriedade, de seu poder de soberania, de tendências agressivas e vingativas de sua personalidade. É destas contribuições que provém a propriedade cultural comum dos bens materiais e dos bens ideais. Além das exigências da vida, são os sentimentos familiares advindos do erotismo que levaram os indivíduos, tomados isoladamente, a esta renúncia (KAËS, 2003b, p. 18).

O pós-freudiano e freudomarxista Géza Róheim desenvolve a questão do intermediário, servindo também, então, enquanto artífice de apoio para René Kaës em seu texto *O intermediário na abordagem psicanalítica da cultura* (2003), aquele por sua vez tributário às passagens que Freud relata sobre o jogo de fort-da de seu netinho, uma simbolização frente à ausência da mãe e a esperança e simbolização de retorno e controle sobre este, bem como a Imre Hermann, nos “conceitos de unidade dual, agarramento e de busca; isto é, sobre os conceitos que dão conta da perda do objeto e dos processos de separação.” (KAËS, 2003b, p. 19-21).

Para Róheim: “O objeto intermediário é um momento de estabilização na oscilação entre um movimento de agarramento e um movimento de busca.” (KAËS, 2003b, p. 19):

O grande valor destes objetos [intermediários] reside em sua dualidade, no fato de se situarem entre o amor objetual e o narcisismo; eles são ego-sintônicos e libidinais, sociais e individuais, condutores de emoção, de extraverson e de introversão. Eles representam uma grande segurança obtida pelos homens em sua luta contra o risco da perda do objeto. Eles são, ao mesmo tempo, uma parte deles mesmos e um representante dos seres que eles amam (...) E, na medida que os objetos correspondem às mesmas tendências nos outros ou representem estas tendências, eles constituem a base libidinal da cooperação social. Erigidos como proteções, contra os perigos imaginários do psiquismo infantil, eles se tornam os instrumentos utilizados pela nossa espécie infantil em sua luta com a realidade. (RÓHEIM, 1972, p. 147 apud KAËS, 2003b, p. 19).

E, somando-se as observações de Kaës:

O objeto intermediário mantém a ligação entre os objetos separados, “entre o morto e o vivo”. O objeto intermediário é um produto de Eros, é obra de criação, de ligação, de articulação unificante. Mas ele é, primeiramente, a saída da experiência de separação inaugural, experiência crucial, ligada ao retardamento específico do recém-nascido humano, ao nascer (tese de Bolk). O objeto intermediário passa a ter um valor determinante para a pesquisa posterior do que constituirá o equivalente de uma garantia contra o risco desta separação. Tais são o dinamismo e a origem conjunta do desenvolvimento da vida psíquica, da cultura e da civilização. (KAËS, 2003b, p. 20).

Portanto, o intermediário, o objeto e, por extensão, o espaço do intermediário ou transicional são fundamentais tanto para o desenvolvimento psíquico, quanto para o estabelecimento e enriquecimento da cultura e civilização, em conjunto, em o que Kaës chamará de aparelho psíquico grupal. Neste contexto deve atuar o trabalho de sublimação dos instintos através deste duplo que representam a demanda pela solução da satisfação das pulsões impedidas em sua descarga através do prazer que geraria a obtenção de sua finalidade original, no processo do pacto civilizatório esta é impedida, bem como a própria necessidade de escoramento mútuo para lidar com que é impensável/irrepresentável solitariamente em função

do negativo, daí a frase do prefácio à obra *Os espaços psíquicos comuns e partilhados - transmissão e negatividade*, “(...) **negatividade** e **intermediário**. Um é o outro.” (FERNANDES, 2005, p. 9, grifos da autora).

E Kaës acrescenta, com os incrementos da teoria ferencziana, aquilo que já mencionamos anteriormente, que parte da libido dirigida ao objeto reflui e transforma-se em energia libidinal para o narcisismo; aqui acrescentando, com Róheim, o papel do intermediário do ego na sublimação:

Este esforço vital torna-se possível pelo processo de sublimação. Róheim nos lembra da teoria de Freud sobre o papel que o ego (*Moi*) tem na sublimação e da distinção feita por Ferenczi entre duas tendências da libido: uma dirigida ao objeto, a outra refluída do objeto em direção ao corpo. A sublimação se efetua “pelo intermediário do ego (*Moi*), transforma a libido sexual dirigida ao objeto em uma libido narcísica e lhe impõe fins diferentes”. (KAËS, 2003, p. 20).

Em continuidade, para desfechar seu raciocínio, Róheim retoma as concepções de Imre Hermann para conjecturar a criação do objeto cultural e da cultura, graças a este intermediário e à sublimação que ocorre a partir deste, assim narra Kaës como se alinhavam estes conceitos e conclusões:

Neste ponto Róheim retorna ao ponto de vista de Hermann a propósito do antagonismo complementar entre a pulsão de agarramento que visa a reencontrar a mãe e manter a unidade dual, e a pulsão de busca que visa a procurar novos substitutos maternos. Destas pesquisas, Róheim retém a ideia de uma oscilação entre a atitude narcísica e o movimento de busca do objeto. Ele escreve: “Na sublimação esta oscilação deve desaparecer e ser substituída por alguma coisa mais estável” ([RÓHEIM, 1972], p. 118). Esta estabilização corresponde ao objeto cultural e, mais extensamente, à cultura. A sublimação é um equivalente da cultura e Róheim insiste sobre o aspecto social da mesma: “Na sublimação, alguma coisa de novo é criada – uma casa ou uma comunidade ou um instrumento – e isto é criado no seio de um grupo ou para uso de um grupo” ([RÓHEIM, 1972], p. 116). (KAËS, 2003b, p. 20-21).

Quem vai contribuir mais amiúde com a noção de espaço intermediário ou transicional vinte e cinco anos após Róheim será Donald Winnicott. Esta noção dá um desenho mais adequado à ideia do estabelecimento do signo e do simbólico em um lugar – um espaço - que filtraria o “real” cru mundano (entre aspas justamente pela incapacidade de concepção de um real assim) por algo concebido por um aparelho psíquico grupal, portanto compartilhado, uma lente, que advém desta metabolização intermediária, em um espaço intermediário (WINNICOTT, 1975, p. 99 apud KAËS, 2003, p. 21).

A primeira relação de tradução do mundo e apoio de um ego auxiliar para o desenvolvimento do aparelho psíquico e cognitivo é o foco de Winnicott, que se debruça sobre

a díade mãe-bebê, com isto a formulação de “espaços transicionais”: “(...) constituído pela mediação que a mãe estabelece entre as necessidades psíquicas e corporais da criança e o meio psíquico e social que a envolve (...)” (KAËS, 2003, p. 21). Claro que tal lugar será o protótipo primitivo que irá “(...) se qualificar como o espaço da cultura” (KAËS, 2003, p. 21):

(...) eu empreguei o **termo experiência cultural vendo nele uma extensão das ideias de fenômenos transicionais e de brincar** (...). Ao utilizar o termo cultura, **penso na tradição que herdamos**. Eu penso em alguma coisa que é o **lote comum da humanidade ao qual os indivíduos e os grupos podem contribuir**, e de onde **cada um de nós poderá retirar alguma coisa, se nós tivermos um lugar onde colocar o que nós encontramos**. (WINNICOTT, 1975, p. 99 apud KAËS, 2003b, p. 21, grifos nossos).

E continua René Kaës, retomando Freud, Wissler (a quem ele citara anteriormente mencionando a forma como os adultos brincam com seus brinquedos de maneira análoga às crianças, “com a maior seriedade”, sendo estes objetos da cultura e da civilização, sérios, também analogamente, conforme citado a princípios da p. 21 em Kaës, 2003b) e Róheim e entrelaçando com Winnicott:

(...) **a cultura é uma formação e um processo intermediário**.

Ao articular a área transicional e o espaço cultural, Winnicott nos permite pensar a **relação entre o mundo interno e o mundo dos signos, do sentido e dos ritos estabelecidos em comum**, sem torná-los mutuamente excludentes, mas, ao contrário, admitindo sua intricação.

O que é **próprio da área transicional e da localização cultural** que deriva dela, é **fazer coexistir, sem crise nem conflito, o que já estava lá e o que ainda não surgiu, a herança e a criação**. Esta coexistência é um momento paradoxal e fecundo que supõe uma experiência subjetiva e intersubjetiva de tolerância e de confiança. Cada um destes espaços é primeiramente o lugar de uma experiência fundadora. **A experiência da ilusão de uma continuidade entre a realidade psíquica e a realidade externa, entre aquilo que se herda e aquilo que se encontra e cria**. Com efeito, **a simbolização e a criatividade que introduzem a experiência cultural só podem se produzir** – como Winnicott (1975) diz: “**se nós tivermos um lugar onde colocar aquilo que encontramos**”. (KAËS, 2003b, p. 21-22, grifos nossos).

3.4 A RELAÇÃO COM A LATINO-AMERICANIDADE

Nós, os latino-americanos, somos os cidadãos mais privilegiados do mundo, porque nós somos os únicos cidadãos universais que existem no planeta Terra,
Muito mais universal é um venezuelano que um francês. O que não significa ser mais culto, porém um venezuelano tem evidentemente maior capacidade de compreender a humanidade
que um europeu, porque um francês é simplesmente isso, porém um venezuelano é um

francês por um lado e um marroquino também, porém por outro lado é um índio, e por outro lado um negro também, tudo isso ele é... e deveríamos usar esse direito à cultura que nos deu a história.

(José Ignacio Cabrujas)

Tenhamos presente que *nosso povo* não é o europeu nem o americano do norte, que é mais uma miscigenação da África e da América, que uma emanção da Europa, pois que até a própria Espanha deixa de ser européia por seu sangue africano, por suas instituições e por seu caráter. É impossível determinar com precisão a que família humana pertencemos.

(Simón Bolívar)

Pensar no povo latino-americano enquanto um ente unitário é algo estapafúrdio, há grupos e sub-grupos, raças, etnias, embora com grande miscigenação, em um caldo intercultural amplo e nada homogêneo; há, sobretudo, lutas de classe ferozes, castas e abismos sociais que expressam modos de vida, ideais, ideologias, ideários e formas de ser no mundo e exercer suas subjetividades absolutamente díspares e em grande parte inconciliáveis.

Também é certo, conforme dissera Paulo Freire e, em alguma medida, Althusser, parafraseando: que a ideologia do oprimido (quando a educação não é libertadora, leia-se bem) é a mesma do opressor, mas também o mesmo autor revela em *Pedagogia da indignação* (2003): “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Freire, P., 2000, p. 29).

Porém há sempre espaço para as vanguardas, vanguardas estas que revolucionaram a história em diversos momentos e, por exemplo, libertaram a América a despeito da oposição feroz ou presumida indiferença de forças sociais poderosas. Obviamente isto foi feito e só foi possível mediante alianças com o povo, este foi determinante para insucessos, quando não convocado em protagonismo, e, finalmente, sucesso da empreitada.

Ou seja, o povo, este ente social muitas vezes etéreo, aglutina-se de acordo à sua conclamação e identificação com determinadas causas em diversos momentos da história.

O povo latino-americano, pensado segundo as noções de negatividade e intermediário tributárias a Kaës e suas referências pré-mencionadas – sobretudo, Freud, Róhem, Hermann e Winnicott –, é um povo que, ao mesmo tempo pode se dar a ter um espaço intermediário fecundo e amplíssimo, devido às diferenças e multitudes culturais que abarca, então devendo abrir diversas questões e meios para os articular criativamente; quanto também é permeável a diversas fissuras em negativo, coisa que, conforme visto, pode tanto ser usado para o mecanismo sublimatório cultural supracitado, quanto para o advento de buracos e rupturas que podem ser utilizados para predispor-lo a conflitos e segregações.

Temos visto este último ocorrer desde o naufrágio dos sonhos de Bolívar e San Martín pela Grã-Colômbia ou Pátria Grande, passando pela Guerra do Paraguai, Guerra do Chaco, inúmeros golpes e instauração de ditaduras, gusanos pró-estadunidenses da Flórida, estranho câncer de Hugo Chávez e etc. Várias sabotagens que recorrem a isso as potências imperialistas para nos balcanizar e nos submeter a tipos novos de colonialismo e controle, através de guerras propriamente ditas ou das chamadas guerras híbridas.

Porém, a semente para o que Cabrujas sustenta, desde os primórdios de nossa história, ainda que pela conquista e colonização muitas vezes violenta, perdura. O filho de Malinche e Hernán Cortés, conforme José Martí postula, tem dentro de si todas as contradições, filho de opressor e oprimido, mas que os une e torna novo, como primeiro latino-americano, não apagando estas contradições, mas mesclando-a, no mestiço primevo.

Portanto, “Nós, os latino-americanos, somos os cidadãos mais privilegiados do mundo, porque nós somos os únicos cidadãos universais que existem no planeta Terra, (...) e deveríamos usar esse direito à cultura que nos deu a história” (CABRUJAS, 2021, tradução livre).

Temos em nós toda esta potencialidade que nos forjou a história, seja ela gloriosa ou de ignomínias, em diversos sentidos é ambas as coisas, contém ambas as tendências interpretativas, porém, por mais que isto traga pesadas ambivalências, também, retomando, permite um espaço intermediário tremendo em articulação, no que Cabrujas sintetiza como sermos os únicos cidadãos universais do planeta. Sem dúvidas há muito trabalho psíquico em aparelho grupal para ser feito e muito caminho para percorrer, diversos labirintos, inclusive, conforme dissera Bolívar, mas a riqueza de elementos e de possibilidades nos é dada.

Conforme disse Bolívar : “É impossível determinar com precisão a que família humana pertencemos”, porque somos tudo e não somos nada, tudo a se fazer, uma nova família humana, o “novo homem” que pode pertencer e dar a resposta a todo planeta Terra, segundo Cabrujas, mas que é, indiscutivelmente latino-americana, ainda que em enigma e devir.

4 IDENTIDADE E LATINO-AMERICANIDADE, ORIGEM E PERCURSO DO TEMA E DA IDEIA, BEM COMO SUA LEGITIMIDADE

Uma só deve ser a Pátria de todos os americanos, já que em tudo vemos uma perfeita unidade.
(Simón Bolívar, Carta a Pueyrredón)

(...)no somos indios, ni europeos, sino una especie mezcla entre los legítimos propietarios del país y los usurpadores españoles; en suma, siendo nosotros americanos por nacimiento, y nuestros derechos los de Europa, tenemos que disputar a éstos a los del país, y que mantenernos en él contra la invasión de los invasores; así nos hallemos en el caso más extraordinario y complicado. No obstante que es una especie de adivinación indicar cuál será el resultado de la línea de política que América siga, me atrevo aventurar algunas conjeturas que, desde luego, caracterizo de arbitrarias, dictadas por un deseo racional, y no por un raciocinio probable.
(Simón Bolívar, Carta da Jamaica)

Fui à Nova Iorque no ano novo e está horrível, irreconhecível, os latinos acabaram com lá.
(anônima, conversa escutada à beira da piscina de meu clube)

A historiadora Mónica Quijada (1998) cita Foucault, quando este diz: “(...) a verdade está ligada, em uma relação circular, com os sistemas de poder que a produz e a sustenta, e a efeitos de poder que esta induz e que esta estende” (FOUCAULT, 1980 apud QUIJADA, 1998, p. 596).

Usa esta epígrafe para tratar, como o fará mais amiúde em seu texto, sobre a origem do termo América Latina.

A autora coloca que o historiador estadunidense John Leddy Phelan diz que a origem do termo América Latina é externa à região e seu povo, que se deu às margens das tentativas de influência e expansionismo franceses por este continente, no século XIX.

Este mesmo autor, conforme Quijada, teceu um paralelo entre esta tentativa e a alcunha de “Novo Mundo” que os franciscanos fizeram, de modo a insuflar, no início do descobrimento, “a construção de um novo espaço social e espiritual onde os indígenas - simples e inocentes – contribuiriam para configurar um Cristianismo livre dos vícios do velho mundo” (QUIJADA, 1998, p. 596, tradução livre).

Assim, no contexto pretendido por Phelan, três séculos depois, da mesma forma, teria sido usada a alcunha “América Latina”, de maneira exógena, “como um ‘programa de ação’

destinado a integrar as novas repúblicas americanas (...) nos planos e aspirações de uma França em plena expansão imperial” (PHELAN, 1972 apud QUIJADA, 1998, p. 597, tradução livre).

Para Phelan:

(...) a denominação “América Latina” teria sido inventada e difundida na França, na década de 1860, com o objetivo de justificar o projeto expansionista de Napoleão III. (...) empregada pela primeira vez em um artigo publicado pela *Revue des Races latines*, e só em datas mais tardias o teriam começado a utilizar os próprios hispano-americanos. Segundo esta interpretação, a invenção do termo não pode entender-se além do contexto Panlatinista (...) e como parte de um programa político destinado a promover os interesses da França na América. (PHELAN, 1972 apud QUIJADA, 1998, p. 597, tradução livre).

Portanto, nesta visão, conforme Quijada (1998):

“América Latina” entraria na lista de denominações destinadas a refletir simbolicamente os desígnios das potências europeias a respeito dos países da região. Neste caso, a noção de “latino”, aplicada a uma porção do novo continente foi identificada com a França. E não com este país enquanto produtor e difusor de formas culturais específicas, mas sim em seu caráter de Grande Potência. Para usar uma expressão bem em voga faz trinta anos [em1998], o adjetivo “latino” associado a América foi vinculado ao Imperialismo francês. (p. 597, livre tradução, nota minha entre colchetes).

A visão da autora, conforme se embasará adiante, é completamente crítica e contrária a esta, porém retoma o que citara de Foucault, agora sobre esta questão em sentido mais estrito:

Tão grande foi o êxito desta interpretação, que hoje [em 1998] não se põe em dúvida que seja esta a única e “verdadeira” gênese do nome “América Latina”. Dito em outras palavras, esta versão converteu-se em “autoridade”. Quer dizer, em uma afirmação (juízo, conceito, explicação ou interpretação) que é aceita coletivamente, de forma acrítica, a partir do “crédito e fé” que se depositaram ou responsável do mesmo. (QUIJADA, 1998, p. 597, tradução livre, nota minha entre colchetes).

E aqui então começa a desmentida, a autora diz que, embora tenha havido “essa consagração generalizada, a ideia de que o nome de “América Latina” é um produto exclusivo do expansionismo francês não vem avaliada por uma argumentação sem fissuras” (QUIJADA, 1998, p. 597).

E aqui salta aos olhos o fato de que – de novo pensando nos sistemas de poder evocados por Foucault e sublinhados pela autora, em correlação à ideia de duas Américas oriunda de Bolívar, ancorada em Martí e difundidas por Leopoldo Zea, para sublinhar e relembrar que nossa identidade também parte da alteridade em contraposição ao algoz norte-saxão – é muito peculiar que esta espécie de “depreciação” e deslegitimação, sob auspícios científicos,

históricos, acadêmicos (Saber/Poder foucaultianos), embora eivada de fissuras, consagrada, parta de um pensador estadunidense.

Postos estes parênteses, sigamos com Mónica Quijada (1998), alicerçando sua contraposição, neste primeiro momento, na suposta surpresa ao fato de que as afirmações de Phelon foram aceitas aprioristicamente, indiferentes às críticas que surgiram e surgem em contrário, de diversas naturezas, porém sumariamente (também) desprezadas:

Pelo contrário, dita argumentação apresenta vários problemas de diferente envergadura (...). Ainda mais, algumas das afirmações básicas que a sustentam têm sido questionadas em umas poucas, porém incisivas publicações que, surpreendentemente, nunca foram levadas em conta. E esta não estimação tem sido tão acrítica como acrítica foi a aceitação coletiva do professor norte-americano. (QUIJADA, 1998, p. 597-598).

Mónica Quijada então referenda Steven Shapin ao afirmar que: “tendemos a aceitar como ‘verdade científica’ o que, na realidade, é o resultado de um juízo coletivo que ‘estabiliza’ uma afirmação e a converte em ‘verdade’, a partir do crédito que se outorga ao emissor.” (SHAPIN, 1980 apud QUIJADA, 1998, p. 598, tradução livre).

Continuando em sua exegese de inspiração foucaultiana, neste primeiro momento, para tentar escrutinar à assunção praticamente tácita da origem propalada por Phelon para o termo “América Latina” - cuja autora provará falsa em momentos subsequentes – segue Mónica Quijada:

Esta “construção social da verdade” se baseou no século XVII em um sistema de “confiança social” e, indubitavelmente, em um esquema de poder. No século XX teríamos que agregar, quiçá, as alavancas (redes acadêmicas, meios de comunicação, etc.) que fazem alguns grupos mais visíveis que outros e que contribuem ao êxito, ou não, de uma teoria dada, a partir de fatores que são alheios à “veracidade” intrínseca da mesma. (QUIJADA, 1998, p. 598, tradução livre).

Mónica Quijada então, finalmente, depois dessa importante introdução, coloca no artigo que porá em revisão estas noções “sobre o surgimento e difusão do termo ‘América Latina’” (QUIJADA, 1998, p. 598), e, para isto, deve-se fazer cumprir o seguinte:

1) chamar a atenção aos problemas que apresenta a versão canônica antes assinalada; 2) recuperar informação e elaborações que a põem em dúvida e abrem outras vias para a compreensão desse processo histórico; e 3) propor uma interpretação alternativa que tome em conta os distintos fios argumentativos que surjam desse contraste. (QUIJADA, 1998, p. 598, tradução livre).

Deste método, para revisão e investigação, Mónica Quijada levanta “dúvidas e problemas”, pois trata-se de um objeto complexo para se investigar, de fato, o uso do termo

“América Latina”, na *Revue des Races latines*, francesa, em meados do século XIX, confere, nem por isso estaria aí sua origem, mas também remonta a um francês e não se pode dizer que não imbuído de interesses franceses, ainda assim isto não circunscreve a invenção e apropriação do termo de maneira nenhuma.

Aqui vemos, no entanto, este primeiro aspecto, que teoricamente corroboraria à versão de Phelan:

A interpretação que vincula estreitamente a gênese do nome “América Latina” ao expansionismo do décimo-nono século francês está longe de ser uma criação ex-nihilo. Muito pelo contrário, a afirmação inicial ou ponto de partida da mesma tem sido plenamente confirmada por investigações posteriores, e isto talvez tenha contribuído a conferir “verossimilitude” ao conjunto do edifício, apesar das debilidades que à continuação examinaremos. Em efeito, como bem assinalou o professor Phelan, foi precisamente um francês quem falou pela primeira vez de uma porção da América que era “latina” enquanto à cultura, e a contrastou com uma América diferente, portadora de outra herança cultural que ele denominou “saxã” ou “anglo-saxã”. Por acréscimo, este francês de nome Michel Chevalier – intelectual, político, economista e viajante – fez esta afirmação no contexto de um conjunto de interesses que com toda justiça podem ser descritos como “tendências expansivas” por parte da França. (QUIJADA, 1998, p. 598-599).

E continua Quijada, para identificar e analisar com maior propriedade este fato histórico:

O suporte dessa afirmação foi um livro que M. Chevalier publicou em 1836, após percorrer os Estados Unidos, México e Cuba. Tal obra, que continha impressões e comentários inspirados ao autor no transcurso de sua extensa viagem, apresentava a história do mundo em termos de rivalidade entre civilizações, ideia que até o dia de hoje parece manter seu atrativo em certos âmbitos intelectuais. Em concreto, Chevalier se referia à competição entre duas “raças” ou culturas antagônicas e hostis, surgidas ambas da origem dual de nossa civilização ocidental: a “raça” latina ou romana, e a “raça” germana (na qual Chevalier incluía aos chamados “anglo-saxões”). (QUIJADA, 1998, p. 599).

Esta polarização, claro, vai cair como uma luva na temática dicotômica factual entre as duas Américas, far-se-á sentido legítimo, independente de quaisquer interesses gálicos. Seguindo Quijada, ainda que possa se partir documentalmente de Chevalier, consegue-se demonstrar com certa facilidade o quanto isto o ultrapassa, usando expressão anterior, não se trata de uma colocação *ex nihilo*, pessoal, ou apenas oriunda de uma estratégia geopolítica europeia.

Entretanto, segue o desenvolvimento e base histórico-argumentativa que localiza a ideia de latino – e, por extensão, América Latina – atrelada aos interesses da França:

Esta distinção entre dois ramos supostamente rivais da civilização ocidental não era uma ideia original de Chevalier. Contudo, sua elaboração pessoal do tema

incluía algo que até então não costumava se tomar em consideração: a ideia de que ambos os ramos – o latino e o germano – haviam se “reproduzido” na América. Como a Europa Meridional, A América do Sul era “latina” e “católica”; a América do Norte, ao contrário, era “protestante” e “anglo-saxã”. A França era, segundo Chevalier, a “primeira” entre as nações latinas. Nada mais lógico que fosse este país o destinado a conduzir a suas “nações irmãs” na luta pela supremacia que estavam travando com a “raça saxã”. Em total coerência com estas ideias primeiras, duas décadas depois da aparição de seu livro Chevalier se converteria em um dos mais fervorosos partidários da invasão ao México por parte das tropas de Napoleão III. (QUIJADA, 1998, p. 599, grifos nossos).

E continua, Mónica Quijada:

Ao inverso – e não casualmente – as propostas iniciais de Chevalier coincidem plenamente com a justificação ideológica do programa expansivo do Imperador, que apelava ao projeto de unidade dos “povos latinos” a partir de três traços supostamente compartilhados: a origem racial, as crenças católicas e os mesmos rivais: os germanos e anglo-saxões do norte e os eslavos do leste. A incorporação a este programa dos países “latinos” da América permitiria à nação líder, França, assegurar-se recursos imprescindíveis para seu desenvolvimento industrial e tecnológico, por um lado, e frear a expansão dos competidores anglo-saxões, pelo outro. Daí a importância da ideia inicial de Chevalier de que ao outro lado do Atlântico existiam populações que podiam reclamar sua pertinência a esse conceito amplo de “raça latina”. (QUIJADA, 1998, p. 599-600, grifos nossos).

E a autora segue escrutinando a visão, e seu “quê” de “verdade”, que coloca a América Latina não como um agente ativo de sua história, mas como joguete nas mãos do imperialismo, seja francês, inglês, estadunidense, espanhol português ou etc.; inclusive quanto à acepção desta alcunha emblemática... como já mencionado, o objeto de estudo é complexo, sempre teremos a influência externa, até porque isto também é *leitmotiv* da identidade, como bem já mencionara Freud e mencionam os pós-freudianos todos, com maior ou menor destaque.

Continuemos com o périplo de Mónica Quijada, mostrando a verossimilhança do argumento do opressor... importante seguir sua linha para perceber como, em trechos vindouros, este será posto abaixo, na linha da criticidade e da teoria crítica na revisão histórica. Temos, contudo, que nos possibilitar ver os fundamentos do discurso antagônico, até então hegemônico, com já as nuances sendo sublinhadas pela autora (por exemplo aqui o caso de Chevalier não ter a noção de coletividade – grupo/povo - ao usar o termo “latino” sobre a América, mas sim como instrumento classificatório de um tipo de ser):

Entretanto, nesta referência a uma América que seria supostamente “latina” há uma questão sutil, porém significativa, sobre a qual é conveniente se deter. **Chevalier nunca falou de “América Latina” como um nome coletivo.** Limitou-se a utilizar o adjetivo “latino” para qualificar aos habitantes de uma porção determinada de um dito continente. Em outras palavras, este personagem falava de uma América que era “latina”, como falava de uma América “protestante” ou de uma América “católica”. Da mesma maneira, as pessoas da sua época se referiam a uma Europa

“latina”, ou “anglo-saxã”. **O professor Phelan conhecia bem esta distinção, e por isso sustentou que o nome coletivo “América Latina” havia surgido com posterioridade à publicação antes mencionada de Chevalier.** De concreto, datou esse surgimento em um artigo publicado pela *Revue des Races latines*, **em 1861, precisamente o ano em que a invasão do México se encontrava em sua última fase de preparação. Os invasores faziam uso do termo “América Latina” como uma forma de integrar a ocupação do México no projeto Panlatino**, que aspirava apresentar uma frente unida e reforçada às “raças” rivais – anglo-saxã e eslava – mediante a união de todas as nações “latinas”. Só em posterioridade a esta data a nova denominação seria utilizada pelos próprios hispano-americanos. (QUIJADA, 1998 QUIJADA, 1998, p. 600, tradução livre, grifos nossos).

De novo a autora destaca o quão surpreendente é a ampla aceitação desta versão e a refutação tácita de estudos no sentido contrário:

Como se disse antes, **esta interpretação teve uma difusão e um êxito notáveis e foi assumida globalmente como “a verdade” quanto à origem do nome “América Latina”.** E isto se produziu apesar de que dita versão apresentava alguns problemas que foram passados por alto. Em primeiro lugar não tinha em conta certos dados, o que poderia se atribuir a simples desconhecimento dos mesmos: **aparentemente o autor e seu público receptor ignoravam que muitos hispano-americanos vinham aplicando o conceito de “latino” às populações dessa porção da América desde os começos da década de 1850.** (QUIJADA, 1998, p. 600-601, tradução livre, grifos nossos).

Mónica Quijada aponta omissões ou “desconhecimentos” desses estudiosos, defensores, difusores e receptores que naturalizaram esta versão de “América Latina” como algo oriundo de fora, neste Panlatinismo francês. Omissões que dizem respeito ao uso do mesmo termo (América Latina) antes, na e pelos latino-americanos. Aqui introduz os artigos, próximos no espaço temporal ao de Phelan, do uruguaio Arturo Ardao e do chileno Miguel Rojas Mix, que dizem e localizaram precisamente isto, na direção oposta ao propalado pelo acadêmico estadunidense, provando o contrário:

Surpreendentemente, **no mesmo ano em que Phelan expôs sua versão (1965), apareceu em Montevideu um breve trabalho intitulado *La idea de Latinoamérica*.** Seu autor, o professor Arturo Ardao, mostrava nele que os hispano-americanos haviam empregado o termo “América Latina” em datas anteriores às assinaladas por Phelan. Este trabalho precoce foi só o início de uma investigação de largo fôlego que culminou quinze anos mais tarde com a edição em Caracas de um livro intitulado *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. **Poucos anos depois, outro investigador, Miguel Rojas Mix, publicava em Toulouse um novo artigo na mesma linha que os trabalhos de Ardao, ambos provam irrefutavelmente que anos antes de 1861 – concretamente, ao largo da década de 1850 – o conceito de “América Latina” já estava sendo utilizado por destacados personagens hispano-americanos,** como o dominicano Francisco Muñoz del Monte, os chilenos Santiago Arcos e Francisco Bilbao, e, sobretudo, o colombiano José María Torres Caicedo. Por quê estas investigações permanecem até o dia de hoje praticamente desconhecidas e não conseguiram modificar a aceitação coletiva da versão canônica que vínhamos comentando é um tema de especulação no qual não entraremos aqui, ainda que forme parte indubitavelmente dos processos de

“construção social da verdade” a que antes nos referimos. (QUIJADA, 1998, p. 601, tradução livre, grifos nossos).

Mais importante que isto, denota aqui o destaque que faz Mónica Quijada, é o contraste observado entre a aceitação do termo “América Latina” pela *intelligentsia* latino-americana e sua completa posição avessa à invasão de Napoleão III ao México bem como quaisquer propostas de “Panlatinismo” que envolvesse a França dar as cartas; embora, conforme coloca a autora, houvesse toda uma apreciação e até reverência ou sentimento de inferioridade das elites latino-americanas frente à França (o velho viralatismo – complexo de vira-lata – enunciado por Nelson Rodrigues), trata-se aqui de uma época cuja *zeitgeist* era nacionalista; a estratégia de colocar a França como líder de um Panlatinismo para se ocupar deste nacionalismo parece frustrada pois claramente tais autores, conjuntamente ao rechaço à ingerência francesa no México, não se nutriam destas fontes para afirmar e fazer uso do termo “América Latina”, aqui utilizado como uma identidade geográfica e de povo locais (ainda que circunscrita a uma macro região, mas este sentimento “universalista” estava restrito à América... Latina... nada de França nem outro país europeu), isto sim. Bem como foi neste sentido que adquiriu seu êxito e consagração, não enquanto submetido ao imperialismo francês, ou seja, como explicar que o termo vindo de um algoz pudesse ter sido apropriado apaixonadamente e como sentido de pertencimento cultura próprio e local pelo que seria apenas seu apêndice ou recolonizado.

Em outras palavras, seria, para Phelan, como se recebêssemos a alcunha de América Latina de outrem, com o propósito de tomar aqui para si, e aceitássemos tudo passivamente e reproduzíssemos por reproduzir, segundo o ditame de se outrem... a questão de agenciamento esqueça-se, jamais agentes de sua própria história, ainda que dialeticamente, claro, mas nem pensar, a autora mostra como isto faz pouco sentido:

Porém não é este o único problema que oferece a interpretação de Phelan. Existe uma segunda **questão, que poderíamos chamar ideológica**. Em efeito, **a perspectiva “imperialista” que propõe se faz muito difícil de explicar, não por sua origem, mas sim a adoção do termo pelos hispano-americanos**. Quer dizer, seu rápido e notável êxito entre os próprios “designados” por ele. De fato, esta perspectiva não tem em conta uma questão tão significativa como o rechaço e a crítica acerbadada com que as elites políticas e intelectuais da Hispano-América receberam a invasão do México pelas tropas de Napoleão III. Em outras palavras, **a admiração que estas elites sentiam pela cultura francesa não é suficiente para explicar, em primeiro lugar, que nos mesmos anos da ocupação seus próprios explícitos e fervorosos críticos - que não ocultavam os sentimentos de rechaço e humilhação que lhes produziam a ação francesa no México e os desígnios imperiais de Napoleão III - estivessem utilizando o conceito de “América Latina” e o propondo como categoria coletiva legítima e conveniente**. Em segundo lugar, esta interpretação tampouco explica o extraordinário êxito que alcançou a nova denominação entre o público receptor da Hispano-América. (QUIJADA, 1998, p. 601-602, tradução livre, grifos nossos).

Outro aspecto importantíssimo sublinhado por Quijada é de que, na descrição de Phelan, o termo América Latina e mais especificamente o “latino” denominava uma raiz clara, étnica, de raiz europeia por excelência, no próprio projeto do Panlatinismo, seria uma corrente étnica que se anteporia na luta contra outras (anglo-saxã, eslava...). Mas vários autores adeptos da integração racial na América, especificamente na denominada por eles – e na acepção deles – de Latina, chamavam este povo, como afirmação de identidade, mestiço, de latino, da América Latina, inclusive permeado massivamente por personagens índios e negros, e seus mestiços, que nada tinham de ancestralidade europeia sobretudo e, ainda, por extensão, com as migrações posteriores, asiáticos e os próprios europeus de regiões anglo-saxãs ou eslavas que por ventura viessem a se integrar a este povo e região, não poderiam deixar de ser, nesta acepção, latinos (apesar de não serem em nada “latinos” na acepção de Phelan):

Porém há uma terceira questão, tão significativa como as anteriores, que a tese “imperialista” deixa sem decifrar: porque a noção de “latino”, que exclui a toda a população de origem não europeia – em especial os indígenas - foi utilizada, e, mais ainda, proposta, como uma denominação coletiva, por intelectuais como o chileno Francisco Bilbao, que se caracterizou por ser um **decidido campeão da integração racial e defensor dos direitos das “raças” menos favorecidas. Outro personagem que utilizou precocemente essa denominação foi **o cubano José Martí, também conhecido por sua defesa da integração étnica.** (QUIJADA, 1998, p. 602).**

Importante contudo lembrar que tem gente que é contra essa integração nos dias de hoje, para estes, nós não prestamos para nada, nossa origem é podre e juntamos o ruim com o péssimo e o péssimo com o ruim ao integrarmo-nos (bons são os estadunidenses, claro); curiosamente esta gente que desvaloriza e demoniza todas as raízes culturais nossas se autoproclama de “patriota”, hoje em dia:

(...) **herança cultural tripla**, nós temos a **herança ibérica**, que é **a do privilégio** (...) **todo mundo quer se dar bem**; temos a **herança cultural indígena**, que é **da indolência, um índio deitado** na rede enquanto a mulher está lá, cavando um buraco, carregando o filho nas costas...; temos a **herança cultural africana**, que é **a da magia, vai dar certo**, vai dar tudo certo... da malemolência, do samba, da embaixadinha (...) nós temos que romper esse ciclo. (MOURÃO, 2018.).

Parênteses à parte, segue Mónica Quijada argumentando que o fenômeno mais caro não é se a França procurou usar o termo estrategicamente para tentar legitimar culturalmente sua invasão ao México, mas sim o como o termo foi adotado e concebido pelos próprios latino-americanos, enquanto designação coletiva, avesso ao intervencionismo imperialista e de formas conceitual e semiótica completamente outras. Interessante o quanto o termo foi apropriado e

adotado com extrema aceitação baseados na América Latina, aqui, seja este um ato de antropofagia à moda da semana de arte de 22', ou não, a criação e o processo criativo com que o faz ser nosso, é nosso, não de fora:

Em outras palavras, a perspectiva associada aos desígnios imperiais coloca a quem estiveram estritamente comprometidos com a gênese e difusão do nome “América Latina” em uma posição de receptores passivos e acríticos. **A intenção deste trabalho é, precisamente, devolver o papel de protagonismo aos principais atores desse processo,** a partir de duas propostas iniciais: 1) **“América Latina” não é uma denominação imposta aos latino-americanos** em função de alguns interesses que lhes eram alheios, **mas sim um nome cunhado e adotado conscientemente por eles mesmos e a partir de suas próprias reivindicações.** Dito de outra maneira: em meados do século XIX era comum utilizar o adjetivo “latino” para qualificar tanto uma porção da Europa como da América. Porém, a **“Europa latina” nunca se converteu em um nome.** O contrário ocorreu com a “América Latina”, e **este conceito, enquanto denominação coletiva, não foi uma invenção francesa ou europeia, mas sim hispano-americana,** como bem demonstraram as investigações de Arturo Ardao e Miguel Rojas Mix. 2) Precisamente por isso, para compreender o surgimento e difusão do nome “América Latina”, é **necessário ter em conta sobretudo o contexto hispano-americano da época, mais que o francês ou europeu.** Não estou negando com isto que o entorno de Napoleão III empregasse dito nome durante e depois da invasão do México como forma de legitimação da mesma. Porém a **gênese, difusão e adoção coletiva do termo correspondem a um horizonte mais amplo que a mera utilização do mesmo no contexto do programa expansivo do Imperador. O que importa aqui não é tanto a relação dos franceses com o termo que nos ocupa, como a dos próprios latino-americanos.** (QUIJADA, 1998, p. 602-603, tradução livre, grifos nossos).

Então, Mónica vai pontuar a importância em buscar historicamente a perspectiva da época, para entender a adoção e sucesso da adoção do termo “América Latina” pelos latino-americanos, e, com isso, paralelamente, embasar seu artigo de que este termo nos diz respeito por livre apropriação ou desapropriação do alçoz... e quanto isto diz respeito à época e ao caminho latino-americano – da América Latina – na sua gênese e existência, anterior, paralela ou ulterior à alçoz do termo:

Para aprofundar nestas questões, creio necessário se deter no **contexto ideológico em que tomou forma e se difundiu exitosamente o conceito de “América Latina”.** Isto implica examinar com certa detenção três questões: 1) as **circunstâncias políticas e ideológicas que preocupavam aos latino-americanos quando se produziu o surgimento e adoção do termo;** 2) as **ideias e paradigmas globais em que se inscreve esse processo, e que operavam então não só na América, mas no conjunto do mundo ocidental do qual tal continente forma parte;** 3) **finalmente, é importante procurar a identificação daquelas conotações simbólicas do conceito “latino”** que podem ter **facilitado sua adoção majoritária pelos próprios hispano-americanos, como uma via para explicar as razões dessa amplíssima difusão.** (QUIJADA, 1998, p. 603, tradução livre, grifos nossos).

Assim, ao tratar das “Origens, contextos e difusão” do termo “América Latina”, expande e escrutina agora Mónica Quijada, de certa forma remete à propalada origem francesa, a princípio, bem como intrínseco ao denominado conflito entre as “raças”:

Os hispano-americanos começaram a utilizar o adjetivo “latino” associado ao nome “América” nos inícios da década de 1850, e geralmente no marco de viagens a França realizadas por alguns deles. O caso mais antigo que se encontrou se remonta a 1851. Durante a primeira metade dessa década, gente como o dominicano Francisco Muñoz del Monte e o chileno Santiago Argos fizeram essa associação para descrever os movimentos expansionistas dos Estados Unidos no continente americano como uma agressão da “raça anglo-saxã” à “raça latina”. (QUIJADA, 1998, p. 603-604, tradução livre, grifos nossos).

Mas explica e contextualiza este discurso:

Esta utilização não era em si mesma especialmente significativa, e só implicava que os hispano-americanos conheciam e assumiam as tendências ideológicas mais em voga na Europa da época. De fato, em meados do século XIX era tão normal falar das “raças” em geral, da divisão do gênero humano em “raças superiores” e “inferiores” e inclusive das rivalidades entre a “raça latina” e a “germana” ou “anglo-saxã”, como o é, hoje, referir-se a “culturas”, a “nações”, ou a rivalidades entre Estados. Contudo, quando os hispano-americanos tomaram o adjetivo “latino” e o aplicaram a suas próprias populações, estavam se referindo a um contexto que não coincidia plenamente com o que inspirava a franceses, espanhóis e italianos. Para os europeus do sul, a suposta existência de uma “luta de raças” na qual as nações latinas estavam sendo ultrapassadas por suas competidoras se associava em primeiro lugar aos avanços técnicos, econômicos e sobretudo geopolíticos da Grã-Bretanha, aos quais se somavam, em um plano inferior, os progressos de sua “filha” americana, os Estados Unidos. Em segundo lugar, aos europeus do sul e em particular aos franceses, preocupava-lhes o “despertar” das nações eslavas, fundamentalmente a Rússia dos czares. (QUIJADA, 1998, p. 604, tradução livre, grifos nossos).

Aqui novamente surge na embriogênese da assunção da latino-americanidade, do conceito e do sentimento, a contraposição frente à “outra” América, esta a “raça” que irá importar para se antagonizar, para se definir enquanto “latino”, e exigir respeito, exigir legitimidade de existência por e em anteposição; como dizia Freud: “o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto auxiliador e **adversário**, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social (...)” (FREUD, 2011, p. 14). Segue Mónica, nesta base, pois nesta base se deu o termo “América Latina” para os latino-americanos, o Outro, a “outra raça”, o da “América para os americanos” (aqui leia-se estadunidenses, pois até de sermos americanos querem nos destituir), enquanto adversário:

O contexto que motivava os temores dos hispano-americanos e em cujo marco inscrevia sua própria percepção da “luta de raças” era muito mais restrito, geograficamente falando: se referia fundamentalmente à política dos Estados Unidos com respeito aos países que estavam ao sul de suas fronteiras. Nos anos

cinquenta, essa política tinha uma face muito concreta: os esforços recentes realizados pelo governo de Washington para possibilitar a abertura, na região centro-americana, de um canal que unisse os dois oceanos. Daí que a filiação “latina” foi reivindicada por vários políticos e intelectuais hispano-americanos no contexto da cólera e indignação que produziu no continente a invasão da Nicarágua por parte do cidadão norte-americano William Walker, considerado por todos um aventureiro e **um pirata**. Walker interveio na América Central entre 1855 e 1860, com o objetivo de incorporar aos cinco países do Istmo como outras tantas estrelas aos Estados escravistas sulistas da União, e em pouco tempo tomou controle da política nicaraguense e ocupou a primeira magistratura do país. Porém os sentimentos de humilhação que a ação de Walker provocou entre as elites hispano-americanas não se deveram tanto a este personagem – ao final de contas, quase um delinquente comum – **como o fato de que suas atividades receberam o apoio público e explícito do Presidente dos Estados Unidos Franklin Pierce, quem lhe reconheceu oficialmente como governante máximo da Nicarágua** e enviou um representante diplomático a Manágua. (QUIJADA, 1998, p. 604-605, tradução livre, grifos nossos).

No contexto da época, está o apoio formal do governo estadunidense a um pirata (surpresa, natural dos Estados Unidos) saqueador da Nicarágua, a ponto de ser “reconhecido” por aquele governo como presidente “legítimo” daquele país; estão a tomada do Texas e de mais da metade do México e este *monstro* expansionista passando a estender seus pedipalpos na América Central para impor seus interesses e fazer um canal interoceânico seu, para si... nessa escalada, iriam tomar de assalto e escravizar à toda América sucessivamente? Aqui continua Quijada sobre este temor e, então, inspiração para edificação da “América Latina” em forma de resistência e oposição a estes desmandos predatórios:

Por somatória, o temor que despertavam as intenções de Washington com respeito à América Central e ao Istmo do Panamá operava sobre as feridas ainda abertas da ocupação do Texas e à guerra subsequente que valeu ao México a perda de extensos territórios. A expansão dos norte-americanos sobre o país mais setentrional da América espanhola havia consternado aos americanos do sul, e muitos se perguntavam, ao ver-lhes atuar na América Central, se essa política expansionista não continuaria até o Cabo de Hornos. (QUIJADA, 1998, p. 605, tradução livre, grifos nossos).

Esta conclamação à união contra um inimigo comum eleva os latino-americanos numa nova jornada integracionista, assim, a retomar o sonho de Bolívar, ícone do movimento por uma Grã-Colômbia ou Pátria Grande... e pela Libertação e Liberdade frente aos desmandos de fora, agora este fora mais claramente vislumbrado ao norte do continente. Porém, *zeitgeist* da época, o discurso da época era atravessado por esta questão das raças, algo diferente da época do Libertador... em liberalidade total do constructo científicesco que se propunha étnico-biológico, forjou-se então a “raça” latino-americana, integrando aos ao sul do Rio Bravo:

Este conjunto de sentimentos negativos levou a que muitos hispano-americanos voltassem os olhos em direção ao velho sonho unionista do grande Libertador,

Simón Bolívar. **Sem dúvida, a razão principal que inspirava a reaparição daqueles ideais era a necessidade, sentida por muitos, de opor ao poderio crescente e à política agressiva dos Estados Unidos uma Hispano-América fortalecida pelo esforço comum.** No entanto, estas propostas de meados do século apresentavam um matiz que havia estado ausente dos chamamentos à unidade nos tempos de Bolívar. O que **aparecia como novo e inédito nos cinquenta era, precisamente, a categoria “raça”.** Em outras palavras, nem o Libertador, nem nenhum outro apoiador da Independência teriam baseado suas propostas unitárias em argumentos tais como “o perigo da absorção de uma raça por outra”. Porém, como se disse antes, a utilização de categorias raciais estava muito estendida em meados do século. (QUIJADA, 1998, p. 605, tradução livre, grifos nossos).

Porém, embora também com todo liberalismo conceitual, podemos lembrar que, na célebre *Carta da Jamaica*, Simón Bolívar contextualiza um ser latino-americano, ainda que em negativo e em contra-posição, mas isto enquanto algo potente também, essa, mais que uma raça, união das raças ou ode à mestiçagem... o latino-americanismo (embora, claro, ainda não usasse este termo):

(...) **não somos índios nem europeus, mas uma espécie intermediária** entre os legítimos proprietários do continente e os usurpadores espanhóis: em suma, **sendo americanos por nascimento e nossos direitos os da Europa, temos de disputar estes aos do país e mantermo-nos nele contra a invasão dos invasores** - encontramos-nos, assim, na situação mais extraordinária e complicada. (BOLÍVAR, 2017, p. 23, tradução livre, grifos nossos).

E esta contradição é expressa depois também em Martí, mas evocando épocas primevas, constitutivas da gênese do ser latino-americano, uma disputa de raças ou “almas” (enquanto posições e visões de mundo) antagônicas internas, mas que se mesclaram, para o bem ou para o mal, ou para além disso, pois isso foi o que constitui este ser, é inato, por assim dizer, para além do bem e do mal... e que agora tem que se impor, ainda que em negativo, ainda com essa fenda interna, mas se integrando a despeito de, e sem promessas de reparação ou paz nessa integração, já que é para se impor e a se opor a outro agressor, este Outro externo, no processo de identificação, muito mais cultural que racial, mas que se materializa nesta “raça híbrida”:

Quando Martí afirma: **“O primeiro crioulo que nasceu do espanhol, o filho de Malinche, foi um rebelde”**, não aponta só a origem que haveria de caracterizar o espírito combativo do futuro homem americano, como também assinalava o nascimento **da primeira diferença política entre uns e outros**: ou **se era espanhol ou se era crioulo**. Como estes, os explorados, eram diferentes, os exploradores, surgiu entre ambos uma contradição: a rebeldia foi o símbolo; **a emancipação, o mais vivo anseio; e a união a mais premente necessidade tática dos primeiros**. (MARTÍ, 1965 apud PIVIDAL, 2021, p. 34, tradução livre, grifos nossos).

Neste sentido, continua Mónica:

Desde meu ponto de vista, o que influenciou de maneira decisiva na emergência e difusão exitosa do nome “América Latina” foi, precisamente, a confluência do que poderíamos chamar a “racialização” das categorias, por um lado, e a reaparição das tendências que advogavam pela unidade dos países da América espanhola como resposta às agressões territoriais norte-americanas, pelo outro. A primeira dessas circunstâncias - a racialização das categorias – formava parte de uma tendência geral no Ocidente. A segunda – a revitalização defensiva de uma aspiração unionista pré-existente, prestigiada pela imagem do que já era venerado como o grande Libertador do Novo Mundo – era estritamente americana. Esta confluência é fundamental para compreender por que, enquanto a ideia de uma Europa “latina” não implicou que se acunha-se uma denominação coletiva, no caso americano, pelo contrário, conduziu à invenção do nome genérico “América Latina”. (QUIJADA, 1998, p. 606, tradução livre, grifos nossos).

Portanto, o sucesso do epítome “América Latina” deve-se também a este duplo; se a identidade latino-americana é forjada no duplo da escarificação anímica do mestiço do invasor com o invadido, personificado simbólica e corporalmente, conforme Martí, no filho de Malinche, também a raça assim o é, no duplo do conceito de “raça” latina somado ao, principal, de resistência ao invasor do norte, sendo todos latinos a partir do sul do rio Bravo, desde então, e aí seu sucesso e retomada das aspirações do Libertador.

Para melhor se compreender este processo, deve-se conhecer, ao menos em termos gerais, a vida, obra e luta de José María Torres Caicedo, pois conforme diz Mónica Quijada em seu artigo:

Esta afirmação se entenderá melhor se nos determos brevemente no processo seguido por alguns notáveis ensaístas hispano-americanos, começando pelo colombiano José María Torres Caicedo, quem foi com toda probabilidade – quer dizer, na medida em que não se encontrem novos testemunhos – o pai do invento. Torres Caicedo era um conhecido advogado, periodista e ensaísta, e exerceu uma influência considerável nos círculos sul-americanos de seu tempo. Foi, além do mais, uma das pessoas mais ativas a favor da unidade política dos países da América espanhola. (QUIJADA, 1998, p. 606, tradução livre, grifos nossos).

E continua:

No ano de 1850, Torres Caicedo escreveu à cerca da **necessidade de estreitar os laços entra as repúblicas sul-americanas para resistir aos avanços dos Estados Unidos na área centro-americana**. O que nos importa assinalar com respeito a este escrito recente, é que **não se menciona nele a palavra “raça”**. Seis anos mais tarde, em 1856, este mesmo personagem fez um chamamento a que se construísse uma *Confederação das Nações da América Espanhola*, no qual **falava do perigo que assombrava à “raça espanhola” na América de ser absorvida pela “raça saxã”**. Como pode observar-se, ao empregar esta terminologia, **Torres Caicedo não fazia mais que integrar-se em uma tendência mais ampla que denominamos como “racialização das categorias”**, à que pertencia também um tipo de **discurso muito popular na América do Norte que, por certo, contribuía não pouco para alimentar os temores dos vizinhos do sul. Porém ninguém havia mencionado, todavia, um âmbito geográfico chamado “América Latina”**. (QUIJADA, 1998, p. 606-607, tradução livre, grifos nossos).

Mónica Quijada tenta, então, neste desenvolvimento, localizar o “nascido” do termo América Latina em território latino-americano, embora haja controvérsias quanto ao autor (em notas de rodapé situa que Rojas Mix discorda com a precisão de que tenha sido Caicedo e não Bilbao que tenha cunhado o termo de maneira primeva), mas a importância é a circunscrição é no âmbito americano, e, novamente, a contingência é o embate à ameaça do norte, a outra “América”:

Um pouco mais avançado nesse mesmo ano de 1856, Torres Caicedo fez um **segundo chamamento à unidade** em um formato completamente distinto ao anterior. Tratava-se neste caso de um extenso poema intitulado “**As duas Américas**”, em que o escritor colombiano falava em tons fervorosos **dos perigos que entranhava a América do Norte para os países que se achavam ao sul de suas fronteiras**, e **urgia a seus compatriotas hispano-americanos a se unir** para enfrentar essa ameaça. Na **nona parte do poema apareciam as seguintes linhas(...)**. (QUIJADA, 1998, p. 607, tradução livre, grifos nossos).

4.1 A RAÇA DA AMÉRICA LATINA

A frente tem a saxã raça.

É **muito provável que estes versos marquem o nascimento do nome coletivo “América Latina”**. Nesse mesmo ano, **de 1856, o chileno Francisco Bilbao utilizou um adjetivo de novo cunho, referindo-se à existência de uma “raça latino-americana”**. Quer dizer, **não mais “raça latina”, mas sim “latino-americana”**. Em 1858, Torres Caicedo voltou a se ocupar do tema, escrevendo à cerca das Repúblicas “Latino-americanas”, e a partir de então utilizaria estes apelativos com assiduidade crescente. Em 1861 publicou um panfleto intitulado *Bases para a formação de uma Liga Latino Americana*, e em 1865 um livro que levava por nome: *União Latino Americana*. (QUIJADA, 1998, p. 607-608, tradução livre, grifos nossos).

E Quijada, então, denota o fato marcante da popular e rápida absorção e adoção do termo pela população contemplada, indígena, latino-americana, concebida conforme estipulada pelos que cunharam a alcunha “América Latina” neste território; e não às expensas do pan-latinismo francês, como insiste a autora, que com a invasão do México traz para si a antipatia latino-americana, não a adesão:

Ao finalizar os anos cinquenta e começar a seguinte década, a nova terminologia estava sendo empregada por numerosos hispano-americanos. É interessante destacar que sua popularidade cresceu tão rápido que **começou a ser aplicada a certos campos do conhecimento**. Exemplo disso é que **se começou a falar de uma Literatura Latino-Americana e de escritores latino-americanos**. Em 1862, o **jurista argentino Carlos Calvo se referiu aos “Estados da América Latina”** em uma importante recompilação de escritos jurídicos denominada *Coleção completa dos tratados, convenções, capitulações, armistícios e outros atos diplomáticos de todos os Estados da América Latina, compreendidos entre o golfo do México e o Cabo de Hornos, desde o ano de 1493 até nossos dias*. Nessa mesma década de 1860, o nome

“América Latina” se difundiu no continente até o ponto de ser utilizado em documentos oficiais dos governos. Isto ocorria – insistimos – nos mesmos anos em que as tropas francesas haviam ocupado o México e instaurado um tipo de governo que repugnava à maioria das elites do continente, para as quais as formas republicanas tinham a força de um mito de origem. (QUIJADA, 1998, p. 608, tradução livre, grifos nossos).

E conclui a autora quanto a este ponto, apresentando que este novo termo competiu então em supremacia com outros mais antigos, para dar nome à macro-região, mas que houve dois acontecimentos que deram lugar de preferência àquele que tratamos:

Em resumo, foi na década de 1850 que surgiu o nome de “América Latina”, e sua invenção como tal correspondeu estritamente aos hispano-americanos, no marco dos temores que despertava a política expansiva dos Estados Unidos. Sua rápida difusão na seguinte década entrou em competição com nomes mais antigos. Como os de América Espanhola, América do Sul ou Grã Colômbia. Alguns anos mais tardes, dois acontecimentos no âmbito da geopolítica continental contribuíram para colocar o nome de “América Latina” em uma posição de vantagem com respeito às denominações rivais. QUIJADA, 1998, p. 608-609, tradução livre, grifos nossos).

Sobre tais “acontecimentos”, novamente a beligerância e rapinagem ianques tomam protagonismo, conjuntamente às análogas oposições defensivas que se circunscreveram mormente à bandeira da latino-americanidade; aqui Quijada discute a primeira efeméride:

Em primeiro lugar, no ano de 1881, o Secretário de Estado James Gillespie Blaine propôs a celebração de uma conferência pan-americanista, no contexto das rivalidades entre os Estados Unidos e as potências europeias, com respeito às relações mantidas com as restantes repúblicas americanas. A proposta de Blaine, associada à revitalização da doutrina Monroe, no marco do *Manifest Destiny*, não foi bem-vinda nos círculos que advogavam pela criação de uma União Latino-americana. Nesse mesmo ano, e em parte como resposta às iniciativas pan-americanistas, teve lugar em Buenos Aires a fundação de uma publicação periódica - a *Revista Latinoamericana* - e de uma instituição - a *Sociedad Unión Latinoamericana de las Repúblicas del Plata* - que contribuíram consideravelmente pela difusão generalizada do nome “América Latina”. (QUIJADA, 1998, p. 609, tradução livre, grifos nossos).

A próxima e mais importante tem um quê de curioso, a emancipação de Cuba da Espanha era um desejo antigo e legítimo - latino-americano - porém, quando os Estados Unidos quis fazer disto um projeto seu, quando a emancipação de Cuba foi ganhando um contexto que significaria não mais uma emancipação de fato, mas uma passagem de mãos, deixar de ser colônia espanhola para ser colônia estadunidense... aí houve oposição latino-americana:

Mais importante ainda para a definitiva adoção do termo foi o ano mítico de 1898. A guerra entre a Espanha e os Estados Unidos no contexto do movimento cubano por sua independência colocou o conceito de “América Latina” em uma posição privilegiada. Para compreender este último e definitivo impulso deve-se ter

em conta três questões de particular significação. Em primeiro lugar, a mencionada guerra foi vista no Ocidente como o último combate entre duas “raças” rivais, os “latinos” e os “anglo-saxões”. Segundo: ainda que os hispano-americanos fossem naturalmente partidários da independência cubana, o certo é que a intervenção dos Estados Unidos, unida aos maus modos, à prepotência, e à linguagem ofensiva empregada tanto pelo Partido da Guerra como pelo próprio governo norte-americano, tiveram como consequência que uma maioria de hispano-americanos apoiasse à Espanha nessa luta de “latinos” frente a “anglo-saxões”. (QUIJADA, 1998, p. 609, tradução livre, grifos nossos).

Terceiro motivo...:

Finalmente, deve recordar-se que neste contexto de sentimentos “pró-latinos” e “anti-saxões” extremos, produziu-se o surgimento ou revitalização de importantes movimentos ideológicos continentais. Por um lado, o Arielismo, quer dizer, a famosa dicotomia de Ariel e Calibán proposta pelo escritor uruguaio José Enrique Rodó, que associava a América Latina com o espiritualismo e os Estados Unidos com o materialismo. As ideias principais de Rodó não eram novas; podem encontrar-se embrionariamente, por exemplo, em alguns trabalhos de Francisco Bilbao. Porém foi Rodó quem converteu essa famosa dicotomia em uma doutrina. Junto com o Arielismo e surgindo do mesmo contexto bélico de 98, interpretado como uma “luta de raças”, aparece também o novo impulso dado às tendências unionistas, carregado esta vez de um acento novo que expressa como ninguém o argentino Manuel Ugarte. Com efeito, frente à concepção bolivariana de uma “anficionia” ou “confederação”, Ugarte vai sustentar pela primeira vez a existência de uma “Nação Latino-Americana”, fundamentando-a em um essencialismo cultural de raiz herderiana. Desde 1898 em diante, “América Latina” tomaria a dianteira em difusão e uso a todas as denominações que rivalizavam com ela. (QUIJADA, 1998, p. 610, tradução livre, grifos nossos).

Tendo provado que o termo tenha sido cunhado por latino-americanos e em território Latino-americano, Mónica Quijada agora assume o papel de explicar as razões para o êxito no emprego da alcunha, aqui introduzindo esta segunda parte de sua empreitada:

Tendo revisado os contextos em que surgiu o nome que nos ocupa, as circunstâncias de sua origem e os ritmos de sua difusão, resta ainda a esclarecer uma importante incógnita. De fato, nenhum dos processos que acompanhamos nas páginas anteriores é suficiente para explicar as preferências majoritárias das populações americanas pelo nome “América Latina” em detrimento de outras denominações, nem as razões profundas que subjazem a seu notável êxito. Tampouco são satisfatórias as interpretações que costumam se oferecer quando se coloca este tipo de interrogantes. (QUIJADA, 1998, p. 610-611, tradução livre, grifos nossos).

A explicação lógica mais difundida:

A mais difundida dessas interpretações é a seguinte: “América Latina” tem a vantagem da utilidade, já que abarca um âmbito cultural e geográfico mais extenso que outras denominações, como seria o caso de Hispano-América, América do Sul ou América Central. Em outras palavras: dentro do adjetivo “latino” se incluem países e regiões do novo continente que foram colonizados por “europeus latinos” não espanhóis, como a América portuguesa ou a América francesa.

Desde esta perspectiva, **oferece inclusive possibilidades genéricas mais amplas que o próprio termo “Ibero-América”**, de cunho muito mais recente. (QUIJADA, 1998, p. 611, tradução livre, grifos nossos).

Todavia, há um anacronismo claro na explicação, “América Latina” era usada inicialmente com sentido mais restrito mesmo, equivalente à hispânica:

Esta é, sem dúvida, uma explicação coerente, muito difundida e indiscutível, desde uma perspectiva atual. Não obstante, **para o historiador, suscita um problema. Aparentemente, o nome “América Latina” não foi utilizado neste sentido cultural amplo até 1875**, quando haviam transcorrido quase vinte anos desde seu surgimento. Para então, como dissemos, já se empregava inclusive em documentos oficiais. **Não há evidência histórica de que com anterioridade a tal ano se haja usado essa denominação para abarcar, por exemplo, um vizinho tão conspícuo como o Brasil.** Pelo contrário, a evidência assinala que durante vários anos “América Latina” operou como um sinônimo estrito de “América Espanhola”. O próprio Torres Caicedo, ao reeditar nos anos oitenta seus velhos escritos da década de cinquenta, alterou sistematicamente os termos “América Espanhola” ou “América do Sul” por “América Latina”, porém não se sentiu obrigado a modificar o âmbito geográfico hispano-americano designado inicialmente por dita denominação. (QUIJADA, 1998, p. 611, tradução livre, grifos nossos).

Quem primeiro propôs a Nação Latino-Americana incluindo o Brasil foi Manuel Ugarte, a princípios do século XX... esta distância temporal deixa difícil a explicação de que a amplitude conceitual que abarque mais e melhor a região justifique a adoção do termo:

De fato, a primeira proposta de unidade latino-americana que incorporou uma discussão sistemática sobre a inclusão do Brasil foi a exposta por Manuel Ugarte a começos do século XX, a partir da ideia já mencionada da “Nação Latino-Americana”. Portanto, desde uma perspectiva histórica, a amplitude geográfica e cultural do conceito “América Latina” não explica a rapidez e o êxito de sua difusão inicial. (QUIJADA, 1998, p. 611, tradução livre, grifos nossos).

Segunda interpretação, errônea, quer dizer que a utilização do termo “latino” é uma tentativa de se eludir do vínculo com a Espanha, como o passado espanhol, colonial; pois bem, latino, o termo, racialmente, está em dicotomia com anglo-saxão, em oposição a este último, não a hispânico, com este argumento Mónica Quijada demonstra que esta interpretação é equivocada, de novo aqui recaracterizando, talvez, que a ojeriza era frente ao adversário do norte, isto sim:

Existe uma segunda interpretação a que se tem recorrido com frequência: **os hispano-americanos teriam lançado mão da filiação “latina” para se diferenciar de sua antiga metrópole.** Em particular, teriam buscado expressar por esse meio **um rechaço aos tempos originais do vínculo Espanha-América**, quer dizer, **o período da conquista e a colonização.** Esta versão **apresenta também alguns problemas.** Em primeiro lugar, a pessoa a que as evidências históricas conhecidas até agora assinalam como o mais provável responsável do surgimento do termo, **José María**

Torres Caicedo, não se conta precisamente entre os hispano-americanos que rechaçavam à Mãe Pátria e ao passado colonial; e já vimos que houve inclusive quem propusesse a Espanha “como país líder da latinidade”. Porém há uma segunda evidência, muito mais importante, que contradiz a interpretação antes mencionada: se algo fica fora de qualquer dúvida neste tema da origem e adoção do nome “América Latina” pelos hispano-americanos, é o fato de que tal denominação forma parte de uma dicotomia “racial”; e o segundo termo dessa dicotomia não é o adjetivo “espanhol” ou “hispano”, mas sim “anglo-saxão”. Não existe nem um único caso em que “latino” fosse utilizado como uma distinção dicotômica com respeito ao adjetivo “hispano”. (QUIJADA, 1998, p. 611-612, tradução livre, grifos nossos).

Para interpretar há que se tentar novas respostas, a partir da racialização é um bom começo, a questão tão em voga em meados do século XIX ajudou bastante, haja vista o fortalecimento da noção de duas Américas e, assim, a universalização de conflitos locais para esfera do confronto universal agora, latinos x anglo-saxões; esta a primeira hipótese suscitada pela autora para justificar o sucesso do termo e sua difusão e fortalecimento em curto período de tempo, conforme vemos no importante trecho reproduzido abaixo:

Por conseguinte, **as interpretações usuais não contribuem para explicar a facilidade e rapidez com que a ideia de “América Latina” foi adotada pelas populações do continente. É necessário, pois, tentar novas respostas. Na minha opinião, a dicotomia racial à qual nos referimos poderia ser um bom ponto de partida para ensaiar uma primeira explicação.**
Em páginas anteriores disse que, desde meu ponto de vista, no surgimento e êxito do nome “América Latina”, foi decisiva a confluência da racialização das categorias, por uma parte, e a revitalização das tendências unionistas hispano-americanas no contexto do expansionismo norte-americano, por outra. Se as rivalidades com os Estados Unidos tivessem sido vistas exclusivamente em sua dimensão geopolítica, sua projeção não teria ultrapassado os limites continentais. Porém a racialização extrema das categorias que foi característica do século XIX permitiu aos hispano-americanos assumir a filiação “latina”, o que implicava conferir a seus problemas continentais – ou seja, locais – uma projeção “universal”. (QUIJADA, 1998, p. 612, tradução livre, grifos nossos).

A amplitude do universal no conceito de Latinidade, com isto seu vigor e seu apelo, talvez a explicação para sua adesão:

Em outras palavras, **mediante a adoção do conceito “latino”, a contraposição entre uma América de enraizamento espanhol e outra inglesa podia ser inscrita na dicotomia mais ampla e “universal” que enfrentava os “latinos” com os “anglo-saxões”. O conceito de “universal” neste caso refere a seu sentido mais usual no século XIX, que o assimilava a “ocidental”, já que segundo o pensamento do século XIX a civilização ocidental havia alcançado as mais altas quotas de evolução e por isso estava destinada a estender-se por todo o orbe. De tal forma que, enquanto a ideia unionista de Bolívar era continental, a que sustentou a aparição do nome América Latina também o era, porém assumiu a aura de uma projeção universal.** (QUIJADA, 1998, p. 612, tradução livre, grifos nossos).

Outra hipótese quijadina seria a dupla vantagem da simbólica “latina”, seu universalismo leva à simpatia de parte da Europa e dá um senso de pertencimento a uma civilização representante do mais alto grau da evolução civilizacional e de um povo congregado muito maior e mais poderoso do que pequenos países impotentes frente a um inimigo enorme e implacável:

A assimilação das rivalidades intra-continentais à tendência mais ampla e “universal” que confrontava a “latinos” e “anglo-saxões” tinha uma dupla vantagem. Em primeiro lugar, vinculava o destino da “raça latino-americana” à “raça latina” alheia ao continente. Isso implicava em se atrair a atenção e a solidariedade de uma parte da Europa aos problemas daquelas longínquas latitudes. Porém, ademais, supunha para os hispano-americanos um importante elemento de reafirmação, porque lhes permitia ver-se a si mesmos não como um punhado de débeis países frente a um vizinho muito mais poderoso, mas sim como protagonistas da grandiosa “luta de raças” que dividia internamente à manifestação mais alta do progresso humano, a civilização ocidental. (QUIJADA, 1998, p. 613, tradução livre, grifos nossos).

Mónica Quijada evoca agora o significado de “latino”, com maior anterioridade àquele que adquiriu a partir do século XIX, para tentar entender sua aplicabilidade, como diz, sua “conotação simbólica” na “tradição hispano-americana”, para aventar outra explicação:

Existe uma segunda explicação possível, que não é alternativa à anterior, mas sim complementar à mesma; é também menos conjuntural e menos “consciente” que ela. Até agora nos referimos ao conceito “latino” no contexto ideológico dos dois últimos terços do século XIX. Ou seja, quando a Linguística Comparada e as ideias antropológicas já haviam conferido ao termo a conotação “racialista” que foi característica da época. Porém não é ocioso perguntar-se se “a latinidade” e “o latino” tinham algum significado ou conotação simbólica especial na *longue durée* da tradição hispano-americana. (QUIJADA, 1998, p. 613, tradução livre, grifos nossos)

Para recuperar este percurso, Mónica Quijada apoia-se em estudos sobre os usos e o significado de “latinidade” nos tempos em que o México ainda era a Nova Espanha:

Vou basear esta última proposta em um recente trabalho do professor francês Serge Gruzinski, que aborda, com brilhantismo e erudição, o problema do significado e usos da “latinidade” nos tempos em que o México era a Nova Espanha.

(...)

Segundo Gruzinski, a “Latinidade” se encontra no coração do projeto imperial e colonizador da coroa de Castela, fundado em uma unidade política e cultural simbolizada pelo Império, pela língua de Roma e pela religião assentada em Roma. Por acréscimo, os europeus apelaram aos modelos da Antiguidade Clássica para descrever o Novo Mundo, assentar sua história por escrito e reorganizar as línguas e os saberes indígenas a partir de esquemas renascentistas e enciclopédicos. Tudo isso implicou em projetar a cultura novo-hispana em um sistema globalizador que aspirava à universalidade. De tal forma, a Latinidade era a chave para alcançar a universalidade.

(...)

Porém, não só os europeus apelaram à Latinidade. No século XVI, os nobres indígenas que enviavam cartas ao Rei da Espanha para solicitar o reconhecimento de seus privilégios herdados, não costumavam utilizar a língua de Castela, mas sim o Latim. E os artistas indígenas que decoravam os templos erigidos para a adoração do Deus cristão costumavam introduzir em suas pinturas imagens que combinavam símbolos da Antiguidade Clássica com outros extraídos de suas próprias tradições pré-hispânicas. (QUIJADA, 1998, p. 613-614, tradução livre, grifos nossos).

Tudo isto, observações minhas e não de Mónica Quijada, já revelam um amálgama e um sincretismo entre o velho e o novo mundo no paradoxo e no criativo do novo a partir daquele velho nesta antropofagia original que, claro, tem projeções “clássicas”, não à toa Amazônia se chama Amazônia e inúmeras outras, mas sem dúvidas isto tem tudo a ver com a busca e pelo devir a mitos de origem e criação; ou, conforme Jean Baudrillard, tratar-se-ia da carnavalização do latim, usado como embuste, ironicamente, pelo “colonizado”, pelo – supostamente – aculturado, mas que, num jogo de espelhos, carnavalizando, faz algo semelhante à antropofagia, um uso pitoresco, uma espécie de chanchada, uma caricatura debochada do opressor ao devolver a seu modo o seu “latim” carnavalizado... e se o modo pitoresco e bem “latino-americano” próprio (BAUDRILLARD, 2006).

E continua Quijada em sua quimera, querendo entender o sucesso do termo América Latina:

Mediante a utilização do Latim, os nobres indígenas se situavam, por um lado, em um marco de referência comum e universal que superava os limites do Império espanhol tanto no espaço, como no tempo, e, por outro, em um nível equivalente ao das restantes nobrezas do Império, desde o qual exigir a restituição de antigos privilégios. De tal forma, os meios da retórica latina eram utilizados pelos nobres indígenas para opor resistência à perda de direitos, ou para recordar aos conquistadores que no passado a Espanha também havia sido pagã. De maneira equivalente, os artistas índios utilizaram a mitologia clássica como uma forma de tela que lhes permitia filtrar sua própria e antiga mitologia; tanto que alguns mestiços - como o Inca Garcilaso no Peru, ou Diego Valadés no México - encontravam na tradição latina o método e a estrutura para defender e fazer a propaganda do mundo pré-hispânico. (QUIJADA, 1998, p. 614, tradução livre, grifos nossos).

Para Gruzinski, e Mónica Quijada parece compartilhar desta perspectiva, a **Latinidade** parece ter dado um ponto de partida, um grau “zero” de comunicabilidade – **um espaço transicional**, poder-se-ia dizer, em psicanálise - aonde a comunicação entre estas culturas poderia transitar, assim, haveria ganhos, ao mesmo tempo que perdas ao se engessar algumas formas, nessas trocas, porém talvez explique o porquê o epíteto latino depois tenha sido tão bem aceito, na acepção de Quijada, ao concordar com Gruzinski:

Em certa maneira – afirma Gruzinski – **a Latinidade atuou como um gigantesco “leito de Procusto” retórico e conceitual.**

Por fim, a Latinidade não só era a chave que abria as portas à “universalidade”, mas sim que **operava também como um instrumento de defesa e ilustração do mundo indígena.** O que fez possível esta combinação foi o fato de que a Latinidade **abria um espaço de consenso, ao atuar como um comum denominador que estruturava e reorganizava um universo basicamente heterogêneo.** De tal forma, segundo o professor Gruzinski, o **encontro da Latinidade com outras tradições culturais fora da Europa abriu o caminho a complexos processos de mestiçagem cultural, ao oferecer “uma configuração... uma série de nichos dentro dos quais grupos e culturas fraturadas pela conquista e a colonização conseguiram inventar, construir e assumir novas identidades”.** (QUIJADA, 1998, p. 615, tradução livre, grifos nossos).

Continua Quijada, na mesma toada, na interpretação da aceitação e sucesso do termo “América Latina”:

Em resumo, **na tradição hispano-americana, “Latinidade” significou tanto aspiração à universalidade, como uma via ao sincretismo, a processos de mestiçagem e integração.** Em minha opinião, **é esta a experiência coletiva e acumulativa, o *background* inconsciente que preparou a fácil recepção do conceito de “América Latina” no século XIX.** Dito de outra maneira, **o êxito notável do termo América latina teve a ver com o fato de que oferecia aos hispano-americanos um espelho no qual todos os fragmentos podiam se reunir em um nível de integração superior e universalmente válido.** (QUIJADA, 1998, p. 615, tradução livre, grifos nossos).

E conclui o artigo:

Nenhuma denominação anterior ou posterior - América Espanhola, Hispano-América, Grã-Colômbia, Ibero-América - podia oferecer tanto em um século que se caracterizou, precisamente, por aspirar à universalidade do progresso indefinido, ao tempo que se esforçava por integrar as populações heterogêneas em um nível superior e homogêneo - a “nação” - para as converter em legítimas depositárias da soberania do Estado. (QUIJADA, 1998, p. 615, tradução livre, grifos nossos).

5 IDENTIDADE E RENÉ KAËS, ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES PSICANALÍTICAS E A AMÉRICA LATINA

“Ou criamos, ou erramos” (Simón Rodríguez).
“O primeiro crioulo que nasceu do espanhol, o filho de Malinche, foi um rebelde”
(José Martí).

5.1 ALGUMAS COLOCAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Neste capítulo tratamos questões da identidade, da identificação, em torno das postulações de René Kaës.

Segundo Kaës, os sistemas de representação, a segurança do ambiente, os códigos sociais são parte integrante do processo de assumpção de uma identidade, sendo os grupos primários os primeiros modelos, entre eles, a família (KAËS, 2003b, p. 22-23).

E continua: “a renúncia pulsional (...), o contrato narcísico e as alianças inconscientes garantiriam a estabilidade do conjunto e a estabilidade psíquica de cada um” (KAËS, 2003b, p. 23).

Por razões óbvias, a estabilidade, ou certa estabilidade, é um fator determinante de identidade, já que a adoção de uma identidade implica, em extensão, a de uma personalidade, um modo de ser, estar e agir no mundo, a personalidade não deixa de ser uma repetição de características ao longo do tempo, uma auto concepção de si e uma visão de mundo mais ou menos características... tudo isto remonta a algo necessário de estabilidade, sem dúvidas.

Assim como a identidade de um povo remete a certa estabilidade na autopercepção e na percepção externa deste e sobre este mesmo povo, o que exigiria um grau de repetição ao longo do tempo de certas características discriminatórias e fundantes.

Porém a redução a isto não deixa de ser uma caricatura, uma condensação por baixo de algumas características estereotipadas que, embora tenham sua importância inegável, não deixa de ser muito pouco e talvez um verniz para o que é de fato ser o que se é enquanto povo. E o povo é um organismo vivo que evolui e se transforma, não apenas repete ou se prende a uma caricatura estática.

Ao falarmos em *identidade latino-americana* não podemos deixar de pensar sobre o plural singular que ela representa, sem querer carnavalizar isto de maneira ufanista, pedante e, assim, também, por conseguinte, caricatural. Mas sim remetendo à sua grande potencialidade

de realmente abarcar em grande medida a diferença e a convivência, bem como o lidar com as transformações e adaptações que se inscreveram em sua história, que a forjaram; portanto, neste aspecto, não deixa de ser algo característico e identificativo do povo latino-americano, uma qualidade instituída pela marca da história e dos acontecimentos reiterados sociais e culturais.

Agora, sem dúvidas, as mazelas sociais, a miséria e a injustiça tornam o Estado oficial e as instituições formais bastante fracas, desacreditadas e ilegítimas em forte nível. Ao mesmo tempo em que favoreceria virtualmente levantes populares, também favorece o domínio pelas oligarquias apedeutas e o servilismo dessas às potências imperialistas estrangeiras.

5.2 COLONIZAÇÃO E PERTURBAÇÕES, O SINGULAR E O “UNIVERSAL”, DIÁLOGO COM JEAN BAUDRILLARD

René Kaës relata, citando o exemplo da colonização africana (para a qual usa o singular eufemismo de “movimentos de colonização” [KAËS, 2003b, p. 23]), no qual aquele continente (a exemplo do latino-americano) vê a estabilidade dos sistemas ancestrais tradicionais se “rachar”, os grupos primários se desagregarem e, a partir destes, os códigos socioculturais serem perturbados:

Em um sistema como este, quando desaparecia uma figura portadora de autoridade, não havia, em geral, consequências graves. Isto porque era sempre possível transmitir, receber e integrar valores em razão da solidariedade comunitária e da estabilidade da cultura. Dito de outro modo, a renúncia pulsional e, se nós utilizarmos os **conceitos que propus, o contrato narcísico e as alianças inconscientes** garantiriam a estabilidade do conjunto e a estabilidade psíquica de cada um. Após os **movimentos** de colonização, quando a industrialização se desenvolve e se instala o urbanismo, a estabilidade destes sistemas sofre uma violência e se racha: o grupo primário se desagrega e, com ele, os códigos socioculturais são perturbados. (KAËS, 2003b, p. 23, grifos nossos).

O discípulo de Anzieu elabora que com isso está afetada a segurança, condizente à visão hobbesiana/freudiana de que a sociabilidade seria erigida na busca por segurança: “a relação do indivíduo ao grupo está ameaçada e, por isso mesmo, sua segurança.” (KAËS, 2003b, p. 23).

Porém, estas incertezas e contradições marcam, no nosso foco, a latino-americanidade, como diz a palavra-de-ordem, “aqui se respira luta”, ou seja, se por um lado a colonização e sua violência predatória na exploração dos colonizados (não seus “movimentos” que predisuseram industrialização e urbanização, como diz este autor, como se fossem estes os problemas [KAËS, 2003b]) tem este caráter de rachar e desagregar laços culturais por um

rebaixamento geral nas condições de vida da população que é mantida sob precárias condições de segurança, mas também de alimentação, educação e saúde.

Por outro lado é nestas condições que sua sociabilidade e cultura se desenvolveram, inclusive resistindo e lutando contra tais ataques, mas conjuntamente se adaptando ao *canibalizar* grande parte dos materiais enquistados pelo estrangeiro em seu seio, ou seja, este povo pode ter visto elementos técnicos e culturais do estrangeiro ser impostos em seu meio, mas tende a incorporá-los e personificá-los a seu modo: uma introjeção, mas uma metabolização e uma transformação e adaptação análogas. Bem como, conforme dissera Jean Baudrillard, carnavalização do que só interessa para uso jocoso e anedótico, como protesto irônico e recusa não bélica, mas sônica, um deboche ao suposto dominador e parte de sua cultura, refutada:

O que se nota menos é o fato de que essa hegemonia, essa apropriação de uma ordem mundial cujos modelos – não apenas técnicos e militares, mas também culturais e ideológicos – parecem irresistíveis, vem acompanhada por uma reversão na qual essa potência é lentamente minada, devorada, “canibalizada” justamente por aqueles que a carnavalizavam.

O protótipo dessa canibalização, sua cena primitiva por assim dizer, seria aquela missa solene de Recife, no Brasil, no século XVI, em que os bispos vindos de Portugal especialmente para celebrar a conversão em massa foram devorados pelos índios por excesso de amor evangélico (canibalismo como forma extrema de hospitalidade). Vítimas da farsa evangélica, os índios a tomam espontaneamente, por sua própria conta. Absorvendo fisicamente aqueles que os absorveram espiritualmente. (BAUDRILLARD, 2006, p. 132-133).

Sabe-se que, também por excesso de amor, os cachorros devoram seus donos após a morte, se os corpos não forem achados a tempo e enterrados, seria daí que nós, com complexo de vira-latas, conforme nomeou Nelson Rodrigues, também iremos devorar nosso conquistador/dono dentro e fora de nós? Para então sermos livres?

E continua o livre-pensador que inspirou *Matrix*:

Obviamente, em resposta, eles macaqueiam os brancos que os tomam por macacos. De uma maneira ou de outra, remetem essa derrisão multiplicada àqueles que lhes a infligiram, tornam-se a derrisão viva de seus mestres, como num espelho deformador, jogando os brancos na armadilha de seu duplo grotesco.

Ilustração magnífica de tudo isso é *Mâtres-Fous*, de Jean Rouch, em que os negros, operários na cidade, se reúnem à noite, na floresta, para parodiar e exorcizar, numa espécie de transe, seus mestres ocidentais: o patrão, o general, o motorista de ônibus. Não é um ato político nem uma revolta propriamente dita, é um ato sacrificial que estigmatiza a dominação por seus próprios símbolos. Aliás, podemos nos perguntar se estes brancos – o patrão, o policial, o general –, brancos “de origem”, já não são figuras disfarçadas, se já não são uma caricatura de si mesmos, confundindo-se com suas máscaras. Peles negras e máscaras brancas. (BAUDRILLARD, 2006, p. 133).

E Baudrillard dá um golpe final aos “movimentos de colonização”, ato este que entra bem a feição de nossa lógica da latino-americanidade ser a forma de garantia do homem novo,

de sobrevivência da civilização e da cultura, que traz a semente da transformação e da revolução em sua identidade plural singular:

Se todas as populações travestidas com o símbolo da brancura e com todas as técnicas vindas de outro lugar são ao mesmo tempo sua paródia viva, se são sua derrisão, é porque a brancura e seus valores são simplesmente derrisórios, mas não conseguimos mais ver isto. É em sua extensão à escala mundial que se revela o embuste dos valores universais. (BAUDRILLARD, 2006, p. 134).

E, logo no seguinte parágrafo, faz uma crítica explícita à homogeneidade e padronização do ser, o que se coaduna com a diversa proposta latino-americana, de pluralidade, identidade sim, mas multifacetada e diversificada, esta característica marcante:

Se de fato houve um acontecimento primeiro, histórico e ocidental da modernidade, nós esgotamos seus efeitos, e ela adquiriu para nós mesmos um aspecto fatal, um aspecto de farsa. Porém, a lógica da modernidade queria que a impuséssemos ao mundo inteiro, que o destino dos brancos fosse o da raça de Caim e que ninguém fugisse a essa homogeneização, a essa mistificação da espécie. (BAUDRILLARD, 2006, p. 134).

Porém, esteja bem claro, esta pluralidade multifacetada, esta diversidade e pluralismo tão característico do nosso ser latino-americano, não é algo que se normatiza e se reduz a um lugar comum estático. Não há uma régua que reduza cada um ao todo, ainda assim, este se harmoniza e reluz multiplicidade e novas possibilidades, eis porque um maior espaço transicional e a possibilidade em grande potencialidade para um homem novo... entretanto ainda vivemos no paroxismo do velho mundo, estamos num momento disruptivo, importante então ver estas novas formações e devires plurais e singulares:

Quando os negros tentam se tornar brancos, não são senão espelho deformado da negrificação dos brancos, automistificados desde o início por seu próprio domínio. Assim, **todo o cenário da civilização moderna multirracial não passa de um universo em *trompe l'oeil*, em que todas as singularidades de raça, sexo, cultura, terão sido falsificadas até se tornarem uma paródia de si mesmas.** De tal modo que **a espécie inteira, através da colonização e da descolonização, autoparodia-se e se autodestrói num gigantesco dispositivo de violência mimética em que se esgotam tanto as culturas quanto a cultura ocidental.** (BAUDRILLARD, 2006, p. 134, grifos nossos).

A proposta e a ideia da cultura e da identidade latino-americanas difere absolutamente do que se convencionou chamar de “identitarismo”, “interseccionalidade” ou “cultura woke”: não se busca pensar a partir de singularidades de raça, sexo, cultura, mas sim da interação, das trocas já estabelecidas como ponto de partida, não se auto sitiando voluntariamente na *guetização*, estratégia imperialista de “dividir para conquistar” macaqueada da falsa “esquerda”

do ultradireitista partido democrata estadunidense; bem como segmentar mercado e dissuadir as causas sociais reais.

Portanto, a visão que pretendemos aqui sobre a identidade latino-americana está para além ou aquém dessas platitudes, busca-se pensar diferente, criar diferente que da lógica da cultura do conquistador; e isto não se dá por um ufanismo nosso próprio. Nosso objeto de estudo que revela isto, que a natureza da identidade latino-americana é de outra ordem, nova, disruptiva, claro, há conjunta e dialeticamente a tendência a se cair nesta vala comum apontada por Baudrillard, a tendência a mais uma vez, sob novas artimanhas, se render ao lugar comum da cultura hegemônica, se submeter, mas, conforme dizia Simón Rodríguez: “Ou criamos, ou erramos.” Não podemos nos dar ao luxo de imitar, temos de ser, criar, assumir a potência que temos de sermos distintos. E, talvez, pelo exemplo, possamos ser não modelos, mas sinalização para escaparmos, enquanto espécie, à barbárie e aniquilação.

Pois assim, apenas assim, podemos triunfar, senão erramos enquanto o todo da espécie/cultura também, como bem acrescenta Baudrillard:

Na verdade, a cultura ocidental não tem como triunfar: há muito tempo já perdeu aí sua alma.

Se retomarmos a profunda parábola de Borges sobre o povo dos Espelhos, em que os vencidos, relegados no outro lado dos espelhos, são reduzidos à semelhança, a não passarem da imagem refletida de seu vencedor, podemos acrescentar que, ainda de acordo com Borges, os vencidos vão gradativamente assemelhar-se menos aos vencedores e, um dia, voltarão a atravessar o espelho no outro sentido, pondo fim à hegemonia do Império. Mas se observarmos o que realmente se passa nessa confrontação planetária, vemos que **os povos subjugados, longe de se parecerem cada vez menos com seus senhores, do fundo de sua escravidão, e de assumirem a revanche libertadora, começaram, ao contrário, a se parecer cada vez mais com eles, exagerando grotescamente seu modelo, supervalorizando os sinais de sua servidão**, a panóplia ocidental – o que é uma outra forma de vingança. (BAUDRILLARD, 2006, p. 134-135).

Se mirarmos em amplos espectros da pequena à alta burguesia sabuja dos países latino-americanos, podemos atestar facilmente essa imitação grotesca do *modus* estadunidense de ser, da hipervalorização aos valores daquela cultura, sem dúvidas de modo grotesco.

E Baudrillard ainda coloca as outras formas de atravessar o espelho, a onda migratória dos “condenados da terra”, o “terrorismo”:

Curvando-se a essa mesma dinâmica mundial e exagerando-a de múltiplas maneiras, todos esses **países considerados “emergentes” invadem sorrateiramente a esfera ocidental**, não segundo um modelo concorrente, mas **como uma onda gigantesca**. Isto ocorre de múltiplas maneiras: **sob forma de infiltração viral – é todo o problema da imigração mundial, mais ou menos clandestina** (os hispânicos estão literalmente canibalizando os Estados Unidos). Mas também **sob a forma atual do terror** (aliás, feito ao mesmo tempo de terror e de contra-terror), verdadeiro vírus filtrável - **ab-reação violenta a essa mesma dominação, desestabilizando-a do**

interior. A ordem mundial é canibalizada pelo terror. (BAUDRILLARD, 2006, p. 135, grifos nossos).

E uma outra forma, o Carnaval/Canibal:

É toda a brancura que enterra a negritude sob os traços do Carnaval. E é toda a negritude que absorve a brancura sob os traços do homem canibal. Canibalização contra carnavalesco - por um imenso deslize antropológico, toda a espécie parece ter se perdido nesta farsa. **É o paradoxo dos valores universais. Todos esses movimentos sociais e políticos, essa longa história de poder e contrapoder, toda essa cultura moderna ocidental pôde, em sua própria coerência, constituir um momento histórico e figurar como acontecimento original.**

Mas **jamais deveria ter saído de sua ordem.** Ora, ela realmente não podia fugir dessa extrapolação violenta, porque, **por sua própria aspiração ao universal, trazia consigo sua própria denegação.** A ressaca desse imenso movimento está acontecendo, sob forma de **decomposição acelerada do universal.** E a **globalização nada mais é que o teatro dessa decomposição** - dessa farsa consecutiva à história. (BAUDRILLARD, 2006, p. 135-136, idem, grifos nossos).

O “universal” /ocidental do velho mundo contra as culturas singulares:

Por outro lado, **a civilização ocidental também tinha de se vingar.** Tinha de se vingar das outras **pela perda de seus próprios valores** (subestima-se a **inveja feroz, misturada com nostalgia, sentida por uma cultura desencantada em relação a todas as culturas singulares**). E ela **continua a fazê-lo no âmbito da globalização, que é essencialmente,** mais além de sua operação técnica, um gigantesco empreendimento, pelo consenso ou pela força, de **liquidação simbólica de todos os valores.** (BAUDRILLARD, 2006, p. 136, grifos nossos).

E, então, inspirados e encerrando com as palavras de Jean Baudrillard, trata-se aqui, na disputa entre velho e novo mundos, de:

(...) **um enfrentamento** que não é mais exatamente político, mas **metafísico e simbólico no sentido pleno.**

Um enfrentamento, uma fratura que não atinge apenas o coração da potência dominante, mas também os corações de nossas existências individuais. (BAUDRILLARD, 2006, p. 143, grifos nossos).

5.3 FEITIÇARIA?

Amigo Nero tocou fogo em Roma,
com a mania de ser inventor,
mas como a história sempre se repete,
de tanto feitiço ele se enfeitiçou.
(Raul Seixas, *Conversa pra boi dormir*)

Não é feitiçaria, é tecnologia.
(Joana Prado, a feiticeira do H)

Esta noite, sonhei com a realidade, como me senti aliviado ao despertar.
(Stanislaw Lec)

René Kaës analisa a função do pensamento mágico e da feitiçaria (KAËS, 2003b, p. 23-24) na África afirmando que estes: “(...) têm como suporte sistemas socioculturais estáveis e intactos.” (KAËS, 2003b, p. 23); e, além do mais, “(...) constituem mecanismos de autorregulação individuais e coletivos que limitam o desenvolvimento da patologia.” (KAËS, 2003b, p. 23).

Pode ser, mas as sociedades ocidentais imperialistas também não teriam suas próprias feitiçarias e pensamentos mágicos? Ainda que absolutamente desencantados, como diz Baudrillard, sob as máscaras da “razão” e da “ciência”? Vide o fetiche da mercadoria, tão bem analisado por Marx, quiçá também os limites às “patologias” não são dados pelo consumo exacerbado e outros mecanismos aditivos e compulsivos?

Claro está que esses últimos também estão no universo do *pathos*, mas apenas para dissuadir este auto engendramento narcísico, etnocentrismo, ou este suposto olhar enviesado que coloca mecanismos sublimatórios diversos em rol de “refinamento” distinto.

Bem-visto seja que a distinção é feita em termos de “sistemas socioculturais estáveis e intactos”. Mas isto também tem uma dose de abstração um tanto extemporânea frente a um povo tão usurpado, vilipendiado e frágil no mecanismo global, bem como o “sistema-mundo” capitalista (conforme denominado por Fernando Braudel) também já leva muitíssimo tempo, tempo insuportavelmente demais, apesar de todas suas mutações - mutações estas que o tornaram mais ainda autorreferenciado, interligado, naturalizado e introjetado - que se pode dizer que é um sistema ainda mais estável e intacto (apesar de sua suposta fragilidade e visível derrisão, mas não seria também assim, objetivamente, ainda muito mais, o que ocorre com o dito sistema africano?).

Prossegue então o grupalista lionês do aparelho psíquico grupal:

Quando os grupos de base se desorganizam ou são destruídos, nós podemos compreender que os recursos aos modos de defesa tradicionais (pensamento mágico, feitiçaria, projeção sobre o exterior) se tornam inoperantes. Esta pane (*déffailance*) está diretamente implicada na gênese de perturbações graves da percepção da realidade. Com efeito, o indivíduo desculturalizado em seu grupo e a autoridade desqualificada frente ao grupo são privados do ambiente tradicional que permitiria a utilização dos mecanismos de projeção da angústia e da culpa sobre o grupo e o feiticeiro. A autoridade, ao invés de garantir o lugar e a ordem no grupo (e por isso mesmo as instituições da segurança), torna-se o único cimento da última coesão familiar e pessoal. Mas, quando a autoridade se torna muito coercitiva, surgem novos problemas, pois ela não terá mais efeito positivo; não transmite mais nada, devido ao empobrecimento dos valores tradicionais que ela garante. Ao se fixar, a autoridade se torna um obstáculo a uma eventual evolução, ela interdita a expressão e a superação dos conflitos. A afirmação da autoridade não gera mais espaço de crescimento psíquico e social. É isto que quer dizer

auctoritas. Vemos assim um círculo vicioso se manifestar. A autoridade sem outra finalidade que ela própria, **aprisiona o indivíduo em um número limitado de papéis, empobrece sua personalidade e não desenvolve nenhuma plasticidade adaptativa. O grupo primário não pode mais assumir suas funções organizadoras da personalidade e veicular os valores da tradição.** (KAËS, 2003b, p. 24-25).

Tudo isto é bem verdade, porém o ambiente sociocultural após os “movimentos da colonização” também é um ambiente de açodamento do desenvolvimento pessoal e comunitário, o sujeito se encontra completamente podado, castrado em suas potencialidades de ser no mundo, graças ao capitalismo, ainda mais selvagem nas periferias do sistema-mundo como a África. O que se impõe é um autoritarismo da necessidade e da marginalização do desemprego/exército de manobra e/ou exploração cruel e total domínio sobre o tempo e o espaço subjetivos: além da alienação, despersonalização e lógica maquínica. Então, pensamos, trata-se de algo muito além, ou aquém, ao “empobrecimento da personalidade” ou “não desenvolvimento de plasticidade adaptativa”, infelizmente.

Mas há sim o aprisionamento a um “número limitado de papéis”. Não apenas, claro, mas esta a tendência... talvez, inclusive, também pelo advento da norma do universal, a que se refere Baudrillard, a homogeneização simplificadora e limadora das diferenças e singularidades (enquanto diferenças e singularidades de fato, não movimentos de origem estadunidense).

Assim, a análise, a psicanálise, a psicologia/psicanálise social, quando se foca na moda – no sentido estatístico do termo – e não no escape, nas zonas de fuga, nos gritos por socorro e de rebeldia –, assume igualmente um papel homogeneizador da sociedade, normalizador e normatizador. Ainda que inconscientemente, através de generalizações que, se não exorcizam a “culpa” e a “angústia” sobre um feiticeiro ou sobre um continente grupal, intermediário, pulverizam estas sobre toda a sociedade, sem capacidade de metabolização, sendo agora a sociedade doente um objeto para ser “curado”, disciplinado, consertado; ao menos implicitamente, apesar do olhar mais crítico diferir, mas o diagnóstico acaba sendo (ou acabou sendo, no caso), de que a causa foi perder mecanismos atrelados a sociabilidades passadas, que agora há uma anomia em função disto... e não que a atual sociedade é perniciosa em alto grau, motivo concorrente, se não o maior.

Com isso, a análise induz a se pensar que faltou “adaptabilidade” aos sujeitos, isto não é expresso e nem pretendido conscientemente, mas há um que de reinserção social que pode passar, inconscientemente, enquanto uma adaptabilidade ao *status quo*, ou seja, aqueles que perderam a sociabilidade tradicional estão incapazes de desenvolverem “plasticidade adaptativa” e, enquanto efeito disto, as “patologias” são da pessoa, também da sociedade, mas,

pelos moldes próprios desta nova sociedade individualista, as patologias ressoam enquanto individualizadas, incrustadas na pessoa e, apenas, causada pela destruição e abandono da lógica da sociedade anterior e não também pelo doentio que está intrínseco à nova versão de sociabilidade, ao novo modelo.

Podemos aventar que a autoridade não se tornou necessariamente mais coercitiva, talvez apenas se possa ter esta percepção em alguns momentos quando, em formação reativa dada a perda praticamente absoluta de sua autoridade, manifeste alguns traços de maior rigidez e ferocidade... mas são bravatas, últimos suspiros. O sistema-mundo é muito mais repressor e tolhe muito mais o “(...) espaço de crescimento psíquico e social” (KAËS, 2003b, p. 24).

Mas pode-se também hipotetizar, através da reflexão sobre estas diferentes possibilidades - kaësiana e nossa -, que possa ocorrer ainda uma terceira coisa, aqui enquanto horizonte do devir e das potencialidades: a autoridade não precisa recorrer à magia enquanto ambiência, sistema de valores, em seu sentido mais desencantado e desvalorizado - etnocêntrico -; nem o estado precisa ser tão produtor de miserabilidade e opressor quanto no sistema-mundo. Pelo contrário, pode haver outras relações sociais a serem estabelecidas, sem necessariamente abrir mão da razão e se reduzir tudo ao pensamento mágico.

Assim pensamos, em horizonte do possível, senão real ainda, realizável, capaz de se sonhar, do novo homem latino-americano, a nova sociabilidade e a saída da caverna do mundo ocidental que representa a identidade latino-americana, plural e singular, capaz da alteridade propriamente dita, na vivência e convivência das singularidades.

Conforme disse Bolívar no Juramento sob o Monte Sacro, a respeito do velho mundo, há muitas conquistas feitas por si, das quais tomamos propriedade e somos gratos, mas também muitas incapacidades que poderemos reverter apenas na América Latina, e, assim, em favor de toda humanidade:

Este povo [do Velho Mundo] deu para tudo, menos para a causa da humanidade. Agripinas sem entranhas, grandes historiadores, naturalistas insignes, procônsules rapazes, sibaritas desenfreados, aquilatadas virtudes e crimes grosseiros; mas **para a emancipação do espírito, para a extirpação das preocupações, para o enaltecimento do homem e para a perfectibilidade definitiva de sua razão, bem pouco, para não dizer nada.** A civilização que soprou do Oriente, mostrou aqui todas as suas faces, fez ver todos os seus elementos, mas quanto a resolver o grande problema do homem em liberdade, parece que o assunto foi desconhecido e que o despejo dessa misteriosa incógnita não há de verificar-se senão no Novo Mundo. (BOLÍVAR, 2009, p. 35-36grifos nossos).

Parece-nos que finalmente René Kaës, em conclusão, também chega a inferir que tanto a sociedade africana que analisou brevemente quanto a sua própria estão “doentes”, sofrendo de sérias patologias, por assim dizer:

Se, neste ponto, nós não mais olharmos com o efeito de exotismo que essa situação produz, inevitavelmente, talvez com a ilusão etnocêntrica que produz este tipo de reflexão; se, neste momento, **voltarmos nosso olhar em direção à nossa própria sociedade**, podemos **constatar igualmente perturbações graves de referências identificatórias** e uma **fraqueza identitária nos jovens das sociedades industriais e pós-industriais**. Estes são os **efeitos sociais e psíquicos da pós-modernidade**. Em parte, **as dificuldades da construção identitária se referem à desorganização das referências simbólicas**; desorganização esta que está **sob o efeito do desaparecimento da lei e dos dispositivos de elaboração dos conflitos gerados por ela**. Dito de outro modo, **a possibilidade de transformar a relação com a lei, através dos recursos de arbitragem, desaparece ou está em vias de desaparecimento**. Disto resulta uma **acentuação das tendências anômicas** e correlativamente uma **desestruturação do espaço psíquico**. (KAËS, 2003, p. 25-26).

Interessante que continua atribuindo a fatores simbólicos, desaparecimento da lei, ou seja, elementos de uma superestrutura, não às amarras e crises recorrentes, subsequentes e cada vez mais dilacerantes do capitalismo. Bem como recorre a Durkheim e seu conceito de anomia, apesar do positivismo atrelado que é bastante discutível e refutado nas análises sociais mais críticas hoje em dia. Talvez isto uma negatividade na visão kaësiana, não que não lhe caiba fazer a análise psicossocial do fenômeno, mas o fenômeno não é redutível a isto e deve ser analisado em sua plenitude, senão, conforme colocou Martín-Baró, incorre-se em psicologismo somente, não se trata de recorte de análise para o prisma da psicologia, mas sim em erro.

Há muito a se verificar com a análise psicossocial, mas impossível explicar o fenômeno sem ampliar a visão para seus fatores, espectros e ciências inter-relacionados, inclusive isto é parte de uma análise psicossocial.

Claro, muito nos é caro a observância sob o prisma do universo simbólico, mas a fragilização deste não é por desorganização das referências simbólicas, dissolução da instituição familiar tradicional ou seu enfraquecimento, novas sexualidades ou complexificação nas identificações de gênero, ou imigrações conforme dirá e enumerará a seguir. Todos estes fatores são de muito menor monta e mais advindos enquanto consequências do que causas de uma falência generalizada deste sistema-mundo.

Mas sim, Kaës consegue se aperceber e sublinhar o fenômeno e algumas de suas características e crises associadas, bem como problematizar alguns aspectos psicanalíticos.

5.4 IDENTIDADE EM KAËS E IDENTIDADE LATINO-AMERICANA

René Kaës postula que a identidade é construída via duas modalidades distintas, porém articuladas: a) através de representações e enunciados fundamentais básicos originados no conjunto humano (origem cultural-civilizatória); b) através de representações redirecionadas ao grupo a partir do exterior. (KAËS, 2003b, p. 26).

No primeiro caso, estas representações e enunciados fundamentais são os que “(...) sustentam nos sujeitos desse conjunto os interditos, as certezas e as crenças dos quais os contratos coletivos e os mitos são as garantias.” (KAËS, 2003b, p. 26).

Kaës sublinha, entre esses, a importância do “(...) contrato de renúncia mútua à realização dos fins pulsionais (...), o contrato narcísico e as alianças inconscientes, notadamente o pacto denegativo.” (KAËS, 2003b, p. 26).

Devemos abrir um parêntese: esta visão contratualista dos vínculos sociais remonta aos primórdios da Idade Moderna ocidental, um pensamento eurocêntrico e que tenta explicar as funções, o papel e as origens do Estado, ora para justificar, por exemplo, no caso do absolutismo (Thomas Hobbes), a cessão do poder da força a um suserano (um novo patriarca da “horda” civilizada?) e suas variações (John Locke. etc.), ora, com o advento do Iluminismo, para reformular a noção para um pacto mais “democrático” (Rousseau). Porém, apesar desta carga e sem renegar que a própria representação por meio do termo contrato já tenha um conteúdo ideológico e etnocêntrico implícitos, e origem bem demarcada, Kaës o utiliza apenas como metáfora.

E continua o discípulo de Anzieu ao dizer que este primeiro processo para constituição da identidade é estabelecido através: “(...) das representações e dos enunciados fundamentais que repousam sobre estes contratos coletivos e sobre os mitos que garantem: ‘os enunciados da certeza’ (Aulagnier, 1979), as crenças e os interditos” (KAËS, 2003b, p. 26).

A segunda modalidade, conforme supracitada, é aquela que se dá através das representações redirecionadas ao grupo, ou reenviadas, a partir do exterior, que, no caso, dizem respeito ao que é endereçado desde o exterior ao grupo de identificação, como os outros, de fora, veem, percebem, concebem sobre aquele grupo de pertencimento de que fazemos parte e como o metabolizamos e lidamos com isto: quem somos a partir do olhar externo (KAËS, 2003b, p. 26). Segundo Kaës (2003b):

(...) a identidade se constrói não somente de uma maneira interna a um grupo. Estas representações [reenviadas de fora em direção grupo] são importantes, pois

elas trazem como efeito a diferenciação entre o dentro e o fora. Distinção que, por sua vez, operará uma afirmação identitária por espelhamento. Nossa identidade é ao mesmo tempo definida a partir de dentro dos nossos grupos (de pertencimento), mas, também, pelo que os outros nos reenviam. Existe uma distância entre a nossa identidade tal como ela é definida parcialmente no conjunto ao qual nós nos identificamos (e que nos reconhece como seus membros) e a representação que é reenviada do exterior. É o problema do encontro intersocial e intercultural. (KAËS, 2003, p. 26, grifos nossos).

Podemos ver o paralelo evidente com a identidade latino-americana que se forma, enrobustece-se, afirma-se e gera coesão também enquanto resistência ao panamericanismo do “América para os ‘americanos’” – no caso, norte-americanos, mais propriamente estadunidenses, em seu franco expansionismo predatório e discriminação ao nos julgar como inferiores e dignos apenas de sermos seus capachos servis – como vimos nas postulações de Mónica Quijada, bem como constatamos em Bolívar e José Martí, notadamente (e mais amiúde neste trabalho). A visão estabelecida por Freud em Psicologia das massas e análise do eu de que o outro é fundamental, ainda que enquanto adversário, modelo ou anti-modelo.

5.5 ALGUNS PROBLEMAS DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE LEVANTADOS POR RENÉ KAËS

“Bolívar era um homem que fazia a guerra para fundar a única paz duradoura e válida, a paz da liberdade.”
(Miguel de Unamuno).

René Kaës coloca então algumas percepções sobre o momento atual e a crise de identidade e, conseqüentemente, da grupalidade social e civilizatória.

Num primeiro momento ele apresenta uma visão geral sobre as dificuldades que surgem quando há inconsistência nas representações identitárias, relacionando com a possibilidade dos mitos e contratos tenham se tornado frágeis e incapazes de garantir àquelas. Correlaciona isto ao fato dos valores intragrupais centrarem-se apenas por um menosprezo ou super-apreciação da alteridade externa; aventando que se trata de um processo que ocorre simultaneamente a um rebaixamento do narcisismo, daí a rejeição à identidade e alteridade:

As dificuldades surgem quando as representações identitárias são inconsistentes. Às vezes, porque os contratos e os mitos que as garantem e que as sustentam não são mais dados como certos e porque a valorização intragrupal só se efetua pela desvalorização ou pela supervalorização da alteridade externa. Este duplo processo é acompanhado de uma desvalorização narcísica e, então, de uma rejeição da identidade e da alteridade. (KAËS, 2003b, p. 26, grifos nossos).

Neste sentido, Kaës concebe que há um distanciamento do outro, do diverso, não por valores míticos e contratos narcísicos fortes nos grupos de adesão identificatória, mas sim por desvalorização ou supervalorização do outro, com isso aumentaria, podemos presumir, além do que ele denomina enquanto rejeição da alteridade e da identidade, o desencontro social comunitário, com a incapacidade de se relacionar com o diferente. Ao menos surgiria ou aumentaria substancialmente a intolerância; pela incapacidade de estruturar a pertença do seu próprio eu em paralelo com a incapacidade de se reconhecer o outro enquanto outro passível de convivência e respeitabilidade no espaço social.

Agora, de fato, são sintomas de ruptura social, mas há que se ponderar que seja uma falência do sistema capitalista, os mitos e as garantias não mais funcionam porque a sociedade gera insegurança por si só, as instituições são insuficientemente boas, farsescas, fracas ou demagógicas, isto gera sim rupturas sociais que devem escalar para duas possibilidades: fascismo/barbárie (como já tão bem se presentifica) ou revolução/transformação do sistema; pois estas rupturas tendem a convergir para a condensação em sua maior geratriz, que é a luta de classes e anti-imperialista.

Então, embora a situação de vida atual seja temerária, geradora de intenso sofrimento psíquico, pode ter suas potencialidades interessantes, da maneira como é apresentada pelo autor, inconscientemente pode suscitar um viés de contenção, recuperação. Entretanto, de balde, pois a tentativa novamente de reduzir o fenômeno à dinâmica psicologizante, sem se pensar em outros determinantes sociais, não deve prover respostas para a questão.

Acredita-se, pelo contrário que se deve favorecer a intensificação e convergência à luta de classes e anti-imperialista, por isso a hipótese que levantamos em se pensar na latino-americanidade anti-imperialista, dando um sentido e um “mito” real aos vínculos sociais, ainda que gere conflitos, estes precisam ser resolvidos realisticamente, seguindo a suposta frase anedótica de Freud de que quando os fantasmas são convocados, não adianta fugir, mas sim confrontá-los. Retomando agora Engels (carta a Franz Mehring de 1893), acreditamos que é preciso fugir às falsas consciências enquanto papel da psicologia social psicanalítica e fomentar o radicalismo no sentido de predispor a ida às raízes factuais, processo via de regra indelével, com ou sem a psicologia social, medidas paliativas que o ignorem isto, ou tentem dissuadi-lo tendem a ser inócuas, finalmente, mas, se aquela for usada enquanto mais um catalizador da consciência social de fato, menor sofrimento e mais breve.

Quando problematizamos o “real” sempre surgirão questões sobre o que é real, ainda mais em se tratando do mundo enquanto uma construção humana, repleto de fantasias e

mistificações que o ajudam a se produzir, o norteiam, assim como as existências subjetivas individuais/grupais; claro está que fundamentamos tal característica no princípio psicanalítico de realidade aventado por Freud, nas provas de realidade, bem como, interdisciplinarmente, no materialismo dialético. Entretanto não há ruídos muito fortes entre ambos, final e derrisoriamente, neste contexto macrossocial.

Certamente, devemos colocar, que o psicólogo e/ou psicanalista social, quando em campo, deve operar pela práxis revolucionária e libertária, bem estruturada cientificamente e preferencialmente também de maneira inter/transdisciplinar, em equipe (desde que sem a tutela do poder disciplinar do médico e da medicina); o conhecimento/saber deve ser construído coletiva e comunitariamente e não ser diretivo, retomando as colocações utilizadas por Paulo Freire, em *Pedagogia do oprimido* (2014) neste sentido.

Claro, devemos ponderar que os psicólogos sociais são membros desta mesma sociedade e, por isto mesmo, imbricados nos diversos sistemas e vieses ideológicos e de classe dela, porém seria mais justo reconhecer estes vieses e os problematizar, por isso devem-se apoiar em outras vertentes do pensamento das ciências humanas, ou seja, trabalhar inter/trans disciplinarmente para no mínimo desmistificar as correntes em que se apoiam, explicitamente, para podermos ter ideia de qual a tendência, nesta polarização inevitável, que devem seguir, o que servirá inclusive para invalidar “ciências” charlatanescas ou com fraco elo com a práxis (que, em último sentido, dizem respeito às mesmas “falsas consciências” já mencionadas) associadas no decurso deste processo e da história. Recorrer apenas ao psicologismo para os fenômenos sociais, embora também possa ser esclarecedor de partida, indiretamente, não é apenas um reducionismo defensivo, mas um desserviço, pois não dá conta do fenômeno em sua magnitude real ou em suas possíveis soluções. Porém, sem dúvidas aponta algumas características importantes a serem refletidas, por isso não abrimos mão do autor e dos autores em geral que apresentam excelência em sua formação, experiência e produção, como é o caso de René Kaës, embora destaquemos algumas colocações insuficientes ou equivocadas.

Reiteramos, desnecessário frisar, mas tentando dissociar-nos, abrindo aqui este parêntese, queremos fugir desta falácia pós-moderna estadunidense da “psicologia baseada em ‘evidências’”, quando falamos em validação esta é histórica, da práxis, e antissistema, o que colocamos aqui não diz nenhum respeito a isso, pelo contrário, parece-nos muito mais esta um grande charlatanismo (que vamos poupar de desenvolver, por não ser nosso tema), tampouco à associada segregação/demonização da psicanálise e todo seu conteúdo que pode ser extremamente revolucionário. Absolutamente fazemos coro a isto, parece-nos sintomático que

estes dois movimentos surjam no *main stream* global e burguês, bem como estas discussões rasíssimas sobre “negacionismo”. Abstemo-nos, entretanto, de enredar por este tema mais além, apenas vale o parêntese.

Em seguida René Kaës fala sobre as “dificuldades da mestiçagem nas sociedades urbanas contemporâneas” (2003b, p. 26), além de que com isto já demonstrar algo de etnocentrismo/eurocentrismo, pois desconhece a realidade mór latino-americana, que é a da mestiçagem, massivamente urbana, inclusive impulsionada pelas migrações passadas e contemporâneas, conota a inobservância de outros fatores, de forma mais amiúde, fatores atávicos ao fenômeno contemporâneo, conforme já dito, as lutas de classe e anti-imperialista e a falência do sistema-mundo capitalista:

Este tipo de **situação caracteriza**, em larga medida, as **dificuldades da mestiçagem nas sociedades urbanas contemporâneas**. Ela caracteriza os **grupos étnicos aculturados, heterogêneos e segregacionistas que reúnem, por exemplo, o que nós chamamos na Europa dos jovens imigrantes “de segunda geração” e nos quais funcionam representações e identificações sobrepostas, contraditórias ou paradoxais**. (KAËS, 2003b, p. 26-27)

Parece-nos que quando Kaës (2003b) trata das “sociedades urbanas contemporâneas” e dos “jovens imigrantes ‘de segunda geração’” ele diz respeito mais amiúde à França e ao advento de contingentes migratórios de ex-colônias, de tradição religiosa muçulmana, e etnicamente moura ou negra; e a dificuldade destes e da sociedade francesa para com estes, como integrá-los (de novo a tendência à busca por “pacificação” via silenciamento e aculturação - como ele mesmo utiliza do termo – do diferente e do virulento, disruptivo e transformador) mais especificamente, não no que possamos pensar sobre sociedades urbanas contemporâneas em termos gerais. Mas, isto posto, tudo bem, vejamos como discorre sobre este “exemplo”, como ele denomina em ato contínuo, sobre o que não é a regra geral:

Face a uma situação caracterizada pelas **representações identitárias insuficientes e inconsistentes** que **demandam** uma **desvalorização** correlativa **do outro**, podemos descrever **várias condutas**. Uma delas é a busca de uma **solidariedade comunitária** que encontra hoje, no tribalismo e nos movimentos sectários, suas expressões mais marcantes. **A afirmação comunitária é um testemunho da crise profunda das identidades e da dessocialização**. Trata-se de **grupos-refúgio**, onde o **agarramento (*agrippement*) ao grupo prevalece**. São grupos que se caracterizam por **se fecharem em si mesmos**, pela busca de uma **proteção nas relações internas**, de um clima de **calor que reconstitui as características de um ninho primitivo**. Em relação **ao mundo exterior**, três atitudes se desenvolvem: um **desinteresse total pela sua existência**; sua **recusa agressiva em razão proporcional ao enclausuramento dos indivíduos na estrutura comunitária do grupo** e, finalmente, uma **tentativa desesperada de controle social integral**, frequentemente justificada pela **ameaça de catástrofes planetárias**. (KAËS, 2003b, p. 27, grifos nossos).

Obviamente trata-se de grupos que sofreram (no caso dos jovens “de segunda geração”, inter e transgeracionalmente) a vivência da exploração predatória da França e migraram para ex-metrópole na busca por sobrevivência e por uma fração irrisória da riqueza que lhes foi expropriada nas nações de origem sob a forma de benefícios sociais que a metrópole oferece a seus cidadãos - ao custo da miséria e sacrifício daqueles países e habitantes, claro, e para evitar a explosão social em seu próprio país, coisa quase insustentável mesmo assim, vide a revolta dos “coletes amarelos”, às expensas da sangria do dos outros -, comunidades estas que, ao tirar sua microscópica porcentagem do bolo, tem sido usadas como bode expiatório pela burguesia, em um processo de fascitização recorrente, pondo as classes médias e todo lumpem contra si.

Neste sentido, estes grupos se encontram sofrendo graves ameaças e preconceito, portanto é compreensível que se isolem comunitariamente, defensivamente, bem como, via heranças inter e transgeracionais, não reconheçam naquele país algo para se identificar, a não ser via identificação com o agressor. Pouco valendo as propagandas hipócritas em época de eventos esportivos como a copa do mundo, de se ter uma seleção multirracial, um exemplo de convivência e etc., sabe-se que isto não ocorre. As ditas “catástrofes planetárias” podem dizer respeito tanto a seu extermínio genocida, um temor legítimo, como podem ser um auspício para revolução, onde o que fenece é o modelo vigente de sociabilidade capitalista/imperialista; bem dizer que este sentimento pode ser inconsciente e, assim, condensado/deslocado de diversas formas, por isso talvez se expresse dessa maneira um tanto quanto enigmática no que Kaës chama de “catástrofes planetárias”.

Para comentar também um fenômeno simultâneo, dos laços frouxos sociais – o que foi denominado de outra forma por Bauman (2003) de amor ou modernidade líquida, Kaës (2003b) lança mão de um estudo de uma colega em Lyon sobre moradores de rua, ou pessoas em situação de rua:

De **modo oposto** a estas organizações estruturadas, um **movimento de aglutinação de indivíduos em grupos informais de pares** desenvolve uma **sociabilidade minimalista**, profundamente **individualista**, na qual **cada um vive do lado do outro e não com ele**. Em alguns sujeitos a **reinvindicação de individualidade é tanto mais intensa quanto maiores forem as forças de dissolução na massa**. Penso aqui nas pesquisas conduzidas por V. Colin na minha universidade. Ela trabalhou sobre o modo de **sociabilidade das pessoas que vivem na rua em Lyon**, e que recorrem a este **tipo de aglutinação**. As pessoas sem domicílio fixo **não formam um grupo verdadeiro**, elas, porém, **estabelecem entre si um mínimo de laço frente a certos perigos ou para garantir certas funções vitais**. Mas o **essencial de suas relações não é nem estável, nem permanente**. Em todos estes casos, **não há propriamente uma identidade coletiva**, a **consciência de pertencer a um mesmo conjunto é quase inexistente**, **não há identidade coletiva fundada sobre identificações mútuas**. Um **outro indigente não é reconhecido exatamente como um outro de fato**, “**é um outro, e eu não tenho nada a ver com ele**”. Não há tampouco a **consciência de**

adversários sociais, o que poderia ser o embrião de uma consciência política. Consequentemente, se não há adversários sociais, não há identificação correlativa de si e do outro. Eu penso aqui na noção de adversário no sentido em que Freud fala nas primeiras linhas de “Psicologia de Grupo e Análise do Ego”, onde ele define o outro como sendo ao mesmo tempo, um aliado, um adversário, alguém em quem possamos nos apoiar e com quem possamos nos identificar. Não há outros nestas organizações. Os conflitos não são localizáveis e, quando eles surgem, exprimem-se em explosões efêmeras, em expressões esporádicas, individuais ou coletivas, mas não chegam a formar um processo de crise, no sentido de uma organização durável. Evita-se, assim, a continuidade de um movimento organizador. (KAËS, 2003b, p. 26-27).

De novo, parece-nos que o exemplo utilizado é um tanto quanto inadequado, podemos vislumbrar esta vida maquínica e marcadamente individualista em todas as camadas sociais: novamente uma sociedade perigosa e que ao mesmo tempo investe no consumismo e no hedonismo como ideais de vida (por mais contraditório que seja, pois nunca a vida esteve tão desvalorizada, sempre com a dimensão da mercadoria, ser humano transformado em mercadoria e valorado em valores monetários) acaba levando a este temor ao outro enquanto alguém que irá lhe usar ou se aproveitar de você, portanto, devemos nos isolarmos por autodefesa e não confiar nos outros, portanto os laços são fracos, mais, nem temos tempo para o outro ou para o social, ocupados que estamos em nossa bolha de existência e nas tarefas infundáveis tanto profissionais quanto para “desenvolvimento pessoal” (CRARY, 2014), ou ocupados, açodados por bens de consumo completamente descartáveis e inúteis (como os outros... e nós?). Contudo, em uma realidade de moradores de rua o que se passa é uma dinâmica um tanto quanto distinta, em parte, pelo menos, pois se trata de pessoas que não estão lá quase que absolutamente por ilusão de escolha, como o resto dos cidadãos, são o rebotalho humano, a escória da sociedade (conforme visto na sociedade de moral capitalista, de modo nenhum é a nossa visão, óbvio, mas vale sublinhar), os que foram segregados e expurgados do convívio social “normal”, muitas vezes depositários de sintomas da sociedade (que introjetam, no papel que lhes é dado de bode expiatório, e atuam, através de alguma adição ou doenças mentais diversas, sexuais ou etc.).

Conforme podemos ver desde *A solidão dos moribundos* de Norbert Elias (1982), através do curso *Os anormais* de Michel Foucault (2001), bem como em *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*, de Giorgio Agamben (2010) e muitos outros autores, este contingente de pessoas deitadas ao solo e ao relento, que se multiplicam vertiginosamente, são produto de uma sociedade extremamente desigual e segregacionista, fazem parte do sistema enquanto exército de reserva e de espantalho ameaçador para outros que pensem em transgredir as normas de submissão ao *status quo*, porém seu contingente vem aumentando tanto que gera custos

sociais (em todos sentidos, não apenas monetários) gigantes e que beira o desejo por uma solução final à la Hitler, não à toa a fascistização ideológica da sociedade vem crescendo.

A ideologia da classe dominante é a forma de dominação que perpassa a toda sociedade, como já dizia Marx e Engels em *A ideologia alemã* (2007), Gramsci em *Cadernos do Cárcere* (1999) e Paulo Freire em *Pedagogia do oprimido* (2014), portanto é naturalizado tanto o sacrifício consentido quanto à perda “natural” de solidariedade para com esta população desumanizada ou infra-humanizada (e humanidade?), assim como “natural” eles repetirem o mesmo sentimento entre si, seus “pares”, e não terem coesão grupal ou consciência de classe.

O curioso, entretanto, diferente do exemplo da colega de Kaës, é ver que tal processo se repete e se atomiza em todas as outras esferas e camadas sociais, como se estivéssemos todos ao mesmo tempo desprovidos de pertencimento, expurgados da sociedade, párias sociais e incapazes de constituir laços civilizatórios tanto com os outros como conosco mesmo, nossa história e nosso ser social.

Este exemplo, Kaës (2003b) não deu, mas seria mais significativo que nos encontremos todos nessa penúria e mendicância por afetos sociais, talvez isto explique a repressividade do Estado e o totalitarismo do Judiciário que vem se expandindo em diversos países. Como a sociedade não mais funciona como organismo metabolizador e espaço intermediário para mediação das diferenças, um órgão impessoal se hipertrofia para fazer, de maneira despótica e sem dúvidas para o interesse da classe dominante, o que não mais é resolvido sem tribunais e burocracia: o vínculo.

Neste aspecto podemos dizer que o exemplo de Kaës (2003b) até que atinge seus objetivos, mas vale a ponderação de que, a princípio, as pessoas em vulnerabilidade e situação de rua estão numa posição social que lhes foi imposta que predispõe a que fiquem aquém ou além da capacidade de vínculo com seus pares... mas se pusermos em questão que talvez toda sociedade esteja assim, então acaba sendo ilustrativo.

5.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE ASPECTOS DO PROCESSO REPRESENTACIONAL E DOS ESPAÇOS INTERMEDIÁRIOS QUE AFETAM A IDENTIFICAÇÃO E A IDENTIDADE, O INTRAPSÍQUICO E INTERPSÍQUICO - O VÍNCULO SOCIAL E O SER

René Kaës disserta sobre a importância dos processos representacionais, o constructo do sentido e a interpretação como atividades mais elevadas da mente, do trabalho do aparelho

psíquico e do aparelho psíquico grupal, neste sentido, na aquisição de identidade; bem como algumas perturbações na atualidade. (KAËS, 2003b, p. 28).

Destaca, neste sentido, a importância do intermediário e do transicional, em sua abordagem que visa criticar a contemporaneidade, ou seja, colocando algumas “perturbações” contemporâneas que, segundo ele, impactam nesta constituição identitária nos dias atuais. (KAËS, 2003b, p. 28).

Na escolha do autor, ao discorrer sobre a contemporaneidade via perturbações no processo por interferência na realização adequada dos mecanismos intermediários, transicionais para a elaboração representacional, de constituir sentido e desenvolver capacidade interpretativa, frisa especificamente as perturbações sobre as atribuições do pré-consciente, ao dizer que este é “o lugar típico da formação dos processos e das construções intermediárias (KAËS, 2003b, p. 28).

E contextualiza melhor o autor, agora também sobre o impacto nas sublimação e simbolização primária, discutindo as rupturas precoces que destroem a capacidade da simbolização da falta e da esperança pela volta (por exemplo, conforme Freud viu a desenvoltura deste processo na brincadeira de *fort-da* de seu netinho), assim como os traumas repetitivos e cumulativos:

Sobre esta base, nós podemos dizer que **estas perturbações afetam igualmente o processo de sublimação e o trabalho da simbolização primária**. Estas perturbações estão sempre como um **pano de fundo das perturbações da separação precoce e dos traumatismos cumulativos e sobredeterminados**. (Kaës, 2003b, p. 28, grifos nossos).

Passa então o grupalista lionês discípulo de Anzieu a inserir um aspecto político ligado às catástrofes naturais:

Estão também, como **um pano de fundo dos lutos coletivos difíceis, consecutivos às catástrofes ditas naturais**, como os tremores de terra, a explosão de uma usina química ou as inundações. Claro que estas catástrofes se distinguem das catástrofes intencionais (guerra, violência de estado, genocídios), mas nós podemos admitir que em certas catástrofes “naturais” uma **dimensão política está em jogo (ecologia, prevenção) e, além do mais, seus efeitos não são indiferentes à organização social**. (Kaës, 2003b, p. 28-29, grifos nossos).

Kaës (2003b), então nos relata sobre a descrição freudiana sobre o **pré-consciente**:

(...) como o **sistema do aparelho psíquico no qual se efetuam os processos de transformação que certos conteúdos e processos inconscientes sofrem para retornarem à consciência**. A capacidade associativa e interpretativa, vital para a psique, está inserida neste sistema. É neste sentido que a **função do pré-consciente é fundamental na atividade de sublimação e na simbolização**. (KAËS, 2003b, p. 29, grifos nossos).

Ou seja, os atributos de associar e interpretar são atributos do pré-consciente, capacidades estas fundamentais à civilização, por outro lado, pois, conforme diz Kaës ao falar sobre Freud, estas propriedades o fazem “(...) fundamental na atividade de sublimação e na simbolização.” (KAËS, 2003b, p. 29), processos estes capazes de redirecionar pulsões anticivilizacionais em contato com o princípio de realidade, compartilhado com os demais, portanto, também no que irá dar vazão à ideia de Kaës sobre aparelho psíquico grupal e espaço transicional ou intermediário, que subscreve o ambiente em que o que ele denomina de “contratos” interpessoais se estabelecem, contratos sociais, da cultura.

Assim, Kaës (2003b) pontua, finalmente, a importância que suas pesquisas tiveram para demonstrar que aquilo que Freud descrevera como atributos intrapsíquicos está umbilicalmente conectado enquanto interdependente do outro:

A própria atividade e formação do pré-consciente dependem, em parte, do pré-consciente do outro, de sua capacidade de *rêverie* (tal como a descreveu Bion), de sua capacidade de conter e de transformar certas formações psíquicas do outro. A função de acompanhar pela fala (*parole*) as experiências da criança, tal como a realiza a mãe em sua função de porta-voz (tão bem descrita por Piera Aulagnier), é o modelo que nos permite compreender como a formação do pré-consciente do *infans* é dependente do pré-consciente do outro, do outro maternal. O pré-consciente da mãe é uma parte integrante do aparelho para significar-interpretar que se constrói no bebê. (KAËS, 2003b, p. 29, grifos nossos).

Kaës pensa então sobre o interesse em se denominar este aparelho, que realiza esta função, enquanto aparelho de significar-interpretar, remontando a Freud, em *Totem e tabu*, denominou de aparelho para interpretar, incluindo então Kaës (2003b) a questão do significar, pois consonantemente produz signos e significantes, e sintetiza melhor, ilustrando o quanto a experiência de prazer espelhada no prazer da mãe em amamentar produz ou contribui bastante para a produção da pulsão oral no bebê, como há este apoio no outro, bem como de outros processos “dados”/ trocados e embutidos na experiência, enquistados, como exemplifica com o recalque e o pôr para trabalhar ou criar o pré-consciente:

Este aparelho para interpretar-significar é o aparelho que nos permite entrar em comunicação e transformar as percepções conscientes do outro no nosso próprio sistema de interpretação-significação. É neste texto [Totem e tabu] que eu encontrei a primeira formulação psicanalítica do duplo processo de construção do pré-consciente. Freud o descreveu em sua primeira tópica como uma forma puramente intrapsíquica, mas, com a noção de aparelho para significar-interpretar, ainda que ele não faça a relação com o pré-consciente, ele nos abre uma outra via. Ainda que ele não tenha podido testar sua intuição através de dispositivos metodológicos adequados, este aparelho testemunha sua preocupação em compreender como a vida psíquica do sujeito se organiza com a vida psíquica do outro. Eu darei um exemplo: em “Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade”,

Freud (1905) comenta em uma nota de rodapé como a pulsão oral da criança se forma no contato com a experiência de prazer da mãe. Temos aqui um novo argumento para introduzir o efeito da psique do outro na estruturação intrapsíquica da experiência de prazer-desprazer, de apoio da pulsão na formação do recalque e do pré-consciente. (KAËS, 2003b, p. 29, grifos nossos e grifos duplicados nossos também, pela importância sobredestacada).

5.7 O OUTRO EM MIM, O SOCIAL, A IMPORTÂNCIA DE KAËS PARA ENTENDÊ-LO, A SUPERAÇÃO DO *STATUS QUO* CONTEMPORÂNEO ATRAVÉS DO HOMEM NOVO E DA LATINO-AMERICANIDADE

“Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diversas maneiras; trata-se, porém, de transformá-lo.”
(Karl Marx)

Justamente em função do que vimos acima, Kaës (2003b) considera a importância do outro no ser subjetivo, ou seja, o quão nos constituímos baseados na interrelação com nosso meio, nos processos intermediários que estabelecem esta tradução e comunicação para pensarmos, criar nosso sistema de valores, sentirmos, ser; bem como coloca questões do contemporâneo para constatar as perturbações neste processo que ele aventa, como não podemos dissociar a ambas:

As patologias do pré-consciente só podem ser tratadas e compreendidas na medida em que o trabalho do pré-consciente do outro (essencialmente por sua atividade de colocar em palavras e em fala endereçada a um outro) restabelece as condições de uma retomada da atividade de simbolização. Nós podemos considerar as **patologias do traumatismo** como uma das grandes fontes do sofrimento contemporâneo. **Trata-se sempre de patologias conjuntas do narcisismo, dos contratos intersubjetivos e dos espaços intermediários ou da transicionalidade.** Estes traços são comuns a diferentes tipos de população: populações de psicopatas, certas categorias de desempregados de longa duração e pessoas traumatizadas sob o efeito da violência social e política. Claro que há diferenças a serem traçadas dentro destas categorias, mas estou tentando destacar um elemento que elas têm em comum. (KAËS, 2003b, p. 30, grifos nossos).

Podemos novamente problematizar que isto que Kaës (2003b) chama de perturbações e vê enquanto patologias faz parte de uma patologia maior, social, para fazermos todo périplo da revolução copernicana, sem, outra vez, compreender o fenômeno como algo a ser curado, normalizado, mas sinais do tempo e da transformação; porém tampouco podemos ignorar o sofrimento envolvido, mas poderíamos encontrar canalizações sublimatórias transformadoras ou em vias de transformação. Contudo, para entender o que o autor coloca, faz-se mister continuar, posto que é de muita validade para nossa visão consonante de que isto é gerado

coletivamente e assim deve ser pensado, conforme Kaës postula em sua ideia para uma terceira tópica, e em seguida ele aprofunda esta autoimbricação entre intrapsíquico e intersubjetivo:

A falência do pré-consciente tem como efeito a introdução de uma confusão entre o dizer e o fazer, entre a ação e a representação. Os mesmos efeitos operam nos laços (vínculos) intersubjetivos. O traumatismo autossustentado mantém a confusão dos sujeitos entre si, mas também os conjuntos intersubjetivos em excitação de crise permanente, porque as formações intermediárias estão falhando. **A crise atinge primeiramente as zonas de contato e de passagem: do dentro e do fora, do intrapsíquico e do intersíquico. Estas zonas de passagem e de contato são zonas de dissociação e de desmoronamento homólogas no espaço intrapsíquico e no espaço intersubjetivo.** (KAES, 2003b, p. 30, grifos nossos e grifos duplicados nossos também, pela importância sobredestacada).

A seguir, Kaës (2003b) coloca questões interessantes a respeito da sociedade de consumo e a impulsividade, o quanto estas se retro-alimentam, no que denomina “cultura do imediatismo” que “(...) mantém a excitação e orienta a descarga pulsional em direção ao *acting-out*.” (KAES, 2003b, p. 30):

Nós poderíamos abrir um **debate sobre os efeitos da sociedade de consumo rápido e sobre a incitação a manter uma excitação frente ao objeto que será somente um objeto de necessidade e que não poderá ser elaborado como um objeto de renúncia, que dizer, de desejo.** (KAES, 2003b, p. 31).

Segundo Kaës, as estruturas psíquicas intermediárias são frágeis e sensíveis a transformações, coloca que elas também são responsáveis por transmitir a vida psíquica (KAES, 2003b, p. 31); de novo acredita-se sim que há mesmo esta dissonância e elevada dificuldade de compreensão interpessoal e intergeracional, esboroa-se o vínculo hereditário e alguns atributos de transmissão da cultura, mas, potencialmente, isto possa ser bom, desde que haja meios outros de criação de vínculos novos e renovados, transformadores, por outras instituições, que não são as tradicionais, mas a serem criadas ou transformadas; não vivemos este momento, vivemos um certo abismo representacional de fato e o lidar como o vazio, a desesperança e a ruptura de maneira muito mais pronunciada, mas não só, “valores mais altos [e mais baixos também, infelizmente] se alevantam” e o trabalho político da psicologia social, em comunicação com outras ciências humanistas, talvez seja o de fomentar continência, a criação de novos espaços intermediários, para estes vínculos renovados. Com isso se vislumbra e entra de acordo com o homem novo latino-americano e a latino-americanidade como forma de contestação e transformação potentes ao atual sistema-mundo.

Retomando, acredita-se que a solução não seja a remediação do conflito de modo a contorná-lo, pacificá-lo, adequá-lo, pelo contrário, encontrar formas novas, radicalizá-lo, esticar a corda e transformar a sociedade, e só assim superá-lo.

Há que se entender melhor a proposta levantada por Kaës (2003b) de “Análise Transicional”, mas pensemos em atrelá-la a este Novo Mundo.

6 BOLÍVAR-EL LIBERTADOR

6.1 INTRODUÇÃO

“Como San Martín e Bolívar e como o Che, como revolucionários latino-americanos, os melhores filhos de nosso povo saberão fazer honra a nossas lindas tradições revolucionárias, transitando gloriosamente sem vacilações pelo triunfal caminho da segunda e definitiva independência dos povos latino-americanos.” (Mario Roberto Santucho)².

Ao se falar em identidade de um povo e pessoal, em cultura, há que se ter em conta essa noção histórica que compreende o pertencimento, o vínculo e o auto-engendramento social:

Sin memoria histórica no hay identidad, ni personal ni colectiva. Sin identidad, sin investigar de donde venimos (la historia y la memoria colectiva de nuestros pueblos) y sin recordar quienes somos (nuestra memoria personal), se torna imposible cualquier tipo de resistencia. Si nadie resiste no hay dignidad ni decoro. Sin dignidad la vida no merece llamarse tal. Sin memoria histórica no hay esperanza de un futuro digno. Nosotros sabemos quienes somos y de donde venimos. La voz del amo y el discurso del poder insisten una y otra vez para que nos avergoncemos y nos despreciemos a nosotros mismos, renegando de nuestra historia y nuestra cultura bajo un complejo, inducido, de supuesta inferioridad. A pesar de la reiterada insistencia con que intentan inculcarnos semejante sometimiento no logran fracturar nuestra identidad. Por eso no nos pueden quebrar ni cooptar. Pasan los años y seguimos remando con tenacidad, contra viento y marea, frente al oleaje y los huracanes, en busca de la tierra prometida. Cuando el horizonte está nublado, los radares no funcionan y los viejos mapas quedaron desactualizados, la memoria histórica nos guía. És nuestra brújula y nuestro faro, personal y colectivo. (KOHAN, 2013, p. 4, grifos nossos).

Assim, saber o que constitui o povo latino-americano faz-se mister, sua história e memória, sua memória histórica, como diz Néstor Kohan, e sabê-lo em toda sua profícua diversidade e pluralidade, o que o faz singular; por isso, resgatar os fundadores desta nacionalidade, responsáveis em parte, enquanto se constituíram figuras emblemáticas, condensadores desta pluralidade – embora não sintetizadores, a pluralidade coexiste, intercomunica-se, troca, muitas vezes se faz via sincretismo, mas não se apaga ou se reduz à mesmidade, essa uma característica também emblemática, singular, traduzida também nestas figuras – é tão importante, logo, nada mais importante do que se pensar na figura de possivelmente seu maior herói e libertador, com certeza parte incontestante deste panteão de bravos: Simón Bolívar.

Freud, em Moisés e o monoteísmo (2018) parte desta ideia – da figura do próprio Moisés, no caso, enquanto pai e personificação identitária de um povo – buscando entender a importância dessas pessoas, em parte mitológicas (Freud, por exemplo, se diz incerto quanto a

² SANTUCHO, M. R. apud KOHAN, 2013.

existência real ou não de Moisés), nos mitos de origem da criação, no caso, a criação de um povo. Tomamos de inspiração este questionar freudiano para pensarmos em Bolívar aqui neste capítulo, conforme depois utilizaremos José Martí e Darcy Ribeiro, em nosso recorte de estudo, mas poderíamos pensar outros que exerceram e exercem e sempre exercerão esta influência mitopoiética de alguma forma, poucos ou nenhum (quicá Che?), entretanto, com a mesma força que Bolívar.

Portanto, analisar seu discurso, suas palavras, contradições, lugar social, papel histórico, glórias... conflitos, desventuras, desfecho e deslinde também dizem algo muito caro sobre nós, tanto sobre o passado, quanto o presente, quanto o porvir, sob forma de alerta de perigos e mapa a seguir e possibilidades de construção de novas cartografias e espaços sócio-culturais/geográficos de ser. Voltando a Néstor Kohan no começo de seu livro sobre Bolívar: “la memória histórica nos guía. És nuestra brújula y nuestro faro, personal y colectivo.” (KOHAN, 2013, p. 4).

Simón Bolívar, em sua pessoa, traduz todo impacto de transformação mundial e os ecos da transmissão da cultura do Velho Mundo para aquele que traz o germe do novo, alguém que fez o trajeto América Latina/ Europa Absolutista/ Europa Libertária Napoleônica/ América Latina de volta.

Alguém filho do Novo Mundo, mas com sangue de mantuano (branco, crioulo, descendente de castelhanos), aqui mesmo recebeu educação “clássica” e iluminista, através de seu mestre Simón Rodríguez, libertário e patriota do novo continente, mas que trazia a chama revolucionária da Europa. Com seus criados e escravos Bolívar teve uma relação de contradição, pois, embora de senhor, muito carinhosa e genuinamente/inocentemente simétrica nos tempos de infância, ao mesmo fantasmaticamente, com muito afeto.

Os “valores” importados e, por sua origem latino-americana, metabolizados, em seu processo de antropofagia, pode ser percebido constatando a formação intelectual d’El Libertador:

Locke, Condillac, Buffon, D’Alambert, Helvetius, Montesquieu, Mably, Filangieri, Lalande, Rousseau, Voltaire, Rollin, Berthot e todos os clássicos da antiguidade, tais como filósofos, historiadores, oradores e poetas; e todos os clássicos modernos da Espanha, França, Itália e grande parte dos ingleses. (IANNI, 1983, p. 13-14).

Ou seja, membro da aristocracia crioula venezuelana, Bolívar teve o melhor da educação que se poderia ter em sua época, ainda que elitista, bastante progressista, os intelectuais iluministas, precursores das revoluções burguesas, bem como a base dos clássicos; todos de matriz europeia, é bem verdade, mas sua experiência e seu descobrimento destes era já de um

americano que, tendo vivido as tenras infância e juventude aqui, trilha o caminho inverso para fazer o contato com estes autores lá... com a perspectiva daqui... e regressar, impulsionado pelas contradições entre os ensinamentos, a realidade convulsionada da época, a dinâmica entre os dois mundos e os jogos de poder entre as decadentes e novas potências em ação... o bloqueio continental e a possibilidade de liberdade transcontinental... uma outra liberdade, um outro mundo, uma alteridade, um devir... um novo a se criar, um mar (“nunca dantes navegado”) de possibilidades (e dificuldades) a se singrar; “perigosa travessia, perigoso olhar para trás e parar”. E assim o fez:

Libertou a Venezuela. Libertou Nova Granada. Libertou o Equador. Libertou o Peru, Fundou uma nação nova, a nação da Bolívia. Ganhou batalhas magníficas com soldados descalços e meio nus. Tudo estremecia e enchia-se de luz ao seu redor. Os generais lutavam ao seu lado com valentia sobrenatural. Era um exército de jovens. Jamais se lutou tanto, nem se lutou melhor, no mundo pela liberdade. Bolívar não só defendeu com muito ardor o direito dos homens a governarem-se como o direito da América de ser livre. Os invejosos exageraram os seus defeitos. **Bolívar morreu de tristeza no coração, mais do que de mal do corpo, na casa de um espanhol em Santa Marta. Morreu pobre, e deixou uma família de povos.** (MARTÍ apud IANNI, 1983, p. 14, grifos nossos).

E Bolívar tinha bem clara esta sua missão outra, nova, civilizatória, bem antes de realizar toda sua jornada épica, quando, em 15 de agosto de 1805, em Roma, acompanhado por seu amigo e mestre Simón Rodríguez e por seu outro companheiro, Fernando Rodríguez del Toro, fez esse balanço sobre toda herança da rica cultura ocidental que os precedeu... o que faltou... e o que cabe à América, e só à América, na história universal, no que ficou conhecido como o discurso – ou, juramento – do Monte Sacro:

Então é esse o povo de Rômulo e de Numa, dos Gracos e Horácios, de Augusto e de Nero, de César e de Brutus, de Tibério e de Trajano? Aqui todas as grandezas tiveram seu tipo e todas as misérias seu berço (...). Este povo deu para tudo: severidade para os velhos tempos; austeridade para a República; depravação para os Imperadores; catacumbas para os cristãos; valor para conquistar o mundo inteiro; ambição para transformar todos os Estados da Terra em arrabaldes tributários; mulheres para fazer passar as rodas sacrílegas de sua carruagem sobre o tronco destrozado de seus pais; oradores para comover como Cícero; poetas para seduzir com seu canto, como Virgílio; satíricos, como Juvenal e Lucrécio; filósofos débeis, como Sêneca, e cidadão íntegros, como Catão. (BOLÍVAR, 2009, p. 34-35).

Mas eis que, no excerto subsequente do discurso, diferencia o papel exclusivo da América para a Humanidade, dizendo que a civilização romana fora tributária das civilizações grega e orientais predecessoras, mesmo assim não alcançou a liberdade – assim como se sabe que Simón Bolívar faz essa expedição a Roma acompanhando os passos de Napoleão Bonaparte, admirando as conquistas da revolução francesa, porém tampouco vê concretizar-se

factualmente no velho mundo os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, então profere o destino do povo latino-americano em face ao europeu (comparativamente aqui, o romano):

Este povo deu para tudo, menos para a causa da humanidade. Agripinas sem entranhas, grandes historiadores, naturalistas insignes, procônsules rapazes, sibaritas desenfreados, aquilatadas virtudes e crimes grosseiros; mas **para a emancipação do espírito, para a extirpação das preocupações, para o enaltecimento do homem e para a perfectabilidade definitiva de sua razão, bem pouco, para não dizer nada. A civilização que soprou do Oriente, mostrou aqui todas as suas faces, fez ver todos os seus elementos, mas quanto a resolver o grande problema do homem em liberdade, parece que o assunto foi desconhecido e que o despejo dessa misteriosa incógnita não há de verificar-se senão no Novo Mundo.** (BOLÍVAR, 2009, p. 35-36, grifos nossos).

Apesar de não saber obviamente ainda de seu papel superlativo na história da América Latina, de vir a ser o grande *El Libertador*, o trio tinha objetivos políticos com esse pronunciamento, e Bolívar tinha suas ambições libertárias – queria fazer cumprir o enunciado acima como destino do Novo mundo na prática –, a começar por sua emancipação formal.

Simón acabara de perder a esposa e buscava um sentido na vida, parece que, em sua economia libidinal, dedicar-se à causa latino-americana, a seu povo, a sua gente, oniricamente passou a ocupar este lugar. Voltou à Europa pós perda da esposa, talvez, inicialmente, como fuga, neste processo de luto, usando seu dinheiro de favorecido *criollo* em frívolas diversões para esquecer; lá reencontrou a discriminação dos peninsulares, o contato fraterno dos seus, na figura principalmente de seu mestre Simón Rodríguez (bem como dos ideais revolucionários deste); a impressão que lhe causou a coroação de Napoleão como imperador (evento que acompanhou presencialmente em Paris), bem como a difusão de toda atmosfera revolucionária que a expansão napoleônica causara na Europa e, somando-se a isso, tanto a oportunidade que gerou a tomada da Espanha pela França, quanto o bloqueio continental, possibilitando uma espécie parcial de vácuo de poder nas colônias espanholas – ao menos uma frouxidão administrativa do controle sobre essas colônias e possibilidades maiores de sublevações.

De modo profético, convicto, terminou o discurso com um juramento, conhecido como o “Juramento do Monte Sacro”, ou “Juramento de Roma”:

Juro diante de vós, juro pelo Deus dos meus pais, juro por eles; juro por minha honra e juro pela Pátria, que não darei descanso a meu braço nem repouso à minha alma, enquanto não houver rompido as correntes que nos oprimem pela vontade do poder espanhol! (BOLÍVAR, 2009, p. 36, grifos nossos).

Propaganda política à parte, Bolívar teve acesso, por ser latino-americano, como vemos nessas e veremos em outras declarações, ao algo de diferente que significa o ser, desta feita,

experimentou, provou, testemunhou, a possibilidade do que seria a contribuição única e ímpar (singular) à Humanidade, conforme se refere em seu discurso, em forma não de devir somente, apesar de ainda insipiente e etérea, tanto que denomina “misteriosa incógnita”, a ser descoberta mais amiúde...mas já sentida, ao menos pressentida, no “ser” latino-americano, mesmo que incognoscível sob algumas formas de consciência.

Como naquela propaganda em que o publicitário criou o *slogan* “tão bom que nem parece banco” (GUTERSON, 2009) ninguém sabe o porquê, mas todo mundo presente, quase intuitivamente, que banco não é um lugar bom, não se sente bem em suas agências, mesmo sem saber o porquê... e, conhecendo-se a fundo o papel dos bancos no sistema capitalista... de fato, não é um lugar bom... mas o publicitário quer brincar com esse sentimento genuíno, quase “inato”, e, ao ser honesto nesta primeira assertiva, tentar dar autoridade moral para tentar convencer que o banco do anúncio é tão bom “que nem parece banco” (mesmo sendo e – não nega – banco é mau mesmo, mas, pelo menos: “nem parece”)... O sentimento de latino-americanidade seria assim, ao contrário, como já o percebe Bolívar, algo que só o Novo Mundo traz à Humanidade... e só os latino-americanos podem então dar-se conta, por ter a experiência de viver o *ser latino americano*, ao menos neste primeiro momento... à diferença dos bancos, claro, o sentimento é bom, de **liberdade**, “**emancipação do espírito**”, “**extirpação das preocupações**”, “**enaltecimento do homem**”, “**perfectabilidade definitiva da razão**”; como bem afirma Bolívar... algo ainda a ser aprimorado e conquistado mais a fundo com a liberdade e a emancipação, assim virando uma conquista, do Novo Mundo, para toda a Humanidade (mas só através do Novo Mundo).

Porém, além da sensibilidade à experiência do ser latino-americano, conforme observa Octávio Ianni (1983), Simón Bolívar teve a virtude de condensar em si três outras percepções que estiveram ao acesso de seu conhecimento; bem como as possibilidades, a sabedoria e a habilidade para agir a partir delas:

Primeiro, interpretou as reivindicações dos brancos crioulos e outros setores da população das colônias em face da dominação e exploração exercidas pelo sistema colonial. Segundo, assimilou bastante os acontecimentos mundiais contemporâneos, tais como a Revolução Francesa, as guerras napoleônicas e a emergência do povo no cenário da revolução burguesa que se estendia pela Europa e influenciava outros continentes. Terceiro, aproveitou largamente a sua formação intelectual de base européia. Assim, tendo-se em conta as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que estavam ocorrendo no mundo. Bolívar representou uma síntese superior, fundamental, das revoluções de independência (...). (IANNI, 1983, p. 15).

E teve Bolívar também a audácia para tal, palavras nossas agora. Parece-nos, conforme referido, que sua economia libidinal deslocou-se completamente para isso; tanto que investiu, se nos estendermos à concretude... e perdeu, ao fim de sua vida, toda sua fortuna nisso (e, para além da concretude, a própria saúde e pagou pesadamente com outros dissabores e desgostos de valor incalculável... foi malgrado em parte, por outra, estamos falando dele aqui... e isso é uma constante na História Latino-Americana, seus heróis acabam mal, aparentemente fracassam...mas, é aparente, não acabam, são imortais...e a história continua está em construção... e eles estão aí, a nos acompanhar... “hasta siempre, comandante”, “seguiremos adelante”... “venceremos”. E o juramento de Roma ecoa junto com o de Tupac Amarú, em seu último suspiro, ao ser martirizado pelos espanhóis em Cuzco (“Voltarei, e serei milhões”) e o de todas as pessoas e povos oprimidos na América Latina.

Todas as correntes que nos oprimem serão um dia rompidas, e Bolívar terá cumprido seu juramento, assim como já o cumpriu, posto que reina certa atemporalidade espectral – o sucesso e a glória pelo cumprido; a tristeza dos malogros, desditas, traições, fraudes e escaramuças de seus vilões, imperialismos e seus lacaios, Santanderes e Calabares... as promessas e a esperança no redentor porvir que há de se cumprir indubitavelmente neste Novo Mundo... seu destino é esse, essa a **“misteriosa incógnita” “a verificar-se”... aí o singular da latino-americanidade, um singular plural porque representante da emancipação, enfim, de toda humanidade.**

A questão da unidade latino-americana frente às presumíveis diversidade e pluralidade – as dessemelhanças –, supostamente, logo se apresentaram a Simón Bolívar; os entraves políticos à unidade se impuseram de imediato, quando da composição e formação dos Estados Nacionais, pós lutas militares de independência (que já foram, obviamente, intrincadas e problemáticas por si só). No entanto, mais que às dessemelhanças propriamente ditas, podemos remeter a fragmentação/ balcanização do continente muito mais a interesses escusos, oligárquicos e, sobretudo, neo-colonialistas/ imperialistas:

As lutas de independência foram apenas a dimensão mais proximamente militar da luta política fundamental(...). Talvez seja mesmo possível dizer que a parte principal dos escritos políticos de Bolívar está polarizada por esse desafio. O Manifesto de Cartagena (1812), as cartas da Jamaica (1815), o discurso de Angostura (1819) e o discurso ante o Congresso Constituinte da Bolívia (1825), além de muitas das suas cartas, expressam principalmente a preocupação com as condições sociais, econômicas, políticas e culturais de organização dos novos Estados nacionais.(...) **Apontava a insistente interferência de agentes e representantes das nações mais poderosas, e não só das antigas metrópoles; interferência essa que abria ou acentuava lutas entre oligarquias, partidos facções e enfraquecia os novos Estados.** (IANNI, 1983, p. 15-16, grifos nossos).

Porém, Bolívar adotara a ideia de, ao menos, formar uma confederação “Logo que se engajou nas lutas de independência” (IANNI, 1983, p. 17), não desistiria assim tão fácil pois: “(...) compreendeu a importância da associação dos novos Estados. Sabia das dificuldades, mas também sabia do significado político da proposta; e do alcance da sua futura realização. Sabia que plantava uma ideia de longa maturação” (IANNI, 1983, p. 17).

Ou, nas próprias palavras d’El Libertador:

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma só nação, com um só vínculo que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma origem, uma língua, mesmos costumes e uma religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que venham a formar-se. **Mas não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos, caracteres dessemelhantes, dividem a América.** Que belo seria se o istmo do Panamá fosse para nós o que o de Corinto é para os gregos. Oxalá algum dia tenhamos a fortuna de instalar aí um augusto congresso de representantes das repúblicas, reinos e impérios para tratar e discutir os altos interesses da paz e guerra com as nações das outras partes do mundo (IANNI, 1983, p. 17-18).

Passados mais de duzentos anos, a história tem Bolívar como o “Libertador de seis repúblicas e o mais importante dos lutadores pela independência de toda a América espanhola” (MUÑOZ VICUÑA, 1983, p. 25), entretanto **seguramente preferia ter sido o libertador de menos repúblicas, de apenas uma, a Pátria Grande, pois assim cria, como profetizou em seu discurso no Monte Sacro, em Roma, em 1805, poder dar ensejo à possibilidade real de liberdade de fato para a humanidade...** não pelo que as sabotagens neo-coloniais imperialistas e seus lacaios oligarcas regionais fez culminar na balcanização latino-americana.

Ao contrário, viu nesse processo a subversão da palavra liberdade pelo país que, grande impostura, àquela época e hoje a quer “empunhar” como se fora seu bastião mais legítimo (não por acaso, trata-se do mesmo país que quer usurpar do nome de América, hoje em dia), com seu tirocínio fora do comum; porém, diferente de parte de seus vaticínios no Monte Sacro, fugindo agora a seu poder de interceder (ao menos à sua época circunscrita mais concretamente – como já dito, a história não se acabou, muito menos Bolívar) e modificar: **“Os Estados Unidos parecem destinados pela Providência a abarrotar a América de miséria, em nome da Liberdade”.** (MUÑOZ VICUÑA, 1983, p. 25, grifos nossos).

Com isso, podemos ratificar as palavras de José Martí sobre Bolívar e o que falta fazer em Nuestra América/ Pátria Grande: “O que Bolívar não fez, ainda está por ser feito na América”. (MUÑOZ VICUÑA, 1983, p. 26).

Francisco Pividal parte da constatação de que os estudos latino-americanos dedicaram desproporcionalmente grande parte do volume de suas publicações para o breve período – se o considerarmos cronologicamente – das revoluções independentistas, sobre este fenômeno, nos diz o autor:

Quando se reconhece **a existência de tal volume de publicações**, sem que o descobrimento de nova documentação o justifique, o fato **deixa de ser curioso para se tornar significativo**. Um consenso tão grande **demonstra que existe uma realidade histórica que não foi resgatada e luta por isso, para conhecimento e benefício dos povos da América Latina e do Caribe**. (PIVIDAL, 1983, p. 27, grifos nossos).

Portanto, se formos pensar na importância simbólica dos mitos de origem, trata-se aqui de identificar neste período histórico não necessariamente o nascimento do povo latino-americano desde um ponto de vista antropológico em sentido amplo, mas justamente enquanto atravessado por este componente simbólico-cultural, esta marca de nascença, este amálgama, este batismo de fogo que está representado pelas guerras independentistas.

Neste sentido, podemos entender agora a dimensão do povo latino-americano enquanto singular e plural, pois esta guerra, com todas suas complexidades e conjunturas que impactaram e recaíram de maneira diversa sob os diferentes extratos sociais, encontrou e absorveu este povo, ainda que com algumas peculiaridades e diferenças regionais, mas com bastante similitude geral e generalizando, por completo, um povo formado ou formando-se neste fenômeno sob a égide da mestiçagem, do sincretismo e/ou da pluralidade, via de regra.

O processo mesmo de independência, como o experimenta Simón Bolívar, já evidencia na prática de que não haveria possibilidade de dar-se sem um povo; não por acaso, a primeira “tentativa” republicana venezuelana malogra miseravelmente, posto que nada ou muito pouco apela para reivindicações de caráter popular...

A segunda aparentemente é vitoriosa, conquista a participação popular, por assumir temporariamente (e legitimamente, na figura de Bolívar) características populares, forja um povo... mas de novo aquele engodo e entrave que nos aprisiona: embora promova a abolição da escravatura e consolide a independência jurídica formal, aos poucos mostra-se fraudulenta no campo prático, posto que irá renegar a Bolívar e ao projeto de Grã-Colômbia e Pátria Grande, nos anos subsequentes. Tornar-se-á uma república de fachada, oligárquica, e refém de interesses neo-coloniais, separada das outras de mesmas características, que se pulverizarão pela América.

Assim, Pividal coloca que há “dois Bolívares: o mantuano e o revolucionário (...)” (PIVIDAL, 1983, p. 27), mas, enquanto que, no caso de Bolívar, o segundo subjuga o primeiro;

no mantuanismo [mantuano: como eram chamados os *criollos* na Venezuela, mais especificamente em Caracas, pelos mantos que cobriam suas mulheres, conforme nota do tradutor] o interesse era basicamente um, justamente aquele que não fazia povo e muito menos independência: meramente substituir o jugo espanhol da população por seu próprio (em conciliação com seus novos “aliados”/ chefes estrangeiros)... mas puderam usar da figura de Bolívar.

Nas palavras de Pividal, para os mantuanos, nem se precisava cortar relações com a Espanha, mas sim deter o poder internamente: “Mais que a independência total da Espanha, os mantuanos procuravam, como nos divórcios eclesiásticos, a separação de corpos sem a destruição dos vínculos. **Enquanto Bolívar morre na maior miséria, os mantuanos vivem na maior abundância.**” (PIVIDAL, 1983, p. 28, grifos nossos).

A luta continua porque, como existem dois Bolívares, duas versões, persistem – como já usei desse expediente, real, para tratar do que acontece na história viva de todo povo latino-americano –, reforça o fato Francisco Pividal (1983, p. 28) de que as classes hegemônicas querem perpetrar o Bolívar mantuano e calar e esconder o revolucionário – “o que legislou sobre o direito dos índios, o direito à educação popular, o direito à exploração do subsolo somente pelo Estado etc.” (PIVIDAL, 1983, p. 28) – e o que queria a Pátria Grande, completo eu.

Este livro de Pividal, de 1983, anterior ao bolivarianismo chavista, propõe o que já se faz hoje, mas há que se fazer com mais força e maior radicalidade, difundir-se por toda América de maneira mais tentacular e em pedipalpos... e sobretudo no Brasil, líder regional por vocação, que tem que fazer valer tal vocação e assomar-se à luta latino-americana com maior vigor e intensidade; coisa que por interesses mesmos que os de duzentos anos atrás (de novo evocamos a atemporalidade e a atualidade da luta pela independência e por fazer valer o juramento de Bolívar no Monte Sacro...e o de Tupac Amarú em Cuzco e etc.), modificados e complexificados, mas de mesma natureza oligárquica e neo-colonialista e imperialista, competem para que continuemos enquanto uma ilha neste continente que é o nosso, nessa Pátria Grande, que é a nossa, nessa luta, que é a nossa, neste povo, que é o nosso:

É preciso resgatar da burguesia e seus aliados naturais, o imperialismo e a reação, o Bolívar guerreiro sem conteúdo social, simbolizado na frieza de uma estátua de mármore ou de bronze, para entregar ao povo da Venezuela o Bolívar revolucionário que todos carregam no coração, aquele que consagrou o Congresso do Panamá **na defesa das massas empobrecidas de “Nossa América”**, diante das pretensões expansionistas e hegemônicas do monroísmo e do pan-americanismo. (PIVIDAL, 1983, p. 28).

6.2 BOLÍVAR E DOM QUIXOTE, SEGUNDO MIGUEL DE UNAMUNO

“Bolívar era um homem que fazia a guerra para fundar a única paz duradoura e válida, a paz da liberdade.”
(Miguel de Unamuno)

Miguel de Unamuno, o crítico literário ensaísta, romancista, dramaturgo, poeta e filósofo espanhol, conhecido por resistir ao fascismo na Espanha, por ser três vezes reitor da Universidade de Salamanca e acabar em prisão domiciliar sob o jugo de Franco; ao inteirar-se de uma coletânea sobre a História da Venezuela, escrita por José Gil Fourtoul, empreendeu a tarefa de comparar Simón Bolívar a Dom Quixote, personagem último já estudado por si. Inspirado também no seguinte acontecimento da história d’El Libertador, lido em Ricardo Palma: “(...) sobre a última frase de Bolívar, quando este, em seus últimos dias, perguntou a seu médico se suspeitava quem teriam sido os três mais insignes tolos do mundo, e ao dizer-lhe o médico que não, respondeu o Libertador; ‘Os três grandíssimos tolos fomos Jesus Cristo, Dom Quixote e... eu!’” (UNAMUNO, 2002, p. 70, tradução livre).

Inicialmente, o pensador basco se pergunta, evocando José Enrique Rodó, se é fato mesmo os ufanismos americanistas do autor uruguaio:

(...) não sei se as relações culturais entre as diversas nações americanas de língua espanhola são tão íntimas e tão ativas como deveriam sê-lo; eu não sei se no México, Peru, Venezuela, etc., acompanha-se com interesse o movimento literário, científico e artístico do Chile, Argentina, Uruguai, etc., e vice-versa; **eu não sei se a consciência da América chamada latina é toda tão viva quanto deveria ser.** (UNAMUNO, 2002, p. 67, grifos nossos, tradução livre).

Mas, questionamentos e ceticismos à parte, ele fala, por fim, que essa ideia é a ideia de Bolívar, agora transcrevendo mesmo o discurso de José Enrique Rodó – quando do traslado do corpo de Juan Carlos Gómez desde o Chile até Montevideú, para seu funeral – a transcrição do discurso é justamente para ilustrar a força deste e seu grau de idealismo (que mais tarde Unamuno elencará como bastante quixotesco):

(...) se é alta a ideia de pátria “nos povos da América latina, nesta **viva harmonia das nações vinculadas por todos laços da tradição, da raça, das instituições, do idioma**, como nunca as apresentou juntas e abarcando tão vasto espaço a história do mundo, bem podemos dizer que **há algo tão alto quanto a ideia da pátria, e é a ideia da América: a ideia da América como uma grande e imprecívvel unidade, como uma excelsa e máxima pátria, com seus heróis, seus educadores, seus tribunos; desde o golfo do México [Mejico] até os eternos gelos do Sul.** (...) Nem Sarmiento, nem Bilbao, nem Martin, nem Bello, nem Montalvo são os escritores de uma ou outra parte da América, mas sim os cidadãos da intelectualidade americana.” (Rodó apud UNAMUNO, 2002, p. 67, grifos nossos, tradução livre).

Miguel de Unamuno ressalta a nobreza e altivez das palavras de Rodó, mas, de novo, indaga-se se isto não seria um sonho do autor de Ariel... ainda assim, diz ele: “é um sonho alto e nobre” (UNAMUNO, 2002, p. 67) e continua, articulando a ponte com El Libertador:

Não sei se isto não é mais que um sonho de Rodó, porém é um sonho alto e nobre. **É o sonho do grande Libertador, de Simón Bolívar**, que pretendia dar liberdade a Cuba e Porto Rico e “estabelecer um equilíbrio permanente entre a grande República de origem inglesa e as Repúblicas de origem espanhola”. (UNAMUNO, 2002, p. 67, grifos nossos, tradução livre).

E retoma, citando a obra de José Fortoul, sobre a história constitucional da Venezuela, para contextualizar a inspiração que, ao ler nesta a frase de Bolívar sobre libertar toda a América e outros trechos, esta lhe trouxe para se somar às digressões que el já fizera sobre a figura de Dom Quixote... e agora traçar este paralelo entre o “homem de La Mancha” e o homem de Caracas, El Libertador.

Aqui, sublinhando a pessoa de Simón Bolívar na história, faz a observação de enfatizá-lo à despeito das conjunturas históricas ou junto dessas, mas dando centralidade e protagonismo à figura humana singular – plural, poderíamos acrescentar, concordando com Unamuno na apreciação por El Libertador, mas não precisando fazer esta opção de rivalizar, sobrepor, escolher em detrimento de ou traçar antagonismos com seu meio, cultura e contingências –, mas no caso Unamuno aproveita a ocasião para fazer um elogio e elegia à figura humana e à “psicologia” frente à “sociologia” (é interessante e por isso citaremos, mas não há porque, novamente, no nosso entender e método científico, fazer esta oposição, não há porque prescindirmos da metáfora para dar o devido valor à metonímia):

A mim, pelo menos, tem-me sugerido [*a obra de José Gil Fortoul*] não **poucas observações sobre homens e coisas da América. Antes de tudo, os homens. Sempre me interessou mais o indivíduo que a multidão, as biografias mais que as histórias gerais e a psicologia mais que a sociologia.** (UNAMUNO, 2002, p. 68, grifos nossos, tradução livre).

E continua Miguel de Unamuno, sobre Simón Bolívar, comentando também o quanto são dignos de destaque os “homens de ação”, os “Aquiles”, frente aos “contemplativos”, os “Homeros”; o quanto os primeiros, geralmente, são de uma estatura muito superior aos segundos, por melhores que estes últimos o sejam... e o quanto a América latina se caracteriza por sua profusão de Aquiles em detrimento a seus Homeros (aqui, humildemente, buscamos fazer nossa parte, suprimindo um pouco mais para equilibrar esta lacuna):

É, sem dúvida, Simón Bolívar, um herói para um poema à maneira dos Browning, em que pega a um personagem histórico como centro de reflexões poéticas. **Pode-se e se deve dizer que até hoje a América Latina produziu mais homens de ação que contemplativos de pensamento puro, seus Aquiles superam a seus Homeros**; em geral os historiadores, ainda que havendo tão notáveis, não chegam à altura dos historiados. **O pensamento é a flor da ação e não floresce e se exalta a cultura filosófica, poética e científica de um povo até que, através de dolorosas lutas, não se haja constituído em vista de um ideal comum, mais ou menos vago.** Até então seus pensadores, em discordância com o ambiente, resultam incompletos e inadaptáveis, como aquele dom Simón Rodríguez, o mestre de Bolívar (UNAMUNO, 2002, p. 68-69, grifos nossos, tradução livre).

Interessantíssima esta posição de Unamuno, de que a América Latina – a de verdade – é o lugar dos Aquiles, em detrimento aos Homeros (de novo ressaltamos que o papel de ambos tem sua importância, mas é uma licença poética belíssima do ensaísta basco); sobretudo quando justifica ao colocar o papel que isto tem na cultura, na constituição de uma, de um povo e de uma nação; quando ele remete a esta espécie de pacto (evocando Kaës) de sangue e de fogo, forjado em “dolorosas lutas”... e constituindo, não só, mas também por e através dessas, “um ideal comum, mais ou menos vago”.

Não podemos deixar de pensar também no juramento de Bolívar no Monte Sacro, em Roma, ao dizer que em terras americanas que seria a possibilidade de realização, de resolver “o grande problema do homem em liberdade, o despejo dessa misteriosa incógnita não há de verificar-se senão no Novo Mundo” (BOLÍVAR, 2009, p. 35).

Por este projeto em construção, por este povo, por este Novo Mundo e está pátria do porvir, a se realizar... de América e na América, Miguel de Unamuno relata a própria consciência de Bolívar sobre – bem como a consciência do seu papel histórico neste périplo... a se realizar em plenitude no futuro, porém se realizando e a ser realizado no agora (do presente e daquele passado)... em construção... e em formação...

E em transformação; O Libertador usa a metáfora da borboleta, ainda não borboleta, o “entre” a lagarta e a borboleta, o casulo... ícone da latência... mas latência esta que esconde o fervilhar, apesar de aparentemente pacato, da metamorfose:

O mesmo Bolívar dizia em 1822 que nem eles e nem a geração que lhes sucedesse veriam a república que estavam fundando; que a América era uma crisálida, que era mister uma “metamorfose na existência física de seus habitantes” mediante a formação de um novo tipo graças à fusão de raças [singular plural e plural singular]. (BOLÍVAR apud UNAMUNO, 2002, p. 69, grifos e comentários entre colchetes nossos, tradução livre).

Continua Unamuno, evocando ainda à fala bolivariana associada ao discurso da Bandeira de Sarmiento:

E só quando um povo se tenha tornado homogêneo e se tenha constituído definitivamente, quando tenha brotado nele a consciência pátria coletiva e não vive somente pelo mero instinto de viver – este último é Bolívar –; só quando tem ideal é quando compreende e sente suas glórias e quando pode irradiar ao mundo seu pensamento [aliança inconsciente] (UNAMUNO, 2002, p. 69, grifos e comentários entre colchetes nossos, tradução livre).

E retoma o raciocínio dos “Homeros” e dos “Aquiles”, dando prosseguimento ao mesmo, mas agora enriquecendo-o, somando a este prisma novo, desta maturação, deste tempo de metamorfose demandado entre a ação (“Aquiles”) e o relato sobre o que foi feito (“Homero”): “Homero chega quando estão resolvidas as lutas em que interveio Aquiles, quando de Tróia não ficaram senão ruínas e Helena é pó.” (UNAMUNO, 2002, p. 69, grifos nossos, tradução livre).

Depois Unamuno se vangloria de constatar, através de Gil Fortoul, que, igual a si, Bolívar tinha ascendência basca; o mesmo Gil Fortoul faz a equivalência entre o basco e o espanhol, para com Bolívar, Unamuno aproveita e traça ponte similar entre a figura do Libertador e de Dom Quixote, neste contexto:

“Se seu organismo era sobretudo espanhol – acrescenta o senhor Gil Fortoul –, os ímpetos de sua alma também o foram geralmente”. Sim, espanhóis e quixotescos. **Bolívar foi um dos mais fiéis adeptos do quixotismo.** Conhecida é a anedota que li em Ricardo Palma (*Mis últimas tradiciones peruanas y cachivacherías, Barcelona, 1906*), sobre a **última frase de Bolívar**, quando este, em seus últimos dias, perguntou a seu médico se suspeitava sobre quem teriam sido **os três mais insígnies inoportunos do mundo**, e ao lhe dizer o médico que não, respondeu o Libertador: “Os três grandíssimos inoportunos do mundo **fomos Jesus Cristo, Dom Quixote e... eu!**” Ele mesmo, pois, incluiu-se, segundo tradição, com Dom Quixote. (UNAMUNO, 2002, p. 70, grifos nossos, tradução livre).

E, conjectura o filósofo basco-espanhol, se a loucura de Dom Quixote fora fomentada pelo amor à Aldonza Lorenzo, do mesmo modo não o teria sido determinante à jornada – quixotesca, para Unamuno – que empreendeu Bolívar a perda precoce de sua jovem esposa María Teresa? E retoma, servindo-se de Gil Fortoul outra vez:

“A morte de sua jovem companheira (doce e melancólica figura que a história deixa em indecisa penumbra) – diz o senhor Gil Fortoul – arremessa-lhe no centro de um verdadeiro turbilhão: viagens que duram três anos; ao princípio, a nostalgia do primeiro amor que às vezes se converte em desespero; projetos confusos; novas paixões que se sucedem violentas e efêmeras; por fim, o alto ideal que se apodera de seu espírito arrastando-o à luta pela liberdade da pátria.” Agrega o senhor Gil Fortoul que foi tal a impressão dolorosa com que acariciava a recordação de sua mulher “que chegou até a desejar sinceramente a morte”. E o mesmo Bolívar dizia em

1828 em Bucaramanga a seus amigos: “**Se não houvesse enviuvado, quiçá teria sido outra minha vida; não seria o general Bolívar nem o Libertador**”. E eis aqui como aquela María T. Rodríguez, a quem conheceu e com quem se casou na Espanha – em Bilbao, meu povoado, foi vê-la no outono de 1801 –; **essa doce figura penumbrosa que desfila pela história, foi a Aldonza Lorenzo daquele Quixote americano, e como morta ela se lhe converteu em Dulcinéia, na Glória**. (UNAMUNO, 2002, p. 70-71, grifos nossos tradução livre).

E completa Unamuno:

E não é por acaso quixotesco aquilo que contam a respeito de Bolívar, **à raiz do terremoto de Caracas**, em 26 de março de 1812, **quando atribuiu-lhe um frade à praga de Deus, irado por se ter desconhecido a Fernando VII, o ungido do Senhor, o futuro libertador, que se achava na turba entre as ruínas**, desembainhando a espada e obrigando a baixar da mesa que lhe servia de púlpito ao frade predicador, **gritou: “Se se opõe a natureza, lutaremos contra ela e faremos com que nos obedeça!”** (UNAMUNO, 2002, p. 71, grifos nossos tradução livre).

Depois, o acadêmico e crítico literário basco trata também como quixotesco o episódio quando, em 11 de agosto de 1826, Bolívar disse ao plenipotenciário colombiano Gual, no Congresso de Tacubaya, que se seguiu ao do Panamá: “(...) de que se promovesse a expedição libertadora a Cuba e Porto Rico, para logo então poder **marchar com maiores forças à Espanha...**, para ver então se não querem a paz os espanhóis?” (UNAMUNO, 2002, p. 71, grifos nossos, tradução livre).

E disto comenta, jocosamente: “Quem sabe não se teriam resolvido não poucas coisas se nos houvesse conquistado Bolívar; digo, a nossos bisavôs”. (UNAMUNO, 2002, p. 71, grifos nossos, tradução livre).

Mas acrescenta e incrementa sua análise sobre o que quer discriminar na personalidade do Libertador:

Tudo isto é profundamente quixotesco, porém tem **algo mais que aproxima Bolívar a Don Quixote**, outro dos três insígnios tolos da História. (E que gloriosa, que divina é a tolice assim!) Quantos que tenham lido o “Quixote” recordarão aquele **melancólico** capítulo LVIII da segunda parte, em que o Cavaleiro encontrou umas imagens em relevo e entalhe para o altar de uma aldeia e as **reflexões de triste desesperança** que elas lhe sugerem(...). Aquilo foi **como o Horto das Oliveiras de Jesus, o outro dos três tolos**, segundo Bolívar. (UNAMUNO, 2002, p. 71-72, grifos nossos, tradução livre).

E traz este aspecto marcante do crepúsculo da vida de Simón Bolívar:

E não estão **cheios os últimos anos do Libertador de tristes reflexões**, em que o herói **parece repetir com Dom Quixote: “não sei o que conquistou a força dos meus trabalhos”?** Naqueles tristes momentos, naquelas horas de desalento, próprias de todos os verdadeiramente grandes, cria ter arado no mar e desconfiava do destino

das novas nações que com sua espada e sua fé separou da Espanha. (UNAMUNO, 2002, p. 72, grifos nossos, tradução livre).

Mas eis que surge a singularidade de Bolívar frente aos outros dois “tolos”, o que o diferencia, segundo Unamuno, ainda que compartilhando de tudo isso...e vindo a compartilhar mais coisas com outros, como veremos, mas Bolívar é Bolívar, o singular plural e o plural singular americano... mas fiquemos por enquanto nas palavras e nas observações de Unamuno tão somente:

Porém há uma frase profunda, profundíssima, talvez a frase mais profunda que li de Bolívar – com frequência há em suas frases célebres mais retóricas à espanhola que não outra coisa –, há uma frase **que nos faz penetrar até o fundo da alma do herói**. É quando em 1824 escrevia ao marquês de Toro: “Entenda você, meu querido marquês, que **minhas tristezas vêm de minha filosofia**, e que **sou mais filósofo na prosperidade que no infortúnio**. Isto lhe digo para que você **não creia que meu estado é triste e muito menos a minha sorte**” (UNAMUNO, 2002, p. 71-72, grifos nossos, tradução livre).

Não deixa de nos chamar a atenção este artifício bolivariano de dizer que sua tristeza é circunscrita à sua filosofia, filosofia esta que tende a exercer muito mais em prosperidade que em infortúnio – segundo ele, claro –, sendo aquele primeiro (prosperidade) seu estado padrão, como ratifica em seguida. Coloca então sua melancolia como a serviço de sua linha filosófica, e não seu estado d’alma, um recurso estilístico e filosófico.

O que inexoravelmente isto impacta no seu ser fica dissociado, de certa forma negado, ou em segundo, ou terceiro plano, já que o herói prefere apresentar como escaramuça, talvez até para tentar preservar a efígie perfeita do herói.

O efeito é o contrário, como vai apontar Unamuno a seguir, claro: enriquece e complexifica o herói, tal ambiguidade e “graça” jocosa; tão latina, por assim dizer, tanto que nos evoca outro autor latino, Fernando Pessoa, quando dizia que “o poeta é um fingidor, finge tão completamente que chega a fingir que é dor a dor que deveras sente (...)” (PESSOA, 2005, p. 164).

Entretanto Pessoa, ainda que de maneira paradoxal e enviesada, sinaliza uma dor sentida pelo poeta “deveras”, como se fonte presumível *in statu nascendi* da inspiração criadora. O “fingir” então viria como o efeito transformador artístico em dor outra, manifesta na poesia, mas dá um efeito paradoxal, pois o fingimento em si fica em xeque, pelo menos em parte, dando possibilidade à transformação.

Bolívar por outro lado nega a tristeza, pelo contrário, diz que sua filosofia, de tom triste simplesmente por característica de sê-lo, desenvolve-se ainda melhor quando seu estado de espírito e de sorte estão bem. Talvez efetue processo similar ao expresso poeticamente por Pessoa, possivelmente, mas expressa de sua forma singularmente diferente.

Outra diferença capciosa é a de que Fernando Pessoa se refere no universal, de maneira axiomática, ao dizer que todo poeta é um fingidor, ao invés de se referendar. Contudo, curiosamente, o título da poesia é *Autopsicografia*.

Já El Libertador, por sua vez, diz muito particularmente sobre “sua filosofia”, seu modo de fazer filosofia... e Unamuno, em contrapartida, vai mostrar a influência rousseuniana neste modo dito “pessimista” de filosofar; que também podemos tributar em grande parte ao *zeitgeist* romântico que perpassou a era bolivariana.

Outra inversão interessante é de que os movimentos são contrários nos casos, enquanto em Fernando Pessoa o poeta empresta e dá o tom, por fingimento que seja, da “dor”, no caso; em Bolívar, curiosamente, parece que se dá o contrário, o tom triste é intrínseco à filosofia, como se fora um ente à parte do filósofo, e é esta que lhe impinge tristezas: “minhas tristezas vêm de minha filosofia”.

Basta agora, kaësianamente, buscar o intermediário entre o latino e o latino-americano que fez tamanhos deslocamentos e transformações tão interessantes e *suis generis* nesses sentidos que migram e transitam entre o universal, o plural e o singular.

Voltando à impressão que esta declaração causa em Miguel de Unamuno:

Não lhes diz nada isto do homem triste na prosperidade e triste por filosofia? **Chegaria Bolívar a sentir a angústia metafísica de todos os grandes**, a terrível voz que surge do silêncio das eternas trevas e nos diz: e tudo? para que? **Não esqueçamos que havia lido a Rousseau, o patriarca do pessimismo**, e que os dois volumes do *Contrato social* que pertenceram à biblioteca de Napoleão, e que o general inglês Roberto Wilson presenteou ao Libertador, costumava levá-los consigo e os presenteou, ao morrer, à Universidade de Caracas. **A cada homem pode-se julgar por suas leituras favoritas. Dom Quixote lia livros de cavalaria, Bolívar a Rousseau e San Martín apaziguava seu espírito com a leitura de Plutarco. E o dizer simplesmente que aquele lia a Rousseau e este a Plutarco**, para os que a Plutarco e Rousseau conheçam, como **quantos paralelos entre um e outro possam se traçar e os que traçaram** o venezuelano Larrazábal e o argentino Mitre, e o do **chileno Santa María**, o que **chamou a San Martín raposa e a Bolívar águia**, paralelo este último que reproduz o senhor Gil Fortoul. (UNAMUNO, 2002, p. 72-73).

E continua sua reflexão entre os personagens e suas leituras *filosóficas*, haja vista que Bolívar próprio se remeteu à sua filosofia:

Um era rousseauniano, plutarquiano o outro, diria eu. E **não se esqueça que Rousseau, por sua parte, era um admirador e um leitor entusiasta de Plutarco**, deste Plutarco do qual dizia o general inglês Gordon, o herói de Jartum, que deveria dar-se a ler a todos os oficiais do exército, melhor que um livro de tática. (UNAMUNO, 2002, p. 72-73, tradução livre, grifos nossos).

O interessante dessa passagem é esta digressão de que Rousseau, por sua vez, era leitor entusiasta de Plutarco, de novo mostrando o amálgama que constitui o singular plural e o encontro entre as diversidades: entre Rousseau e Plutarco; entre os Libertadores Bolívar e San Martín; entre a águia e a raposa; entre a Antiguidade e a era Moderna; entre o Velho e o Novo Mundos. Algo que evoca a intergeracionalidade, a teoria kaësiana, o legado e a transformação no presente e no sonho do porvir: um plural singular, uma americanidade... como dissera Bolívar no Monte Sacro, não desprezando o passado, considerando e enaltecendo este, mas simplesmente indo além, de maneira sem dúvidas tributária, mas superando também por ser pluralmente herdeira e singularmente transformadora, inclusive graças a isto.

Voltando a confrontar Bolívar e Quixote, diz Unamuno então:

Os últimos momentos do grande Libertador são de tão intensa poesia como os últimos momentos do cavaleiro manchego. Poesia, sim, esta é a palavra, poesia. Poesia, **poesia é o que emana da vida de Bolívar, como é poesia o que emana da história de emancipação das repúblicas hispano-americanas, igual à épica história do descobrimento e da conquista.** Uma e outra poesia estão enterradas nas velhas crônicas dos conquistadores, dos Oviedo, Castillo, Gomara, etc., e nas memórias dos caudilhos da independência (UNAMUNO, 2002, p. 73, tradução livre, grifos nossos).

Eis que, ressaltamos, mais uma vez, deparamo-nos com a intergeracionalidade, Miguel de Unamuno coloca o vínculo e o legado cultural europeu com a América, conforme vínhamos falando; confronta o espanhol ao americano nesta sua ascensão sobre a poesia encarnada na vida de Bolívar e na história e nos feitos que perpassam o Novo Mundo:

Poesia, sim, e **essa poesia deveríamos ser nós, os espanhóis, os que mais fortemente a sentíssemos.** Como **Diego Láinez se encheu de orgulho ao ver que seu filho, el Cid, sentindo-se mordido no dedo pelo pai, desferiu-lhe um bofetão,** assim **nós, os espanhóis, deveríamos orgulharmo-nos da heroicidade daqueles homens frente às tropas dos torpes governos peninsulares e considerar uma glória da raça as glórias das independências americanas.** Porém ainda não chegamos nisto. (UNAMUNO, 2002, p. 73, tradução livre, grifos nossos)

Mas, ressalta ele, cético, olhando de fora, tampouco vê este reconhecimento – àquela época, começo do século XX (1903) – na própria América, como alerta, visando reintegrar

vínculos perdidos, mas também querendo ver a propalada América Latina de fato unida como apregoado em discursos:

Nem ainda, é justo dizê-lo, chegou-se lá, na América, para nos fazer inteira justiça, ainda que a cada dia, sobretudo desde que Espanha perdeu a Cuba e Porto Rico, **aumenta o bom desejo de fazê-lo, e prova disso é, entre outras muitas coisas, a obra do senhor Gil Fortoul que provocou este escrito**. E volta ao que dizia a princípio, e que é um de meus mais repetidos estribilhos, a **necessidade de que todos os povos de língua castelhana se conheçam entre si**. Porque não é só que na Espanha se conheça pouco e mal à América Latina, e que nesta se conheça não muito nem muito bem à Espanha, senão que **suspeito que as repúblicas hispano-americanas, desde o México à Argentina, conhecem-se muito superficialmente entre si**. (UNAMUNO, 2002, p. 73-74, tradução livre, grifos nossos).

6.3 BOLÍVAR E A NAÇÃO AMERICANA – A OUTRA HISTÓRIA

“Bolívar ainda tem muito o que fazer na América.”
(José Martí)

“No es que los hombres hacen los pueblos, sino que los pueblos, en su hora de génesis, suelen ponerse, vibrantes y triunfantes, en un hombre.”
(José Martí)

“Hay que ir cabalgando sobre la unidad, fortaleciéndola, cohesionándola, alimentándola con debates, con argumentos, convenciendo. Ahora los primeros convencidos tenemos que ser nosotros para luego ser convencedores.”
(Hugo Chavez)

“No. No aceptes lo habitual como cosa natural. Porque en tiempos de desorden, de confusión organizada, de humanidad deshumanizada, nada debe parecer natural. Nada debe parecer imposible de cambiar”.
(Bertolt Brecht)

6.3.1 Por que a outra história?

Retornando à obra de Francisco Pividal, *Bolívar - pensamento precursor do antiimperialismo*, diz o autor sobre a História da *Nossa América*:

A **História da América Latina e do Caribe** se tornou, por obra e graça do imperialismo ianque (leia-se desestabilização, pirataria, sabotagens, infiltrações, ameaças etc.) na **anti-história dos Estados Unidos. Somente esta reflexão justifica que se eleve à enésima potência o número de livros assinalados pelo *Handbook of Latin American Studies***. (PIVIDAL, 1983, p. 29, grifos nossos).

Ou seja, Pividal justifica a enormidade de livros versando sobre o período histórico que trata à cerca da independência dos países latino-americano, portanto, a construção mesma do

que seriam futuramente os “Latin American Studies”, não bastassem outros motivos, suficiente seria estar em antípoda ao modelo hegemônico estadunidense de dominação histórica.

Em contraposição e em antagonismo intrínsecos na realidade americana (no continente americano), ocidental (no Ocidente), global (no globo terrestre). Desta feita, a alcunha “Novo Mundo” advinda à época das Grandes Navegações pode se fazer valer de novo e em maior forma: nesta oposição contra-hegemônica.

Um Novo Mundo que faz parte daquele mundo velho, mas representa, ao mesmo tempo, tudo que aquele nunca será, uma contraposição fatal àquele, resistência e possibilidade de derrocada, não por negá-lo completamente, mas por assimilá-lo antropofagicamente – se podemos aqui usar esta metáfora antropológico-poética.

O processo de “assimilação” sempre foi um processo de rebaixamento de outras culturas, “assimiladas”, “aculturadas”, frente a outra(s), pela força, hegemônica. Aqui não deixará de sê-lo, mas num movimento um pouco diverso, também novo, posto que esta força emanará de certa forma em negativo, em contraposição, embora, inelutavelmente, muito mais forte de fato. Esta força representará a transformação que imaginou Bolívar outrora em suas ilações na Itália, prestes a fazer o juramento do Monte Sacro, sobre o salto reservado à América (a Latina), na História da Humanidade, de que o Velho Mundo jamais seria capaz.

Neste embate, a unidade latino-americana é um perigo óbvio ao domínio estadunidense, segundo Pividal, o que atesta com fatos históricos que denotam reiteradas sabotagens às também reiteradas tentativas de integração regional:

Não somente quando do Congresso do Panamá, mas também posteriormente, diante de cada crise oriunda da exploração imperialista norte-americana, os países latino-americanos e do Caribe vêm tentando a unidade, preocupação permanente de Bolívar, Martí e Betances. A cada propósito unitário os Estados Unidos têm exacerbado o fracionamento nacionalista. O imperialismo norte-americano está consciente de que a unidade da América Latina e do Caribe obstrui suas possibilidades hegemônicas no Continente, na mesma medida que a desintegração favorece tais possibilidades. No afã de promover a divisão, nada nem ninguém o detém. Para ele, o crime político, o assassinato em massa, o fascismo, o suborno, a chantagem, a corrupção e a droga são a mesma coisa³. (PIVIDAL, 1983, p. 30, grifos nossos, nota de rodapé nossa)

³ Haja vista os golpes recentíssimos ou militares propriamente ditos (Honduras, Paraguai, Bolívia), ou por usurpadores traidores (Lénin Moreno, sucessor/traidor de Rafael Correa no Equador), ou jurídico-midiático-parlamentares (Argentina, Brasil, Uruguai) articulados todos pelos E.U.A. para derrubada de governos progressistas nacionalistas da chamada onda rosa latino-americana que esboçaram uma tentativa embrionária de união com a formação da CELAC, da UNASUL e fortalecimento da UNASUL e de um Pólo do Sul Global com a negativa à ALCA e a criação dos BRICS; além da constante guerra híbrida e bloqueios à Venezuela e Cuba e dos atentados concretos e ataques mercenários malfadados à Venezuela...e, exatamente agora (outubro de 2022), a invasão militar ao Haiti. [vide, p.e.: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/185-noticias-2016/560459-os>]

E continua Pividal, reforçando o fato de que a história da América Latina foi por força da contingência da história predatória dos EUA em seu caminho, necessária e inelutavelmente tornada em anti-história dos EUA; agora colocando a questão imperialista em termos de luta de classes e exploradores e explorados... o que dá maior noção, dimensionamento e embasamento nos espaços micro e macrogeográficos. Aqui então ele explica o que é a “história” (hegemônica):

A histórica reflete sempre os interesses da classe que está no poder. Os exploradores a desfiguram para submeter os explorados política, econômica e socialmente. A história dos explorados é sempre a anti-história dos exploradores. (PIVIDAL, 1983, p. 30, grifos nossos).

E, assim, encaixa-se a história – ou anti-história, no caso – da América Latina:

A anti-história dos Estados Unidos é a história da “Nossa América”, aquela que os exploradores – vassalos do imperialismo norte-americano – escondem e deformam para escamotear a verdade. É a história que estamos obrigados a esclarecer, interpretar e corrigir. (PIVIDAL, 1983, p. 30-31, grifos nossos).

Para deixar claro que isto não é uma questão de xenofobia, mera afirmação por oposição, “narcisismo das pequenas diferenças”, mas uma questão de importância político-ideológica de transformação universal, de classes, inclusive em seu aspecto de embate entre exploradores *versus* explorados, contraposição, resistência e erosão da “história” hegemônica; completa o autor:

Até o próprio povo dos Estados Unidos tem sido ignorado, mal informado ou desinformado sobre as verdades históricas de seu abominável sistema. Quando as conhecer, lutará contra o sistema como tal, e ao assim fazê-lo lutará pelo socialismo, pelo progresso social e pela paz! (PIVIDAL, 1983, p. 31, grifos nossos).

6.4 BOLÍVAR ENQUANTO PRECURSOR DO ANTIIMPERIALISMO:

Francisco Pividal justifica aqui o título de sua obra (*Bolívar- pensamento precursor do antiimperialismo*) fazendo toda digressão sobre o impacto político, histórico e filosófico da

golpes-do-seculo-xxi-e-os-rumos-da-democracia-na-america-latina;
<https://www.brasilefato.com.br/2021/07/19/evo-morales-a-cia-contatou-a-inteligencia-argentina-para-o-golpe-na-bolivia> ; <https://www.brasilefatopr.com.br/2017/06/05/agente-da-cia-treinado-pelo-fbi-um-raio-x-da-relacao-moro-eua>; <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/os-presentes-da-cia-para-o-brasil> ;
<https://www.redalyc.org/journal/2433/243364810013/html/> - [Acesso em: 15 out. 2022].

figura de Bolívar na Sociologia da América Latina; da sua luta, do seu percurso, da sua marca e seu legado – começando didática e vigorosamente:

Toda transformação política e social implica ir contra a ordem estabelecida. Se a transformação é procurada pela violência é porque um processo revolucionário foi iniciado. Os primeiros a interpretá-lo e executá-lo constituem a vanguarda. Bolívar foi o dirigente dessa vanguarda, ou, o que dá no mesmo, formou a vanguarda da vanguarda do ideal de independência e de integração de toda América espanhola. (PIVIDAL, 1983, p. 31, grifos nossos).

E o autor relata haver centenas de documentos entre a chancelaria de Washington e respectivos representantes de sua diplomacia, documentos estes secretos e confidenciais, mapeando e espionando os passos do Libertador com bastante antipatia, precaução e preocupação. Tanto em Santiago, quanto em Lima, Bogotá ou Quito, por exemplo, eram trocadas estas correspondências e devidamente reportadas à “matriz”.

Abaixo, Francisco Pividal apresenta alguns exemplos do tratamento dispensado a Bolívar encontrado em alguns trechos por si pesquisados:

1. “(...) tratadista teórico de **propósitos** flutuantes e **indigestos** (...)”.
2. “(...) todos esses Estados – Chile e Buenos Aires – se unirão para se opor à influência do DITADOR (...)”.
3. “(...) muitas importantíssimas cartas de Bolívar lançam considerável luz sobre seus intuítos e **serão uma poderosa ajuda para Santander**⁴ (...) **contra os desígnios desleais** do USURPADOR (...)”.
4. “**A esperança** de que os **projetos de Bolívar** estão agora efetivamente **destruídos** é uma das mais **consoladoras** (...)”. (PIVIDAL, 1983, p. 31, grifos nossos, palavras em letras maiúsculas destacadas originalmente pelo autor, nota de rodapé minha).

Complementa, atualizando o debate, Pividal:

Não lhe penduraram o cartaz de “comunista”, porque naquela época não existia tão honrosa qualificação. Também puderam chamá-lo de “delinquente internacional” por haver libertado a Venezuela, Colômbia, Panamá, Equador, Peru e Bolívia. (PIVIDAL, 1983, p. 32, grifos nossos).

6.5 AS DUAS AMÉRICAS E A DESIGUALDADE DE DESENVOLVIMENTOS:

⁴ Lembrando que Santander sim foi usurpador da proposta de integração de Bolívar e da Grã-Colômbia, inclusive suspeito de arquitetar o assassinato do braço direito de El Libertador – o Mariscal de Ayacucho António José de Sucre – e da tentativa malograda de assassinato do próprio Simón (obrigando-o a passar uma noite escondido em um gélido riacho, episódio que preservou sua vida do assassinato imediato, mas ajudou a prejudicar sua saúde e, acredita-se, concorreu para sua morte prematura). Percebe-se as conexões de Santander também com os vizinhos do Norte (e, com isso, o lado destes), neste excerto.

Segundo Francisco Pividal, é a partir do início do século XIX que se delimitam bem as duas Américas.

Os Estados Unidos vão passando do colonialismo à etapa pré-monopolista. Pondo em ação a “filosofia do espólio” chegaram até o oceano Pacífico. A distribuição de terra foi feita pela barbárie, o saque e o crime. O México pode explicá-lo bem. **Ao terminar a Guerra de Secessão conseguem a hegemonia de sua comunidade e imediatamente iniciam uma política de conquistas, com pretensões sobre toda a América Central, o Caribe, Colômbia, Venezuela e até o Canadá.** São países capazes de historiar com singular objetividade centenas de episódios a respeito. Muitos deles não puderam ainda escapar dessa rapacidade secular. (PIVIDAL, 1983, p. 32, grifos nossos).

Por sua vez,

Durante esse mesmo período, em “Nossa América” continua vigente o colonialismo. As oligarquias crioulas e as burguesias, mais ou menos desenvolvidas, acabam traíndo os interesses nacionais e paralisando as possibilidades de desenvolvimento econômico independente, em defesa da classe que representam.

As grandes unidades nacionais que poderiam haver-se forjado desaparecem dilaceradas pelos figurões de plantão. (PIVIDAL, 1983, p. 32, grifos nossos).

Assim o autor traça estes primórdios que conforme afirma configuram em antípodas dialeticamente em imanência as “duas Américas”; desenvolve sua linha argumentativa dizendo sobre as diversas políticas exteriores adotadas entre estas, por conseguinte: **“A política exterior dos Estados Unidos serviu e continua servindo aos interesses expansionistas da classe economicamente dominante, na posse do poder político nesse país”** (PIVIDAL, 1983, p. 32, grifos nossos).

Enquanto que:

A política exterior das repúblicas latino-americanas e do Caribe consiste em reafirmar a precária independência política de quase todas elas e lutar pelo desenvolvimento econômico independente – a segunda independência – a fim de consolidar a liberdade como expressão concreta e específica de seus respectivos povos. (PIVIDAL, 1983, p. 32, grifos nossos).

De modo que, **Quanto mais se garante este propósito nos povos latino-americanos e do Caribe, mais estes se afastam do objetivo da política exterior dos Estados Unidos.** (PIVIDAL, 1983, p. 32, grifos nossos).

Ou seja, inelutavelmente, atavicamente: **“São duas políticas que se excluem: a dos princípios, defendida por Bolívar, Martí e Betances, e a da ‘ausência de princípios’, justamente aquela que decorre dos métodos empregados pelo governo dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe”** (PIVIDAL, 1983, p. 32, grifos nossos).

Nesta oposição, coloca Pividal, “**a falta de unidade** continua sendo o **sinal negativo da ‘Nossa América’**” (PIVIDAL, 1983, p. 33, grifos nossos).

Portanto, a balcanização não deixa de ser um projeto pró imperialismo estadunidense.

E, uma vez mais, ressalta a luta de Bolívar no sentido contrário, pela unidade:

Pertence a Simón Bolívar a glória de haver sido um lutador consequente contra essa falta de unidade e a glória de haver conduzido essa luta até sua concretização no Congresso Anfictiônico do Panamá, onde as tendências expansionistas e hegemônicas dos Estados Unidos haveriam de encontrar sua contrapartida no ideal bolivariano. (PIVIDAL, 1983, p. 33, grifos nossos).

E coroa a importância secular da figura de Bolívar com a constatação e a inclusão neste seletto panteão: “Pouquíssimos na história da humanidade têm sido dirigentes da ação, no lugar da ação e à frente da ação. Bolívar foi um deles!” (PIVIDAL, 1983, p. 33). Assim, como sempre, Bolívar está na vanguarda latino-americana, é precursor e alma deste movimento.

6.6 BOLÍVAR EM RELAÇÃO AO SURGIMENTO DA LATINO-AMERICANIDADE:

Francisco Pividal retoma a consideração de José Martí sobre a índia cooptada por Hernán Cortéz, Malinche, quando da conquista espanhola; e sobre o fruto desta união... para circunscrever o nascimento da latino-americanidade – e o contexto de confronto radical que desde então daí irrompe, apesar do símbolo de sincretismo, o símbolo da segregação e da diferença também análogas:

Quando Martí afirma: “**O primeiro crioulo que nasceu do espanhol, o filho de Malinche, foi um rebelde**”, não aponta só a origem que haveria de caracterizar o espírito combativo do futuro homem americano, como também assinalava o nascimento da primeira diferença política entre uns e outros: ou se era espanhol ou se era crioulo. Como estes, os explorados, eram diferentes, os exploradores, surgiu entre ambos uma contradição: a rebeldia foi o símbolo; a emancipação, o mais vivo anseio; e a união a mais premente necessidade tática dos primeiros. (PIVIDAL, 1983, p. 34, grifos nossos).

Esta contradição amalgama a relação entre herança e descontinuidade que irá moldar a emergência do Homem latino-americano, que, simbolicamente – como ressalta Martí e transcreve Pividal –, demarca a união entre Hernán Cortés e Malinche... e sua prole... então latino-americana:

Com Martín Cortés, filho de Marina ou Malinche – a índia mexicana que foi intérprete, conselheira e amante de **Hernán Cortés** – **começa simbolicamente a corrente dos explorados; com seu pai, a dos exploradores**. Deste modo, **nasce um**

sentido de diferenciação com os conquistadores e, paralelamente, um sentimento de solidariedade entre os conquistados. (PIVIDAL, 1983, p. 34, grifos nossos).

Nesta relação curiosa onde o filho também é pai e simboliza o nascimento da diferença e da oposição, mas, enquanto filho, como continuidade, herança... neste sincretismo dual, mas inelutável horizonte de devir, do novo homem, do latino-americano, fruto de contradição e em contradição desde então.

Por este motivo que Pividal parte da relação primeva, socialmente constitutiva ELES E NÓS: **“Garcilaso de la Vega, o Inca (1539-1616), se referia aos “cholos, crioulos e mestiços do Peru”, como seus irmãos. Com isso os diferenciava dos que não o eram, os espanhóis”** (PIVIDAL, 1983, p. 34, grifos nossos).

Refere-se também a outro episódio em que isto evolui, complexifica-se e se delinea marcadamente; trata-se do caso quando Carlos III, rei espanhol, em 1767, expulsa a Companhia de Jesus da América Espanhola:

Trezentos e vinte e sete deles fizeram residência na Itália. A maioria eram sábios de vastíssima cultura. Forçados a viver na Itália, **sentiram a nostalgia de onde haviam nascido.** Logo **se espalhou o descontentamento** e, através de vívidos escritos, arremeteram contra o rei que os havia desarraigado do solo natal. (PIVIDAL, 1983, p. 34-35, grifos nossos).

Neste sentido, cita a proeminência dos escritos do peruano Juan Pablo de Viscardo y Guzmán:

Em 1801 dá à publicidade um memorial de agravos intitulado *Carta aos espanhóis americanos*. É um **relato dos atropelos e da exploração que a metrópole levava a cabo na Hispanoamérica. Considera aos índios como compatriotas dos espanhóis americanos.** Quem sabe seja esta ideia o **primeiro esboço da consciência política: os espanhóis americanos!** (PIVIDAL, 1983, p. 35, grifos nossos, itálico do autor).

E transcreve um excerto lapidar de dito escrito:

O descobrimento de uma parte tão grande da terra – escrevia Viscardo y Guzmán –, **é e será sempre, para o gênero humano, o acontecimento mais memorável de seus anais. Mas para nós que somos seus habitantes, e para nossos descendentes, é um objeto de maior importância. O novo mundo é nossa pátria, sua história é a nossa, e nela é que devemos examinar nossa situação presente,** para determinarmos, por ela, a **tomar partido necessário à conservação de nossos direitos próprios e de nossos sucessores.** (VISCARDO Y GUZMÁN, 1801 apud PIVIDAL, 1983, p. 35, grifos nossos, itálico do autor).

Com isso, coloca Pividal e acrescenta de Guzmán:

O “novo mundo” é “nossa pátria”, e o “velho”, não. Surge assim, uma primeira diferença, ainda de caráter continental, porém diferencia ao fim. “O governo – continuava Viscardo y Guzmán – obriga a comprar o que necessitamos aos preços mais altos, e a vender nossas produções aos preços mais baixos”. (PIVIDAL, 1983, p. 35, grifos nossos)

E traça o paralelo e o contínuo, desde então, que ainda incide sobre Nossa América:

Esta afirmação mantém ainda completa vigência. As relações comerciais entre a metrópole de então (Espanha) e suas colônias (Hispano-América) são da mesma natureza que as mantidas hoje pelo imperialismo norte-americano com alguns países de “Nossa América”: suas atuais neocolônias. (PIVIDAL, 1983, p. 35, grifos nossos)

Bem como sobre a super-exploração e dilapidação das riquezas naturais, acrescenta de Viscardo y Guzmán: “Que maravilha é esta, se **com tanto ouro e prata**, com os quais **quase saciamos o universo**, possuamos apenas o suficiente para cobrir nossa nudez?” (VISCARDO Y GUZMÁN, 1801 apud PIVIDAL, 1983, p. 36, grifos nossos).

Ao final Francisco Pividal (1983) ressalta o vaticínio apresentado por Pablo Viscardo y Guzmán para o futuro de Nossa América, de novo retomando o único, singular, que se pode esperar da América Latina para o porvir do mundo e da humanidade: “(...) **a América reunirá as extremidades da terra, e seus habitantes serão unidos pelo interesse comum de uma só Grande Família de Irmãos**”. (VISCARDO Y GUZMÁN, 1801 apud PIVIDAL, 1983, p. 36, grifos nosso).

Depois Pividal destaca a figura de Francisco de Miranda: “o **primeiro crioulo de projeção universal** e também o primeiro a compreender **a independência e a unidade hispano-americanas como ações paralelas e associadas**.” (PIVIDAL, 1983, p. 36, grifos nossos, itálico do autor).

Segundo Pividal:

Miranda, que se vangloriava de proclamar: ‘**Eu me consagrei ao serviço da liberdade muito antes que a França houvesse pensado em se ocupar dela**’. Preparou para Alexander Hamilton (1784), colaborador de Washington, um projeto sobre “a **Independência e Liberdade de todo o continente hispano-americano** (...)” (MIRANDA, 1929 apud PIVIDAL, 1983, p. 36, grifos nossos).

Após sua participação na independência estadunidense, Miranda vai à Inglaterra e de lá “(...) começa um périplo por numerosos países da Europa.” (PIVIDAL, 1983, p. 36):

Em toda parte reis, príncipes, imperadores e czarinas lhe esbanjam atenções especiais. Seu retorno a Londres é envolto em auréola de admiração e respeito. Ministros da Coroa, generais, almirantes, lordes e bispos se interessam por conhecê-lo e por lhe franquear as portas da amizade. (PIVIDAL, 1983, p. 36).

Todo este preâmbulo para denotar a importância de Miranda, mas também os interesses europeus que são despertados para independência latino-americana por privilégios comerciais que o capitalismo mercantil colonial concedia exclusivamente às metrópoles – criando um balcão de negociações em troca de virtual ajuda financeira e militar, mas também de uma nova posição de submissão, sempre negociações assimétricas e negativas, apesar dos interesses, não se desejava entrar em conflito com nações iguais para apoiar as “de segunda classe”:

O influente **político britânico**, mr. William Pitt, o “jovem” – deputado e várias vezes **ministro do Tesouro** – o recebe em três ocasiões.

Na primeira (1790), Miranda expõe seu pensamento constitucional ao apresentar um plano que reuniria os povos da América espanhola em uma confederação governada por um sistema político e administrativo de caráter inglês. Os funcionários – caciques, questores, vereadores, censores etc. – teriam nomes indígenas e romanos.

O que se poderia oferecer à Coroa inglesa na suposição de ela consentir na ajuda solicitada por Miranda para instaurar seu “incanato”? Para uma nação de economia marítimo-mercantil, a resposta era óbvia: **vantagens de comércio livre e o generoso oferecimento de um mercado ainda por explorar.**

Na segunda (1798), Miranda tentou fazer com que três personagens que visitam sua casa sejam investidos como “**deputados de vilas e províncias da América Meridional**”. São eles: o cubano de duvidosa identidade Pedro José Caro; o peruano José del Pozo y Sucre; e Manuel de José Salas, cuja nacionalidade se ignora. Tais deputados **ofereciam a Miranda, em nome da América espanhola, o direito de negociar com a Inglaterra e os Estados Unidos a aquisição dos meios necessários para obter a independência da Hispano-América.** (PIDIVAL, 1983, p. 36-37).

Tudo isso denota que a independência formal jurídico-política demanda, para além da ideologia e o *zeitgeist* – ou, melhor, processo bem inserido na ideologia da época, já que é completamente adequado que os interesses econômicos falem mais alto ao espírito vigente –, envolve, cruamente, interesses monetários de oligopólios inscritos em novas “metrópoles”, embora não formais, quase que de fato... o surgimento do capitalismo imperialista... e neocolonial... e continua Pividal, nesta caracterização:

A 22 de dezembro de 1792, foi redigida a “Ata de Paris”, nela se estabelece entregar à Inglaterra “a quantia de 30 milhões de libras esterlinas” pelas despesas em que incorra para levar a cabo o propósito de independência. **Além disso**, “Assinar-se-ia com a Inglaterra um **tratado de comércio**, concebido em **termos mais vantajosos para a nação britânica**, mas *descartando*, entretanto, *toda idéia de monopólio*”.

Desde então, já se autorizava aos ingleses a **passagem ou navegação pelo istmo do Panamá ou através do lago da Nicarágua.**

Aos Estados Unidos, que também se associavam a este empreendimento, se ofereciam **as mesmas facilidades dadas à Inglaterra e também a cessão “das duas Flóridas, da Luisiana e de todo Mississipi”, permitindo-lhes, inclusive, apropriarem-se das Antilhas com a exceção de Cuba**, à qual Miranda considerava indispensável como chave da defesa marítima de sua Hispano-américa.

A Acta de Paris, firmada por aqueles jesuítas expulsos e crioulos desterrados, não convenceu tampouco a Mr. William Pitt, Inglaterra queria a independência da

Hispano-américa, porém só em função de seus interesses marítimos mercantis. (PIVIDAL, 2021, p. 20-21, tradução livre, grifos nossos).

Frente à essa inação e refutação de apoio concreto britânico, Miranda passa a fomentar o pensamento independentista entre a comunidade internacional latino-americana, buscando adeptos, organizando, conscientizando e expandindo o movimento nascente nesta comunidade:

O ano de 1798 serve à Miranda para incrementar o número de partidários da revolução. Fundam-se em Londres as primeiras “juntas secretas”. São sociedades conspirativas com finalidade independentistas. Representam uma concentração de esforços e agrupam em seu seio a latino-americanos de diversas origens, inclusive brasileiros. Ao princípio se chamou “Grande Reunião Americana”. Ao multiplicar-se esta, cada sociedade toma o nome simbólico de “Lautaro”. Surgem assim, as primeiras ideias de unidade latino-americana com propósitos independentistas. Nesse mesmo ano falece, encurralado nas névoas de Londres, seu grande amigo o ex-jesuíta Viscardo y Guzmán, cuja obra *Carta aos espanhóis-americanos* deverá contribuir para despertar a consciência dos colonizados e a desenvolver a dialética revolucionária dos conspiradores. (PIVIDAL, 2021, p. 20-21, tradução livre, grifos nossos).

Ao longo da evolução deste percurso, há um momento de inflexão no desenvolvimento dos acontecimentos, ainda há o interesse de natureza predatória como mobilizador do apoio britânico, *via de regra*, mas a conjuntura permite que a inércia se quebre e a possibilidade de ação se torne palpável, não tão relutante... e já melhor dissimulada ideologicamente, desnecessitando a exposição crua e flagrante da cobiça usurária:

Na terceira ocasião (1804), Miranda insiste de novo ante o fleumático e escorregadio Mr. Pitt. Desta vez a situação política da Europa tem se modificado a favor de seus planos: o poder napoleônico se estende até os mares mais distantes; a necessidade de fortalecer o domínio oceânico é uma exigência unânime de políticos e comerciantes ingleses; a França se prepara para se apoderar do Brasil e na Europa aspira por se apossar de Portugal para seu salto atlântico; Espanha, por fim, é uma monarquia doente e agonizante sem capacidade para o impedir. Se, apesar destes fatores propícios, a Inglaterra segue tardando em sua ajuda à causa da independência hispano-americana, não deve esperar a retenção de tão promissores mercados. (PIVIDAL, 2021, p. 20-21, tradução livre, grifos nossos).

Conforme coloca Pividal, Miranda se apercebe da mudança do panorama, a ameaça francesa e a oportunidade com a debilidade espanhola fazem sua posição de pleito mais confortável, com muito maior poder de barganha; assim relata:

Nesta oportunidade, suas abordagens não vêm escoradas com exigências financeiras como as anteriores, mas sim por pretensões a um apoio político. Volta a mencionar os Estados Unidos como possível associado à empresa expedicionária, porém deixa claro que: “... nem por um momento consentiria eu que uma força estrangeira exercitasse nenhuma autoridade nem tomasse o tom

de conquistador no país, e que sob o estandarte americano somente serviria eu, ou convidaria a meus compatriotas a se reunirem” (PIVIDAL, 2021, p. 21-22, tradução livre, grifos nossos)

Miranda quer instalar uma única pátria de grande dimensão, pré-tecendo teórica e utopicamente sua configuração, conforme menciona Pividal:

Quando Miranda assenta, teoricamente, as bases institucionais de seu **vasto estado continental** (Incanato), **revive os títulos e dignidades dos impérios indígenas e fala de sua Colombeia (Colômbia)**, aonde se tornariam abolidos os tributos e os encargos pessoais, seria **proclamada a liberdade de consciência e a liberdade de comércio** e onde o Executivo constaria de **dois Incas; um deles residiria na capital e o outro percorreria constantemente o dilatado império**. (PIVIDAL, 2021, p. 22, tradução livre, grifos nossos).

O que é interessante para nós absorvermos desta utopia de Francisco de Miranda é sua insistência pela unidade territorial e social do novo país, a ideia que então seria a da *Pátria Grande*, ulteriormente, já em seu imaginário e de seus congregados, conjuntamente à independência.

Outro detalhe que vale ressaltar é a tentativa em se resgatar e sincretizar institucionalmente e culturalmente configurações e denominações pré-colombinas, uma forma de fazer jus ao legado e ao valor das sociedades anteriores, bem como reconhecer e abraçar a mestiçagem e pluralidade constitutivas do povo da nova nação, suas raízes e sua legitimidade ímpares, novas.

Retornando à narrativa de Francisco Pividal, apesar dos auspícios favoráveis, o apoio que Miranda esperava malogra terrivelmente:

O ano de 1804 parece promissor a Miranda. Sara Andrew, jovem judia escocesa que começou sendo sua governanta, acaba de lhe dar Leandro, seu primeiro filho, um ano depois lhe dará Francisco, o último de seus descendentes, também espera resposta favorável do almirantado inglês, a respeito de seu projeto de expedição à terra firme (Venezuela), e dá por certa a participação associada dos Estados Unidos: “Por acaso não fui eu um alto oficial que lutou pela independência das Treze Colônias?”. Tão caras ilusões começam bem logo a se desvanecer como bolhas de sabão: o governo inglês esquiva-se, diplomaticamente, da solicitação mirandina, e dos Estados Unidos só lhe chega um obituário, anunciando-lhe o falecimento de Alexander Hamilton, seu amigo e protetor. (PIVIDAL, 2021, p. 22, tradução livre, grifos nossos).

6.7 OS PRIMEIROS PASSOS PARA SE TECER A IDEIA DE UMA NAÇÃO LATINO-AMERICANA ATRELADA À DE INDEPENDÊNCIA

Francisco Pividal (2021) descreve e analisa como através da *práxis* insurrecional na América Latina estes movimentos sucessivos vão, ao longo do tempo, implicar na tomada de consciência à cerca da importância em se buscar uma liberdade e uma independência macro-social e macro-regional – para todos (plural) e uma pátria (singular) -, só assim granjeando independência e liberdade com certo grau de realidade factual ou possibilidade de defesa concreta frente ao “outro” que já enunciara Martí como antagonista já desde a concepção de Malinche.

Neste sentido, assim começa Pividal:

Desde os tempos da conquista, existiram em quase todas colônias hispano-americanas condições objetivas para os **estalidos revolucionários**. **Os explorados jamais deixaram de expressar seus anseios de justiça econômica e social**. **A princípio, enfrentaram aos conquistadores, e mais tarde, à opressão do regime colonial**.

As sublevações antiescravistas e as primeiras agitações revolucionárias dos séculos XVII e XVIII não perseguiram a liberdade para todos, mas sim transformações sociais cujos benefícios se limitavam, geralmente, ao grupo insurrecto. Tais estalidos careciam de fundamentos teóricos, porém estavam cheios de propósitos reivindicativos. De toda forma **cumpriram sua função histórica, porque denunciaram primeiro e combateram depois um sistema de exploração que repudiavam plenamente**. (PIVIDAL, 2021, p. 23, tradução livre, grifos nossos).

E eis aqui a síntese mencionada, conclusão lapidar, a própria luta levou à consciência de classes, é a famosa teoria da práxis: **“O desenvolvimento da própria luta em si facilitou-lhes a tomada de uma consciência de classe**. A tática a seguir viria determinada pelas imposições do acontecer histórico” (PIVIDAL, 2021, p. 23, tradução livre, grifos nossos).

Neste momento, Pividal parte por traçar um percurso historiográfico das **“Tentativas revolucionárias”**, inicia por uma que tem por objetivo a unidade americana (PIVIDAL, 2021, p. 23):

A **unidade hispano-americana e o objetivo de concretizá-la** são as ideias fundamentais que **inspiram** toda a atividade rebelde dos **venezuelanos José María España e Manuel Gual, e do mallorquino Juan Bautista Picornell**. O projeto insurrecional em que estão empenhados **tem como objetivo inicial a independência da Venezuela, atingida esta, fazê-la extensiva até propiciar uma reivindicação continental**.

O programa dos revolucionários caiu em poder das autoridades espanholas. Recebia o nome de *Ordenanzas* e havia sido escrito por Picornell. Uma das *Ordenanzas* apresentava como objetivo: **“restituir ao povo americano sua liberdade”**. Outra explicava como dar início ao ato insurrecional: “Os vizinhos serão armados de qualquer forma possível e divididos em vários grupos, mandados

cada um **por todas suas ruas e praças à voz de: ‘Viva o povo americano!’**”.
(PIVIDAL, 2021, p. 23, tradução livre, grifos nossos).

Malogra essa insurreição contra o opressor, comum característica em Nuestra América, surge a frase original: “Em 13 de julho de 1797, os rebeldes foram descobertos e levados à cadeia seus mais conhecidos dirigentes. **Picornell aproveita sua estadia na prisão para propagar entre seus companheiros de encarceramento que: ‘A América devia ser para e pelos americanos’**”.
(PIVIDAL, 2021, p. 24, tradução livre, grifos nossos).

Não bastasse subtraírem o que subtraem de material, até mesmo essa frase foi vilipendiada pelo imperialismo, assim como querem fazer com os termos *América* ou *americano*, isso serve como metonímia, exemplo, para ilustrar o grau de opressão a que se é submetido em Nuestra América; diz exatamente sobre este caso, esta frase de Picornell, então Pividal:

Expressão esta que, totalmente distorcida, haveria de repetir como sua o presidente dos Estados Unidos, James Monroe, quando – em 2 de dezembro de 1823 – deu a conhecer sua **doutrina de rapinagem**, assentada toda ela em uma **declaração unilateral que permitia ao governo norte-americano, sem consulta alguma, determinar quando e como podia levar a cabo sua intervenção** ante as pretensões de potências europeias que aspiraram a se estabelecer na Hispano-américa.
(PIVIDAL, 2021, p. 24, tradução livre, grifos nossos).

Aqui já percebemos, como supracitado, a tentativa de expropriar o termo *americano* como significado de estadunidense; se América (nesta hora, da intervenção e da rapina, a América é a América, não só os EUA) é apenas para os “americanos” (estadunidenses), sendo “americanos” os oriundos apenas dos EUA... nós, seríamos o que? Não americanos? Como, se somos da América? Inumanos, talvez? Nada? Ou bichos de estimação de estadunidenses/ “americanos” (neste sentido absurdo, ressalve-se), propriedade deles também?

Monroe – por contiguidade, os EUA - quis se apossar da frase e da América propriamente dita, toda, da americanidade, ao distorcer seu significado; posa para a história *mainframe* como o “autor”. Já o destino de Picornell, relata Francisco Pividal:

Posto em liberdade, Picornell “... **morreu na pobreza**, trabalhando nas ações filantrópicas de professor, parteiro e boticário, **no insignificante e arruinado San Fernando de Nuevitas, em Cuba**, em setembro de 1825. Aparentemente **sua ilusão posterior foi revolucionar Havana...**” (PIVIDAL, 2021, p. 24, tradução livre, grifos nossos [a citação sobre o destino de Picornell não foi referenciada pelo autor]).

Sobre as **Expedições** empreitadas para libertar a América, coloca Pividal:

Apesar de sua impossibilidade para obter em 1804 o apoio britânico. **Miranda não se desanima e durante os oito primeiros meses de 1805 não se cansa de insistir ante os ministros da Coroa**, quando deve partir e onde deverá receber os prometidos auxílios militares.

As respostas são dilatórias e decepcionantes: existem dificuldades com a Irlanda! A guerra contra Napoleão parece iminente! Carlos IV, rei da Espanha, inclina-se a favor dos franceses! O comprometimento com a expedição requer um estudo profundo e minucioso! Só **Mr. William Pitt**, adversário implacável da Revolução francesa, da qual Miranda chegou a ser Marechal de Campo, **estava escamoteando a política a seguir: desembaraçar-se da aventura “mirandina” e desviar o projeto expedicionário em direção aos Estados Unidos, a fim de que seja esta nação a patrocinadora do Incanato.** Desta maneira, a Espanha compreenderia que a Inglaterra não tem intenções de alterar a situação colonial hispânica. A “pérfida Albion” sempre preferiu conciliar a combater. (PIVIDAL, 2021, p. 24-25, tradução livre, grifos nossos).

Assim sendo, prossegue Francisco Pividal:

Quando **Miranda chega ao porto de Nova Iorque (12 de novembro de 1805), Thomas Jefferson é o presidente dos Estados Unidos; James Madison, seu Secretário de Estado, e ele, um brilhante oficial que participou na guerra de Independência a favor das Treze Colônias. Tudo deveria se resolver entre velhos amigos e camaradas de armas!** (PIVIDAL, 2021, p. 25, tradução livre, grifos nossos).

Auxílio imperialista? Mais evasivas, os imperialistas competem entre si, mas não se atacam para defender as suas presas, preferem negociar o butim entre si, nestes casos:

Em **13 de dezembro, o Presidente o convida a uma refeição familiar.** Socialmente a janta foi encantadora. **Politicamente a sobremesa discorreu entre os eufóricos projetos de Miranda e as frequentes reservas de Jefferson.** As anotações de Miranda sobre o que foi tratado com Jefferson aparecem compiladas, quase estenograficamente, em sua abundante documentação.

Se o venezuelano se interessa pela revolução hispano-americana, o Presidente se lamenta de ter nascido cedo demais para sentir a glória e esplendor da América que avança em direção à independência universal. Tal comentário não é mais que uma insinuação ao prematuro da empresa e, conseqüentemente, ao ideal de liberação que Miranda procura. (PIVIDAL, 2021, p. 25, tradução livre, grifos nossos).

E Pividal relata o verdadeiro intuito de Jefferson com seu proselitismo vazio e descomprometimento prático com a expedição: **“Jefferson não foi sincero, porque desde 1787 havia sido admitida a inviabilidade da revolução hispano-americana, porém: ‘era necessário postergá-la até que os Estados Unidos possam beneficiar-se com ela, e não a Inglaterra”**”. (PIVIDAL, 2021, p. 25, tradução livre, grifos nossos).

E expõe ainda mais a inocência de Miranda frente aos objetivos pouco alvissareiros do Hegemon a se criar perante a América Latina:

Ao justificar Miranda as razões para incluir Cuba no projeto de sua *Colombeia*, Jefferson tampouco é sincero, porque silencia sobre o conteúdo de sua advertência (novembro de 1805) ao ministro britânico em Whashington: “Em evento de hostilidades; ele [Jefferson] considerava que as Flóridas Ocidental e Oriental e sucessivamente a ilha de Cuba, cuja posse era necessária para a defesa da Luisiana e da Flórida... seriam uma fácil conquista.

Com semelhantes **intenções, abertamente opostas às de seu “convidado”,** como se pôde assegurar que **Jefferson, o primeiro anexionista,** prestou apoio a Miranda, quando **os êxitos dos ideais deste contradizia os critérios expansionistas daquele a respeito de Cuba?** Somente se se atribuíssem a Miranda os mesmos propósitos de Jefferson poderiam se justificar os historiadores que defendem tais critérios. (PIVIDAL, 2021, p. 26, tradução livre, grifos nossos).

Miranda conversa com Madison também, segundo o relato de Pividal, assim se dá o ocorrido:

Suas duas entrevistas com Madison resultam desafortunadas. O Secretário de Estado faz discurso acerca do direito à independência dos países hispano-americanos, porém, o governo da União não encontra forma de apoiá-lo sem agravar a boa fé e amizade com a Espanha. A fim de não alterar estas relações, elabora-se um decreto – afirma Madison – que proíba aos particulares a exportação de armas a nações que estejam em paz com os Estados Unidos.

Definitivamente, sem existência de tal decreto – continua o Secretário de Estado – assim vem atuando os Estados Unidos, por respeito à neutralidade. **Miranda compreende muito bem à medida que escuta: não falta ao governo a intenção de continuar essa mesma política, mas sim a formulação legal de sua ratificação!** Quando finalizam todas as entrevistas e reuniões, **não resta a Miranda outra alternativa a não ser agir por conta própria,** correr os riscos necessários e cumprir com seu dever revolucionário. (PIVIDAL, 2021, p. 26, tradução livre, grifos nossos).

Após evasivas dos peixes grandes, Miranda fica à mercê dos tubarões menores, todos querendo predar, claro, os primeiros se privando em função de refeições maiores, mas os segundos aproveitam a oportunidade:

Tamanha determinação o leva a cair em mãos de “personalidades” pouco escrupulosas (a máfia, diríamos hoje), como Aaron Burr, vice-presidente dos Estados Unidos e duelista contumaz (assassinou a Hamilton); Jonathan Dayton, ex-senador por Nova Iorque; Samuel G. Odgen, comerciante implacável; John Fink, açougueiro de profissão; Peter Rose, fazendeiro, nunca havia visto o mar (!); John Edsall, convertido em poeta; J. Biggs, mais tarde historiador da expedição; e Moisés Smith, empregado.

Uns, vendem-lhe armas; outros arregimentam tripulantes; aquele, facilita-lhe a embarcação; estes, os víveres; não faltam os “influentes”, nem tampouco os ladrões. **Todos aspiram a se enriquecerem! O custo da expedição é de 72.473,89 dólares. Contudo, o juro usurário o eleva a 217.041 dólares.** (PIVIDAL, 2021, p. 26-27, tradução livre, grifos nossos).

Continua Pividal a descrever relatar como toma forma de maneira brancaleônica a aventura mirandina:

Um **velho barco** é rebatizado com o **nome de *Leandro***, em homenagem ao primeiro filho de Miranda. Seu capitão James Lewis e o coronel William Armstrong porão em palco as mais escandalosas situações disciplinares.

Os expedicionários são heterogêneos em tudo: interesses, ideais, nacionalidades. Há irlandeses, norte-americanos, portugueses, polacos, franceses, austríacos, etc. Apesar desta policromia humana, Miranda prepara sua fórmula idealista e obriga a repeti-la a toda tripulação:

Juro ser fiel ao povo da América do Sul, independente da Espanha, e lhe servir honesta e lealmente contra seus inimigos e opositores e observar e obedecer às ordens do supremo governo deste país legalmente constituído e às ordens do general e oficiais superiores a mim. (PIVIDAL, 2021, p. 27, tradução livre, grifos nossos).

Confecciona-se a bandeira, o ideal de uma só América é reafirmado:

Miranda não esquece sua concepção de uma Hispano-américa, constituída como “uma só família de irmãos”.

A **primeira bandeira** que se arvora no *Leandro* é a que aparece desenhada no tomo I do *Catálogo de documentos*, conservado no Arquivo das Índias por Dom Pedro Torres Lanza. **Bandeira totalmente azul com uma lua cheia no extremo oposto ao mastro – o poder da Espanha que declina – e um sol escarlate que emerge das ondas, na parte imediata ao mastro – liberdade da América que se levanta no horizonte.** (PIVIDAL, 2021, p. 27, tradução livre, grifos nossos).

A jornada chega à Venezuela:

Ao chegar Miranda à costa venezuelana de Ocumare (27 de abril de 1806), já a marinha de guerra espanhola o esperava. A expedição havia sido delatada às autoridades reais por espíões e aventureiros de aluguel. (PIVIDAL, 2021, p. 27-28, tradução livre, grifos nossos).

Consequências da malfadada empresa de 27 de abril de 1806:

O descabro expedicionário foi aproveitado pela oposição política para ganhar favores eleitorais, censurando Jefferson de uma participação que ele não teve. A imprensa envolveu a Inglaterra, a fim de aumentar as proporções da acusação com alguma porção verdade: “A nação britânica [publicou em seu editorial um jornal da Filadélfia] desde que existe jamais libertou nenhum povo. Pode-se crer que eles liberarão ao povo de Caracas? O que pretendem os ingleses é estabelecer um monopólio comercial”. (PIVIDAL, 2021, p. 28, tradução livre, grifos nossos).

Lorde Cochrane, importante personagem na História Latino-americana – inclusive Brasil – respalda Francisco de Miranda para sua segunda expedição, quando este se refugia em Barbados e, apoiado por Lorde Cochrane, tenta nova expedição à Venezuela:

Miranda se retira às Antilhas Inglesas com o objetivo de preparar uma segunda expedição. Já em Barbados, obtém o apoio de Lorde Cochrane, chefe da armada inglesa. Em 3 de agosto desse mesmo ano desembarca em La Vela de Coro (Venezuela) à frente de 400 homens. Ali, nesse momento, iça pela primeira vez o glorioso pavilhão da pátria venezuelana. Pouco depois dá a conhecer o memorial

de violações [agravios] **escrito por Viscardo y Guzmán** em sua *Carta aos espanhóis americanos*. (PIVIDAL, 2021, p. 27-28, tradução livre, grifos nossos).

Sobre a baixa adesão popular, a batida em retirada e o retorno a Londres, mais tentativas frustradas e o refúgio ao papel jornalístico de agitador da causa americana:

Apenas uma negra e dois escravos fugitivos se unem aos expedicionários. Em 13 de agosto resolve reembarcar à tripulação e se retira à ilha de Aruba. Depois de inumeráveis dificuldades nas Antilhas, regressa a Londres. A princípios de 1808 o encontramos insistindo de novo em Grafton Street. Até 1810, desenvolve uma atividade fundamentalmente propagandística. O jornalismo parece ser nesses tempos sua arma mais temível. (PIVIDAL, 2021, p. 28, tradução livre, grifos nossos).

O papel histórico fundamental de Francisco de Miranda:

Ainda que Miranda fracasse em seus dois intentos expedicionários, triunfa para a posteridade por ter sido o primeiro crioulo que representou cabalmente a toda Nuestra América. Não pôde desencadear o processo revolucionário, porque sua execução esteve a cabo de outros homens, porém seu papel foi cumprido: **foi o precursor da integração e independência hispano-americanas. Os mantuanos de Caracas não poderão prescindir dele** para o estalido separatista de 1810. (PIVIDAL, 2021, p. 28, tradução livre, grifos nossos).

O papel das invasões napoleônicas à Espanha e a organização **das Juntas** (PIVIDAL, 2021, p. 29) para incitação revolucionária nas colônias:

O advento das Juntas e a crise do domínio espanhol nas colônias:

A abdicação de Carlos IV, a proclamação de Fernando VII, a prisão de ambos na França, a sublevação do povo espanhol em maio de 1808 - episódio conhecido como guerra de Independência -, a organização da Junta Central e das provinciais foram notícias que chegaram às capitais da América espanhola em datas e sob circunstâncias diferentes.

Ao cair em crise o poder metropolitano (Espanha), caem também em crise sua prolongação política e geográfica: as colônias da América. (PIVIDAL, 2021, p. 29, tradução livre, grifos nossos).

O início subserviente da formação das juntas provisionais na América:

As juntas provisionais (até que Fernando VII recupere o trono da Espanha) tornam-se processos preparadores do caminho para a independência. Inicialmente representam uma política débil e assustadiça: o autonomismo. Tratam de reproduzir juridicamente, às constituídas na península, para evitar na Hispano-américa os riscos capazes de subverter a ordem das classes e castas. (PIVIDAL, 2021, p. 29, tradução livre, grifos nossos).

Interesses díspares chocam crioulos e peninsulares:

Na Venezuela toma o nome de “Junta Suprema”. Mais tarde lhe será adicionado: “Defensora dos Direitos de Fernando VII”. **Os mantuanos foram partidários de que tal junta se convertesse em permanente. Os espanhóis se opunham a essa pretensão, porque ela significava dividir o poder com os crioulos. O interesse dos primeiros ante a resistência dos segundos degenerou em um movimento autonomista de caráter conspirativo**, conhecido pelo nome de Casa da Misericórdia. O mantuanismo era uma oligarquia intransigente e exclusivista em sua concepção de castas, porém com ideias liberais bastante avançadas para a época. O nome provém de que as senhoras usavam “mantos” para se reunirem na Igreja, enquanto a outra classe só podia usar “panos”. (PIVIDAL, 2021, p. 29, tradução livre, grifos nossos).

A junta e a resistência a Napoleão no universo da América, como se deu em Cuba, inicialmente:

Os acontecimentos na Espanha devido à invasão napoleônica chegaram ao conhecimento em Cuba em 14 de julho de 1808, dois meses e três dias após sua ocorrência. Salvador Muro e Salazar, marquês de Someruelos e Capitão Geral (1799-1812), proclamou imediatamente sua lealdade a Fernando VII e considerou que a ilha, a imagem e semelhança das províncias espanholas, estava em estado de guerra com a França.

Someruelos se mantinha a par das repercussões em Cuba da propaganda separatista de Miranda, das enormes ambições de franceses, ingleses e norte-americanos em adquirir o domínio da ilha, da inquietude geral existente e da desastrosa situação econômica do momento.

A fim de consolidar-se no poder, pensou instituir uma Junta à imitação das já constituídas em outras províncias da península. Se chamaria “Junta Superior de Governo” e estaria formada pelas pessoas de maior representatividade social, prestígio e influência. O comércio monopolista e a burocracia colonial se opuseram violentamente à ideia por temor que uma autoridade local, dominada pelos senhores de engenho ou produtores crioulos, pusesse em grave aperto a política espanholista que diziam defender. (PIVIDAL, 2021, p. 29-30, tradução livre, grifos nossos).

A situação de disputa entre crioulos e espanhóis em torno à instauração da Junta em Cuba se reflete em todas outras colônias, descreve assim Pividal a natureza do conflito de interesses:

Em todas as colônias ocorria o mesmo: os crioulos eram os donos da propriedade urbana e rural e os godos, donos do comércio e detentores do poder político. A totalidade da riqueza imóvel caía no bolso de uma casta e a soma do poder político no bolso de outra. A luta que se manifestava diariamente era mais por razões econômicas que por razões políticas.

A princípio os crioulos dominavam aos negros escravos, guiavam os marginalmente brancos [amulatados] e influíam, poderosamente, no resto das massas populares, nascidas no país.

Os mantuanos, senhores de engenho, aristocratas conservadores [“pelucones”, no original em castelhano de Pividal, tinham esta alcunha depreciativa pelo hábito anacrônico em usar perucas], *mercadores*, etc., compreenderam bem rápido que os interesses do comércio peninsular e o desfrute por espanhóis dos cargos públicos para se enriquecerem inclinavam a favor destas forças as decisões da metrópole, sem que ao menos se levasse em conta as queixas provenientes das colônias Ultramar. **Tais divergências demonstravam que uma Hispano-américa, separada e diferente da Europa, com características próprias, vinha tomando lugar desde Viscardo y Guzmán nesta época. O conceito de Pátria, referindo-se ao solo natal, ia adquirindo perfis próprios. A classe crioula,** economicamente dominante,

tomava parte dessas concepções com maior ou menor apreço, porque aspirava a satisfazer suas reivindicações sem romper com a metrópole. **“Necessitava do poder militar da Espanha para manter a submissão dos explorados. E a Espanha, apoiando-se nesta realidade mais do que nas armas, manteve o domínio de Cuba”**, disse Fidel Castro. (PIVIDAL, 2021, p. 30-31, tradução livre, grifos nossos).

As Juntas vão afinal se constituindo, ainda que neste cenário, pois os peninsulares julgam que se trata de algo meramente extemporâneo, portanto não valeria a pena o confronto belicoso:

Apesar da resistência dos espanhóis, as juntas vão se constituindo nas distintas colônias. Ao final das contas, pensam os *godos*, o autonomismo que propunham os crioulos não é mais que a transferência provisional do exercício do poder político, durante o declínio do poder napoleônico na Pátria Mãe. Tudo parece acabar em um mar de rosas, sem necessidade da violência nem de derramamento de sangue! (PIVIDAL, 2021, p. 30-31, tradução livre, grifos nossos).

Mesmo com os crioulos a princípio, em boa parte, avessos e temerosos à ruptura com a metrópole, à proporção que as Juntas vão se realizando, estas ideias e ideais vão ganhando força de maneira inelutável:

Não obstante, há vários elementos que vão tomando corpo e se impondo lentamente: a separação da Espanha, ainda que *transitória*, permitiu aos crioulos saborear as doçuras do governo próprio, e os postos, detidos pelos *godos*, vão caindo nas mãos da voracidade nativa. Finalmente, um indício de solidariedade entre as Juntas vai fortalecendo a integração das colônias e, conseqüentemente, vão aparecendo com elas os primeiros sintomas de independência. Duas correntes se tornarão claras: a dos *revoltosos* (independentistas) e a dos *moderados* (autonomistas). Esta última temia o fogo da juventude e os excessos da plebe. Esperava, pacientemente, que o decurso do tempo produzisse um esgotamento tal que a convivência com a Coroa resultasse em um remanso de tranquilidade ambicionado por todos. (PIVIDAL, 2021, p. 31, tradução livre, grifos nossos).

Em Caracas, a chama revolucionária e o chamamento à integração fazem-se protagonistas:

As Juntas, pouco tempo depois de constituídas, tem clara consciência do *unionismo* e como tal o proclamam. A declaração mais terminante provém de Caracas, cuja Junta Suprema estabelecida em 19 de abril de 1810, **dirige-se a todos os ajuntamentos coloniais, convidando-lhes a contribuir “à grande obra da Confederação americano-espanhola”**. É a Junta que toma um rumo mais revolucionário, porque destitui, encarcera e expulsa o Capitão Geral, enquanto as de Montevideú e Bogotá põem a presidência nas mãos de seus respectivos vice-reis. Não causa estranhamento que o Ajuntamento de Havana recebesse também o convite supramencionado para tal capitulação. (PIVIDAL, 2021, p. 31-32, tradução livre, grifos nossos).

O dissenso cubano e o intervencionismo dos Estados Unidos - claramente em oposição à liberdade e integração latino-americanas, expansionista/imperialista (com olhos de rapina sob Cuba, por exemplo) e anti-abolicionista (aqui e lá), preocupado com a possibilidade de rebeliões escravas se propagarem em seu território. Torna-se claro que os estadunidenses são fiéis a seus princípios iluministas menos do que a seus interesses; assim o relata Pividal:

Alguns historiadores situam no mês de maio de 1810 a data de recepção da denegativa e a Junta Superior de Governo (jamais chegou a constituir-se) como o organismo receptor. Tenha ocorrido assim ou não, **o historicamente exato é que a Cuba colonial dessa época permaneceu ao lado da Espanha e à margem dos processos revolucionários que vinham se gestando no resto das colônias espanholas. Houve sim agrupamentos cubanos dispostos a responder favoravelmente ao conclave caraquenho.** Frequentes conspirações e uma ou outra manifestação independentista havidas à época o comprovam. As causas determinantes dessa atitude podem ser lidas e devidamente explicadas em qualquer texto analítico de história da América.

Nesta ocasião só queremos precisar as **duas mais significativas: a escravidão e a aspiração dos Estados Unidos em se apoderar da ilha.** Ambas poderiam se resumir nesta última por sua estreita relação com a primeira. **São, além do mais, os mesmos e mais combatidos aspectos, enfrentados pelo Congresso Anfictiônico do Panamá.** (PIVIDAL, 2021, p. 32, tradução livre, grifos nossos).

(...)

Quando nas duas câmaras dos **Estados Unidos se discutiu a possibilidade de participar na Anfictionia**, o senador John Holmes, por Maine, expressou com sua opinião a do Congresso e governo de seu país:

O presidente disse de forma muito clara à toda Europa, que nós não podemos permitir que se transfira Cuba a nenhuma de suas potências. E uma linguagem igualmente decisiva tem que ser usada com os Estados Sul-americanos. Nós não podemos permitir que seus princípios de emancipação universal sejam postos em exercício numa localidade tão imediata a nós, onde nos possa ser transmitido seu contágio, com perigo à nossa tranquilidade. (PIVIDAL, 2021, p. 32, tradução livre, grifos nossos).

E os direitos humanos e a liberdade?

Por que se opunham aos princípios de emancipação universal proclamados pelos sul-americanos? Não diziam defender a liberdade de todos os povos e de todos os homens? Seriam eles fascistas desde então?

Qual era o **perigoso contágio** que podia afetar a tranquilidade dos Estados Unidos? Mais que a independência de Cuba, era o que ela entranhava: **a liberação dos escravos!** Porque *abolicionismo e independentismo* tiveram na ilha, a partir de então, a mesma entidade. PIVIDAL, 2021, p. 32-33, tradução livre, grifos nossos).

A questão escravagista no restante da América Latina é distinta à cubana; com grande exploração açucareira pós difusão de suas técnicas de cultivo graças à incursão de Maurício de Nassau ao Brasil, que as fez conhecer generalizadamente, por suas vantagens de solo, de clima e de localização, Cuba tornou-se um lugar onde se concentrou massivamente tal cultura, contemplando os interesses metropolitanos espanhóis. Consequentemente, região de grande

afluxo de escravos africanos; características estas que não encontraram precedentes em outras colônias espanholas, sendo assim, o receio para a classe dominante crioula de estopins abolicionistas preocupantes com o processo independentista era bem menor nestes outros territórios:

Nenhuma outra colônia da Hispano-américa possuía a florescente economia escravista existente em Cuba. Na Hispano-américa, do Bravo à Patagônia, jamais surgiram temores de que a luta revolucionária pela independência poderia ser aproveitada pelos escravos negros para uma rebelião, que pusesse em perigo o sistema sobre o qual assentavam suas riquezas os crioulos da classe economicamente dominante.

Em três séculos (XVI, XVII e XVIII), o número de escravos introduzidos na Venezuela chegou apenas aos 100 mil, inclusos nessa cifra os clandestinos e os que haviam escapado de colônias estrangeiras e se refugiavam nas costas venezuelanas. Este total representava somente 11% da população. Em 1825, o número de escravos negros na Venezuela se havia reduzido a 29.000, ou seja, a 4% da população.

Por sua vez, **em Cuba**, segundo o censo a que se refere Humboldt, havia por volta de **1817 um total de 225.261 negros escravos**, o que representava **36% da população**. No censo oficial de **1861**, a população escrava havia se elevado a **337.409, ou seja; 33,5% do total dos habitantes**, que àquela época superava obviamente à população de 1817. (PIVIDAL, 2021, p. 33, tradução livre, grifos nossos).

(...)

Ao Rememorar que **nosso país foi**, neste continente, faz apenas algumas décadas, **cenário dessa forma odiosa da exploração do homem pelo homem**, sentimos o dever de render o tributo que merecem aqueles **abnegados lutadores escravos que no ano de 1843, em numerosas usinas açucareiras de Matanzas**, sublevaram-se, lutaram e morreram às centenas através dos combates, no cadafalso, ou apelando ao suicídio; para romper as inumanas correntes que atavam para vida inteira seus corpos ao trabalho. Pouco se escreveria depois sobre o **extraordinário valor humano e político dessas façanhas** nas histórias oficiais dos exploradores, e nenhum monumento seria erigido em memória destes obscuros gladiadores, verdadeiros heróis anônimos das classes exploradas, que **em nossa pátria foram como precursores da revolução dos que depois deles foram os modernos escravos**. (PIVIDAL, 2021, p. 33-34, tradução livre, grifos nossos).

Por outro lado, Cuba, por sua posição estratégica e importância histórico-econômica, sempre foi cobiçada pela sanha estadunidense, conforme relata Pividal (nas palavras do Comandante-em-Chefe Fidel Castro):

Nenhuma outra colônia hispano-americana foi tão almejada pelos Estados Unidos como Cuba: A aspiração de se anexar a Cuba foi sempre, por outro lado, um forte propósito dos dirigentes dos Estados Unidos desde os primórdios mesmos dessa república, expresso em reiteradas ocasiões por distintos governantes e homens públicos, como proclamação lógica dos princípios do “destino manifesto”, que os Estados Unidos se considerava chamado a atuar neste hemisfério. Esta tendência se manteve ainda muito depois da abolição da escravidão nesse país, e durante todas as relações entre Estados Unidos e Cuba. (CASTRO, 1975 apud PIVIDAL, 2021, p. 34, tradução livre, grifos nossos).

Aqui Pividal relaciona brevemente outras personalidades e eventos do unionismo, ou **outras manifestações do unionismo** (PIVIDAL, 2021, p. 34, tradução livre, grifos nossos):

No Sul, a integração hispano-americana teve também destacados defensores: Juan Martínez de Rozas (1759-1813), Secretário da Primeira Junta Patriótica do Chile, manifesta seu *Catecismo político* (1810): “... as Colônias espanholas... formem uma Confederação de Estados com força suficiente para rechaçar a dominação espanhola”.

As juntas de Buenos Aires e Santiago do Chile discutiram (1810) a proposta do enviado argentino, Antonio Álvarez Jonte (1784-1821), de unificar os governos “... não apenas para a guerra, mas sim também na paz, com o objetivo de celebrar pactos comerciais e políticos com outros países”.

O Diretor Supremo do Chile propôs a Buenos Aires (1810) a reunião de um Congresso Americano para estabelecer uma Confederação. A Junta portenha só era partidária de uma aliança. Até no México, extremo norte da Hispano-américa, chegou a corrente integradora. Não é de se admirar que ao padre Miguel Hidalgo (1753-1811) foi dado o título de *Generalíssimo das Américas!* (PIVIDAL, 2021, p. 34-35, tradução livre, grifos nossos).

Também houve, em Lima, a ideia de integração contra-revolucionária:

Assim como se deram os primeiros passos para a união da Hispano-américa, remotas origens do Congresso Anfictiônico do Panamá, deram-se também outros que procuravam a integração com um objetivo diametralmente oposto.

Pedro Cañete, Fiscal da Real Audiência de Lima, propôs reunir (maio de 1810) aos vice-reinados, audiências e capitânicas em um Congresso General para organizar sua defesa. Teria sido a “... união das colônias para manter o Rei”, enquanto que os crioulos procuravam a “união das pátrias para instaurar a liberdade”. O que propunha o ouvidor limenho não era mais que o unionismo com sinal negativo, ou seja, um *Anti-Congresso do Panamá*. (PIVIDAL, 2021, p. 35, tradução livre, grifos nossos).

Francisco Pividal fez a sintética apresentação de outros personagens e situações que vimos anteriormente pois irá debruçar-se com maior minúcia sobre o cenário da Venezuela, especificamente Caracas, e a história do libertador, nisso irá focar seu próximo capítulo –

CARACAS: ENCONTROS E CONTRADIÇÕES

Em quase todos seus escritos Simón Bolívar se coloca e defende, de maneira consequente, a integração política de um complexo de povos e países, liberados e unidos voluntariamente por uma comunidade de origem, língua, costumes, etc.; e “pelo pacto implícito e virtual da identidade de causa, princípios e interesses, parece que nossa conduta deve ser uniforme e única mesmo”. (PIVIDAL, 2021, p. 37, tradução livre, grifos nossos).

A América somos nós, não a *outra*:

Sobre tais bases imperativas, dá a este vasto Estado nomes diferentes: América do Sul, América Meridional, Sudamérica, Hispano-américa, América, antes colônias espanholas, ou simplesmente América. Com o qualitativo constitui-se uma distinção, não uma igualdade. Caso não existisse outra América a conotação teria sido desnecessária. Quando emprega o termo sem restrição alguma, refere-se à

Hispano-américa, quando, em outras circunstâncias ou casos excepcionais o estende, deixa claro seu alcance no próprio contexto textual. (PIVIDAL, 2021, p. 37, tradução livre, grifos nossos).

Sobre as origens de Simón e sua inclusão na luta independentista e pela integração americana, **um mantuano revoltoso** (PIVIDAL, 2021, p. 37):

O berço aristocrático de Bolívar: **“Bolívar nasceu rico e nobre. Os seus antecedentes remontam ao povoado Bolívar, pequena vila que formava parte de uma das 125 Repúblicas que constituíam, antes da abolição dos foros (privilégio concedido pelos reis da Espanha a certas regiões), o Señorío de Vizcaya”** (PIVIDAL, 2021, p. 37, tradução livre, grifos nossos).

Após esta nota sobre a origem do libertador, Pividal já salta para o período em que aquele retorna da Europa pós-período de vivência além-mar pela segunda vez, viúvo; e descreve o cenário que Bolívar se defronta, ao chegar na terra natal:

Em junho de 1807, Bolívar regressa à Venezuela depois de quase quatro anos de ausência. Caracas havia perdido o ambiente aprazível de sua mais antiga etapa colonial. A cidade dos “telhadinhos vermelhos” **vivia em estado de permanente inquietude, devido aos “revoltosos”**. As esferas oficiais chamavam assim aos discordantes com o regime estabelecido desde mais de três séculos. (PIVIDAL, 2021, p. 38, tradução livre, grifos nossos).

Simón Bolívar se engaja nas reivindicações “revoltosas”, ingressa no movimento “Casa de Misericórdia” e acaba preso em Valles Del Tuy... enquanto, em Caracas, outros revoltosos depõem o representante real nesse meio tempo, com isso, é concedida liberdade a Bolívar, que regressa a Caracas e passa a buscar participar ativamente da nova Junta (malgrado antipatia de muitos):

Logo Bolívar compreende que ele também se encontra entre os revoltosos que questionam a legitimidade do poder real para exercer na Venezuela uma autoridade que não tem na metrópole; que protestam contra a repressão e o confinamento daqueles que pensam assim; que a Venezuela não é a Espanha; que o país deve governar por suas próprias leis e estas serem criadas por seus próprios cidadãos; que a Junta Suprema deve ser permanente(...). (PIVIDAL, 2021, p. 38, tradução livre, grifos nossos).

(...)

Todas estas ideias pululam em sua mente! Há que se fazer algo! Há que se mudar e, para tanto, **há que se lutar!** Com seus familiares, amigos e pessoas de reconhecido pensamento liberal, **incorpora-se ao movimento conspirativo denominado “Casa da Misericórdia”**. Entre os conjurados figura o ilustre camaguëyano Francisco Javier Yanes (1785-1842). Descoberta a conspiração, **Bolívar é confinado em sua fazenda de Yare, nos Valles del Tuy. Lá é surpreendido pela detenção, expulsão e saída de Vicente Emparan, Capitão Geral da Venezuela. Quando chega a Caracas, já havia se constituído a Junta Suprema.** (PIVIDAL, 2021, p. 38, tradução livre, grifos nossos).

A Junta busca reconhecimento estrangeiro, sobretudo dos novos “donos” do mundo, com isso Bolívar se candidata a ir em missão diplomática para o principal polo de poder, Londres:

A preocupação inicial da Junta é procurar o reconhecimento diplomático das grandes potências. Com esses propósitos **envia comissões à Inglaterra e aos Estados Unidos. Graças a instâncias do próprio Bolívar, a Junta o designa para ir a Londres para instruir o governo britânico dos novos acontecimentos. O’Leary, um de seus mais conhecidos biógrafos, assegura** (PIVIDAL, 2021, p. 38, tradução livre, grifos nossos):

Ainda que **a contragosto, a junta assentiu** a esta solicitação, pois **muitos** de seus membros... **não simpatizavam consigo**; porém **ao ter se oferecido para arcar com os gastos da Missão, e não tendo dinheiro nos cofres da Junta, viram-se na necessidade de aceitar sua generosa oferta, dando-lhe como companheiro dom Luis López Méndez, em cuja experiência e capacidade depositavam maior confiança.** (O’LEARY, 1920 apud PIVIDAL, 2021, p. 38-39, tradução livre, grifos nossos).

Bolívar busca o reconhecimento da Junta, mas também deixar claro e indissociável que a Venezuela está comprometida com a unidade americana:

Também foi designado Andrés Bello, como Secretário da missão. A Junta Suprema Junta concede a Bolívar o grau de Tenente Coronel e **lhe impõe o objetivo fundamental da missão que encabeça: obter o reconhecimento sem prescindir de que: “Venezuela aderirá sempre aos interesses gerais da América e estará pronta a se conformar com o voto da pluralidade de todas as partes livres do império espanhol”.** (PIVIDAL, 2021, p. 39, tradução livre, grifos nossos).

Porém, as instruções à Bolívar estavam também eivadas do conservadorismo de boa parte dos mantuanos da Junta, os “moderados”, temendo o contato com Francisco de Miranda e tentando preservar um aspecto pacífico, consonante e subserviente tanto à coroa inglesa quanto, ao menos, deferente inclusive à espanhola:

Como **a corrente dos mantuanos “moderados” aspirava brindar uma imagem aceitável de seu governo ante os lordes da Grã-Bretanha, e como além de tudo se desvelava por preservar suas relações com a monarquia espanhola** a fim de não violar o trânsito separatista, alcançado até então, **instruiu a Bolívar sobre a possibilidade de um encontro com Miranda, tachado de revolucionário recalcitrante e incendiário das pacíficas pradarias das colônias hispânicas:**

“Miranda tramou contra os direitos da Monarquia que tratamos de conservar [...] sob esta inteligência, se estiver em Londres ou em outra parte das escalas, ou sujeito à observação espia dos Comissionados deste novo governo, e se aproximar-se deles, saberão lhe tratar como correspondente a estes *princípios*, e à imunidade do território onde se encontra-se: e se sua atual situação pudesse construir de alguma forma que seja *decente*, isto não será menosprezado pela comissão” [sem fonte mencionada].

Os **princípios destes “moderados” já explicamos quais são. Ser decente ante a Comissão implicava aceitar esses “princípios pusilânimes”.** (PIVIDAL, 2021, p. 39, tradução livre, grifos nossos).

Mas Bolívar é Bolívar e, **Em Londres: mais revolucionário que diplomático** (PIVIDAL, 2021, p. 39):

[Bolívar é recebido pelo Ministro de Negócios Estrangeiros:]
 Nessa época, **o Ministério de Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha está a cargo de um irmão do general Wellington, Richard Colley Wellesley (1760-1842). Como os recém-chegados representam um país não reconhecido pela Inglaterra, o Ministro os recebe em sua residência (21 de julho de 1810). Imediatamente os esclarece que o governo de Sua Majestade se opõe a toda ação que pretenda alterar o estado das colônias hispano-americanas. Sem atribuir grande relevância a isso, Bolívar lhe entrega o ofício de instruções que traz consigo. Tão logo executa a entrega, dá rédea solta a seu ideal revolucionário.** Matiza as expressões com violentos ataques à metrópole, **conclama a independência absoluta como única solução**, e termina tão apaixonada e sincera exortação solicitando o apoio britânico! **Quando conclui, o ministro o faz observar que seus critérios não figuram no documento enviado pela Junta Suprema de Caracas.**
Se Bolívar leu ou não previamente às referidas instruções, ou se ficou surpreso ou não com a colocação do ministro, como assegura Andrés Bello, pode ser censurável em um diplomata de experiência, porém perde importância maior em um revolucionário que três anos mais tarde concretiza em maravilhosa realidade Pátria àquele pensamento e ação, antecipados e expostos com impressionante honestidade ante o ministro de Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha. (PIVIDAL, 2021, p. 39-40, tradução livre, grifos nossos).

O reconhecimento inglês não vem, mas Bolívar sim encontra Francisco de Miranda, e se faz ouvir seu brado independentista no coração da Europa, pois publica um artigo taxativo em jornal inglês, às expensas do interesse receoso, prudente, discreto, conciliador e arrivista da ala “moderada” mantuana:

A missão delegada a Bolívar não tem êxito. O mais transcendente de sua estadia em Londres é a entrevista com Miranda e o artigo que publica no *Morning Chronicle* (15 de setembro de 1810), nele dá a conhecer à opinião inglesa seu próprio critério sobre a impossibilidade de manter “relações pacíficas com a metrópole”, critica a inutilidade do sacrifício econômico dos venezuelanos, e **conclama à integração americana:**
O dia, que não está distante, em que os venezuelanos se convençam de que o desejo que demonstram de sustentar relações pacíficas com a Metrópole, seus sacrifícios pecuniários, por fim, não lhes proporcionaram, em contrapartida, o merecido respeito, nem a gratidão a que creem ter direito, alçarão definitivamente a bandeira da independência... Tampouco descuidarão de convidar todos os povos da América a que se unam em Confederação. (PIVIDAL, 2021, p. 40-41, tradução livre, grifos nossos).

Aqui Pividal abre um parêntese para fazer um paralelo entre as reivindicações de Bolívar àquela época e “hoje” (época em que Pividal escrevera o seu ensaio, anos 80’, mas, digamos, pouco mudou em relação a isto, a luta continua a mesma); e cita, em seguida, el comandante em jefe Fidel, exortando a Venezuela a ter o protagonismo no presente que tivera com Bolívar

anteriormente, a fim de promover a verdadeira independência e encabeçar a integração americana [interessante notar que isto se deu anteriormente à revolução bolivariana de Hugo Chávez, uma revolução inacabada - não expropriou a burguesia -, com contradições e bastante sabotada e minada, ainda hoje, interna e externamente (pelo Hegemon infra-mencionado, particularmente); mas parece um vaticínio de grande felicidade de Fidel, bem como o referendo do autor Francisco Pividal]:

Há cento e sessenta e seis anos de distância, a metrópole mudou de sede e de nome (agora se chama Estados Unidos), porém a situação segue sendo a mesma: impossível manter relações pacíficas com a *nova*, se estas relações se baseiam na submissão dos países explorados (neocolônias) ao império explorador.

E hoje, como ontem previu o Libertador, a união com todos os povos da América Latina e do Caribe é um imperativo inevitável frente às agressões do novo império. Revivamos o espírito de Bolívar e alcemos definitivamente a bandeira de nossa segunda independência: a independência econômica. (PIVIDAL, 2021, p. 41, tradução livre, grifos nossos).

Por sua vez, **Venezuela**, com os extraordinários recursos financeiros que pode mobilizar como fruto de uma firme e vitoriosa política petroleira, **poderia fazer pela união, integração, desenvolvimento e independência dos povos da América Latina, tanto o que fizeram no século passado os soldados de Simón Bolívar.** (Castro, 1974 apud (PIVIDAL, 2021, p. 41, tradução livre, grifos nossos).

Miranda toma conhecimento sobre a formação da Junta em Caracas e do envio dos comissionados para Inglaterra; o interesse “ambivalente” dos mantuanos em relação a Francisco de Miranda:

Dois meses depois de se haver constituído em Caracas a Junta Suprema, chegam a Londres as primeiras notícias, Miranda se inteira delas pela imprensa. De grande forma impaciente, começa a tentar viabilizar e agilizar o seu regresso à Venezuela. O governo inglês resiste porque a partida de Miranda pode afetar suas relações com a Espanha.

Obrigado a permanecer em Londres, não tem outra alternativa a não ser esperar aos comissionados da Junta, de cuja chegada ele estava ciente por intermédio de seus correspondentes de Caracas.

Os mantuanos temiam a Miranda, apesar de suas numerosas cartas solicitando-lhe sua participação à hora de iniciar a luta separatista. Haviam chamado ao pai de Miranda “mulato, indiciado, trapaceiro, aventureiro indigno” e inclusive questionavam sua patente para exercer comércio. Miranda, segundo eles, teria sido infiel à Coroa da Espanha, porque **o supunham sob proteção inglesa em suas duas expedições fracassadas. O mantuanismo se horrorizava de pensar em uma vitória patrocinada pela Inglaterra;** porque se isto ocorresse, **eles não poderiam ocupar os cargos públicos abandonados pelos espanhóis.** (PIVIDAL, 2021, p. 41-42, tradução livre, grifos nossos).

O encontro entre Bolívar e Miranda:

Miranda assume a proteção dos comissionados venezuelanos durante os três meses e onze dias que permanecem em Londres. Esforça-se por introduzir a seus compatriotas nos círculos mais exclusivos da sociedade inglesa.

As apreciações de Bolívar, um mantuano “revoltoso”, não coincidem com os de sua própria casta, no que diz respeito a Miranda. Para Bolívar, Miranda não é apenas um símbolo indispensável, mas sim uma realidade determinante. Não importa o fracasso das suas duas expedições se conserva o espírito de luta. Não importa a oposição dos mantuanos, se está disposto a vencê-la. Não importa a idade, se lhe respondem o vigor físico e a lucidez intelectual. Estas conjecturas e outras muitas inquietavam Bolívar.

Quando ao fim ficaram a sós, **estudaram-se verticalmente, com o olhar e o pensamento.** Os detalhes foram surgindo aos poucos. Cada qual fixava os do outro para os contrastar internamente com seus próprios: **corpulento e pequeno; cabelo liso e grisalho, cabelo encaracolado e moreno; olhos tranquilos e pupilas inquietas; barbicha ovalada e maxilar mefistofélico; domínio próprio da experiência, fogsidade inerente à juventude; ânsias de culminar com êxito uma vida contraditória, anseios de principiá-la sem oposição...** Creram que **se completavam**. **A luta pela liberação da Pátria os unirá mais!** Venezuela colocaria fim a qualquer discrepância futura, porque **ambos alimentavam o mesmo ideal!**

Bolívar deu a conhecer a Miranda as instruções da Junta Suprema: conseguir o reconhecimento, adquirir armas e insistir no regresso a Caracas deste último. (PIVIDAL, 2021, p. 42, tradução livre, grifos nossos).

Resultado da missão de Bolívar, nada de reconhecimento ou armamentos, mas o engajamento de Francisco de Miranda:

Nada se conseguiu: Inglaterra continuava aferrada à sua política de não intervenção, as relações diplomáticas com a Espanha não seriam postas no pelourinho por um carregamento de armas, ah, **porém** isso sim, o governo de Sua Majestade **consentia na saída de Miranda,** claro, em uma embarcação distinta à dos comissionados. Não ficou diligência por realizar, nem tampouco faltou o abraço da despedida.

O próximo encontro seria em Caracas. (PIVIDAL, 2021, p. 42-43, tradução livre, grifos nossos).

6.8 PIVIDAL SITUA A CONJUNTURA À ÉPOCA, UM MUNDO DE CONTRADIÇÕES, VAMOS SITUAR O MUNDO DE BOLÍVAR E, INDISSOCIÁVEL, DA AMÉRICA LATINA

A chegada triunfal de Francisco de Miranda a Caracas e o que representou simbolicamente para as aspirações da Junta e o ideal independentista:

Francisco de Miranda desembarca em La Guaira em 11 de dezembro de 1810. Traz consigo os documentos que o creditam como **ex-coronel do exército espanhol, Ajudante de Campo e mais tarde Chefe de Chancelaria de dom Manuel de Cagigal, Capitão Geral da ilha de Cuba; ex-coronel de Regimento de Catarina II, Imperatriz da Rússia, e, finalmente, Marechal dos Exércitos do Norte da França revolucionária.**

Sua chegada não é a de um venezuelano importante, mas sim a do venezuelano mais importante daquele momento: **o venezuelano universal!** Uma comissão oficial o recebe, presidida por Simón Bolívar. Sua entrada em Caracas foi todo um acontecimento. Os jornais estrangeiros qualificaram o sucedido como de **extraordinária significação.** A Junta Suprema lhe confere o grau de Tenente General.

Tudo parecia disposto para que Miranda com sua autoridade histórica defendesse com êxito a causa da independência! Em princípio, a Junta Suprema tratou com preferência às relações exteriores. Pouco depois, decidiu-se por concentrar seu esforço no potencial interno. Com esses fins, **convocou eleições (11 de junho de 1810) naquelas províncias que haviam reconhecido sua autoridade. Era preciso conhecer que governo deveria se dar na Venezuela até o regresso do monarca deslocado.** (PIVIDAL, 2021, p. 43, tradução livre, grifos nossos).

As contradições internas, as diferenças, os atritos, começam a emergir. O teatro da acolhida e aclamação de Miranda começa a se dissipar frente às disputas políticas pelo poder e protagonismo, bem como as próprias divergências de interesses. Não obstante, através do estratagema de se eleger por outro distrito que não Caracas (onde fora obliterado), Francisco de Miranda faz valer sua participação no novo Congresso, de certa forma mantendo sua atuação protagonista, sendo figura de destaque e polarizadora em diversas discussões: **“Não obstante as deferências iniciais, os mantuanos começam a pressionar, solapadamente, para impedir a eleição de Miranda pela capital”** (PIVIDAL, 2021, p. 43, tradução livre, grifos nossos).

Depois de precipitados esforços, Miranda consegue conquistar um assento no Congresso como deputado por um obscuro distrito (El Pao) do Oriente venezuelano. Com sua atuação, ganha outra batalha frente aos mantuanos moderados e participa de maneira significativa nos debates parlamentários. (PIVIDAL, 2021, p. 44, tradução livre, grifos nossos).

Enquanto esta luta política acontece, a reação espanhola se lança ao ataque. Em 31 de agosto declara os venezuelanos “vassalos rebeldes” e ordena o bloqueio das costas de terra firme. A medida concita contra a Espanha o ódio popular. Leiamos a respeito a opinião de um historiador venezuelano, formulada faz cento e trinta anos:

Entre todas as hostilidades, nenhuma são tão odiosas como as que se exercem nos mares *contra a propriedade desarmada: o roubo protegido e autorizado por um governo contra os súditos pacíficos de outro*, aumenta e generaliza o mal da contenda sem fazê-la por isso decisiva: **põe as armas nas mãos de homens cruéis, escória quase sempre da sociedade...** (PIVIDAL, 2021, p. 44, tradução livre, grifos nossos).

A instauração do Primeiro Congresso e a deflagração das contradições:

Ao instaurar-se o Primeiro Congresso (2 de março de 1811), a Junta Suprema entra em recesso. Um colegiado executivo (triumvirato) toma a seu cargo o governo nacional.

A instalação do Congresso acelerou o desencadeamento de todas as contradições: as agônicas e as antagônicas. Estas contradições se manifestaram, com bastante similitude, em quase todas as colônias hispano-americanas no decênio que principia em 1810.

Os *chapetones* (espanhóis nascidos na península) ficaram em disputa frontal com os crioulos. Os comerciantes (burgueses), com os terratenientes (oligarcas). Estes, por sua vez, dividiam-se em reacionários e progressistas. Para os primeiros, filosoficamente, soberania era uma manifestação do direito divino, encarnado nos reis (absolutismo). Para os segundos, a soberania só podia emanar da vontade dos povos (constitucionalismo). Os *revoltosos* frente aos *moderados*. Aqueles

procuravam a independência por meios revolucionários: estes por meio da evolução e do entendimento com a Coroa. Consideravam indispensável um passo prévio: o autonomismo. (PIVIDAL, 2021, p. 44-45, tradução livre, grifos nossos).

E o povo? **“O povo, elemento determinante de todo objetivo, não contava”** (PIVIDAL, 2021, p. 45, tradução livre, grifos do autor).

Contradições não eram só entre moderados e revoltosos, mas envolviam também os federalistas (deputados do interior que reivindicavam maior autonomia para as províncias) e os centralistas, que eram os deputados da capital, que detinham maior poder e assim queriam que continuasse. Também havia o problema dos pardos, que migraram para a capital e principais metrópoles em busca de maior liberdade e condições de vida e causavam problemas para a produção rural (consequentemente aos deputados das províncias do interior). **Somava-se a este quadro a disputa premente para o governo do país entre republicanos e realistas** (os primeiros defendiam positivamente suas posições, as mudanças acarretavam também mudança para um sistema de governo mais progressista; os realistas não eram partidários da mudança, havendo ou não a independência, alegavam – negativamente – que isto era só um modo de aumentar o aparato burocrático em prol de dar cargos a grande parte da elite crioula).

Federalismo e centralismo, realistas e republicanos, problemas e disputas interoligárquicos:

As contradições não apenas se circunscreviam às classes e castas, mas também às correntes surgidas dentro do Congresso, e inclusive, às divergências entre a capital e as províncias. Tão logo os deputados do interior chegavam a Caracas notavam a proeminência e domínio da capital frente à subordinação e insignificância das províncias. Enquanto que o interior começa a sentir a necessidade de um federalismo salvador – dispor de seus próprios rendimentos –, a capital entende, como o mais conveniente, uma administração unitária e centralizada. As províncias resistem à aceitação de soluções nacionais, porque consideram que os assuntos devem se resolver com critérios locais. (PIVIDAL, 2021, p. 45, tradução livre, grifos nossos).

A questão dos pardos:

Os pardos (classe intermédia entre brancos, negros escravos e índios), que constituíam a maior parte da população venezuelana, encontravam na capital maiores liberdades e melhores condições de vida. Tamanha realidade trouxe como consequência a vinda a Caracas de grande quantidade de trabalhadores agropecuários que puseram em crise a produção rural, afetando muito diretamente os interesses dos mantuanos de província. (PIVIDAL, 2021, p. 45, tradução livre, grifos nossos).

Republicanos *versus* realistas:

Os republicanos procuravam definir-se positivamente, ou seja, buscavam a mudança e compunham uma teoria de sua própria ação. Os realistas o faziam negativamente: a mudança não era necessária, era inútil e só traria satisfação aos apetites burocráticos dos crioulos. (PIVIDAL, 2021, p. 45, tradução livre, grifos nossos).

Estas contradições encontradas no Primeiro Congresso venezuelano ilustram a luta de classes e a instabilidade política em toda América Latina no início do século XIX, perpassando o processo revolucionário independentista e integracionista:

Todo este acúmulo de **contradições** predeterminou, no terreno econômico-social, a **intensidade da luta de classes**, e no terreno ideológico a **instabilidade política na América Latina do século XIX**.

O Congresso estava dominado pela corrente dos moderados. A esta corrente se confrontou a Sociedade Patriótica (conhecida também como **Junta Patriótica**), **presidida por Francisco de Miranda e onde só podiam assomar-se partidários da independência absoluta pelos meios revolucionários**, fossem estes **pardos, brancos ou mantuanos**. Não se lhes exigia pertencer à classe ou casta alguma, ainda que se preferissem os jovens. (PIVIDAL, 2021, p. 45-46, tradução livre, grifos nossos).

A independência como causa mais punjante de urgência para a Junta Patriótica (que seria, ou deveria ser, eliciadora da integração e outras reivindicações), para que as outras ocorressem, haveria de ser através de um Estado livre e soberano capaz de fazê-lo, não que houvesse necessariamente uma hierarquia de importância, mas sim uma hierarquia de ação primeira:

Na ocasião de se completar o primeiro aniversário do 19 de Abril, a Junta Patriótica levou a cabo uma assembleia tumultuosa. Muñoz Tébar pronunciou um discurso, cujas palavras finais definiram a situação: **“Por tudo podemos começar, que comecemos então pela independência.”** (PIVIDAL, 2021, p. 46, tradução livre, grifos nossos).

A integração sempre como causa irmã à independência:

Ainda que em meio de uma situação política tão comprometida, o governo triunviral não se esqueceu tampouco da **vocação integracionista da desaparecida Junta Suprema**. No cumprimento de tais deveres, assinou com o governo da Cundinamarca (então departamento independente da Colômbia) o primeiro instrumento diplomático que contempla princípios integracionistas na história da Venezuela, um **Tratado de aliança e federação** (28 de maio de 1811). Nele não só estão **inclusas questões políticas, como também culturais**: **“Serão comuns para a educação dos súditos de ambos estados, as escolas, colégios e universidades de ambos, sem que se exija coisa alguma pelo ensino.”** (PIVIDAL, 2021, p. 46, tradução livre, grifos nossos).

O jogo político pendeu para a causa independentista, apesar dos entraves dos outros setores e castas em disputas para que isso se dera com a urgência que estes não queriam. Primeiro discurso de Bolívar, clamando pela independência e contra a ideia de dissuasão desta pelo expediente de opor dois grupos; a causa independentista e sua urgência deveriam prevalecer, unanimidade ou não, pois não se tratava de dois grupos em oposição à questão, mas da própria existência e sobrevivência de todo aquele processo e luta contra o despotismo, em suas palavras, “vacilar é nos perder” (conforme citado abaixo):

Foi tanta a pressão exercida sobre o Congresso que este se viu forçado a tratar o problema da declaração de independência.

Em 4 de julho de 1811, Bolívar pronuncia seu primeiro discurso ante as massas e em sua própria Pátria. Acusava-se à Sociedade Patriótica de aspirar a ser outro Congresso. Bolívar compila toda a carga histórica a favor da liberdade e estabelece uma clara distinção entre ela e o despotismo:

Não é questão de haver dois Congressos. Como fomentarão o cisma os que mais sabem da necessidade de união? O que queremos é que essa união seja efetiva e para encorajarmos a gloriosa empreitada da nossa liberdade; unir-nos para relaxar, e para dormir nos braços da apatia, ontem foi uma atitude baixa, hoje é uma traição. Discute-se no Congresso Nacional o que já deveria estar decidido. E o que dizem? Que devemos começar por uma confederação, como se todos estivéssemos confederados contra a tirania estrangeira. Que defendemos atender aos resultados da política da Espanha. A que nos importa que a Espanha venda a Bonaparte seus escravos ou que os conserve, se estamos comprometidos a ser livres? Essas dúvidas são tristes efeitos das antigas correntes. Que os grandes projetos devem ser preparados com calma! Trezentos anos de calma não bastam? A Junta Patriótica respeita, na medida que se deve, ao Congresso da nação, porém o Congresso deve ouvir à Junta Patriótica, centro de luzes e de todos os interesses revolucionários. Ponhamos sem temor a pedra fundamental da liberdade sul-americana: vacilar é nos perder. (PIVIDAL, 2021, p. 46-47, tradução livre, grifos nossos).

Sempre Bolívar toma o protagonismo vanguardista e pró-Pátria Grande:

A unidade, a discussão, a independência e a integração são os temas centrais deste fragmento. As palavras de Bolívar foram conclusivas. Os ânimos ficaram inflamados e a Junta Patriótica se converteu em um vulcão: a unidade para alcançar a liberdade e a independência. Não a unidade decretada previamente, e sim a surgida durante o curso da luta comum.

Não é possível negar a importância da discussão sempre que a polêmica teórica não nos separe da ação correspondente.

Bolívar só entendia a independência como sinônimo de liberdade, igualdade e justiça para seu povo. E qual era seu povo? “Ponhamos sem temor a pedra fundamental da liberdade sul-americana”. Não a da Venezuela, mas sim a da América do Sul. Neste final, Bolívar defende os melhores esforços de Viscardo y Guzmán, da Colômbia de Miranda e daquele chamado à união da Junta Suprema de Caracas. (PIVIDAL, 2021, p. 47, tradução livre, grifos nossos).

A importância do unionismo no processo de independência e liberdade, para Bolívar, seus partidários e toda América do Sul e seu povo. Processo e propósito histórico legítimo. A

declaração de independência no dia seguinte ao discurso de Bolívar e a participação de outros latino-americanos que não venezuelanos. A reação realista contra. Mortes, apesar do triunfo e com este expectativa de afastamento do temor da guerra, mas o problema cruento também da miséria que logo adveio. A primeira constituição e seus princípios integracionistas com a América Latina (“internacionalista” latino-americano):

Este unionismo sul-americano vai encaminhado a vencer todos os preconceitos que a Espanha alimentou durante mais de três séculos para o impedir. Todavia o propósito integrador segue sendo uma reivindicação histórica, carente de um esforço final pelos povos da América latina e o Caribe.

No dia seguinte de pronunciado este discurso, 5 de julho de 1811, o Presidente do Executivo triunviral declara, solenemente, a independência da Venezuela, e dá a ler a ata final de sua constituição como Estado. Termina lendo a relação dos 38 deputados assinantes. O número 22 corresponde ao cubano Francisco Javier Yanes. O 32, a Francisco de Miranda. Esse mesmo dia se adota pela Primeira República o pavilhão amarelo, azul e vermelho. (PIVIDAL, 2021, p. 47-48, tradução livre, grifos nossos).

Porém logo veio a reação... e, pior, a miséria:

A reação realista não se deteve. Por todas partes continuaram florescendo sublevações contra a recém proclamada independência nacional. A mais séria foi a de Valência. Custou ao governo 800 mortos e 1.500 feridos. Com este triunfo (12 de julho de 1811), os **patriotas creram ter varrido pelos ares o mal da guerra; porém outro não menos grave soprava já contra o novíssimo Congresso: A miséria!** A Constituição política para esta Primeira República Federal foi sancionada em 21 de dezembro de 1811. (PIVIDAL, 2021, p. 48, tradução livre, grifos nossos).

E, apesar de todos os problemas, novamente, **reafirma-se a união e nacionalismo latino-americano:**

Nesta oportunidade também se deixou sentir o caráter internacionalista. O artigo 73 da referida *Lei de leis* dispunha que aos membros do triunvirato que presidem o Poder Executivo na Venezuela, só lhes será exigido, no que diz respeito à nacionalidade, **“Ser nascidos no continente colombiano ou suas ilhas (chamado antes América Espanhola)”**.

Disposições como esta **facilitaram que o cubano Francisco Javier Yanes (1785-1842) participasse, nascido em Porto Príncipe, Camagüey, fora Presidente do Congresso em mais de uma ocasião, assinante da Ata de Independência, ministro de Estado do governo que se constituiu em Apure (1816) e prócer para a eternidade da Pátria venezuelana.** (PIVIDAL, 2021, p. 41, tradução livre, grifos nossos).

Neste novo capítulo, “As relações com os Estados Unidos” (PIVIDAL, 2021, p. 49, tradução livre), Francisco Pividal vai versar sobre o papel dos Estados Unidos na emancipação latino-americana (ou o papel de abstenção em exercer papel ou, ainda, o papel contra-revolucionário, oportunista e predatório dos E.U.A.N.).

Fazendo uma breve síntese sobre o que se passou de movimentos independentistas até a consagração final:

Entre 1809 e 1811, as juntas, os governos revolucionários ou os gritos de independência (México) proclamaram a separação das colônias hispano-americanas da metrópole. A Espanha reagiu de imediato e a independência, assim proclamada, teve que ser defendida nos campos de batalha. As contendas militares duraram até 9 de dezembro de 1824. Nesse dia, **a vitória de Ayacucho pôs ponto final à dominação hispânica no continente.** (PIVIDAL, 2021, p. 49, tradução livre, grifos nossos).

Desde sempre, neste ínterim, foi tentada a solidariedade, adesão, ou reconhecimento dos Estados Unidos... ilusão de balde, “quando conseguissem a independência, temos interesse”, responde o Hegemon; ajuda? nenhuma:

Durante todo esse tempo, os governos revolucionários ou as repúblicas já constituídas **pretenderam estabelecer relações diplomáticas e comerciais com os Estados Unidos** da América do Norte.

Que resposta deram os Estados Unidos a essa pretensão? Desde data bem inicial (10 de dezembro de 1810), o Congresso aprovou uma resolução conjunta. Em sua parte dispositiva, afirmava:

Que olham com **amistoso interesse o estabelecimento de soberanias independentes** pelas províncias hispanas na América...; que, como vizinhos e habitantes do mesmo hemisfério, os Estados Unidos sentem profunda solicitude por seu bem-estar; e que, **quando essas províncias tenham obtido a condição de nações**, pelo justo exercício de seus direitos, o Senado e a Câmara de Representantes se unirão ao Executivo para estabelecer com elas, como estados soberanos e independentes, aquelas **relações amistosas e comerciais...**

Ou seja, **os revolucionários da Hispano-américa enfrentariam sozinhos o poderio espanhol e quando tivessem alcançado a independência, se a alcançassem, os Estados Unidos viriam então exigir-lhes o que lhes correspondesse exigir.** Como pagamento, consentiriam ao reconhecimento. (PIVIDAL, 2021, p. 49-50, tradução livre, grifos nossos).

Para “tirar o corpo fora” sem entregar discursivamente esse pouco caso e, finalmente, postura anti-América Latina – pois o pouco caso era na verdade intenções suas de manobrar a situação frente às nações europeias para ele sim tirar o seu bocado, a parte do leão, via imperialismo na América Latina –, os E.U.A. escamoteavam via burocracia e “diplomacia” suas atitudes contrarrevolucionárias ou “isentistas”:

A neutralidade, o reconhecimento e o direito à “**cláusula de nação mais favorecida**” foram instrumentos da política exterior dos Estados Unidos para **pressionar às nações da Hispano-América a seu proveito.** Separado ou em conjunto empregavam uma ou outra medida. As circunstâncias e o alcance de suas aspirações determinavam quais deviam ser aplicadas.

Os governantes norte-americanos mantiveram sempre uma **surda hostilidade frente às revoluções hispano-americanas**, ainda que em suas manifestações internacionais se apresentassem como partidários da independência.

Tais são as características que dominam as relações diplomáticas dos Estados Unidos com os governos revolucionários ou repúblicas já constituídas na Hispano-América. (PIVIDAL, 2021, p. 50, tradução livre, grifos nossos).

Precisando de ajuda desesperadamente, iludidos pela possibilidade de solidariedade estadunidense e até contando com acordos que fossem francamente favoráveis àquele, se fosse esta a pragmática posição (desde que houvesse a ajuda em contrapartida) os latino-americanos designam várias “**Missões a Washington**”. Os latino-americanos conseguem o interesse em os estadunidenses verem-se favorecidos, mas nada de contrapartida:

A Junta Suprema de Caracas foi a primeira a enviar suas comissões às margens do Potomac. Juan Vicente Bolívar - irmão do Libertador – presidia a missão. Acompanhavam-no Telésforo Orea e José Rafael Revenga. Chegaram a Baltimore em 5 de junho de 1810. As instruções eram muito parecidas às que portara Simón Bolívar. A princípio, recebe-os o doutor Thornton, amigo do presidente Madison. Mais tarde se entrevistam com o próprio Presidente e com seu Secretário de Estado.

A missão fracassou em seus empenhos: não pôde adquirir armas porque as fábricas haviam se comprometido com outras nações; **não obteve o reconhecimento; porém,** isso sim, o presidente **Madison lhes prometeu enviar a Caracas um cônsul (agente) norte-americano depois de se ter decretado a liberdade de comércio.** Em poucas palavras, eles **não reconheciam a Junta Suprema, porém esta via-se obrigada a os reconhecer a eles** [tão logo fosse proclamada a independência]. (PIVIDAL, 2021, p. 50-51, tradução livre, grifos nossos).

Mais um exemplo:

Por essa mesma época, **Manuel Palacio Fajardo, a título do governo de Cartagena das Índias (Colômbia),** quis estabelecer **relações diplomáticas com o governo dos Estados Unidos.** Para estes fins, iniciou as oportunas diligências, porém a **chancelaria em Washington as rechaçou:** “Os Estados Unidos encontram-se em paz com a Espanha e não podem, em ocasião da luta que esta mantém com suas diferentes possessões, dar nenhum passo que comprometa sua neutralidade...”. James Monroe, 29 de outubro de 1812. (PIVIDAL, 2021, p. 51, tradução livre, grifos nossos).

E, sobre o infame da doutrina Monroe, sua mensagem ao congresso, tão infame quanto o mesmo, ilustra a hipocrisia e o desmerecimento à luta independentista, “dois (...) bandos”:

O próprio **Monroe, que como Secretário de Estado subscreveu esta comunicação, manteve contra os patriotas sul-americanos uma manifesta oposição.** Em sua *Mensagem presidencial ao Congresso* (2 de dezembro de 1817) declarou: “**Aos dois lados lhes foi negado auxílio em homens, dinheiro, barcos e munições**”.

Não era aos dois lados, porque o dos espanhóis já tinha de tudo, enquanto que o dos patriotas faltava até o mais elementar. “O conflito – continua Monroe - não apresenta o aspecto de uma rebelião ou insurreição, mas muito mais de uma guerra civil entre dois partidos ou bandos cujas forças estão equilibradas e que **são observados sem preferência** pelos *poderes neutros*”. (PIVIDAL, 2021, p. 51, tradução livre, grifos nossos).

E demonstra já o indício do que os EUA fazem até hoje, no sentido de distorcer a verdade a seu favor, ou não os colocando como vilões, no caso, com a sua passividade, enquanto prática de *fake news* e guerra híbrida:

Eles qualificaram o conflito e determinaram unilateralmente, “ditando a verdade” em matéria internacional, que se tratava de uma guerra civil. Era uma pré-condição obrigatória para se chegar a uma conclusão falsa: o equilíbrio de forças! (PIVIDAL, 2021, p. 51, tradução livre, grifos nossos).

Pividal aqui compara com o que foi denominado pelos EUA de “guerra civil” a luta independentista e anti-colonial de Angola a seu tempo, mas há inúmeros outros casos:

A mais de um século e meio de tudo aquilo, dão agora – no caso de Angola – a mesma qualificação: guerra civil! Vale dizer, **repetem invariável e ininterruptamente as mesmas táticas.** “Nossos portos – continua dizendo Monroe – estão abertos para os dois, e neles se permite, tanto a uns, quanto a outros, proverem-se de produtos do nosso solo ou de nossas indústrias”. (PIVIDAL, 2021, p. 51, tradução livre, grifos nossos).

Vemos aqui a mesma hipocrisia à época que se dá hoje no nome/alcunha (e com isso descrição) que a mídia de influência estadunidense/sionista e seu Estado dá hoje. Assim como nos dias atuais dizem ser uma guerra entre Israel e Hamas, sendo que o primeiro é um estado constituído, com todos os recursos e um exército regular, super-armado, já, o outro, um partido majoritário legítimo (tido pela *main stream media* como terrorista) com um braço armado precarizado de resistência, porém sem um estado para organizar e equipar um exército, aliás é esta a luta, pelo estado palestino... e a guerra não é contra o “Hamas”, usam assim para de novo dar a conotação completamente ilusória de ser uma guerra cirúrgica, onde matariam exclusivamente os tais “terroristas”... haja crianças e mulheres terroristas então...

Assim, igualmente, foi à época o tratamento de “neutralidade” para com a potência imperialista espanhola e os rebeldes revolucionários:

Ambos beligerantes foram considerados por igual, como se se tratara de uma guerra entre duas nações, e não como era na realidade: uma nação, por um lado, e províncias insurrectas no outro. Além do mais, os patriotas estavam desprovidos de barcos para poder utilizar estes portos tão “generosamente” abertos! (PIVIDAL, 2021, p. 51-52, tradução livre, grifos nossos).

E continuam as “boas” e “neutras” posições estadunidenses:

Como se tudo isto ainda fosse pouco, a **Ata de 20 de abril de 1818 proibia aos sul-americanos realizarem em território dos Estados Unidos todos e quaisquer atos que buscassem prestar algum auxílio material à revolução.**

A produção industrial bélica era a única que interessava aos patriotas sul-americanos, e essa, vimo-lo, estava-lhes vedada pelo “neutralismo” dos Estados Unidos. Para agosto de 1818, encontrava-se em Washington, Manuel Hermenegildo de Aguirre, acreditado tanto por Buenos Aires como pelo Chile para diligenciar o reconhecimento oficial. Trazia consigo **cartas de recomendação de San Martín, O’Higgins e Pueyrredón. As cartas não mereceram consideração alguma, e inclusive Aguirre foi preso por “pretender violar as leis da neutralidade”.** (PIVIDAL, 2021, p. 52, tradução livre, grifos nossos).

As “boas e justas” palavras do Secretário de Estado estadunidense:

Quando o Secretário de Estado, John Quincy Adams relatou a J. Monroe, presidente dos Estados Unidos (1817-1825), das pretensões de Aguirre, escreveu (PIVIDAL, 2021, p. 52, tradução livre, grifos nossos):

Quando o país que luta para obter sua independência abate o poder de seus dominadores até o ponto em que se possa considerar como perdida toda esperança em recobrá-lo, pode-se dizer que de fato conseguiu a dita independência... Uma nação neutra vê-se obrigada a fazer o reconhecimento da discutida soberania de um país, quando este estado de direito descansa em uma realidade... (ADAMS, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 52, tradução livre, grifos nossos).

A régua estadunidense, a régua da “verdade”, sempre (leia-se, hipocrisia), dispõe sobre a soberania nacional e sobre quem pode ou não ser escutado:

Quem determina quando se considera abatido o direito dos dominadores? Eles [os estadunidenses], os oniscientes. Que nação neutra faz depender o reconhecimento de um estado de direito que descansa em uma realidade? A deles, os onipotentes.

David C. de Forest continuou as diligências iniciadas por Aguirre, mas teve que interrompê-las, porque lhe foi negado o exequátur para creditar-se junto ao governo dos Estados Unidos. (PIVIDAL, 2021, p. 52, tradução livre, grifos nossos).

As “vantagens” prevalecem perante as palavras, entretanto:

Em 31 de dezembro de 1818, John Quincy Adams, tratando sobre o reconhecimento da independência das Províncias Unidas da América do Sul, escrevia a Forest, sem lhe importar o rechaço diplomático que uns dias antes o havia dispensado: **“Indubitavelmente deve se fazer saber ao Diretor Supremo que enquanto se reserva semelhante poder indefinido para garantir a uma nação vantagens que se lhe negarão aos Estados Unidos, deve considerar-se prematuro um reconhecimento de independência”.** (PIVIDAL, 2021, p. 53, tradução livre, grifos nossos).

E conclui Pividal: **“Ou seja, se Buenos Aires não outorgasse aos Estados Unidos os benefícios da cláusula de referência - nação mais favorecida – o reconhecimento deveria demorar. Até quando? Até que Buenos Aires cedesse.”** (PIVIDAL, 2021, p. 53, tradução livre, grifos nossos).

E evidencia aqui a imprensa estadunidense a serviço da desfaçatez, como sempre:

A pressão econômica, exercida pelo governo norte-americano contra as colônias espanholas da América trazia – como sempre – o acompanhamento musical prévio que a imprensa dos Estados Unidos havia orquestrado: “... **as relações comerciais e políticas [dizia um jornal da época] dos Estados Unidos com estes povos [os sul-americanos] são insignificantes comparadas com as que temos com a Europa**”. (PIVIDAL, 2021, p. 53, tradução livre, grifos nossos).

Pois bem, sendo tão insignificante tal comércio, nada mais natural que:

Como era tão insignificante esse comércio, **Juan M. de Pueyrredón** - Diretor Supremo das Províncias Unidas do Prata (1816-1819) - **negou-se a conceder aos Estados Unidos o tratamento da “cláusula da nação mais favorecida”**. Preferiu reservar esse direito para negociá-lo com alguns países da Europa, continente ao qual os comerciantes argentinos estavam mais vinculados. (PIVIDAL, 2021, p. 53, tradução livre, grifos nossos).

Em resumo, portanto:

As cortesias devidas aos agentes enviados pelos governos revolucionários ou pelas repúblicas da Hispano-América - ante à chancelaria de Washington – foram nulas. Apenas foram recebidos e, quase sempre, maltratados.

James Madison, presidente dos Estados Unidos (1809-1817), recusou-se a receber a Diego de Saavedra e a Juan Pedro de Aguirre, em 1811, e a Álvarez Thomas, em 1816. Todos devidamente referendados pela Junta de Buenos Aires. (p. 53, Pividal, F.; 2021, Fundación Editorial El perro y la rana; Caracas, Ven.; livre tradução, grifos nossos).

A maior humilhação teve que sofrer o **mexicano Gutiérrez de Lara** quando, **sendo Monroe Secretário de Estado, “dignou-se” a recebê-lo para lhe propor se por acaso lhe interessaria pela incorporação do México aos Estados Unidos**. (PIVIDAL, 2021, p. 53-54, tradução livre, grifos nossos).

O primeiro país a reconhecer a independência acabou por ser Portugal, apesar dos E.U.A., não com seu apoio:

As repúblicas hispano-americanas alcançaram sua independência lutando contra a Espanha e contra os Estados Unidos. Portugal acabou por ser o primeiro país que brindou seu reconhecimento aos novos Estados hispano-americanos (abril de 1821). Um ano depois o fariam os Estados Unidos (8 de março de 1822). Haviam transcorrido **doze anos desde que chegaram a Washington os primeiros agentes hispano-americanos**. (PIVIDAL, 2021, p. 54, tradução livre, grifos nossos).

E.U.A. reconhece um ano após Portugal... o direito da Espanha em reaver seu domínio:

Quando Anduaga, ministro da Espanha ante o Potomac. Chamou a atenção à Secretaria de Estado no sentido de que o reconhecimento era improcedente e extemporâneo, o Departamento de Estado não respondeu de imediato, mas sim esperou a Resolução do Congresso.

Transcrevemos agora um dos parágrafos da resposta de John Quincy Adams ao ministro Anduaga. Em dito parágrafo expõe **uma das razões que determinaram o reconhecimento e que silenciou o Presidente dos Estados Unidos em sua apregoada Mensagem**: “Pelo fato do ‘reconhecimento’, não se deve entender que estejamos impedindo à Espanha que faça quanto couber por sua parte afim de restabelecer nas colônias o império de sua autoridade...”. Só faltou acrescentar:

nós ajudaremos nesse restabelecimento. Não o disseram, porém sim o puseram em prática. Cabe maior cinismo? (PIVIDAL, 2021, p. 54, tradução livre, grifos nossos).

América para os “americanos” (estadunidenses) somente:

Analise também como os Estados Unidos davam a conhecer a países extra-continentais, já que a “América era para os [norte] americanos” [estadunidenses].

Em 22 de julho de 1823, Adams enviava as seguintes instruções a Middleton, seu ministro na Rússia: **“Com a exceção das colônias britânicas, situadas ao norte dos Estados Unidos, o resto dos dois continentes não deve ser governado por mais do que mãos americanas” ... A que mãos, de que América se referia?**

O jornal francês - *L'Etoile*- brindou um maior esclarecimento: (PIVIDAL, 2021, p. 54, tradução livre, grifos nossos).

Mr. Monroe não é mais, depois de tudo, que o **Presidente temporal de uma República situada na costa oriental da América do Norte**. Essa República está situada entre umas possessões do Rei da Espanha e outras do Rei da Inglaterra, e não faz mais que 40 anos que foi reconhecida sua independência. **Com que direito coloca agora sob seu controle às duas Américas, desde a baía do Hudson até o cabo de Horn?** (L'ETOILE, 1823 apud PIVIDAL, 2021, p. 54-55, tradução livre, grifos nossos).

O Secretário maior estadunidense se equiparava assim ao colonizador mais implacável espanhol e seus arroubos de superioridade e presumida subserviência dos americanos:

Monroe as punha sob seu controle, atribuindo aos norte-americanos o mesmo direito à supremacia que o bispo Lué havia atribuído aos “godos”: “Enquanto exista um espanhol nas Américas, esse espanhol deve mandar nos americanos”.

Ou pensando de forma igual, em como já antes se havia manifestado um membro da Audiência do México: “Enquanto exista no México um sapateiro remendeiro de Castela ou uma mula de La Mancha, eles devem possuir as rédeas do governo”. (PIVIDAL, 2021, p. 55, tradução livre, grifos nossos).

Irá tratar agora Pividal sobre a cobiça incansável sobre Cuba e seu papel como pivô e exemplo da sanha estadunidense:

“Tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos.” (Porfírio Diaz)

A frase epigrafada de Porfírio Diaz diz respeito ao México mas poderia muito bem se referir a Cuba, as sabotagens, ingerências e espoliações sobre Cuba efetuadas pelos estadunidenses são incontáveis:

Agentes norte-americanos na Cuba colonial

Diferentemente dos governos da América do Sul, que vimos ter procurado aproximação à chancelaria do Potomac e foram menosprezados por esta, na Cuba colonial ocorria o contrário: os Estados Unidos, em seu afã de se assenhorar da ilha, procuravam se relacionar com os crioulos – classe economicamente dominante – mostrando-lhes as vantagens de se estabelecer relações comerciais com um cliente próximo, solvente e seguro. (PIVIDAL, 2021, p. 55, tradução livre, grifos nossos).

As relações diplomáticas e consulares com a Cuba colonial necessitavam de maior empenho por Washington, naquele então tinham que ser autorizadas pela Espanha e estabelecidas através dela.

Apesar de todos seus esforços, a Coroa não pôde quebrantar a intimidade comercial surgida entre os crioulos e os navegantes, escravistas do sul, farinheiros e financistas dos Estados Unidos (PIVIDAL, 2021, p. 55).

Pegemos, por exemplo, as palavras de Thomas Jefferson, herói estadunidense, sobre Cuba e México:

Thomas Jefferson, “... o que, mais que nenhum outro norte-americano... marcou com suas impressões o futuro destino da nação”, apresenta alguns aspectos pouco edificantes como o que apreciamos quando teve lugar a entrevista com Miranda, Jefferson **sempre viu com pouco interesse – para dizê-lo de maneira mais delicada – a independência de Cuba**. Em 1808 o manifestou ao governador Claiborne, de Luisiana: **“Estamos satisfeitos com que Cuba e México continuem em sua atual situação** [escravos da Espanha]; e veríamos com verdadeiro desagrado que, política ou comercialmente, passassem a ser uma dependência da Inglaterra ou da França”. (JEFFERSON, 1823 apud PIVIDAL, 2021, p. 55-56, tradução livre, grifos nossos).

E, sabemos, os Estados Unidos não apenas “torcem” para que as coisas aconteçam conforme seus interesses:

O general James Wilkinson é, possivelmente, o primeiro “agente especial” enviado por Jefferson à Havana (1808), para pressionar a opinião dos crioulos a favor da anexação. Sua missão não teve êxito, porém a Espanha pôde se precaver dos propósitos estadunidenses e previu que estes não haviam de permanecer engavetados por muito tempo.

James Madison substituiu a Jefferson, porém não deixou de cultivar a possibilidade de se anexar a Cuba. William Shaler, seu “agente especial”, foi enviado à Havana (1810) como cônsul, porém com a missão secreta de estabelecer conexões para facilitar a anexação. O governo de Someruelos descobriu o estratagema e o prendeu. Mais tarde foi expulso da ilha. (PIVIDAL, 2021, p. 56, tradução livre, grifos nossos).

Houve como agente também um cidadão que “acidentalmente” nasceu em Cuba mas trabalhava a serviço dos interesses estadunidenses; latino-americanos e brasileiros como somos, conhecemos bem este tipo de pessoa:

Também se utilizaram os serviços de José Alvarez Toledo, nascido *acidentalmente* em Cuba, e no qual não cabiam os ideais independentistas e sim apenas os de submissão ao governo dos Estados Unidos.

Toledo ofereceu-se a Monroe para desencadear uma rebelião com o fim de construir na ilha um governo ligado aos Estados Unidos, primeiro por relações comerciais e, depois, pela anexação. “Estou pronto a enfrentar qualquer perigo – dizia – pelo bem de minha terra natal e dos Estados Unidos”.

Para este “personagem”, não havia diferença alguma entre os Estados Unidos e sua terra nata. Foi o primeiro “gusano”⁵ infiltrado na ilha. As pretensões de Toledo terminaram em um fracasso total. (PIVIDAL, 2021, p. 56, tradução livre, grifos nossos).

Tampouco os estadunidenses deixaram de lançar mão da franca pirataria para atacarem Cuba:

Não somente “agentes especiais”, traidores e cônsules tentaram arrebatam à Coroa o poder sobre a ilha, mas também até mesmo os almirantes se entusiasmaram com a ideia de se apoderarem de Cuba! O chefe naval estadunidense da costa do golfo do México propôs um ataque a Havana (1812). Madison rechaçou à proposta, já que a situação interna não era propícia para enfrentar um conflito com a Espanha. (PIVIDAL, 2021, p. 56-57, tradução livre, grifos nossos).

A ilha de Cuba, mormente sua produção canavieira, incrementava suas relações comerciais com os Estados Unidos:

Durante vários anos, a política dos Estados Unidos frente a Cuba esteve determinada pelo fato de que a ilha gozava de grande prosperidade, enquanto o comércio declinava com o resto das colônias hispano-americanas, devastadas pelas guerras de independência.

Em 1818, veio à luz pública um trabalho de James Yard. Explicava, com dados econômicos, a razão de ser dessa política: anualmente se exportavam a Cuba de 80.000 a 100.000 barris de farinha, e se importavam dela 45.759 barricas de melão e 78.000 barricas de açúcar.

Era sensato [perguntava-se o autor] pôr em perigo este intercâmbio comercial indispondo-se com a Espanha, especialmente quando o comércio com os territórios independentes da América Hispânica possuía tão escassa importância, e quando a depressão econômica, que já havia começado nos Estados Unidos, fazia tão vital a continuação do comércio com as Antilhas espanholas? (PIVIDAL, 2021, p. 57, tradução livre, grifos nossos).

Cuba como pivô da ‘neutralidade’/ a compra da “vista grossa” da Espanha:

Para sustentar esta política requeria-se uma fundamentação que incluisse ao maior número de beneficiários, vale dizer, o maior número de banqueiros, comerciantes, navegantes, farinheiros, agricultores, etc. “A única esperança de proveito mercantil [dizia-se em um folheto] reside em uma política de estrita neutralidade”. (PIVIDAL, 2021, p. 57, tradução livre, grifos nossos).

E viva a ‘neutralidade’:

⁵ “verme”, nomenclatura adotada para denominar os cubanos – e demais infiltrados em toda América Latina, por analogia – que vão morar ou possuem relações com os Estados Unidos e, sendo radicados no imperialismo, ou como vende-pátrias internos, tem servidão voluntária ideológica (ou paga) àquele, adulando-o, fazendo propaganda contra o país natal ou de ascendência dos seus genitores e/ou conspirando contra seu país e em prol da adoção de um *regime change* (derrubada de um governo nacionalista, progressista e buscando algo de soberania por um governo fantoche de joelhos para o império).

A neutralidade passou assim a se converter na indústria de maior lucro, em uma fábrica de dólares e de poder. A “neutralidade” impediu reconhecer como beligerantes aos revolucionários hispano-americanos. **Até a imprensa inglesa se perguntava, ironicamente, se era neutro negar armas a um homem desarmado que lute contra outro muito bem armado!** (PIVIDAL, 2021, p. 57, tradução livre, grifos nossos).

Para os EUA, não valeram os ouvidos moucos, mas tanto faz, a América Latina não importa: **“Os governantes norte-americanos pareciam esquecer que as Treze Colônias alcançaram sua independência porque a França não se declarou neutra”** (PIVIDAL, 2021, p. 57, tradução livre, grifos nossos).

Três expedições partiram dos portos gauleses (1778, 1780 e 1781) para ajudar à independência dos Estados Unidos. A segunda trouxe 6.000 veteranos franceses para engrossar as filas do exército de Washington. Na última, 22 navios de guerra compunham a esquadra que fez frente à armada inglesa. Em todo momento a ajuda econômica foi enorme. (PIVIDAL, 2021, p. 58, tradução livre, grifos nossos).

Há ética entre ladrões/imperialistas?

A França tinha direito a esperar uma solidariedade recíproca por parte dos Estados Unidos, porém, quando foi lançada a guerra contra a Grã-Bretanha, o governo norte-americano se declarou neutro (22 de abril de 1793). Uma nova *Lei de Neutralidade* foi aprovada pelo Congresso da União (3 de março de 1817). A lei ia dirigida contra os revolucionários hispano-americanos: qualquer pessoa que armasse em guerra a uma embarcação privada contra um Estado em paz com os Estados Unidos – a Espanha se encontrava nesse caso – seria castigada com 10 anos de privação de liberdade e 10.000 dólares de multa. (PIVIDAL, 2021, p. 58, tradução livre, grifos nossos).

E a tal “neutralidade”? Para inglês ver:

Esta medida permitiu aos Estados Unidos comerciar com todos, roubar a todos e tirar proveito e obter vantagens sobre todos. **“O governo [sustentava o *Registro Semanal*] não deve intervir na guerra hispano-americana, mas os cidadãos norte-americanos, como indivíduos, têm pleno direito de fazê-lo...”** quase sempre essa participação individual foi realizada a favor dos espanhóis. (PIVIDAL, 2021, p. 58, tradução livre, grifos nossos).

Os verdadeiros piratas do mundo prendem os patriotas latino-americanos:

Como os revolucionários da Hispano-América precisavam de esquadra, viram-se forçados a recorrer à pirataria contra o comércio espanhol para fazer frente a esta debilidade. A pirataria foi uma das armas mais eficazes dos patriotas. **Todo corsário patriota preso pelos Estados Unidos ficava sujeito às disposições da *Lei da Neutralidade*.** (PIVIDAL, 2021, p. 58, tradução livre, grifos nossos).

A América para os estadunidenses:

Depois de assinar o tratado Trans-continental – aquisição da Flórida por cinco milhões de dólares (22 de fevereiro de 1819) - o governo norte-americano pensou que a Inglaterra se apoderaria de Cuba para compensar a nova aquisição e barrar as possibilidades expansionistas dos estadunidenses no Caribe. Quando um ano depois (1820) o Tratado foi ratificado, tais preocupações cessaram imediatamente, e os partidários da anexação, reprimidos pelo intenso problema da Flórida, deixaram novamente as rédeas soltas a seus mais caros anseios. (PIVIDAL, 2021, p. 58-59, tradução livre, grifos nossos).

O “país da liberdade” e da “democracia” é pró escravidão:

Os escravistas do sul defenderam com toda energia a aquisição da Flórida, porque “isso evitaria para sempre que emissários estrangeiros... induzissem ... aos negros à rebelião”. Existiam razões objetivas para esses temores: entre 1819 e 1822, as revoltas de escravos nos Estados Unidos se caracterizavam pela quantidade e extensão. A insurreição mais importante teve lugar na Carolina do Sul, dirigida por Denmark Vesey.

Para alijar o contínuo perigo das rebeliões dos negros, os escravocratas do sul – uma vez possuidores da Flórida - recrudesceram seus intentos em anexar Cuba. Exceto no sentido do Norte, toda outra direção, tomada por anexionistas crioulos para defender a escravidão, estava-lhes vedada [ao sul/independentistas patriotas latino-americanos]. O sentimento anti-escravista da Inglaterra e da França - motivado por interesses econômicos - impedia-lhes de olhar para o Leste. O mesmo ocorria em relação ao Oeste e ao Sul, onde o México, a Colômbia e a Venezuela haviam se comprometido com a abolição. (PIVIDAL, 2021, p. 59, tradução livre, grifos nossos).

O açodamento dos movimentos independentistas cubanos e os gusanos, estadunidenses inflam o número de “cubanos” pró-anexação, apenas 139 anos depois os cubanos puderam dizer em número honesto o não aos que tentaram trazer a “liberdade” e a “democracia”:

As manifestações independentistas em Cuba sempre encontraram forte oposição dos anexionistas crioulos, respaldados sempre pelo governo norte-americano, que não se cansava de enviar “agentes especiais” a Cuba para incrementar tal tendência.

Em fevereiro de 1822, John Warner consagrou sua atividade na ilha em determinar o número de cubanos partidários da anexação. O resultado final apresentou dados tão inflados que poucos apareciam como partidários da independência.

Em setembro desse mesmo ano, um outro “gusano”, mister Sánchez, dizem que cubano, ofereceu a Monroe a anexação em nome dos senhores de engenho da ilha.

Episódios semelhantes a estes acabaram se repetindo 139 anos depois, quando os integrantes da Brigada 2.506 davam por certo o apoio popular tão logo desembarcassem na Baía dos Porcos. Até proclamações de submissão e entrega da Pátria à potência do norte eram trazidas pelos invasores mercenários para oferecê-las ao povo de Cuba, uma vez alcançado o triunfo! (PIVIDAL, 2021, p. 59, tradução livre, grifos nossos).

A intenção maior era minar o furor revolucionário bolivariano em toda América Latina: **“Toda esta implantação anexionista propunha-se a contrabalancear o impulso independentista dos ‘Sóis e raios de Bolívar’, conspiração com progressos ostensivos em**

1823, porém totalmente fracassada em dezembro de 1824.” (PIVIDAL, 2021, p. 60, tradução livre, grifos nossos).

EUA mantém Cuba enquanto tampão e para-raios contrarrevolucionário, estudando progressivamente sua anexação, e a de Porto Rico (esta última, bem-sucedida):

O governo norte-americano seguia alimentando a possibilidade da ocupação da ilha por parte da Inglaterra. Em abril de 1823, Thomas Randall, “agente secreto”, foi enviado a Cuba para se informar a respeito. Sua presença na ilha acabou sendo desnecessária: os Estados Unidos não corriam o risco de uma guerra para impedir que os ingleses se apoderassem de Cuba.

Finalmente, a política a partir de então consistiu em manter Cuba sob o domínio espanhol, até que amadurecessem as condições para a adquirir. Adams confiou a Hugh Nelson (28 de abril de 1823), seu ministro na Espanha, as seguintes instruções (PIVIDAL, 2021, p. 60, tradução livre, grifos nossos):

Estas ilhas – Cuba e Porto Rico – por sua posição local, são apêndices naturais do continente norte-americano... tudo se combina para lhes atribuir tal naturalidade ao continente norte-americano... tudo se combina para lhes dar tal importância na soma de nossos interesses nacionais, que não há nenhum outro território estrangeiro que lhe seja comparável ... quando se olha no sentido do curso que tomarão provavelmente os acontecimentos nos próximos 50 anos, é quase impossível resistir à convicção que a anexação de Cuba à nossa República federal será indispensável... há leis de gravitação política como há as gravitação física, e assim, como uma fruta separada de sua árvore pela força do vento não pode, ainda que queira, deixar de cair no solo, assim Cuba, uma vez separada da Espanha... é incapaz de sustentar-se por si só, tem que gravitar necessariamente em torno da União Norte-americana, e em torno dela exclusivamente, enquanto que à própria União seria impossível deixar de admiti-la em seu seio. (ADAMS, 1823 apud PIVIDAL, 2021, p. 60, tradução livre, grifos nossos).

6.9 AS DERROTAS E DESTERROS DE BOLÍVAR E A ESTRUTURAÇÃO DE SUA IDEOLOGIA LIBERTÁRIA

Com a derrocada da Primeira República, Bolívar tem de partir ao exílio:

Ao cair a Primeira República, **Bolívar parte ao desterro. Transitoriamente se exila em Curaçao.** Pouco depois **segue para Cartagena das Índias**, esta cidade-Estado acolhe aos desterrados venezuelanos e aproveita, por sua vez, suas experiências militares. (PIVIDAL, 2021, p. 71, tradução livre, grifos nossos).

Na cidade de Cartagena das Índias Bolívar proclama a famosa e importante carta de Cartagena, definindo verbalmente grandes aspectos de sua ideologia e reflexões sobre o fracasso da Primeira República, o famoso “**Manifesto de Cartagena**” (PIVIDAL, 2021, p. 71):

Nem mesmo sob tamanhas dificuldades Bolívar abandona seu pensamento de independência e união. E assim... escreve no *Manifesto de Cartagena* (15 de dezembro de 1812): “Libertar à Nova Granada da sorte da Venezuela e redimir

a esta da qual padece são os objetivos a que me propus nesta memória”. De imediato aponta as causas “que conduziram a Venezuela a sua destruição”.

Pela maneira que tivemos filósofos por chefes; filantropia por legislação, dialética por tática, e sofistas por soldados. Com semelhantes subversão de princípios e de coisas, a ordem social resistiu extremamente débil, e prontamente correu o Estado a passos agigantados a uma dissolução universal, que bem rápido se viu realizada...

Mais adiante continua: “Ao abrigo desta piedosa doutrina [filantropia], a cada conspiração sucedia um perdão, e a cada perdão sucedia outra conspiração que se voltava a perdoar”.

Dominado por sua concepção integracionista, sentenciava: “Eu sou de sentir que enquanto não *centralizarmos* nossos governos americanos, os inimigos obterão as mais completas vantagens...”. (PIVIDAL, 2021, p. 71-72, tradução livre, grifos nossos).

A carta-manifesto tinha também a função prática de conclamar a solidariedade de Nova Granada à sua campanha militar por retomar a Venezuela, usando enquanto argumento o fato da indissociabilidade latino-americana, ou seja, para garantir a segurança de si, a Nova Granada não deveria ficar passiva à retomada da Venezuela pela Espanha, mas sim buscar sua reconquista... e assim se deu:

Pouco antes de concluir, solicitava o apoio do governo de Nova Granada para levar adiante a independência da Venezuela: “A Nova Granada viu sucumbir a Venezuela, por conseguinte deve evitar as armadilhas que a destroçaram. Diante disso apresento, como uma medida indispensável para a segurança da Nova Granada, a reconquista de Caracas”. E a medida indispensável foi aceita... E consegui reconquistar Caracas! (PIVIDAL, 2021, p. 72, tradução livre, grifos nossos).

A conseguinte retomada da Venezuela e, simbolicamente, a reconquista de Caracas em apenas sete semanas foi um feito admirável, daí sua alcunha:

Os êxitos alcançados com a **Campanha Admirável - mil milhas em sete semanas, desde o rio Magdalena até a capital da Venezuela – permitiram a Bolívar entrar em Caracas em 7 de agosto de 1813. Uma semana depois, é nomeado Capitão Geral dos Exércitos (ou General em Chefe) e lhe é concedido o título que o fará imortal: Libertador da Venezuela.** (PIVIDAL, 2021, p. 72, tradução livre, grifos nossos).

A partir desta efetiva e heroica colaboração dos neogranadinos, forja-se em ferro, fogo e sangue o compromisso entre as nações latino-americanas, no que se desejava, como no campo de batalha, ter-se como uma única nação, plural e singular:

Contudo, ele está consciente que a vitória chegou a sua Pátria na mira dos fuzis dos soldados neogranadinos. Tão certo que, entre os heróis mais excepcionais, caídos nessa Campanha histórica, figuram os colombianos: Atanasio Girardot e Antonio Ricaurte.

Com tais antecedentes *internacionalistas* não é de se estranhar que Bolívar encaminhasse seus passos no sentido da *unidade e independência* dos dois países.

E, ainda mais, a união de “toda a América Meridional, sob um mesmo corpo de Nação”. (PIVIDAL, 2021, p. 72, tradução livre, grifos nossos).

Com notável clareza de pensamento e de concretude, reflete e expõe Bolívar sobre a união de todos os povos latino-americanos em um só grande e forte país soberano:

(...)Sobre tal, **expõe, pela boca de Muñoz Tébar:**

Se, nesses séculos de ignomínia, em que um continente mais povoado e mais rico que a Espanha, foi a vítima das miras pérfidas do Gabinete de Madri; se este pôde desde dois mil léguas de distância, sem enormes forças, manter a América, desde o *Novo México até Magalhães*, sob seu duro despotismo. Por que entre a Nova Granada e a Venezuela não se poderia fazer uma sólida reunião? E, ainda, por que toda a América Meridional não se reuniria sob um governo único e central? É mister que a força de nossa Nação seja capaz de resistir com sucesso às agressões que possa intentar a ambição europeia: e este colosso de Poder, que deve opor-se àquele outro colosso, não pode se formar a não ser com a reunião de toda a América Meridional, na forma de um mesmo corpo de Nação, para um só Governo central que possa *aplicar seus grandes recursos em uma só finalidade*, que é a de resistir conjuntamente às tentativas exteriores, para tanto *interiormente multiplicando-se a mútua cooperação de todos*, assim nos elevando ao cume do Poder e da prosperidade. Gaceta de Caracas, No. XXX, Jueves, 6 de enero de 1814 (TEBAR, 1814 apud PIVIDAL, 2021, p. 72-73, tradução livre, grifos nossos).

A trajetória d’ “A Segunda República” (PIVIDAL, 2021, p. 73):

Bolívar instaura a segunda República, apoiado nas baionetas neogranadinas e nas dragonas mantuanas. Esta segunda República conseguiu se manter apenas por 16 meses, surgida como resultado da luta armada e não de uma Constituição como a Primeira.

Impõe-se analisar como e sob que circunstâncias se desenvolveu esta luta. Pouco antes do *Manifiesto de Cartagena*, Bolívar havia declarado (2 de novembro de 1812): “A guerra, e a guerra somente pode nos salvar pelo caminho da honra...” (BOLÍVAR, 1812 apud PIVIDAL, 2021, p. 73, tradução livre, grifos nossos).

A guerra, obviamente, não é boa, mas às vezes necessária e justa, precisa ser travada para se fazer uma revolução... assim pensamos, de maneira correlata, em uma revolução copernicana que precisa ser acabada, o advento da terceira tópica; assim quis dizer Bolívar, não de modo a fazer a apologia da guerra pela guerra, mas tampouco em capitular frente à sua premente necessidade de ser travada. Assim como a realização do povo latino-americano necessitará finalmente cruzar este Rubicão:

Não quer dizer que ele tenha sido um apologista da guerra – a guerra pela guerra mesma – nem tampouco um renegador dela em termos absolutos e abstratos, mas sim que fosse um claro compreendedor de que ambos os extremos são contrários à objetividade histórica. “Toda guerra entre homens – escreveu Víctor Hugo - é uma guerra entre irmãos; a única distinção que se pode fazer é da guerra justa e da guerra injusta”. Para o Libertador, a guerra revolucionária era justa,

porquanto era o único instrumento de que dispunha o povo para se emancipar. **E para ratificá-lo, expunha:**

Pois não, americanos, **não sejamos por mais tempo a piada desses miseráveis**, que **só são superiores a nós em maldade**, entretanto não nos superam em valor; pois nossa indulgência sozinha é a que faz toda a força para eles. **Se eles nos parecem grandes, é porque estamos curvados**. (PIVIDAL, 2021, p. 73-74, tradução livre, grifos nossos).

Isto denota o quão debalde são jargões como: “o amor venceu o ódio”, “gabinete do amor”, “precisamos acabar com a polarização”, etc.. Algumas lutas precisam inequivocadamente ser travadas, embora se prefira a paz, para se buscar a paz, deve se lutar, entretanto, contra a paz dos cemitérios, cemitérios dos sonhos, cemitérios dos oprimidos. Como diria *O Rappa*, “É pela paz que eu não quero seguir admitindo.”; ou Miguel de Unamuno: “Bolívar era um homem que fazia a guerra para fundar a única paz duradoura e válida, a paz da liberdade”:

Pouco antes de concluir, sentenciava: **“Fechemos para sempre a porta à conciliação e à harmonia: que já não se ouça outra voz que não a da indignação”**.

As guerras revolucionárias são processos inevitáveis. Bolívar não chegou a conformar uma teoria desta verdade, porém, com o tempo, colocou-a em prática.

A *unidade* lhe resultava indispensável para desatar a guerra revolucionária, e esta última lhe resultava imprescindível para alcançar a *independência*. **A unidade não se podia chegar por acordos ou disposições prévios, mas sim como produto da luta armada e através dela**. (PIVIDAL, 2021, p. 74, tradução livre, grifos nossos).

Infelizmente Simón Bolívar viu, mais uma vez, seus ideais soçobrem, agora na política da Segunda República, cujos oligarcas mantuanos, ao invés da transformação, buscaram apenas ocupar o lugar do opressor outrora dos espanhóis. Isto abriu precedente para a revolta popular e adesão de grande parte do povo à contrarrevolução dos realistas godos, ou seja, conforme diz Pividal, na Campanha Admirável Bolívar triunfou como comandante de tropas, porém não conseguiu o objetivo maior, para fazer pátria:

Logo compreendeu que sua recém instaurada Segunda República estava permeada pelas tendências conciliatórias e vacilantes dos mantuanos, que avançaram como aves de rapina a ocupar as posições abandonadas pelos espanhóis. Apesar de sua concepção de classe, a Segunda República se-lhe-evidenciava tão longe do povo como a Primeira. Objetivamente, pôde comprovar que a sua exitosa *Campanha Admirável* não se havia somado a fileira de combatentes que deveria aportar o povo da Venezuela. Bolívar havia triunfado como condutor de tropas, porém não havia podido unificar ao povo para desencadear a guerra revolucionária. (PIVIDAL, 2021, p. 74, tradução livre, grifos nossos).

Substantiva parte do povo estava sob as ordens de Boves, com os llaneros das planícies...

e este, por sua vez, aliado dos godos, pois estes prometiam maiores benefícios e direitos às classes populares do que os próprios independentistas oligarcas, que a princípio, salvaguardando sua posição de classe, representavam em grande medida a passagem ao lugar de opressor, sucedendo àqueles antigos espanhóis: **E... onde estava essa fileira de combatentes, esse povo venezuelano, levedura final de todo propósito independentista? Estava nos llanos [planícies] (...) porém não sob a bandeira dos patriotas, mas sim sob a bandeira dos realistas** (PIVIDAL, 2021, p. 74, tradução livre, grifos nossos).

Conforme descreve Freud em *Moisés e o monoteísmo*, Boves também figura analogamente a um pai, personificando também em si os ideais e valores populares e de identificação de um povo. Lançando-se enquanto modelo para aglutinação e representatividade. Inclusive sua alcunha e apelido – *El Taita* – era análogo ao dado a um chefe de família:

Os llaneros, essa força telúrica da grande Venezuela, tinham sido ganhos por José Tomás Boves, *El Taita* (tratamento que se dá ao chefe de família), um poder igual ao deles. **Alguém com a mesma força e destreza para esartejar um touro, os mesmos modos para cravar suas presas na carne crua e as mesmas concepções sobre a terra, o gado, o amor e a vida: tetralogia conformadora do que entendiam por Pátria. *El Taita*, asturiano loiro e de olhos verdes, havia obtido a unidade, sob a bandeira da antirrepública.** (PIVIDAL, 2021, p. 74-75, tradução livre, grifos nossos).

Sob a bandeira errada, mas dado o erro muito superior dos independentistas em não fazer povo e país, os *llaneros* esmagaram e humilharam os mantuanos, franca atuação da luta de classes no processo independentista, contraditoriamente, desta feita, a favor dos realistas espanhóis:

Os llaneros de Boves pisotearam com seus cavalos o orgulho dos mantuanos, e estes fugiram até o oriente do país na mais horrorosa emigração que recorda a história da Venezuela. Dos 40.000 habitantes da Caracas de então, apenas uns 3.000 permaneceram na cidade, esperançados em domesticar à besta. Quase todos foram passados a faca. (PIVIDAL, 2021, p. 75, tradução livre, grifos nossos).

Bolívar foi culpabilizado do insucesso é preso, porém consegue escapar à prisão e, finalmente, às Antilhas:

Bolívar foi culpado do fracasso. Um grupo de oficiais, entre eles Ribas, Piar e outros, destituíram-no do comando supremo e o acusaram de “desertor e mau cidadão”. Conduzido à prisão, consegue seduzir aos carcereiros e escapa às Antilhas (7 de setembro de 1814), evitando assim que se repetisse o que houve com Miranda (1812), quando os patriotas o acusaram de delitos similares e trataram de fuzilá-lo. (PIVIDAL, 2021, p. 75, tradução livre, grifos nossos).

O balanço de Bolívar sobre a derrocada da Segunda República, bem como sua exortação

dos combatentes neogranadinos e, novamente, da união latino-americana... porém, ao mesmo tempo ressalta a contradição de que a derrota fora em grande parte impingida não pelos espanhóis, mas por “irmãos” compatriotas, na luta de classes supra referida por mim, no *Manifesto de Carúpano*:

No *Manifesto de Carúpano*, Bolívar analisa as causas de sua derrota, porém antes celebra aos soldados que lhe seguiram quando da Campanha Admirável: “Os guerreiros granadinos nunca deixaram murchar seus galardões quando combateram contra os dominadores da Venezuela...”

Compreende que o ideal independentista não havia calado fundo no peito das massas populares, que os escravos temiam menos aos espanhóis que aos mantuanos, e que os pardos preferiam a Boves. Por tudo isso, afirma: “Vossos irmãos e não os espanhóis se desgarraram de vosso seio, derramaram vosso sangue, incendiaram vossos lares e os condenaram à expatriação”. (PIVIDAL, 2021, p. 71, tradução livre, grifos nossos).

Bolívar glorifica a memória dos combatentes de Nova Granada ao reafirmar que o sacrifício daqueles que tombaram não teria sido em vão, novamente exorta pela libertação latino-americana e ratifica seu compromisso com esta luta, sem esmorecer frente esta segunda derrota:

Dirigindo-se ao Congresso de Nova Granada – autorizador da Campanha Admirável – apontou para a glorificação dos combatentes: “falo deste augusto corpo que me foi enviado com suas tropas a auxiliar-nos, como o fizeram heroicamente até *expirarem todos* no campo de honra”.

Sua vontade de vencer ficou ratificada: “Eu lhes juro que, libertador ou morto, merecerei sempre a honra que me fizeram: *sem que haja esforço humano sobre a terra que detenha o curso a que me propus seguir até voltar segundamente a libertar-nos...*” (PIVIDAL, 2021, p. 71, tradução livre, grifos nossos).

O Libertador também usa do exemplo dos neogranadinos para convocar aos venezuelanos para igualá-los e/ou superá-los na disposição à batalha pela liberdade, em seu discurso:

Falando aos seus, exorta aos granadinos para uma nova contenda militar, e dirige patrioticamente aos venezuelanos indiferentes a empreender antes que aqueles a guerra de libertação nacional. **“Esperai, compatriota, ao nobre, ao virtuoso povo granadino que voará ansioso a recolher novos troféus, a prestar-lhes novos auxílios e a nos trazer de novo a liberdade, *se antes* vossos valores não a arrebatam”.** (PIVIDAL, 2021, p. 71, tradução livre, grifos nossos).

Enquanto isso, na Venezuela, Boves continua sua campanha vitoriosa contra as tropas mantuanas... até que é morto em combate:

Em 5 de dezembro de 1814, Boves derrota, na batalha de Urica, aos generais venezuelanos: Ribas, Piar, Bermúdez, Monagas, Cedeño, Zaraza, etc., porém perde a

vida combatendo como simples soldado. (PIVIDAL, 2021, p. 71, tradução livre, grifos nossos).

6.10 A IMPORTANTÍSSIMA E LAPIDAR “*CARTA DA JAMAICA*”

Momento e circunstâncias em que se encontrava Bolívar pouco antes de escrever a famigerada Carta da Jamaica:

Quando o Libertador escreve este documento (6 de setembro de 1815), encontra-se desterrado em Kingston e vive um dos seus momentos mais angustiantes: vencido pelos espanhóis; expulso ao segundo exílio pelas discórdias e insubordinações de seus próprios generais; injuriado por sua própria criada, a quem “não lhe pude pagar, porque não tenho um só maravedí” - moeda de então - e salvo milagrosamente do punhal assassino do negro Pío - seu antigo servente – quando este esfaqueou a rede onde lhe supunha dormindo, na noite que visitou em sua casa a Luisa Crober, a bela dominicana. (PIVIDAL, 2021, p. 76, tradução livre, grifos nossos)

Apesar das terríveis circunstâncias que poderiam colocar qualquer um preso à desesperança e com um cenário de improvável retomada de força para o combate, Bolívar escreve talvez sua mais inspirada carta, com confiança e inabaláveis convicções de superação e idealismo para com o surgimento e a vitória da nação e do povo latino-americanos: **“Não obstante, Bolívar cresce frente ao infortúnio e, com energia e confiança, supera seu presente adverso para vislumbrar o futuro e personificar com linguagem visionária o espírito nacional de Nuestra América”** (PIVIDAL, 2021, p. 71, tradução livre, grifos nossos).

Sobre a carta, ela foi inicialmente uma resposta a um nobre residente na Jamaica, que gostaria de entender seus princípios e ideais, bem como o que o movia no sentido destes... acabou se consagrando como Carta da Jamaica e se tornando uma referência para todos latino-americanos hoje, como luz para a causa da Pátria Grande, ficou perdida durante 18 anos, até ser encontrada pelo cubano Francisco Javier Yanes:

O documento se intitulou *Resposta de um americano meridional a um cavalheiro desta ilha*, mas passou à posteridade como a *Carta da Jamaica*. Foi dada a público em Caracas (1833) na tipografia de “Damirón e Dupuy”. O original esteve perdido pelo espaço de 18 anos. Seu achado se deveu ao cubano Francisco Javier Yanes. (PIVIDAL, 2021, p. 71, tradução livre, grifos nossos).

Esta carta consagra em definitivo a inequívoca posição bolivariana à cerca da indispensável integração latino-americana:

Até então, Bolívar havia se manifestado esporadicamente à cerca da indispensável integração dos países da América para fazer frente ao colonialismo espanhol e obter a independência. Defensor consistente das concepções de Viscardo y Guzmán e do melhor da obra de Miranda, porém não expositor preciso de seu ideal unionista, não tanto, pelo menos até então, como destilam os pronunciamentos dessa “carta profética”: “Eu desejo mais que qualquer outro ver formar na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riqueza do que por sua liberdade e glória...” (PIVIDAL, 2021, p. 71, tradução livre, grifos nossos).

Pividal coloca ainda tratar-se de uma carta profética:

É profética porque, sem haver transitado ainda pelos caminhos da América, **intui, com visão antecipada, o futuro hemisférico**, emitindo juízos tão exatos que jamais haviam sido igualados: “Seguramente a união é o que nos falta para completar a obra da nossa regeneração... mas esta união não nos virá por prodígios divinos, senão por efeitos sensíveis e esforços bem dirigidos”. (PIVIDAL, 2021, p. 77, tradução livre, grifos nossos).

“Enquanto, às partes em disputa, sentencia” (PIVIDAL, 2021, p. 77), em uma construção tanto correta, como poeticamente magistral, evidencia assim o papel e o caráter das vanguardas:

Os primeiros [conservadores] são, o que é comum, mais numerosos, porque o império dos costumes produz o efeito da obediência... os últimos [reformadores] são sempre menos numerosos, ainda que mais veementes e ilustrados. Deste modo a massa física se equilibra com a força moral... (PIVIDAL, 2021, p. 77, tradução livre, grifos nossos).

Bolívar então conclui que a massa acaba por seguir a inteligência, se lhe for apresentada a vanguarda, não se pode pensar manipulá-la, mas dar-lhes caminho, escolha e possibilidade de crescimento e consciência para se identificar e desenvolver a luta justa, (de classes, pode-se dizer, Bolívar antecipando a teoria da práxis do marxismo): “Por forma, entre nós, a **massa seguiu a inteligência**”. (BOLÍVAR, 1815 apud PIVIDAL, 2021, p. 77, tradução livre, grifos nossos).

E pondera Pividal sobre a frase subsequente de Bolívar, se na verdade não continuamos sobre a mesma condição:

Depois de ter descrito com **genialidade visionária a situação do homem americano, poderíamos perguntar-nos hoje se a mesma foi modificada**: “Os americanos, no sistema espanhol que está em vigor, e quem sabe com maior força que nunca, **não ocupam outro lugar na sociedade que o de servos próprios para o trabalho e, quando mais, o de simples consumidores...**”. (BOLÍVAR, 1815 apud PIVIDAL, 2021, p. 77, tradução livre, grifos nossos).

Pividal relata que Bolívar continua suas observações ao dizer que até enquanto

consumidores as possibilidades dos latino-americanos ainda eram muito restritas, enumerando situações:

Mais adiante, explica que ainda a parte de “simples consumidores” estava “suprimida por restrições chocantes”. E, entre essas restrições, relaciona: ... o veto das produções que o rei monopoliza, o impedimento das fábricas que a mesma Península não possui, os privilégios exclusivos do comércio até dos objetos de primeira necessidade, os entraves entre províncias e províncias americanas, para que não se relacionem, se entendam, nem negociem... (BOLÍVAR, 1815 apud PIVIDAL, 2021, p. 77-78, tradução livre, grifos nossos).

Também deixa claro do porquê éramos “servos próprios para o trabalho”:

(...) quer o senhor saber qual era nosso destino? Os campos para cultivar o anil, o grão, o café, a cana, o cacau e o algodão, as planícies solitárias para criar gado, os desertos para caçar as bestas ferozes, as entranhas da terra para escavar o ouro que não pode saciar a essa nação avarenta. (BOLÍVAR, 1815 apud PIVIDAL, 2021, p. 78, tradução livre, grifos nossos).

José Martí, a seu tempo, já denota o continuísmo da nossa condição, porém a nação exploradora principal já é outra, à qual também se faz necessário independizar-se:

Já não é a mesma a nação avarenta! José Martí denunciou a nova: Jamais houve na América assuntos que requeiram mais sensatez... nem peçam exame mais claro e minucioso que **o convite que os Estados Unidos, potentes, repletos de produtos invendáveis, e determinados a estender seus domínios na América, fazem às nações americanas de menor poder (...)** Da tirania da Espanha soube salvar-se a América espanhola; e agora (...), urge dizer, porque é a verdade, que **chegou para a América espanhola a hora de declarar sua segunda independência.** (MARTÍ, 1965 apud PIVIDAL, 2021, p. 78, tradução livre, grifos nossos).

E continua Pividal a destacar este paralelismo entre as épocas de Bolívar e José Martí, conforme traça o último: “**Já não os monopólios do rei**, como apontava Bolívar! **Agora são os do imperialismo estadunidense, como assinala Martí.**” (MARTÍ, 1965 apud PIVIDAL, 2021, p. 78, tradução livre, grifos nossos).

Fazendo-se uma síntese de pontos destacados na Carta da Jamaica pode-se assinalar seu extremo valor:

Na *Carta da Jamaica*, o **Libertador** descreve:

- O estado da América, antes e depois das primeiras lutas.
- Denuncia os vícios sociais e políticos daqueles países e indica os remédios aplicáveis ao mal.
- Combate a forma monárquica de governo.
- E, com uma perspicácia que assombra, pressagia a sorte do continente: “Esta nação se chamaria Colômbia, como um tributo de justiça e gratidão ao criador do nosso hemisfério”. (BOLÍVAR, 1815 apud PIVIDAL, 2021, p. 78-79, tradução livre, grifos nossos).

E Bolívar acerta sobre alguns eventos na região meridional da América Latina e na América Central e suas ilhas caribenhas, como narra Pividal:

Quatro anos depois (17 de dezembro de 1819), cumpria-se esta profecia: “... **em Buenos Aires haverá um governo central, em que os militares levem a primazia...**”.

Mantém plena vigência, apesar de mais de um século e meio transcorrido: “**Porto Rico e Cuba (...) são os que mais tranquilamente possuem os espanhóis, porque estão fora do contato com os independentistas. Mas não são americanos estes insulares? Não são vilipendiados? Não desejam seu bem-estar?**”. Para Cuba, a separação da Espanha demorou oitenta e três anos depois do vaticínio do Libertador. A independência total, cento e quarenta e quatro. (BOLÍVAR, 1815 apud PIVIDAL, 2021, p. 79, tradução livre, grifos nossos).

E, desafortunadamente, Porto Rico tornou-se uma colônia estadunidense, onde até hoje permanece, malgrado os vários movimentos e sentimentos independentistas, latino-americanos e anti-imperialistas de grande parte dos porto-riquenhos.

Prossegue o Libertador, em sua Carta da Jamaica, de novo vaticinando o futuro de nosso continente e de nossa árdua luta “a la muerte”, que continuamos a travar ainda hoje... “venceremos!” (?). Persistimos nas mesmas contradições, os dados ainda rolam:

Em uma parte, triunfam os independentistas, enquanto que os tiranos, em lugares diferentes, obtêm suas vantagens, e qual é o resultado final?, não está o Novo Mundo inteiro mobilizado e armado para sua defesa? Vislumbremos e observaremos uma luta simultânea na imensa extensão deste hemisfério (BOLÍVAR, 1815 apud PIVIDAL, 2021, p. 79, tradução livre, grifos nossos).

A luta hemisférica mantém plena vigência: de uma parte, a escravidão, a barbárie e a guerra; da outra, e ao mesmo tempo, a libertação dos povos, o progresso social e a paz. (PIDIVAL, 2021, p. 79, tradução livre, grifos nossos).

É na Carta da Jamaica que já Bolívar já manifesta ter a ideia de um congresso que celebre a união de todas as repúblicas latino-americanas, já inclusive com a concepção de uma Grande Colômbia, que era o nome que adotava para nossa Pátria Grande. É na Carta da Jamaica também que traça a primeira crítica à inação do vizinho do norte, o que ficará mais claro com o tempo que não se trata de inação, mas sim de conspiração:

Na *Carta da Jamaica* – transcendental documento que explica as razões da guerra revolucionária, concebe a Grande Colômbia e é consistente à celebração do Congresso do Panamá - o Libertador critica, pela primeira vez, a “neutralidade” dos Estados Unidos:

... até nossos irmãos do norte têm se mantido imóveis espectadores desta contenda, que por sua essência é a mais justa, e por seus resultados a mais bela e importante de quantas tenham suscitado nos séculos antigos e modernos... (BOLÍVAR, 1815 apud PIVIDAL, 2021, p. 79, tradução livre, grifos nossos).

A partir do exílio e a partir da Carta da Jamaica, Bolívar passa a apresentar mais seu pensamento, e se caracterizar mais enquanto Bolívar, “**O ideológico**” (PIVIDAL, 2021, p. 80):

Durante vinte e cinco meses – de setembro de 1814 a dezembro de 1816 - Bolívar sofreu os rigores do seu segundo e de seu terceiro desterro: “... é preferível - disse – a morte à expatriação”. Cartagena das Índias, Kingston e Port-au-Prince deram berço à sua transformação: o pensador inquieto cedeu lugar ao escritor profundo; o terratenente revoltoso, ao revolucionário consciente; o oficial mantuano ao guerrilheiro intrépido; o doutrinário febril, ao analista político; o admirador das instituições estrangeiras, ao reafirmador da grandeza autóctone.

No desterro, vai amadurecendo **o homem**:

O que abandona a tudo para ser útil a seu país, nada perde e ganha o quanto se consagra.

Ao Presidente das Províncias Unidas de Nova Granada,
10 de setembro de 1815

Proclamei a liberdade absoluta dos escravos!

Ao general Malón,

27 de junho de 1816

(BOLÍVAR, 1815 apud PIVIDAL, 2021, p. 80, tradução livre, grifos nossos).

O desterro transmuta-o e o amadurece em diversos outros sentidos, forja-se um novo homem, aflora-se um novo espírito combatente e de consciência de vida e papel:

No exílio vai surgindo também o novo combatente:

Ainda que a guerra seja o compêndio de todos os males, a tirania é o compêndio de todas as guerras.

Proclama aos cidadãos da Cundinamarca,
17 de dezembro de 1814

A coragem é preferível ao número, e a habilidade superior à coragem.

Ao general Arismendi,
26 de junho de 1816

O sistema militar é o da força, e a força não é governo.

A Cortés Madariaga,
26 de novembro de 1816

(BOLÍVAR, 1815 apud PIVIDAL, 2021, p. 80-81, tradução livre, grifos nossos).

O sentimento pátrio na perda e nas saudades do exílio exponencializa-se:

No desterro sente, como nunca antes, a necessidade da Pátria, referida esta ao solo natal, para, **a partir dali, começar a empreitada capaz de forjar a Grande Nação Hispano-americana.**

Minha ambição limita-se a liberar o meu país e a ser estimado como homem de bem por meus coetâneos.

Ao Juan Jurado,
8 de dezembro de 1814

Quaisquer que sejam os dias que a Providência me tenha ainda destinados, todos, até o último, serão empregados a serviço da América.

Ao Presidente das Províncias Unidas da Nova Granada,
8 de maio de 1815

Amo a liberdade da América mais que a minha própria; e para consegui-la não poupei sacrifícios.

Ao Presidente do governo geral de Nova Granada.
(BOLÍVAR, 1815 apud PIVIDAL, 2021, p. 81, tradução livre, grifos nossos).

A necessidade de inflamar aos outros e buscar alianças à causa faz desenvolver-se também enquanto político:

No desterro, vai-se desenvolvendo o político (PIVIDAL, 2021, p. 82):

Para julgar as revoluções e seus autores, é mister observá-los bem de perto e julgá-los de muito longe.

A Pedro Gual,
9 de fevereiro de 1815

Quando os partidos carecem de autoridade, ora por falta de poder, ora pela vitória de seus contrários, nasce o descontentamento e os debilita; os chefes subdividem a causa em tantas partes quanto são eles. [identitarismo se aproveita disto]

Ao diretor de *The Royal Gazette*,
28 de setembro de 1815

A aclamação livre dos cidadãos é a única fonte legítima de todo poder humano.

Ao general Petión, Presidente do Haiti,
9 de outubro de 1816

(BOLÍVAR, 1815 apud PIVIDAL, 2021, p. 82, tradução livre, grifos nossos).

A partir de então, deste salto ontológico do personagem Bolívar - e, nele, enquanto personificação de todo interesse do povo latino-americano, em sua posição de vanguarda -, Pividal passa a sublinhar o papel de “Bolívar Frente aos Estados Unidos” (PIVIDAL, 2021, p. 83).

O retorno de Bolívar à Venezuela, todo seu fervor e paixão revolucionário conclamando seus partidários e o povo, bem como exortando a liberdade e a igualdade entre nós:

No Ano Novo de 1817, Bolívar desembarca em Barcelona – Venezuela – procedente de seu terceiro desterro. **Propõe-se a desencadear a guerra revolucionária** (PIVIDAL, 2021, p. 83, tradução livre, grifos nossos).

Eu voo à cabeça de meus companheiros de armas para romper vossas correntes. Já não haverá escravos na Venezuela. Todos os cidadãos serão iguais ante a Lei. A cruel Espanha não reinará mais tempo em nossas comarcas. Seremos para sempre livres, iguais e independentes.

Aos caraquenhos,
9 de janeiro de 1817

(BOLÍVAR, 1817 apud PIVIDAL, 2021, p. 83, tradução livre, grifos nossos).

Conforme vemos nas palavras bolivarianas, seu objetivo é emancipar ao povo, acabar com a opressão, inclusive mantuana, as derrocadas da primeira e segunda repúblicas ajudaram a refletir sobre seus erros e o exílio possibilitou estas hábeis reflexões e sua transformação. Sempre foi parte de seu ideário, mas agora esta bandeira é destacada por si como grande aglutinadora popular e palavra de ordem aberta e principal; a despeito de antes, quando tentava negociar e convencer aos mantuanos, em debates mais intramuros, nos congressos, querendo favorecer o povo, mas com a liderança, condução e beneplácito dos oligarcas, diplomaticamente. Agora, ao contrário, convoca o povo a lutar, investe na força popular revolucionária, diretamente, para independizarem o seu país e fazer deste seu país de fato,

conquistando com suas mãos a igualdade e liberdade:

Traz na mente a institucionalização do país. A execução desta ideia implicou numa análise profunda dos fracassos da Primeira e da Segunda Repúblicas: as massas populares não continuariam ausentes do processo revolucionário; o desenvolvimento econômico resultava indispensável para a sustentação das forças revolucionárias; era necessário estruturar legalmente a uma nação nascente como demonstração precoce de sua robustez, se se queria obter o reconhecimento internacional dos beligerantes; impunha-se a constituição de um órgão que possibilitasse ao rei da Espanha o trato direto com os patriotas, sem a obrigatoria via através da pessoa do Libertador; caducariam os mandatos dos deputados eleitos em 1811; teria que se ratificar a convocatória a um novo Congresso, e, dar-se constitucionalidade ao governo pessoal que até então haviam exercido, porque segundo ele mesmo reconhecia: “... os homens querem que os sirvam ao gosto de todos e o modo de agradá-los é os convidando a participar do poder e da glória”. (BOLÍVAR, 1817 apud PIVIDAL, 2021, p. 77-78, tradução livre, grifos nossos).

Portanto, Bolívar necessitava de uma organização estrutural do seu projeto, de modo a evitar erros passados e enrobustecer a institucionalidade e legitimidade de todo movimento independentista, para conseguir tornar isto viável, diz Pividal:

A viabilização deste projeto requeria reorganizar o exército, conformar uma opinião pública que respondesse ao ideal independentista e republicano e conquistar um território sobre o qual assentar a tudo isso para realizar a jornada libertadora. (PIDIVAL, 2021, p. 84, tradução livre, grifos nossos).

Estas tarefas foram desenvolvidas não sequencial e isoladamente, uma por uma, mas sim paralelamente e sistemicamente:

Não foram tarefas que empreendera por etapas, mas sim **em conjunto**.

Mudanças na Venezuela

Morto Boves, os llaneros não ficaram à deriva. Logo apareceu outro *Taita*: o sarará [catire] - loiro - José Antonio Páez, conhecedor como aquele dos costumes llaneros e penetrante psicólogo da alma daqueles homens, aos quais deveria converter em abandeirados da república e da liberdade. Páez, segundo o idealismo llanero, nasceu para chefiar. Com arrazoamentos simples e expressões caipiras/simplórias [palurdas] pôde lhes convencer de que os objetivos da luta – terra, gado, amor e vida – eram venezuelanos, sempre haviam estado ali e não tinham sido trazidos de parte alguma. Era a Pátria pela qual havia-se de combater! O único legado de fora eram os espanhóis, a quem se havia de derrotar. Além do que, o sarará Páez era superior ao *Taita* Boves, porque morria e voltava a viver: Páez era epilético! (PIDIVAL, 2021, p. 84, tradução livre, grifos nossos).

Não apenas Bolívar mudou nos anos de exílio, também estava distinta a Venezuela:

A situação na Venezuela tinha mudado muito durante seus dois anos de ausência. Páez, Arismendi, Piar, Bermudez, etc. - caudilhos de pátrias pequenas, difíceis de se enquadrarem em um ordenamento militar baseado nas hierarquias

castrenses - haviam mantido viva a chama da insurreição nos llanos e no oriente do país.

A luta guerrilheira havia feito uma espécie de seleção natural dos melhores. As grandes massas do povo venezuelano nutriam as fileiras dos combatentes. A nova oficialidade provinha de berços muito humildes. A cor da pele não impedia o ascenso às mais altas hierarquias militares. A guerra jamais cessou, porém a unidade não havia sido conseguida. Combatia-se em todo o país, porém a Venezuela continuava sendo escrava. (PIVIDAL, 2021, p. 84-85, tradução livre, grifos nossos).

Tendo em vista esta “seleção natural”, faltava-lhes a centralização e unidade das forças revolucionárias, esta tarefa caberia a Bolívar, como este logo se apercebeu:

Bolívar logo compreendeu seu trabalho mais árduo: reduzir todas as forças revolucionárias a um mando político militar único e indiscutível. A tarefa não era fácil frente a caudilhos locais como Páez, Piar, Mariño, Arismendi, Bermúdez, etc..

As proclamações, decretos e ordens militares que faz chegar a tais chefes vão encabeçados com os títulos correspondentes às suas exitosas ações do passado – conquista do Magdalena e Campanha Admirável - reflexo fiel de uma autoridade histórica sem discussão alguma: Simón Bolívar, Chefe Supremo da República e Capitão-Geral dos Exércitos da Venezuela e Nova Granada. (PIVIDAL, 2021, p. 85, tradução livre, grifos nossos).

Frente a seu histórico e atitudes em prol da revolução, Bolívar não tem dedos para reclamar e assumir sua legitimidade enquanto comandante em chefe de no Congresso de Angostura – inclusive aglutinando a Nova Granada, busca a integração na luta das nações latino-americanas:

No discurso pronunciado em Angostura (10 de novembro de 1817), ao se declarar solenemente instalado o Conselho de Estado, Bolívar explica onde e quem lhe confiou o poder e títulos que ostenta:

Pela assembleia de Margarita de 6 de maio de 1816, a República da Venezuela foi decretada uma e indivisível. Os povos e os exércitos que até agora tem combatido pela liberdade sancionaram, pelo mais solene e unânime reconhecimento, esta ata, que, ao mesmo tempo que reuniu aos estados da Venezuela em um só, criou e nomeou um poder executivo sob o título de Chefe Supremo da República. (PIVIDAL, 2021, p. 85, tradução livre, grifos nossos).

Com este cuidado em organizar a linha de comando e centralizar o controle e manejo da luta emancipatória, Bolívar teve que fundamentar uma grande e coerente “**Institucionalização revolucionária**” (p. 85), com isto também empossou subordinados de confiança para tratarem com os Estados Unidos:

Com o ano de 1817, começa a organização revolucionária no militar, no político e no civil, do que deverá ser a Terceira República. Tudo segundo as orientações do Libertador!

Em 5 de janeiro designa ao general de brigada Lino de Clemente como agente e comissionado especial da República da Venezuela - não existia como tal -, próximo

do governo dos Estados Unidos da América do Norte. (PIVIDAL, 2021, p. 85-86, tradução livre, grifos nossos).

O auxílio do cartaginês e neogranadino Dom Pedro Gual, nos Estados Unidos:

Já Dom Pedro Gual, em agosto de 1815, havia sido nomeado agente da cidade-Estado de Cartagena das Índias ante o governo de Washington. Sua missão consistia em comprar armas, munições e obter o reconhecimento. Os Estados Unidos continuavam negando-se a dar “o sal e a água” [expressão idiomática, significa que os EUA não faziam nada para ajudar o mínimo, ainda que com coisas simples, abundantes, fáceis de se fazer – como emprestar sal para cozinhar e/ou dar um copo d’água a um vizinho com sede] a seus “vizinhos” do Sul. Gual só foi capaz de colher indiferenças e fracassos, sobretudo quando Cartagena e até mesmo Bogotá caíram, ao fim daquele ano, nas mãos dos realistas. Ainda que já sem função oficial de ser, Gual continuou morando nos Estados Unidos, muito ligado a Lino de Clemente e estabelecendo relações com os patriotas hispano-americanos. (PIVIDAL, 2021, p. 86, tradução livre, grifos nossos).

Neste serviço alhures, em terras estadunidenses, a primeira comunicação já se dá logo em seguida à indicação de Clemente e contando com o apoio de Gual, nesta representação em Pátria Grande: “**Em 6 de janeiro Bolívar decreta o bloqueio das costas da Guiana, de Cumaná e de Barcelona. Tal decreto é dado a conhecer nos Estados Unidos através da imprensa oficial por intermédio de Gual e Clemente**” (PIVIDAL, 2021, p. 86, tradução livre, grifos nossos).

A tarefa de centralização, organização e integração da luta revolucionária enfrenta suas primeiras insubordinações e alguns ruídos:

Bolívar apenas passara uma semana em território venezuelano, quando se vê forçado a combater as manifestações anárquicas de dois de seus generais: as turbulências de Mariño e a insubordinação de Piar. O primeiro convocou no povoado de Cariaco (8 de janeiro) uma assembleia que disse ter sido acordada com o Chefe Supremo e cujos membros se proclamaram [ascendentes de Juan Guaidó?] representantes da República da Venezuela. Mariño exercia o comando das forças terrestres [paradoxal que fosse], e Bríon, o das forças navais. A proximidade do general Morillo, chefe dos realistas, dispersou os integrantes do Congresso de Cariaco. Bolívar o desconheceu em todo momento e para evitar indisciplinas similares ditou (6 de junho) o *Regramento sobre o modo de conhecer e determinar nas causas militares*. Sua intenção não era outra que a de “abreviar o julgamento militar sem faltar às formalidades que o fazem justo”. (PIVIDAL, 2021, p. 86, tradução livre, grifos nossos).

A tomada de Angostura em 18 de julho de 1817 e, mês depois, a da Ilha Margarita:

A tomada de Angostura – hoje Ciudad Bolívar - permite-lhe escrever: **Por fim tenho o gosto de ver a Guiana livre! A capital se rendeu a nós em 18 do passado [julho], e estas fortalezas [as de Baixa Guiana] no dia 3 do corrente**”. A Leandro Palacios, 7 de agosto de 1817. (BOLÍVAR, 1817 apud PIVIDAL, 2021, p. 86, tradução livre, grifos nossos).

“Um mês depois é libertada a ilha de Margarita, a que, pela heroicidade de seus habitantes foi rebatizada: Nova Esparta!” (PIVIDAL, 2021, p. 87, tradução livre, grifos nossos).

Com isto, em pouco mais de sete meses, Bolívar conseguiu liberar uma boa porção de terras para se embasar e organizar a luta, um dos seus primeiros objetivos:

Bolívar necessitou de apenas sete meses e onze dias, a partir de sua chegada a terra firme - designação que os espanhóis davam à América Continental –, para dar cumprimento à primeira de suas metas: um território livre onde pudesse se embasar e dispor de tudo. (PIVIDAL, 2021, p. 87, tradução livre, grifos nossos).

Bolívar decreta medidas populares que facilitaram a adesão das classes menos abastadas na causa revolucionária, entre estes o *llaneros*; os espanhóis haviam impetrado a causa econômica, que dava direito ao saque para quem aderisse à causa da coroa, Bolívar lança o direito ao confisco e sequestro dos bens disponíveis por mantuanos e espanhóis que haviam se evadido das zonas de conflito para outros países:

Como contrapartida à causa econômica - direito ao saque – que permitiu a Boves aglutinar em torno de si aos “despossuídos e marginalizados da Venezuela”, decreta e regulamenta (3 de setembro) o direito ao confisco e o sequestro dos bens dos espanhóis e crioulos que, temendo à escassez, abandonaram tudo para se refugiar em outras nações:

É um escândalo e uma vergonha a nosso país - continua dizendo a Leandro Palacios – que haja, todavia, compatriotas que vejam com indolências os sacrifícios que fazem seus irmãos pela Pátria, e que eles se prostem na inação de simples expectadores. Antes tinham o pretexto de seus familiares, que não podiam abandonar; porém agora não mais poderão alegá-lo, porque não vejo nenhum inconveniente para que os tragam a esta Província [a Guiana, recém liberada], onde há tanta tranquilidade como no país mais pacífico, e onde, por fim, terão mais meios de subsistir. (PIVIDAL, 2021, p. 87, tradução livre, grifos nossos).

Bolívar cria e organiza seu Estado Maior para a guerra independentista e regulariza a divisão dos bens confiscados e sequestrados:

Para a realização exitosa de suas campanhas militares, organiza (24 de setembro) a criação de um Estado Maior Geral que dirija os exércitos patriotas. A lei de Repartição de Bens Nacionais (10 de outubro) é um instrumento de projeção social que explica entre quem se há de repartir os produtos dos confiscos e dos sequestros:

Artigo 1o – Todos os bens imobiliários e imóveis, que em conformidade ao citado decreto e regulamento [3 de setembro] tenham sido sequestrados e confiscados, ou que devam ser sequestrados e confiscados, e não tenham sido alienados e nem possam ser alienados em benefício do erário nacional, serão repartidos e adjudicados aos generais, chefes, oficiais e soldados da República, nos termos que serão expressos abaixo.

Artigo 3o – Os oficiais, sargentos, cabos e soldados que obtiverem ascensos posteriores à repartição terão direito de reclamar o déficit que haja entre a quantidade que receberam quando exerciam a função anterior e a que lhes

corresponde pelo que ultimamente se-lhes-houver conferido e exerçam no momento da última repartição. (PIVIDAL, 2021, p. 87-88, tradução livre, grifos nossos).

A regularização deu incentivos e segurança para que estes fossem cumpridos, incentivando a adesão à luta revolucionária:

Tudo dentro do mais estrito cumprimento à lei. Os transgressores eram severamente sancionados, ainda que se tratasse de oficiais das mais altas graduações:

“Ponha, o senhor, em prisão [escrevia ao fiscal militar] ao Chefe do Estado Maior da Cavalaria por malversação dos interesses do Estado...” (BOLÍVAR, 1817 apud PIVIDAL, 2021, p. 88, tradução livre, grifos nossos).

E Bolívar era implacável para garantir esta coesão e ordem, evitando o enfraquecimento da causa, apesar de muitas vezes tentar ajudar algum réu em julgamento e não desejar sua condenação, anuía ao que fosse decidido, desde que justo frente à Lei:

Nada, nem ninguém, o detinha quando o estabelecimento da República estava em perigo. Pouco antes de que o general Piar - herói da libertação da Guiana – fosse fuzilado (16 de outubro), Bolívar escreveu a José Francisco Bermúdez:

Meu desejo particular, privado, é agora que o Conselho de Guerra possa conciliar o rigor da lei e o crédito do Governo com os merecimentos do réu. Escolherei para o Conselho de Guerra, dentre os oficiais gerais com as qualidades que requer a lei, aqueles que eu saiba que não tem motivos para ressentimentos contra Piar. Brión, seu patrício [ambos eram curaçolenses] e seu mais íntimo amigo, será o Presidente... (BOLÍVAR, 1817 apud PIVIDAL, 2021, p. 88, tradução livre, grifos nossos).

E vai estruturando toda a organização política, financeira, bélica e pública no meio da guerra... aliás, para conseguir ganhar a guerra, com grande habilidade, perspicácia e estratégia:

Mediante o decreto firmado em Angostura (30 de outubro), o Libertador cria as bases da administração pública em plena guerra. Surge assim o Conselho de Estado, que “não pode ser convocado nem presidido a não ser pelo Chefe Supremo”, com funções legislativas e cujo ditame “será ouvido e suas considerações terão a maior influência nas deliberações do Chefe Supremo”. Para esclarecer o anterior, o artigo 6o declara: “O Chefe Supremo convoca, segundo lhe parecer, uma ou duas seções, ou o Conselho Geral de Estado; porém nem aquelas e nem este poderão ter em nenhum caso mais do que voto consultivo”. (BOLÍVAR, 1817 apud PIVIDAL, 2021, p. 88-89, tradução livre, grifos nossos).

Uma semana depois institui também o Conselho de Governo, cuja finalidade “é de preencher provisoriamente as funções do Chefe Supremo em caso de falecimento”.

O próprio Bolívar reconhecia que: “A República sofrerá um considerável transtorno se o Conselho de Governo não estiver estabelecido antes de que eu empreenda a próxima campanha”. (BOLÍVAR, 1817 apud PIVIDAL, 2021, p. 89, tradução livre, grifos nossos).

Segundo um dos principais biógrafos de Bolívar, que o acompanhou pessoalmente:

Segundo O’Leary, seu biógrafo mais notório, conhecido como o “quarto evangelista do Libertador”, **ambas instituições não passavam de ser: “uma reunião de empregados civis e militares, nomeados pelo Chefe Supremo com a única atribuição de discutir alguns assuntos resolvidos já de antemão por ele”**. (O’LEARY, 1920 apud PIVIDAL, 2021, p. 89, tradução livre, grifos nossos).

Esta organização suprema, ao mesmo tempo que dava uma estrutura jurídico-política ao governo revolucionário, também era uma artimanha para assegurar formalmente a centralização do poder em mãos do Libertador, importante em tempos de guerra e para integração latino-americana:

Esta era a resposta de Bolívar a todos aqueles que desde os tempos da Primeira República se empenhavam em rodear de entraves ao Poder Executivo por temor de que a República caísse sob o jugo do despotismo unipessoal. Pretendia-se encurralar ao executivo sem conseguir outra coisa a não ser debilitar a celeridade e eficácia de suas decisões. Foram as mesmas razões que esgrimiram os fundadores da **Primeira República para se decidirem pelo regime federal, que não obteve mais que não diluir a responsabilidade do poder central**. Este temor deu origem aos triunviratos anteriormente referidos, cujos membros deviam alternar-se no poder para que a ação executiva resultasse o mais impessoal possível... Assim ocorreu com o Congresso de Cariaco, que foi realizado sob a consigna de “restabelecer o Governo em recesso”, ou seja, o de 1811: sistema federal e executivo colegiado. Foram tão ridículas as designações dos triunviratos que Fernando del Toro, inválido desde 1811 e exilado na ilha de Trinidad, foi o primeiro selecionado; seguiu-o Francisco Javier Mayz; e como terceiro membro se escolheu Bolívar, que nada teve a ver com o processo, e cujo governo, segundo esta convenção, deveria se exercer por um mês a cada três. (PIDIVAL, 2021, p. 89, tradução livre, grifos nossos).

Apenas manobras institucionais e burocráticas não são suficientes, Bolívar se entranha entre o povo, para fazer pátria e ser o líder vivo desta na guerra e na unidade latino-americana:

Porém, isto não basta. **Bolívar compreende a necessidade de lutar junto aos guerrilheiros do oriente venezuelano e junto aos centauros de Páez**, tem que **conviver com a tropa, de dia e de noite, no triunfo e na adversidade. E assim o faz... Suporta a fome, a fadiga e a sede; e pôde transcender as febres, as enfermidades e até o atentado pessoal! Ultrapassa a qualquer dos chefes e iguala a qualquer dos soldados no que tange à resistência, coragem e cavalgadura. Vai se conformando o Bolívar guerrilheiro, à mesma medida que cai por terra por detrás de si o oficial mantuano.** (BOLÍVAR, 1817 apud PIVIDAL, 2021, p. 89, tradução livre, grifos nossos).

E retoma Pividal as palavras eternas de Simón Bolívar: **“Sua palavra, ontem como hoje, continua inflamando aos despossuídos”** (PIDIVAL, 2021, p. 90):

Soldados! Vocês o sabem. A igualdade, a liberdade e a independência são nossa divisa (...) Nossas armas não partiram os grilhões dos escravos? A odiosa diferença de classes e cores não foi abolida para sempre? (...) A fortuna, o saber e a glória não lhes esperam?

Aos soldados do Exército Libertador,

17 de outubro de 1817
(BOLÍVAR, 1817 apud PIVIDAL, 2021, p. 90, tradução livre, grifos nossos).

Como invocou e presentificou as palavras eternas de Bolívar, faz então Pividal uma ponte para os dias atuais, onde, é válido o paralelo porque, tanto quanto à época de Bolívar, seguimos, América Latina e Caribe, enquanto oprimidos e, conforme estava se formando, o imperialismo ianque é hoje o principal opressor, antes conjuntamente com os imperialismos europeus, hoje também conjuntamente a estes, mas com fundamental protagonismo estadunidense... e surgem ainda o fascismo, desenvolvem-se e transformam-se em parte o racismo e as oligarquias e burguesias crioulas, conjuntamente na posição opressora.

Ainda a luta é frente os mesmos ditames civilizacionais, enquanto o povo, latino-americano, conforme o propósito deste trabalho, simboliza a cultura, o progresso e a educação; o opressor só pode representar o triunfo da barbárie e o atraso total:

Na atualidade, os povos da América Latina e o Caribe, como oprimidos, e o imperialismo ianque, o fascismo, o racismo e as oligarquias e burguesias crioulas, como opressores, resumem as forças em luta. O opressor simboliza a barbárie, a selvageria e o atraso. O oprimido se identifica com a cultura, a educação popular e o progresso. Agudiza-se o antagonismo de classes entre os exploradores e os explorados, entre poder tirânico e poder popular, como gostava de dizer o Libertador. (PIDIVAL, 2021, p. 90, tradução livre, grifos nossos).

Mas insiste Pividal, os Bolívares do mundo inspiram outros Bolívares a se formarem, por isto tão importante sua figura identificatória e tudo que representa enquanto símbolo e exemplo, pois a luta continua, entre poder tirânico e poder popular, conforme o Libertador, e, conforme Unamuno, parafraseando, os Bolívares precisam lutar para gerar a única paz válida:

A história está cheia de epopeias. Cada choque de forças gera uma. Bolívar foi o protagonista da maior de seu século: A independência do continente hispano-americano! (PIDIVAL, 2021, p. 90, tradução livre, grifos nossos).

Primeiras dificuldades com os E.U.A., ainda antes do começo da institucionalização venezuelana, o Hegemon a se criar sempre conspirou contra a integração latino-americana, “**A República da Flórida**” (PIDIVAL, 2021, p. 90):

Quando ainda não havia começado a institucionalização da Venezuela, surgiram, no exterior, as primeiras dificuldades com os Estados Unidos, cujos círculos governantes dedicaram-se, desde época bem remota, a obstacularizar o propósito integrador e independentista que alimentava Simón Bolívar. (PIDIVAL, 2021, p. 90-91, tradução livre, grifos nossos).

Em 29 de junho desse mesmo ano (1817), um grupo de 150 patriotas venezuelanos desembarcou e ocupou a ilha Amelia, na costa atlântica dos Estados Unidos, ao norte de Jacksonville e à frente da desembocadura do rio Saint Mary. Nesse mesmo

dia **proclamaram a instauração da República da Flórida**, declararam a Fernandina – seu porto principal – capital do novo Estado, **içaram o pavilhão tricolor que Miranda havia levado à Venezuela**, deixaram **constituído o governo civil e designadas as máximas autoridades militares e navais**.

Os habitantes da ilha eram em sua maior parte cidadãos norte-americanos, ainda que também houvesse espanhóis, pelo fato da Península da Flórida ainda estar, todavia, nas mãos da Coroa [espanhola]. O general de brigada Lino de Clemente – enviado especial do Libertador ante o governo dos Estados Unidos – e o doutor Pedro Gual receberam na segunda quinzena de março (1817) a seguinte comunicação, datada no quartel general de Barcelona em 5 de janeiro do referido ano: **Esta feliz mutação nos colocou em estado de contar com grandes meios para procurarmos objetivos militares e satisfazer as obrigações que contraímos, de autorizar aos senhores para que, com respeito às instruções que seguem anexadas, possam negociar os artigos que contêm, certos da exatidão com que serão pagas e cumpridas as que os senhores venham a contrair**.

SIMÓN BOLÍVAR

(BOLÍVAR, 1817 apud PIVIDAL, 2021, p. 91, tradução livre, grifos nossos).

A quantas andava a luta revolucionária naquele primeiro momento que Bolívar relatava uma “feliz mutação”:

As tais garantias de pagamento e os tais recursos para cancelamento das obrigações contraídas estavam por se ver, já que os realistas ocupavam a quase totalidade do território venezuelano. O único alcançado até então pelos patriotas era o cerco em torno da Guiana, a ocupação do povoado de San Fernando de Apure por tropas granadinas ao mando do general Rafael Urdaneta – nascido em Maracaibo –, e os bons propósitos de Bolívar de se reunir com seus milicianos do Aragua para então marchar sobre Caracas. A estes projetos chamava Bolívar de “feliz mutação”. (PIDVAL, 2021, p. 91-92, tradução livre, grifos nossos).

Conclama Bolívar por uma prensa tipográfica para divulgar os grandes feitos do exército libertador – importante instrumento também de agitação política frente ao povo, em carência e falta quase total a favor da revolução, mais uma dificuldade. Já as “instruções anexadas” eram para que fizessem contratos favoráveis em nome do governo revolucionário:

Dentro de sua característica euforia e confiança final no triunfo, continuava: Mando aos senhores **alguns papéis públicos [jornais]**. A falta notável da imprensa [estava-lhes dizendo: consigam uma prensa/tipografia] **priva-nos da satisfação de publicar os triunfos de nossos exércitos**. Neste agora tem ficado sepultadas **façanhas imortais**; algum dia verão a luz. (BOLÍVAR, 1817 apud PIVIDAL, 2021, p. 92, tradução livre, grifos nossos).

As referidas “instruções que seguem anexadas” facultavam para gerir todos os assuntos “políticos e comerciais”, assim como para “legalizar em nome da República - todavia inexistente – qualquer classe de instrumento ou contrato que eles (os representantes) julgassem apropriados”. (BOLÍVAR, 1817 apud PIVIDAL, 2021, p. 92, tradução livre, grifos nossos).

A importância estratégica em se ocupar a Flórida na guerra revolucionária contra a Espanha e na dissolução das forças desta:

Em 30 de março, Clemente e Gual emitiram, junto com Martín Thompson – agente de Buenos Aires – uma *missão* para que Gregorio Mac Gregor (escocês que desde 1811 havia granjeado inumeráveis triunfos na Venezuela, até alcançar as dragonas de general), **ocupasse um porto na costa oriental da Península da Flórida**, a fim de **promover a liquidação do poderio espanhol na América**, já que Cuba, desde esse mesmo instante, **“não estaria em segurança para a Espanha, porque esta se veria obrigada a retirar do México suas forças para proteger Cuba ou abandonar a esta para proteger ao México”**. **A ocupação desse porto obedecia a necessidades táticas e à defesa dos princípios de continentalidade hispânica da luta.** (PIVIDAL, 2021, p. 92, tradução livre, grifos nossos).

Mais explicações estratégicas quanto a importância da ocupação dos portos da Flórida para luta independentista bolivariano; e Gual, outra vez mais, mostra que a solidariedade e o pensamento recaem sobre toda América do Sul e América Latina, um só povo, mesmos objetivos, mesmos inimigos:

Desde **havia muitos anos, os patriotas sul-americanos tinham reconhecido a importância estratégica da costa oriental da Península da Flórida, como via obrigatória para as embarcações que, procedentes do norte industrial, dirigissem-se para o sul através do Estreito da Flórida ou do Paso de los Vientos.** (PIVIDAL, 2021, p. 92, tradução livre, grifos nossos).

Com esta ocupação, os navios venezuelanos poderiam se abastecer; armazenariam-se os equipamentos bélicos adquiridos nos Estados Unidos; implantariam-se direitos para a importação e exportação de mercadorias, e, o mais importante, criaria-se uma base naval para capturar toda embarcação que, com destino aos realistas da Venezuela, pretendesse burlar ao bloqueio decretado, *independentemente* da bandeira desfraldada. “Aqui estamos fazendo algo [escrevia Gual desde Fernandina] em benefício da América do Sul. Este é o único e exclusivo objeto que nos une a todos”. (PIVIDAL, 2021, p. 92-93, tradução livre, grifos nossos).

Ou seja, os objetivos e finalidades eram completamente diversos do que dizia Monroe: “Não se tratava, portanto de uma “simples aventura privada e sem autoridade”, como a qualificaria o presidente Monroe” (PIVIDAL, 2021, p. 93, tradução livre).

“O confisco” (PIVIDAL, 2021, p. 92, tradução livre, grifos nossos), a desculpa perfeita, como aliás sempre acontece, para os Estados Unidos intervirem:

Após cinco dias de ficar instaurada a República da Flórida, uma flotilha venezuelana capturou a escuna norte-americana *Tigre*, contratada pelo governo espanhol. Tal escuna saía do Orinoco, logo após ter intercambiado produtos nativos por armamento norte-americano. Poucos dias depois foi capturada também a escuna norte-americana *Libertad*, quando conduzia munições de boca para as forças espanholas.

Bolívar dispôs o confisco de ambas. Todas as diligências levadas a cabo pelo governo dos Estados Unidos para a devolução das escunas resultaram *debalde!* (PIVIDAL, 2021, p. 93, tradução livre, grifos nossos).

O EUA considera os revolucionários latino-americanos enquanto *potência* (em luta para se libertarem, com inúmeras baixas e carências, sem ter conseguido mais que um terço do

objetivo) e *estrangeira* (como se não tivessem herança hispânica, dona da Flórida até então, e/ou não fossem americanos), ou seja, considera os revolucionários como inimigos:

Enquanto a missão dada a Mac Gregor se limitou aos preparativos para o ataque contra Amelia, os Estados Unidos não levaram a cabo tentativa nenhuma para o impedir, nem alegaram violação da “Lei de Neutralidade”, porque, em definitivo, a Flórida Oriental pertencia à Espanha. Tão logo os venezuelanos proclamaram o nascimento de um novo Estado, fizeram pública ostentação de seus atributos e deixaram claro que haviam chegado para ficar, a situação se tornou contrária aos interesses da União, porque o estabelecimento da República da Flórida não estava de acordo com as cláusulas secretas da lei de 1811, em virtude da qual os Estados Unidos “veriam mal a transferência de qualquer parte da Península da Flórida a outra potência estrangeira”. Considerar ao governo revolucionário da Venezuela como *potência estrangeira* não era mais que um sarcasmo de proporções maiúsculas. Como podia ser *potência* uma província insurrecionada que tinha recém arrebataado à Coroa apenas a terceira parte do território que projetava libertar? Como podia ser qualificada de *estrangeira* uma das províncias de mais antiga origem hispânica? (PIVIDAL, 2021, p. 93-94, tradução livre, grifos nossos).

Os objetivos estadunidenses não eram gratuitamente anti latino-americanos, o que falava mais alto era o interesse predatório capitalista... solidariedade? Nenhuma, nunca, mas poderiam lucrar política e financeiramente com a venda de armamentos:

E como sempre... Os interesses monopólicos!

Quando Clemente e Gual sancionaram, com seu proceder, a invasão da ilha Amelia, não procuravam outra finalidade que a de ajudar à causa da liberdade e da independência do México, América Central e Cuba.

Outros objetivos muito distintos eram os dos comerciantes norte-americanos e dos círculos governamentais que os representavam. As firmas de “Idler” e seus sócios “Bogart & Kneeland”, assim como as “Hammond & Neuman”, todas de Baltimore; as de “T. Phelps & Cia.” e “L. Swan”, ambas de Nova Iorque, venderam aos patriotas 11.000 fuzis a 20 dólares cada um, 250.000 pederneiras e 25.000 chaves de fuzil.

Nestas operações, apareceram comprometidos, entre outros: Mr. Ruggles Hubbard, *sheriff* maior de Nova Iorque, a quem depois vemos convertido em banqueiro da mais importante entidade financeira de Fernandina, e, finalmente, governador civil da República da Flórida; Mr. Charles Maurel, comerciante de Savannah; a Mr. Skinner; administrados dos correios de Baltimore; a John H. Mac Intosh, cônsul, etc. - a máfia - diríamos hoje. (PIVIDAL, 2021, p. 94, tradução livre, grifos nossos).

As negociações com os estadunidenses deveriam ter como contrapartida apoio político e militar: “**Tais atividades financeiras deveriam requerer o apoio político e o respaldo militar até a total expulsão dos intrusos. Os Estados Unidos começaram a mover-se nessas direções**” (PIVIDAL, 2021, p. 94, tradução livre, grifos nossos):

O comandante L. Aury, do exército revolucionário dos patriotas venezuelanos, havia se apoderado do porto de Galveston no Texas, território espanhol nesta época [o vilipêndio e a propaganda, sempre a propaganda associada e de braços dados com o vilipêndio – a indústria do *make believe*, fazer crer –, estadunidenses pode ter

naturalizado o Texas como deles, hoje em dia, mas não, espanhol, mexicano e, então, usurpado]. **Depois que Aury levou uma expedição ao México, para apoiar o general Francisco Javier Mina em seu desembarque através de Tamaulipas (abril de 1817) ficou sem um plano definido de ação. Clemente e Gual, que estavam a par de tudo isso e de que Mac Gregor queria abandonar a ilha Amelia, decidiram liberar este último e trasladar aquele para Fernandina, à qual chegou tomando posse do governo em 15 de setembro (1817).** (PIVIDAL, 2021, p. 94-95, tradução livre, grifos nossos).

Os ladinos estadunidenses logo começam a operar suas contumazes sabotagens:

Tão logo Mac Gregor abandonou Fernandina, o governador civil da mesma, Mr. Ruggles Hubbard, e o Tesoureiro, Mr. Irwin – ambos norte-americanos - começaram a criar dificuldades ao comandante Aury, porque Hubbard, respaldado pelo partido americano da ilha, queria assumir o comando. (p. 95, Pividal, F.; 2021, Fundación Editorial El perro y la rana; Caracas, Ven.; livre tradução, grifos nossos).

Para se assegurar, o comandante Aury nomeou a seus próprios homens como integrantes do Conselho de Governo da ilha. A situação se tornou crítica quando Hubbard se considerou com melhores direitos para conceder nomeações.

Nesses exatos instantes, adentrou o porto de Fernandina o bergantim de guerra venezuelano *América Libre*. Trazia a bordo oficiais europeus, funcionários civis e 130 passageiros, todos com destino à ilha Amelia. A tripulação era de 74 homens e seu armamento consistia em 3 canhões. (PIVIDAL, 2021, p. 95, tradução livre, grifos nossos).

Os estadunidenses confirmaram os quão “confiáveis” aliados eram:

Uma violenta escaramuça entre os norte-americanos e os patriotas venezuelanos deu o triunfo a estes últimos. Aury impôs a “lei marcial” e Hubbard foi acusado de traição, covardia e entendimento com os espanhóis. A morte repentina de Hubbard (19 de outubro) pôs fim à resistência dos amotinados. Uma vez restabelecida a ordem, celebraram-se eleições que deram a vitória a Gual como governador da ilha. (PIVIDAL, 2021, p. 95, tradução livre, grifos nossos).

O comércio de contrabando e os desentendimentos diplomáticos, problemas marítimos, capturas e represálias

O comércio de contrabando, que os ianques atribuíam à tolerância dos patriotas e estes à de aqueles, provocou vários atritos com unidades da armada norte-americana. O incidente mais grave ocorreu quando o navio venezuelano *Tentativa* havia violado as águas jurisdicionais dos Estados Unidos e então incendiado e capturado pelo capitão John Elton. (PIVIDAL, 2021, p. 95, tradução livre, grifos nossos).

Os patriotas venezuelanos receberam uma nota lacônica de Elton, na qual este dizia que cada barco saído de Fernandina seria averiguado até que Austin - único tripulante que havia escapado das chamas – aparecesse e fosse preso. A resposta não se fez esperar: **Austin seria entregue, mas havia dúvidas sobre se o *Tentativa* estivesse ou não fora da rota.** A Côte do Almirantado de Fernandina (controlada pelos patriotas venezuelanos) decidiria sobre esta situação. (PIVIDAL, 2021, p. 95-96, tradução livre, grifos nossos).

Os EUA buscavam apenas pretexto para intervirem contra os patriotas revolucionários,

não havendo, criariam, ou não, interviriam de qualquer jeito:

Gual tratava de evitar que os Estados Unidos tivessem um pretexto para intervir, porém Monroe – presidente da União - e Adams, seu Secretário de Estado, não consideravam necessário pretexto algum. Ambos decidiram suprimir a República da Flórida e assim o comunicou ao Presidente (2 de dezembro) em sua *Mensagem anual ao Congresso*. (PIVIDAL, 2021, p. 96, tradução livre, grifos nossos)

Esclarecedor posicionamento do Secretário de Estado estadunidense sobre o *modus operandi* de seu país para “justificar” a invasão da Baía dos Porcos, se já houve mais de 200 agressões sem justificativa, por que buscar uma? A justificativa de invadir sem justificativa era mais que suficiente:

Em uma relação das vezes que os Estados Unidos utilizaram suas forças armadas no estrangeiro, Dean Rusk - Secretário de Estado – declarou ao Congresso (17 de setembro de 1962), para justificar a intervenção contra a Revolução cubana, a necessidade de autorizar ao presidente Kennedy o emprego das Forças Armadas, ou seja, se já se tinham produzido 200 e tantas agressões, pouco podia importar uma outra mais. (PIVIDAL, 2021, p. 96, tradução livre, grifos nossos).

De novo os EUA exportando a “liberdade” e a “democracia” contra “contrabandistas, aventureiros e saqueadores”, sempre os bons mocinhos contra o Mal:

Entre as que se mencionam nessa lista, aparece a seguinte: “1817. Ilha Amelia (território espanhol da Flórida). **Por ordem do presidente Monroe, tropas dos Estados Unidos desembarcaram e expulsaram a um grupo de contrabandistas, aventureiros e saqueadores...**”. [de novo a indústria do *make believe*] (RUSK, 1962 apud PIVIDAL, 2021, p. 96, tradução livre, grifos nossos).

Tal era a qualificação que mereciam os patriotas venezuelanos e latino-americanos estabelecidos na República da Flórida: “... contrabandistas, aventureiros e saqueadores...”.

Essas foram as causas *aparentes* para suprimir a República da Flórida. As *reais* não se podiam divulgar e vinham dadas pela “necessidade” de estender as fronteiras dos Estados Unidos até fazê-la coincidir com os limites geográficos da América do Norte. (PIVIDAL, 2021, p. 96, tradução livre, grifos nossos).

Destino Manifesto evolui então para América para os estadunidenses:

Uma força capaz de estender as fronteiras nacionais até os confins de um continente não iria se deter nas margens dos rios e mares circundantes. As perspectivas expansionistas levaram aos Estados Unidos a **se considerarem os herdeiros forçados das joias** que se foram desprendendo da **Coroa espanhola**. Com essas finalidades, **ajustaram a mira em todas as direções** e no sentido de objetivos concretos: **a Flórida, Cuba, México, América Central, o resto das Antilhas e até o Canadá.** (PIVIDAL, 2021, p. 96-97, tradução livre, grifos nossos).

O comodoro J. D. Henley e o major J. Bankhead comunicaram ao comandante Aury (22 de dezembro de 1817) a ordem que tinham de tomar posse da ilha Amelia. Pouco depois lhes foi respondido: “... desde o momento que tomamos Fernandina (...) entramos em plena posse de todos os direitos pertencentes a

nossos inimigos. Os senhores procedem em nome do rei da Espanha ou de seus aliados?”. Mais adiante, **continuava:**
... não podemos admitir que os senhores tenham se convertido agora em sequazes de um tirano; de qualquer forma, a demanda dos senhores é inadmissível e injustificável aos olhos do mundo; e se devemos nos submeter a ela, toda a culpa recai sobre os senhores. (PIVIDAL, 2021, p. 97, tradução livre, grifos nossos).

EUA anexam para si, sem fundamento, por puro interesse, a República da Flórida:

No dia seguinte, e sem levar em conta a resposta recebida, as forças armadas – navais e terrestres – dos Estados Unidos invadiram a ilha e ocuparam militarmente Fernandina, capital da República da Flórida. A ilha, que até então havia pertencido à Espanha, passou a se converter, pela força, em uma possessão dos Estados Unidos. (PIVIDAL, 2021, p. 97, tradução livre, grifos nossos).

Monroe expõe sua doutrina publicamente em 1823, os opressores do norte a confirmam ao sabotar José Martí mais de setenta anos depois, duas vezes favorecendo a Espanha, duas vezes contra a liberdade, apesar de sua “neutralidade” e de se autoproclamarem país da liberdade:

Em 1823, o mesmo Monroe haveria de proclamar: “América para os [norte] americanos”. Coerentes com esta política, expansionista e hegemônica, **setenta e sete anos depois, e nessa mesma Fernandina, as autoridades ianques detiveram os barcos (12 de dezembro de 1895) que José Martí trasladaria para Cuba a expedição iniciadora de nossa segunda epopeia bélica.**
Dois vezes, em menos de um século, os Estados Unidos serviram à Coroa espanhola, paralisando, em ambas as ocasiões, o desenvolvimento de uma ação emancipadora, e contribuindo para manter na escravidão aos filhos dos povos irmãos que lutavam pela independência e pela liberdade: Cuba e Venezuela! (PIVIDAL, 2021, p. 97, tradução livre, grifos nossos).

Qual foi “**A reação do Libertador**” (PIVIDAL, 2021, p. 98, tradução livre) frente a esta conspiração e predação estadunidense?

Lino de Clemente sabia da importância em manter a República da Flórida para a causa revolucionária:

Em 19 de maio de 1818, o general Lino de Clemente rendia a Bolívar o seguinte informe:
 Quando expressei a vossas excelências em meu ofício No 4 (15 de outubro de 1817) a respeito dos desgraçados sucedidos que tiveram lugar na Ilha Amelia (...) foram notícias que **o partido espanhol, por um lado, e o de Mr. Hubbard – partido americano – por outro, faziam correr nos papéis públicos destes Estados, para denegrir e desacreditar o estabelecimento dos patriotas e seus chefes,** segundo averigüei depois por notícias fidedignas da dita Ilha; e, em consequência, **continuei reputando tal propriedade como muito útil e conveniente à liberdade da América do Sul e do México,** pelas razões que expressei à vossa excelência no meu ofício No 7. (CLEMENTE, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 98, tradução livre, grifos nossos).

Uma semana depois desta comunicação, Lino de Clemente, que persistia em seu propósito de manter a República da Flórida, envia ao Libertador um “Plano para lançar a força armada sobre o governo espanhol da Flórida, posto em

execução e principiado pela ilha Amelia no ano de 1817”. **Tal plano implicava na ocupação de toda a Flórida, e não só uma parte dela:**

A própria Flórida será declarada, em momento oportuno, estado livre, soberano e independente: achando-se **inteiramente separada do território da República do México** [continuava afirmando Clemente] está também demasiado **remoto para que possa ser um membro permanente da Confederação do Sul.** (CLEMENTE, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 98, tradução livre, grifos nossos).

Por causa de sua luta por manter um território para os revolucionários independentistas latino-americanos, não aceitar os desmandos e sabotagens do Hegemon, Lino de Clemente sofreu represálias: **“foi notória a obstinação de Clemente para recuperar a ilha Amelia. Por esta razão, o Secretário de Estado dos Estados Unidos se negou a recebê-lo como agente da Venezuela** ante o governo da União” (PIVIDAL, 2021, p. 98, tradução livre, grifos nossos).

Irvine chega à Venezuela para tentar reatar relações... e intimidar a revolução:

A meados de 1818 (junho), havia **chegado a Angostura** – capital da Venezuela revolucionária - o **agente diplomático J.B. Irvine.** (p.98)

Foi enviado pelo governo dos Estados Unidos com uma **tripla missão** (p.99):

a. **Manifestar as simpatias** com que a República do Norte via o nascimento dos **novos Estados na América do Sul**, ou seja, **fora do território continental da América do Norte** e de suas perspectivas expansionistas pelo **Caribe, América Central e México.**

b. **Protestar pelo confisco dos dois barcos norte-americanos**, capturados no **Orinoco** pelas forças navais dos patriotas, quando tentavam **romper o bloqueio decretado contra a Espanha.**

c. **Esclarecer o estado em que ficariam as relações entra a Venezuela e a União americana, após o incidente acontecido com a República da Flórida.** (PIVIDAL, 2021, p. 99, tradução livre, grifos nossos).

Simón Bolívar, diplomaticamente, responde que vai observar com carinho o caso das escunas (não pretende liberá-las, pois sabe que estavam contrabandeando a favor dos espanhóis, mas vai mostrar as provas disso aos EUA), aceita Irvine como representante dos EUA ao mesmo tempo que em contrapartida ratifica e promove como representante seu a Lino de Clemente no território estadunidense, sinal de aprovação à resistência na Flórida e de se impor ao Hegemon, mas com cuidado para não dar motivos a retaliações outras:

A reação do Libertador a todas estas posições pode se apreciar na comunicação dirigida (24 de julho de 1818) a Lino de Clemente:

Como **consequência de ter chegado** a esta República Mr. J. B. Irvine **com o caráter de agente desses Estados e das disposições favoráveis a esse Governo com respeito aos povos livres da América do Sul, cri conveniente ampliar ao seu diploma de adjunto, nomeando ao senhor Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Venezuela, junto ao governo dos Estados Unidos da América do Norte...** (BOLÍVAR, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 99, tradução livre, grifos nossos).

Com esta promoção, Bolívar ratifica como boas as atuações de Clemente a respeito do incidente ocorrido com a República da Flórida, obriga a chancelaria do Potomac a se manifestar, concedendo ou retirando o “pláacet” correspondente

a tal designação. A consulta prévia que é costume em tais situações as entendia obviadas, ao aceitar ao Mr. Irvine.

Segundo foi explicado [continuava o Libertador], deve começar suas conferências por reclamar as duas escunas desses Estados... Eu ofereci olhar com a maior consideração para este pedido, e exibir todas as provas que certifiquem a condenação daquelas embarcações. (BOLÍVAR, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 99-100, tradução livre, grifos nossos).

Bolívar não iria devolver escuna alguma, e não esqueceu o que os EUA fizeram na República da Flórida, mas, para encobrir a derrota, dizia que esta ilha não era parte de seus planos e desconhecer suas influências na sua obtenção:

Ao afirmar "... todas as provas que justifiquem a condenação", estava assinalando o convencimento que tinha da culpabilidade de ambas as escunas. (PIDVAL, 2021, p. 100, tradução livre, grifos nossos).

Também considero significativo que esteja encarregado de explicar e justificar, seguia dizendo o Libertador, referente a Mr. Irvine – a conduta desse governo com a Ilha Amelia, manifestando as causas que houve para se apoderarem dela. Como eu ainda não havia recebido o ofício do senhor do último 19 de maio, nem tinha outras notícias sobre os acontecidos daqui da América, a não ser os que vi nas gazetas estrangeiras, minha contestação privada se reduziu a que o Governo da Venezuela ignorava o que sucedia ali; e que não reconhecia como partes legítimas na contenda contra a Espanha ao general Mac Gregor, nem ao comandante Aury, caso não estivessem autorizados por algum governo independente. (BOLÍVAR, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 100, tradução livre, grifos nossos).

Era uma forma de encobrir o revés sofrido em Fernandina, porque se deve recordar que a missão dada a Mac Gregor havia sido autorizada também pelo agente de Buenos Aires. (PIDVAL, 2021, p. 100, tradução livre, grifos nossos).

Antes de concluir sua carta ao general Lino de Clemente, dizia-lhe: "Mr. Irvine me manifestou a maior satisfação por esta resposta, apesar de que não tenha outro caráter além de uma opinião particular dada em uma conversação confidencial". (BOLÍVAR, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 100, tradução livre, grifos nossos).

Política de reciprocidade – Estadunidenses ignoram Lino de Clemente, Bolívar faz o mesmo com Irvine: "**Bolívar deu a Irvine o mesmo tratamento que os Estados Unidos dispensaram a Lino de Clemente:** quase sem recebê-lo, obrigou-o a um duelo epistolar que durou desde 29 de julho até o dia 1o. de outubro de 1818." (PIDVAL, 2021, p. 100, tradução LIVRE, grifos nossos).

Bolívar afina seu discurso e conhecimento jurídico para defender os interesses e a justiça das ações dos libertadores da América:

O direito a confiscar as escunas *Tigre* e *Libertad* por terem estas violado o bloqueio permitem a Bolívar mostrar-se escritor de altos voos e como consciencioso jurista em matéria internacional. Começa por estabelecer os fundamentos de fato e de direito que amparam a Venezuela revolucionária. Demonstra que ela se ajusta às Ordenanças da Pirataria, estabelecidas pela própria Espanha em 1796 "em presença de toda Europa e dos mesmos Estados Unidos do Norte", e, desde então, vigente. Assegura, enfaticamente, que tal atitude responde à doutrina, leis, práticas e costumes da marinha mercante dos

Estados Unidos, aos princípios de direito dos povos e às decisões dos tribunais espanhóis e do almirantado britânico. .

Não deixa tudo às explicações jurídicas, mas **também assinala a parcialidade norte-americana.** (PIVIDAL, 2021, p. 100-101, tradução livre, grifos nossos).

Bolívar usa Irvine para destilar seu descontentamento com as atitudes estadunidenses:

Ao se dirigir a Irvine (29 de julho de 1818), **qualifica aos norte-americanos como aqueles que:**

... esquecendo o que se deve à fraternidade... e aos princípios liberais... tentado e executado burlar o bloqueio... para dar armas a uns verdugos e para alimentar a uns tigres que por três séculos tem derramado a maior parte do sangue americano. (p. 101, Bolívar, S., conforme citado em Pividal, F.; 2021, Fundación Editorial El perro y la rana; Caracas, Ven.; livre tradução, grifos nossos).

Em 6 de agosto escreve-lhe: **“Pretender, pois, que as leis sejam aplicadas a nós, e que pertençam a nossos inimigos as práticas abusivas, não é certamente justo, nem é a pretensão de um verdadeiramente neutro, é, sim, condenar-nos às mais destrutivas vantagens”.** (BOLÍVAR, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 101, tradução livre, grifos nossos).

E, na linha seguinte, pergunta-se: **“Não seria bastante grave que as leis fossem praticadas pelo fraco e os abusos praticados pelo forte? Tal seria nosso destino se nós apenas respeitássemos os princípios e nossos inimigos nos destruíssem os violando”.** (BOLÍVAR, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 101, tradução livre, grifos nossos).

E continua Pividal sobre a desforra do Libertador em cima de Irvine e sua ironia sobre a “neutralidade” estadunidense: **“Quatorze dias depois, volta à carga”** (PIVIDAL, 2021, p.101):

Negar a uma parte os elementos que não têm, e sem os quais não pode sustentar sua pretensão, quando à contrária estes abundam é o mesmo que condená-la a que se submeta (...) O resultado da proibição de extrair armas e munições **qualifica claramente esta parcialidade.** Os espanhóis, que não as necessitam, **as têm adquirido facilmente,** ao passo que **as que viriam para a Venezuela ficaram detidas.** (BOLÍVAR, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 101, tradução livre, grifos nossos).

Irvine lembra que é estadunidense e ameaça Bolívar, independente da justeza das medidas sobre o confisco das escunas e à revelia da proposta de submeter o caso ao juízo internacional; Bolívar responde prontamente e à altura:

As discussões à cerca da devolução ou indenização dos barcos confiscados se deram por concluídas quando Bolívar, dialético de primeira ordem, ofereceu submeter o caso à arbitragem internacional. Mr. Irvine recusou à oferta e passou à ameaça, fazendo valer o poderio de sua nação. Em 7 de outubro, respondeu-lhe Bolívar (PIVIDAL, 2021, p. 102, tradução livre, grifos nossos):

(...) protesto ao senhor que não permitirei que se ultraje nem se deprecie o Governo e os direitos da Venezuela. Defendendo-os contra a Espanha, desapareceu uma grande parte de nossa população e o restante que ficou anseia por merecer igual sorte. **Dá no mesmo para a Venezuela combater contra a Espanha ou contra o mundo inteiro, se todo o mundo a ofender.** (BOLÍVAR, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 102, tradução livre, grifos nossos).

Neste novo capítulo da obra de Pividal (2021, p. 105) – “Bolívar vislumbra o Imperialismo Norte-Americano” – serão abordadas as considerações de Bolívar sobre o caráter predatório do vizinho do norte.

A latino-americanidade como resistência à dominação estadunidense. Além dos ideais integracionistas por sermos todos um só povo, plural e singular, raiz da nacionalidade nuestra americana; Bolívar percebe que apenas a união nos faria fortes para nos defender da sanha expansionista, intervencionista e predatória - imperialismo - do vizinho do norte:

Bolívar não desperdiçava nenhuma ocasião para lutar pela integração das colônias “antes espanholas”. Tinha consciência de que a unidade da Hispano-América fechava o caminho para a hegemonia dos Estados Unidos no continente, na mesma medida que a desintegração a favorecia. (PIVIDAL, 2021, p. 105, tradução livre, grifos nossos).

“**Bolívar e Pueyrredón**” (PIVIDAL, 2021, p. 105), buscando e incentivando o sentimento integracionista, Bolívar estende a mão e oferece a amizade e a irmandade, legítima, aos latino-americanos da região mais meridional:

Em 12 de junho de 1818, o **Libertador dirigiu-se a Juan M. Pueyrredón, Diretor Supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata**, agradecendo-lhe à ajuda que este brindou à Venezuela em 1816:

Vossa Excelência deve assegurar a seus nobres concidadãos que **não somente serão tratados e recebidos aqui como membros de uma República amiga, mas sim como membros de nossa sociedade venezuelana. Uma só deve ser a Pátria de todos os americanos, já que em tudo vemos uma perfeita unidade.** (BOLÍVAR, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 105, tradução livre, grifos nossos, itálicos do autor sempre que aparecer ou já o tenha aparecido, ainda que não mencionado anterior ou futuramente).

Pividal reafirma e esclarece que quando Bolívar fala sobre os americanos ele não se refere em absoluto aos estadunidenses, não os inclui neste “americanos”, os americanos somos nós, os latino-americanos, os revolucionários, os libertadores... mesmo porque só mesmo assim para ver uma “unidade perfeita”:

A afirmação de que “**uma só deve ser a Pátria de todos os americanos**” se **separa do contexto** que vem em continuação para ser interpretada pelos “iancófilos” como expressão de panamericanismo, ou seja, com inclusão dos **Estados Unidos**. Tamaña pretensão jamais esteve no ânimo do Libertador, posto que, na linha seguinte, **via em toda [nota minha: América... a sua/nossa América] uma unidade perfeita**. E, a que *unidade* se referia Bolívar? (PIVIDAL, 2021, p. 105-106, tradução livre, grifos nossos).

Três anos mais tarde (4 de fevereiro de 1821) ele mesmo a explicava a Pueyrredón: “**Ligadas mutuamente entre si todas as repúblicas que combatem contra a**

Espanha, pelo pacto implícito e virtual da *identidade da causa, princípios e interesses*, parece que *nossa conduta deve ser uniforme e uma única*”.

Como **os Estados Unidos não combatiam contra a Espanha, ao contrário, a ajudavam em sua conveniente neutralidade**, e como, **ademais, não existe e nem existia com dito país identidade de causa, nem de princípios, nem de interesses**, é óbvio que **o Libertador jamais pensou em incluir aos Estados Unidos**. (PIVIDAL, 2021, p. 106, tradução livre, grifos nossos).

Retomando a carta a Pueyrredón:

Nessa mesma carta de 12 de junho, Bolívar continuava:

Excelentíssimo Senhor: Quando o triunfo das armas da Venezuela completar a obra de sua independência, ou que circunstâncias mais favoráveis me permitam comunicações mais frequentes e relações mais estreitas, nós nos apressaremos, com o mais vivo interesse, a **entabular**, por nossa parte, **o pacto americano**, que **formando de todas nossas Repúblicas um corpo político**, apresente a América ao mundo com um aspecto de majestade e grandeza sem exemplo nas nações antigas. **A América assim unida**, se o céu nos concede este desejado voto, poderá chamar-se **a rainha das nações, e a mãe das repúblicas...** (BOLÍVAR, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 106, tradução livre, grifos nossos).

Bolívar já costura a Pátria Grande ou Confederação Latino-Americana Grã-Colômbia:

Já tem em mente o “pacto americano”, expressão viva e antecipada do Congresso Anfictiônico do Panamá! Anteriormente se explicou que **quando o Libertador emprega o termo “América” sem qualquer restrição, refere-se exclusivamente aos países ou nações que antes haviam sido “colônias espanholas”, ou seja, Hispano-América**, “desde o Novo México até Magalhães” - segundo suas próprias palavras. [minha nota: lembrando que o Brasil foi convidado depois para o Congresso Anfictiônico do Panamá, com o intuito, e convite expresso do Libertador de fazer parte deste pacto americano, o que demonstra que havia identidade de causa, princípios e interesses nessas sociedades, somando-se a do Brasil... por sabotagens diplomáticas estadunidenses, o Congresso foi esvaziado]. (PIVIDAL, 2021, p. 106, tradução livre, grifos nossos)

Em uma proclamação dirigida aos “Habitantes do Rio da Prata”, e datada também do mesmo dia que escrevera a Pueyrredón, exclama (PIVIDAL, 2021, p. 106, tradução livre, grifos nossos):

Habitantes do Rio da Prata! **A República da Venezuela**, ainda que coberta de luto, **oferece-lhes sua irmandade**; e **quando coberta de louros tenha extinguido os últimos tiranos que profanam seu solo**, então **os convidará a uma só sociedade**, para que **nossa divisa seja a unidade na América Meridional**. (BOLÍVAR, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 107, tradução livre, grifos nossos).

Aqui Bolívar fala em América Meridional, obviamente se moldando ao público, em verdade ao dizer América unida em uma só nação dizia respeito ao povo irmanado na história e, agora, na luta contra a opressão, aos latino-americanos: “Nesta proclamação precisa a

extensão do termo “América”, ao se referir apenas à ‘Meridional’” (BOLÍVAR, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 106, tradução livre, grifos nossos)⁶.

Apesar de tudo, não era diplomaticamente interessante abrir uma outra frente de litígio - que já existia desde sempre, conflito de interesses, e sabotagens, mas declaradamente belicosa não o podia ser, estrategicamente -, assim, os diálogos com os Estados Unidos tiveram de ser mantidos em certo nível de “cordialidade” diplomática, inclusive em busca d’O **reconhecimento** (PIVIDAL, 2021, p. 107), apesar de tudo, importante daquela nação:

Seja lá como, **Mr. Irvine esperava resposta do Libertador** ao final da missão que lhe fora encaminhada, ou seja, sobre **o estado em que haviam de ficar as relações entre o governo revolucionário da Venezuela e o dos Estados Unidos, havia contado das “simpatias” com que a República do Norte via o nascimento dos novos Estados, Bolívar reage, sujeitando o êxito das futuras relações ao reconhecimento prévio, por parte dos Estado Unidos, da Venezuela Insurrecta**, resolvida esta demanda, poderia ser abordada a subsequente. Em tal sentido, **dá o primeiro passo com uma Mensagem, dirigida à cidadania e datada em Angostura, em 22 de junho de 1818:**

Desejando estabelecer com o governo dos Estados Unidos da América do Norte as **relações de amizade e fraternidade que devem existir entre os Governos livres da América**, para **prover a sua mútua defesa e à prosperidade de seu povo**, deputamos e nomeamos ao general **Lino de Clemente** para que, na qualidade de enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário da República da Venezuela junto ao Governo dos Estados Unidos da América do Norte, **solicite o reconhecimento da República da Venezuela como um Estado Livre e independente**, confira e acorde com o Ministro ou Ministros designados a efeito por sua Excelência o Presidente daqueles Estados os **convênios e tratados que julguem necessários para dito reconhecimento**, a fim de estabelecer um **modo sólido e permanente das relações comerciais e políticas que convenham a ambas as nações**. (BOLÍVAR, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 107-108, tradução livre, grifos nossos).

No meio de toda esta linguagem diplomática, manejada pelo Libertador com suma maestria, pode se precisar os verdadeiros propósitos que tais expressões encerram.

Ao falar das “**relações de amizade e fraternidade** que devem existir”, não está mais que **reiterando, pela enésima vez, que a política seguida pelos Estados Unidos, até esse momento, não refletia esse tipo de relações**, Bolívar sempre sentiu profundo desagrado frente ao que chamou de “política aritmética”, ou seja, calculada e fria por parte da União Americana no que diz respeito a se desentender da grande luta emancipadora que levavam a cabo seus vizinhos do Sul.

Ao referir-se aos “governos livres da América” inclui a Venezuela, portanto os Estados Unidos teriam que reconhecer a estas Províncias insurrectas a condição de “governo livre”. (PIVIDAL, 2021, p. 107, tradução livre, grifos nossos)

Outras mensagens do Libertador ao EUA. implícitas em seu comunicado, ao contrário do vizinho do norte, não busca interesses mesquinhos, mas sim o melhor para o povo, tampouco, de novo à revelia do último, se pauta por obter vantagens, mas sim em princípios sólidos:

Quando propõe a “prosperidade do seu povo” deixa constar de que não lhe anima interesse mesquinho algum, mas somente interesses que beneficiem ao

⁶ Os termos América Latina, Pátria Grande, Nuestra América etc. ainda não haviam sido criados, mas, claro, quando o Libertador fala “desde o Novo México até Magalhães”, inclui-se aí todo o México, América Central, Caribe/Antilhas etc.

povo. Defende princípios sem sacrificá-los por vantagens comerciais ou de qualquer outra natureza. (PIVIDAL, 2021, p. 108, tradução livre, grifos nossos).

Sobre a designação do general Lino de Clemente, já foram explicadas as razões que teve para isso. Fazia mais de um mês (24 de julho de 1818) que havia comunicado ao próprio interessado.

Quando assinala a necessidade de conferir e acordar os convênios e tratados que julguem necessários, está insinuando a obrigação de produzirem-se atos e não palavras no que tange ao reconhecimento da República da Venezuela como Estado livre e independente. A proposição de relações políticas e comerciais “que convenham a ambas as nações” não é mais que a exigência de um trato igual entre ambas e sem condições prévias. Transcorre o resto de 1818 e os Estados Unidos não reconhecem ao governo revolucionário da Venezuela. Tampouco em 1819, apesar de que neste ano (PIVIDAL, 2021, p. 108, tradução livre, grifos nossos):

- **Instala-se o Congresso de Angostura (15 de fevereiro) e Bolívar apresenta ao mesmo seu projeto de Constituição.** (PIVIDAL, 2021, p. 108, tradução livre, grifos nossos)

- **Termina triunfalmente a Batalha de Boyacá (7 de agosto), e com ela se alcança a independência de Nova Granada, pouco depois, Colômbia.** (PIVIDAL, 2021, p. 109, tradução livre, grifos nossos).

- **Decreta-se em Angostura a República da Colômbia (17 de dezembro).** Que compreendia a **Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador.** (PIVIDAL, 2021, p. 109, tradução livre, grifos nossos).

Passa-se outro ano e tampouco reconhecimento, indiferente acontecimentos emblemáticos:

Nem mesmo em 1820, não obstante que neste ano:

- Subleva-se contra os espanhóis (9 de outubro) a Cidade e Província de Guayaquil e começa a ser governada por uma Junta Autônoma.

- São firmados (26 de novembro) os Tratados de Armistício e Regularização da guerra. (PIVIDAL, 2021, p. 109, tradução livre, grifos nossos).

Em suas comunicações internas e mais privadas, entretanto, não ficavam meias palavras, Bolívar estava completamente indignado com os estadunidenses e, conforme coloca Pividal, vislumbra o imperialismo ianque:

Em 25 de maio de 1820, Bolívar comunica a José Tomás Revenga, seu secretário geral e, mais tarde, ministro das Relações Exteriores e ministro da Fazenda:

Jamais houve conduta mais infame que a dos norte-americanos conosco: já vem decidida a sorte das coisas, e com manifestações e ofertas, quem sabe se falsas, **querem nos lisonjear para intimidar aos espanhóis e lhes fazer adentrar em seus interesses. O segredo do Presidente [dos Estados Unidos] é admirável. É **uma intriga contra os ingleses**, que o reveste com véus do mistério, **para nos fazer valer como serviço o que de fato foi um buscapé para a Espanha; não ignorando os norte-americanos que, com respeito a eles, os interesses da Inglaterra e da Espanha estão ligados. Não nos deixemos alucinar com aparências vãs; saibamos bem o que devemos fazer e o que devemos parecer.** (BOLÍVAR, 1818 apud PIVIDAL, 2021, p. 109, tradução livre, grifos nossos).**

E de imediato continuava:

Eu não sei o que devo pensar desta **extraordinária franqueza** com que agora se mostram os **norte-americanos: por uma parte, duvido, por outra, me afirmo na confiança de que, tendo chegado nossa causa a seu máximo, já é tempo de reparar os antigos agravos. Se o primeiro caso sucede, quer dizer, se se nos pretendem enganar, descobramos seus desígnios por intermédio de demandas exorbitantes; se estão de boa-fé, hão de nos conceder uma grande parte delas, se de má, não nos concederão nada, mas saberemos a verdade**; que, **na política, como na guerra, é de um valor inestimável**. Já que **por sua *anti-neutralidade* a América do Norte nos sabotou tanto, exijamos-lhes serviços que nos compensem suas humilhações e fratricídios**. Peçamos muito e mostremo-nos prudentes para valer mais... (BOLÍVAR, 1820 apud PIVIDAL, 2021, p. 109-110, tradução livre, grifos nossos).

Frente estes posicionamentos bolivarianos então, ratifica Francisco Pividal: **“Escrevendo assim, reservadamente, Bolívar vislumbrava a presença do imperialismo norte-americano e assinava suas cruéis características. Este era o ritmo que mantinha a tenaz luta de Bolívar contra a resistência do mais forte”** (PIDIVAL, 2021, p. 110, tradução livre, grifos nossos).

Outro ano se passa, vários desdobramentos da emancipação, de novo, nada de reconhecimento:

Tampouco é reconhecida a República da Venezuela durante 1821, apesar de que neste ano:

- Instala-se o Congresso de Cúcuta (6 de maio).
- Ganhe-se a Batalha de Carabobo (24 de junho) e com esta vitória fica livre toda a Venezuela, exceto a fortaleza de Puerto Cabello.
- Bolívar entra triunfalmente em Caracas (29 de junho), de onde esteve ausente pelo espaço de sete anos.
- São declarados livres ao nascer aos filhos dos escravos (14 de julho).
- Ao se concluir este ano, Bolívar empreende a Campanha do Sul. (PIDIVAL, 2021, p. 110, tradução livre, grifos nossos)

Em 1822, o reconhecimento:

Enfim(!), em 8 de março de 1822, os Estados Unidos reconhecem a independência da Gran Colômbia (Venezuela, Equador, Panamá e Colômbia). **Haviam transcorrido 12 anos desde que a Junta Suprema de Caracas (1810) solicitou pela primeira vez o reconhecimento à chancelaria do Potomac, tarefa encomendada ao irmão do Libertador, Juan Vicente Bolívar, e a Telésforo Orea e José Rafael Revenga, que chegaram a Baltimore em 5 de junho de 1810. (PIDIVAL, 2021, p. 110, tradução livre, grifos nossos).**

O famoso sistema de pesos e contrapesos estadunidense, ou, dois pesos, duas medidas:

Os Estados Unidos demoraram 58 anos para reconhecer a independência do Haiti, todavia, reconheceram a “independência” do Texas no ano seguinte de ter arrebatado este território do México. A Nicarágua do pirata Walker foi reconhecida no mesmo ano em que teve lugar este ato pirata. (PIDIVAL, 2021, p. 110, tradução livre, grifos nossos).

O retângulo das listras e estrelas seguiu protegendo o contrabando de armas a favor da Espanha, inclusive após o reconhecimento, porque este nunca implicou

em renunciar à “neutralidade”. Não haveria, portanto, motivo de guerra com a Espanha. (PIVIDAL, 2021, p. 111, tradução livre, grifos nossos).

Após o congresso de Angostura e de Cúcuta, estando o libertador empossado enquanto presidente da Grã-Colômbia e seu vice sendo Francisco de Paula Santander, desenvolvem-se as tratativas de união e integração da grande Nação Latino-Americana:

Ofensiva diplomática

Bolívar tão logo fora proclamado em Cúcuta Presidente Constitucional da Gran Colômbia, **designou** ao doutor **Pedro Gual como ministro das Relações Exteriores**. Gual é a **figura determinante na realização do Congresso do Panamá**. (PIVIDAL, 2021, p. 122, tradução livre, grifos nossos)

Uma vez em Bogotá, o Libertador dispõe o envio de duas missões diplomáticas: uma junto aos governos do Peru, Chile e Buenos Aires; e outra ao do México e América Central. Ambas levam **como objetivo propor** a ditos Estados **uma “liga ofensiva e defensiva”**. Joaquín Mosquera sai em 10 de outubro de 1821 para as Repúblicas do Sul. Pouco depois, Miguel Santa María - ou Santamaría - é enviado à do México. Nas instruções, firmadas pelo ministro Gual em 11 de dezembro desse ano, pode se ler o pensamento do Libertador (PIVIDAL, 2021, p. 122-123, tradução livre, grifos nossos):

... **nada interessa tanto nestes momentos como a formação de uma liga verdadeiramente americana.** Porém **esta Confederação... deve ser muito mais próxima que a que se formou ultimamente na Europa contra a liberdade dos povos. É necessário que a nossa seja uma sociedade de nações irmãs, separadas por ora no exercício de sua soberania pelo curso dos acontecimentos humanos, porém unidas, fortes e poderosas para se sustentarem contra as agressões do poder estrangeiro...** há que se pôr desde agora as bases de um **Corpo Anfictiônico ou Assembleia de Plenipotenciários** que dê *impulso aos interesses comuns* dos Estados Americanos, que dirimam as discórdias que possam se suscitar no porvir entre **povos que têm os mesmos costumes e os mesmos hábitos**.⁷ (GUAL, 1821 apud PIVIDAL, 2021, p. 123, tradução livre, grifos nossos)

De novo a ressalva, acreditamos supérflua, de Pividal sobre o emprego do termo “americana”, parece-nos claro que Bolívar quer reivindicar o termo para nós, a despeito da expropriação estadunidense, nada mais justo e apropriado, mas enfim:

Quando fala de uma “liga verdadeiramente americana”, emprega este último termo como **sinônimo de Hispano-américa**, posto que o mesmo aparece sem restrição alguma.⁸ (PIVIDAL, 2021, p. 123, tradução livre, grifos nossos).

Ao referir-se a “**poder estrangeiro**”, entende como tal o proveniente de qualquer país que antes não tenha sido “colônia espanhola”, portanto, a consideração de “estrangeiro” incumbe também a “**poderes intra-continentais**” de **nações que não possuem origem hispânica**.⁹ (PIVIDAL, 2021, p. 123, tradução livre, grifos nossos).

⁷ [nota minha] **Mais uma citação lapidar para a questão da identidade latino-americana!**

⁸ [nota minha] Na verdade, em minha opinião, é uma forma de reivindicar para si a alcunha de América, também a verdadeira América.

⁹ [nota minha] Lembrar que o Brasil possui origem hispânica, posto que o termo latino *Hispania* remete etimologicamente à toda a península ibérica, bem como historicamente os países desta península estão indissociavelmente relacionados.

Pividal insistem em ratificar, contra quaisquer oportunistas do pan-americanismo, que as palavras de Bolívar não diziam respeito aos Estados Unidos, pelo contrário, como se sabe, a identidade latino-americana é construída inclusive em oposição e resistência ao estrangulamento imperialista estadunidense, embora isto não deixe de ser uma forma de relação, por oposição, é muito diferente de uma similitude:

Alguns pretenderam incluir aos Estados Unidos quando o Libertador menciona aos “Estados Americanos”, porém não se deve esquecer que este conceito está determinado antes e depois por um mesmo denominador para todos esses Estados: os interesses comuns e a identidade de costumes e hábitos, características que só reúnem os países que tenham sido antes “colônias espanholas” e não outros.¹⁰ (PIVIDAL, 2021, p. 123, tradução livre, grifos nossos).

Obstinado na busca pela Pátria Grande, Bolívar quer tratar diretamente sobre o assunto com os heróis libertadores da porção meridional das províncias rio-platenses e chilena do continente:

A fim de robustecer as proposições que levavam Mosquera e Santa María, o Libertador escreve (8 de janeiro de 1822) cartas pessoais a San Martín e O’Higgins, recomendando-lhes o projeto de um “pacto social que deve formar deste mundo uma Nação de repúblicas”.¹¹ (BOLÍVAR, 1822 apud PIVIDAL, 2021, p. 123-124, tradução livre, grifos nossos).

E conclui com o que reivindicávamos enquanto ideia - só assim a salvação do Novo Mundo –, em nosso pensar, Novo Mundo conforme um homem novo e uma nova sociabilidade, tem a ver com a geografia e o povo latino-americanos, mas transcende e aponta saídas, enquanto potencialidade, para a humanidade:

(...) tal é o designo a que se propôs o governo da Colômbia, ao dirigir junto a Vossa Excelência a nosso ministro plenipotenciário, senador Joaquín Mosquera. Digne-se a acolher esta missão com toda a sua bondade. Ela é a expressão do interesse da América. Ela deve ser a salvação do Novo Mundo.¹² (BOLÍVAR, 1822 apud PIVIDAL, 2021, p. 124, tradução livre, grifos nossos).

A ideia sobre as “Duas Américas” (PIVIDAL, 2021, p. 125, tradução livre):

Para Bolívar, sempre existiram duas Américas, ainda que nem sempre as distinguiu de maneira uniforme e constante no mesmo vocábulo. O sentido e os

¹⁰[nota minha] Outro trecho que merece muito estar citado para elucidar a identidade latino-americana; mas, em parte, de novo, cabe minha discordância ao delineamento do autor na seção final do parágrafo; história, costumes e hábitos similares temos no Brasil, como já mencionado brevemente, bem como acordado por outros idealistas da Pátria Grande, que incluem o Brasil, sempre, lembrar Gabriel Garcia Marquez, que disse que o idioma desta pátria seria o portunhol.

¹¹ [nota minha] Novamente importante para identidade latino-americana, no esforço por este ideal feito por Bolívar.

¹² [nota minha] Importantíssimo!!!! Identidade latino-americana.

termos que emprego para as desigualar ficaram sujeitos às mudanças que lhe impunham o tempo e as circunstâncias, porém **a ideia fundamental da separação ficou incólume através de todas as épocas**. Não é determinante que se empregue um ou outro vocábulo para diferenciar uma América da outra. **O fundamental é sua concepção de uma federação de países hispano-americanos (hoje diríamos latino-americanos e do Caribe)**:

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Mundo Novo *uma só nação*, com um só vínculo que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma origem, uma língua, costumes próprios e uma religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que hão de formar-se.

Carta da Jamaica

Kingston, 6 de setembro de 1815¹³

(BOLÍVAR, 1815 apud PIVIDAL, 2021, p. 125, tradução livre, grifos nossos)

“A exigência de uma mesma origem, uma mesma língua, etc., exclui aos Estados Unidos”¹⁴ (PIDIVAL, 2021, p. 125, tradução livre, grifos nossos):

Em várias ocasiões, ele **chamava simplesmente “americanos” a estes países**. E dizia sobre eles **que não ocupavam “outro lugar na sociedade que não o de servos próprios para o trabalho e, quando mais, o de simples consumidores”**. Com este último critério, **apontava, com visão antecipada em mais de um século, a urgente necessidade de procurar o desenvolvimento econômico de nossos países para sacá-los do subdesenvolvimento e completar assim a independência política que apenas desfrutam**. (PIDIVAL, 2021, p. 125-126, tradução livre, grifos nossos).

Ou seja, não consta o Estados Unidos, já dizia Bolívar e ratificou Fidel Castro, nada de semelhante entre a América Latina e eles, o que é bom e nos abona, porém, como diz Fidel, os EUA já fizeram sua comunidade, ainda temos que formar a nossa:

Tais planos de integração não podem ser levados a vias de fato com a participação dos Estados Unidos, país poderoso, cujos interesses, na totalidade dos casos, diferem dos nossos. (PIDIVAL, 2021, p. 126, tradução livre, grifos nossos).

Os Estados Unidos, por um lado, e os povos latino-americanos e do Caribe, pelo outro, formam mundos tão diferentes como a Europa e a África: não cabem na mesma comunidade. **Ali os separa Gibraltar, que é um minúsculo braço de mar; aqui nos separam o Rio Bravo e o estreito da Flórida**: em ambos os casos, um abismo tecnológico e culturas absolutamente diferentes. Os Estados Unidos já é uma grande comunidade; os povos da América Latina e do Caribe têm adiante a tarefa histórica de formar a sua, como condição indesculpável de liberdade, desenvolvimento e sobrevivência. E isso não poderá ser conseguido jamais em indigna promiscuidade e mistura com os Estados Unidos.

Fidel Castro

28 de setembro de 1974

(CASTRO, 1974 apud PIVIDAL, 2021, p. 126, tradução livre, grifos nossos).

¹³ [nota minha] **Importantíssimo!!!! Identidade latino-americana.**

¹⁴ [nota minha] **Importantíssimo!!!! Identidade latino-americana.**

Porém, em diferença aos estadunidenses, a oposição latino-americana não é beligerante, mas sim defensiva:

O Libertador sempre pensou na integração política e econômica como conduta inteiramente defensiva, em busca de **uma grande nação** - Hispano-américa - **capaz de libertar-se dos perigos do imperialismo europeu e do nascente imperialismo norte-americano**. (PIVIDAL, 2021, p. 126, tradução livre, grifos nossos).

A “Nuestra América” (PIVIDAL, 2021, p. 126) frente à estadunidense, criamos a nossa em oposição à deles, ao projeto deles de América, de vida e de mundo; daí a identidade latino-americana:

Como melhor podemos compreender os esforços do Libertador para forjar essa grande nação que se livrar dos perigos do imperialismo e lendo e estudando o pensamento escrito de Bolívar, através de algumas exemplificações sobre os variados sentidos que deu ao vocábulo *América*, mais especialmente nestes momentos de grandes inquietudes integracionistas obstaculizados pelos Estados Unidos.¹⁵ (PIVIDAL, 2021, p. 127, tradução livre, grifos nossos).

Quem são os americanos para nós, latino-americanos, para Bolívar:

A conclusão deve ficar sujeita ao alcance e interpretação que o Libertador deu a esta palavra quando divulgou a convocatória para a celebração do Congresso Anfictiônico do Panamá.

Enquanto Bolívar esteve degredado na Jamaica – ilha de fala inglesa –, chamou americanos aos habitantes do país, reservando para si e para seus compatriotas a expressão *americano meridional*, denominação na qual também inclui aos mexicanos, centro-americanos e antilhanos de fala espanhola: cubanos e porto-riquenhos.

Deve-se recordar que o documento conhecido como *Carta da Jamaica* foi realmente intitulado pelo Libertador de: *Contestação de um americano meridional a um cavalheiro desta ilha*.

Para Bolívar houve, portanto, duas classes de americanos: setentrionais (norte-americanos) e os meridionais (sul-americanos). (PIVIDAL, 2021, p. 127, tradução livre, grifos nossos, itálicos do autor).

Nuestra América é a da vitória em Ayacucho, é da luta pela liberdade sem hipocrisia, é a do povo:

Em sua proclamação “Aos soldados do exército vencedor em Ayacucho”, reitera a distinção: Soldados! Haveis dado a liberdade à **América Meridional** e uma quarta parte do mundo é o monumento de vossa glória”.

Bolívar mesmo se considerava “filho da América do Sul”. Para ele, a **América Setentrional era a América inglesa**, e a meridional compreendia, em geral, o que hoje designamos como: **“hispano-americanos”, “ibero-americanos”, “latino-americanos” ou “indo-latinos”**. (PIVIDAL, 2021, p. 127, tradução livre, grifos nossos, itálicos do autor).

¹⁵ [nota minha] Conforme corrobora José Martí, criamos a nossa América em oposição à “deles”, necessariamente.

De novo, para circunscrever bem do que se trata Nuestra América, portanto Pividal faz questão de destacar que para o Libertador a América Nossa consistia mais na América hispânica em seu conceito estrito, dado o traço distintivo da libertação brasileira talvez, desconsiderava o Brasil, porém este último foi convidado para o Congresso Anfictiônico do Panamá:

A zona geográfica que cobria esta América bolivariana a enumera o próprio Libertador em sua célebre Carta da Jamaica. Do Sul ao Norte, começa pelas províncias do Rio da Prata – Argentina, Uruguai e Paraguai –, segue com o Chile, o Vice-reinado do Peru – Peru e Bolívia - e depois a Nova Granada – Equador e Colômbia - para arrematar esta porção continental com a “heróica e desaventurada Venezuela”. De imediato se eleva à Nova Espanha - México e América Central – para terminar com as ilhas de Cuba e Porto Rico. (PIVIDAL, 2021, p. 127, tradução livre, grifos nossos).

Um ponto pacífico é de que absolutamente inclui a América anglo-saxônica: **Esta América bolivariana cobre, a juízo do Libertador: “... uma escala militar de 2.000 léguas de longitude e 900 de latitude, em sua maior extensão, em que 16 milhões de americanos - não inclui a América inglesa – defendem seus direitos ou estão oprimidos pela nação espanhola”.**

A América bolivariana, a começos do século XIX, duplicava em extensão aos Estados Unidos e os triplicava em população. Não cabe dúvida alguma de que, em todos estes pressupostos, **Bolívar só entendia por América à de fala espanhola. Era um meio para diferenciá-la da outra**, a que não falava essa língua. (PIVIDAL, 2021, p. 128, tradução livre, grifos nossos).

Pelo contrário, pontua Bolívar que o objetivo dos Estados Unidos é massacrar nossa América, disfarçando com falsos bastiões (“em nome da liberdade”): **“Bolívar foi o primeiro a vislumbrá-los como potência em sua fase pré-imperialista: “Os Estados Unidos parecem destinados pela providência para flagelar a América de miséria em nome da liberdade”.** A Patricio Campbell, Guayaquil, 5 de agosto de 1829.” (PIVIDAL, 2021, p. 131, tradução livre, grifos nossos).

Pensar Nossa América enquanto Novo Mundo - o homem novo:

Agradava ao libertador empregar a expressão “Novo Mundo”, para diferenciá-lo do “Velho”, que ele não libertou: “Ainda que aspire à perfeição do governo de minha Pátria, **não posso me persuadir que o Novo Mundo seja neste momento regido por uma grande República**”. *Carta da Jamaica.*

Se não podia se convencer de que sua Pátria, por perfeita que fosse, pudesse se converter na grande república que regesse os destinos do Novo Mundo, muito menos o poderia aceitar dos Estados Unidos, que não era sua Pátria. (PIVIDAL, 2021, p. 131, tradução livre, grifos nossos, itálicos do autor).

Bolívar sabe diferenciar muito bem nós, o Novo Mundo, dos Estados Unidos:

Desde 1815 – Carta da Jamaica - até 1830, ano de sua morte, Bolívar não deixa de formular severas críticas aos Estados Unidos da América do Norte por sua política de “simples expectadores”, de fingida neutralidade ou de cálculo

aritmético frente ao esforço que levam a cabo os povos da Hispano-América em seu afã por se libertarem do jugo espanhol.

Às vezes qualifica a esses norte-americanos de “egoístas”, “canalhas”, “os piores” e “capazes de vender a Colômbia por um tostão”; outras considera aos Estados Unidos como nação “belicosa e capaz de tudo”, sem esquecer o destino que lhes prognostica: “flagelar a América de miséria em nome da liberdade”.

Em todo momento, distingue uma América, a que é nossa, da que não o é, baseando-se, para as diferenciar, no que não tem de comunidade de origem, nem de língua, nem de costumes, assim como carecem de “identidade de causa, princípios e interesses”. (PIVIDAL, 2021, p. 131, tradução livre, grifos nossos, itálicos do autor)

A balcanização, a subtração da genuína identidade do povo enquanto latino-americano por frágeis nacionalidades segmentadas – dividir para conquistar:

O colonialismo espanhol parcelou a América para melhor dominá-la. Bolívar a unificava para evitar sua dominação. Hoje, o imperialismo norte-americano persegue a mesma finalidade que o colonialismo espanhol, só que o conceito de “fronteiras geográficas” foi substituído pelo de “fronteiras ideológicas” para facilitar a dominação (intervencionismo). (PIVIDAL, 2021, p. 141, tradução livre, grifos nossos os).

E retoma Pividal a frase de José Martí sobre o imortal Bolívar: “Com quanta razão disse Martí: “Bolívar ainda tem muito a fazer na América”!” (PIVIDAL, 2021, p. 141, tradução livre, grifos nossos).

Bolívar aspirava por fazer muito mais, e pretendia dar pelo menos sólidos primeiros passos nesta direção, não fossem as conspirações alhures o teria conseguido, de novo, tudo ficou só na possibilidade e nas potencialidades, falta fazer realizar:

O dia em que nossos plenipotenciários façam o resgate de seus poderes, será fixada na história diplomática da América uma época imortal. Quando, depois de cem séculos, a posteridade buscar a origem do nosso direito público, e recordem os pactos que consolidaram seu destino, registrarão com respeito os protocolos do istmo. Nele encontrarão o plano das primeiras alianças, que traçará a marcha das nossas relações com o universo. Que será então o Istmo de Corinto, comparado com o do Panamá? (PIVIDAL, 2021, p. 142-143, tradução livre, grifos nossos).

Imperialismo dos Estados Unidos e da Inglaterra trabalham para destruir a anfictionia:

As infâmias lançadas contra Bolívar pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, através de seus agentes diplomáticos ou consulares credenciados nas repúblicas hispano-americanas, tomam força tão logo se dão a conhecer os primeiros intentos para a celebração do Congresso do Panamá, incrementam-se a partir do fracasso deste, e acabam por incutir a desintegração da Gran Colômbia e a desapareição da pessoa do Libertador.

As intervenções dos Estados Unidos e da Inglaterra ficam a descoberto ao sair à luz pública a correspondência - em muitos casos, confidencial – que os agentes diplomáticos remetiam a suas respectivas chancelarias. (PIVIDAL, 2021, p. 150-151, tradução livre, grifos nossos).

Os agentes estadunidenses primaram também por semear intrigas entre os latino-americanos para usurpar a anfictionia:

Fui informado que as autoridades do Peru dirigiram recentemente a este governo [o do Chile] uma nota na qual o convidam a nomear um ministro para o célebre Congresso do Panamá e na qual lhe declaram que a Inglaterra foi ou seria convidada a assistir... Não conheço nenhuma ordem de conduta que o Chile deseje adotar com respeito a esse assunto. Creio que, como Buenos Aires, recusou-se a enviar membros a esse corpo, não podendo ver nenhuma boa razão para que qualquer deles tenha que se apartar desse critério, tanta mais que de concorrer [agora segue a infiltração venenosa de sua própria atuação], sujeitar-se-iam aos mesmos termos que Bolívar impõe ao México, à Guatemala, à Colômbia e ao Peru. Uniformemente sustentei que semelhante assembleia seria prematura e não produziria nenhum bem: que as armas da Espanha não poriam por mais tempo em perigo a independência dos novos Estados, que não existia perigo de intervenção em seus assuntos de nenhuma potência estrangeira e que sob tais circunstâncias poderiam dirigir melhor suas energias para melhorar suas questões internas [que bondoso!] antes do que gastar parte das mesmas em alentos inúteis e quicá prejudiciais.

Herman Allen
agente dos Estados Unidos
(ALLEN, 1823 apud PIVIDAL, 2021, p. 151, tradução livre, grifos nossos, itálicos do autor, notas debochadas entre colchetes do autor)

A Inglaterra tampouco se priva de conspirar, tenta a todo custo que o Congresso do Panamá não arbitre a questão da Península Cisplatina, entre Brasil e Argentina, mas sim eles mesmos, tentando deslegitimar a autodeterminação dos povos latino-americanos e a autoridade do Congresso, ao mesmo tempo que tutelando e manobrando para si própria:

Inglaterra também contribui a combater a Anfictionia. Canning, encarregado dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, não quer, de modo algum, que as disputas entre Brasil e Buenos Aires pela Banda Oriental do Uruguai sejam levadas ao Congresso do istmo. Somente a “Pérfida Albión” deve ser a mediadora, qualquer outro poder lhe retiraria proeminência:

Nada pode ser de maior importância para o Brasil que conseguir que suas disputas com Buenos Aires estejam em vias de solução antes de que se recorra ao Congresso Geral de Estados no Panamá para que se advogue a elas [assim poderia ocorrer se Buenos Aires levasse o caso ante a Anfictionia]. Em uma assembleia de tal composição há pouca dúvida de que a decisão seria desfavorável para o Império do Brasil. Se, não obstante, a discussão passasse ao Panamá, o enviado de Sua Majestade ao Congresso receberá instruções para empregar bons ofícios com o fim de obter uma solução amigável e satisfatória.

Canning ao Lorde Ponsobony, encarregado da mediação
18 de março de 1826
(CANNING, 1826 apud PIVIDAL, 2021, p. 152, tradução livre, grifos nossos).

Washington seduz o vice-presidente Francisco de Paula Santander, formidável estadunidentófilo, que, a serviço do Hegemon, procura fazer que um incidente com o llaneiro José Paéz volte os neogranadinos contra os venezuelanos e, por tabela, desintegração de toda

unidade latino-americana e intrigar as forças armadas contra o Libertador; no Peru e em outras regiões da América Latina também, a campanha anti-Bolívar (e, deste modo, anti-unidade latino-americana) das sevícias dos agentes estadunidenses faz sucesso:

Já não podendo suportar mais a pérfida ingratidão de Santander, escrevi-lhe hoje que não me escreva mais, porque não quero responder-lhe, nem lhe dar o título de amigo. Saiba o senhor isto, para que diga a quem corresponda. Os jornais de Bogotá atiram contra mim, enquanto eu mando calar-se a quem atira contra Santander. **Ingrato, mil vezes!**

Bolívar ao general Carlos Soublette
Caracas, 16 de março de 1827

(BOLÍVAR, 1827 apud PIVIDAL, 2021, p. 157, tradução livre, grifos nossos).

“Em junho desse mesmo ano, o **Congresso peruano elege ao General La Mar para presidir a República, ou seja, escolhe-se o anti-Bolívar por excelência**” (p. 158, Pividal, F.; 2021, Fundación Editorial El perro y la rana; Caracas, Ven.; livre tradução, grifos nossos).

Oligarcas venezuelanos também corrompem José Paéz para buscar “autonomia” e “independência” da Gran Colômbia (na verdade, fraqueza e dependência dos EUA e outros imperilismos europeus), quando o Libertador vai à Venezuela para tentar rearticular a unidade é desprezado e rechaçado e, pior, neste tempo de jornada à Venezuela, conspiram contra ele e aproveitam sua ausência na Nova Granada/Colômbia. Além do mais, Bolívar era abolicionista e aliado do Haiti, isto inflamava os agentes estadunidenses da economia escravagista algodoeira do sul dos EUA a fazerem suas conspirações com as oligarquias locais (conforme se revelou nas cartas descobertas do agente William Tudor): “**Quando o Libertador chega a Puerto Cabello (1o de janeiro de 1827) para sua entrevista com Páez, Venezuela se encontra em plena ruína econômica, igualmente à Colômbia**” (PIDIVAL, 2021, p. 158, tradução livre, grifos nossos).

O general José A. Páez era o verdadeiro chefe da Venezuela desde a batalha de Carabobo. A oligarquia e os “notáveis” o elevaram à cúspide do separatismo da Gran Colômbia, e, assim, o caudilho dos llanos caiu nas mãos da classe economicamente dominante. Os venezuelanos não acolheram fervorosamente a constituição da Gran Colômbia. Atribuía seus males à união com Bogotá, e se sentiam menosprezados por esta em relação ao desenvolvimento cultural e econômico. Ao finalizar a guerra, os venezuelanos, empurrados pela oligarquia que incentivava interessadamente o caudilhismo de Páez, não viram a necessidade de continuar no pacto. (PIDIVAL, 2021, p. 158, tradução livre, grifos nossos).

Bolívar importunava muito os algodoeiros escravagistas estadunidenses:

Legisladores, a infração de todas as leis é a escravidão. A lei que a conservasse seria a mais sacrílega. Que direito se alegaria para sua conservação? Observe-se

este delito por todos os aspectos, e **não me persuado que haja um só boliviano tão depravado, que pretenda legitimar a mais insigne violação da dignidade humana. Um homem possuído por outro! Um homem propriedade!**

Bolívar

25 de maio de 1826

(BOLÍVAR, 1826 apud PIVIDAL, 2021, p. 160-161, tradução livre, grifos nossos, itálicos do autor).

Não havia bolivianos tão depravados para legitimar a escravidão, **porém sim havia norte-americanos**, como Tudor, **para o fazer**. (PIVIDAL, 2021, p. 161, tradução livre, grifos nossos).

Como fazem até hoje com as forças militares, vide ditaduras militares, plano condor, lava-jato, etc., os EUA tentam cooptar as forças repressivas latino-americanas com alguns “agrados” para domesticação:

Tudor também emprega a outorga de bolsas de estudo, para render as vontades, recrutar oficiais de Bolívar e corromper a personagens do seu regime. Em um comunicado confidencial de seu gabinete (25 de novembro de 1826), solicita do Secretário de Estado que interceda ante o Presidente dos Estados Unidos para que alguns familiares do general Santa Cruz possam cursar estudos em West Point: “... é uma boa política estimular o envio de um certo número de jovens a nosso país a fim de conservar no futuro a nossa influência sobre as novas gerações do Peru”. Um ano depois solicita uma nova outorga para dois sobrinhos do general La Mar. (PIVIDAL, 2021, p. 163, tradução livre, grifos nossos).

E o que é “cursar estudos em West Point”?

West Point, a Academia Militar dos Estados Unidos, continua sendo a fábrica de oficiais mais requerida na América Latina pelos tiranos da vez. Por ela passaram “gênios militares” como os irmãos Somoza, os filhos de Trujillo, os parentes de Stroessner, etc. Quando seus egressos tiveram de fazer frente aos guerrilheiros de Sandino, ou assessorar ao exército mercenário que combatia aos barbudos da Sierra Maestra, ou se bater contra as milícias populares como na Coreia, Girón, Vietnã, Laos e Camboja, West Point perdeu todo seu aparente e deslumbrante prestígio, e passou a se converter em uma escola primária para recrutas. (PIVIDAL, 2021, p. 163, tradução livre, grifos nossos).

Com toda esta onda conspiratória e com os vende-pátrias locais, Bolívar acabou por ser deposto e desterrado, estas palavras últimas do Libertador em Bogotá: **“Colombianos! Meus últimos votos são pela felicidade da Pátria. Se minha morte contribui para que cessem as disputas e se consolide a união, eu baixarei tranquilo ao sepulcro”**. (PIVIDAL, 2021, p. 167, tradução livre, grifos nossos).

Um herói sucumbe ante conspiração de vermes, sua luta e seu exemplo não, infelizmente, como diz Martí, “Bolívar ainda tem muita a fazer na América”, figura emblemática e aglutinadora da identidade latino-americana, e, conforme outros, ultrajados e

desterrados em vida e em morte, mas que perdura e perdurará na luta dos povos latino-americanos:

Em sua agonia final, [Bolívar] dizia: “Vamos! Vamos! Esta gente não nos quer nesta terra... Vamos, rapazes... Levem minha bagagem à bordo da fragata!”. (PIVIDAL, 2021, p. 168, tradução livre, grifos nossos).

E assim a fragata içou à vela, naquele 17 de dezembro de 1830, e pôs proa rumo à eternidade. Na íris de seu rastro brilhavam as bandeiras de cinco repúblicas, e um propósito de integração latino-americana que ainda não chegou a culminar. Glória eterna a Bolívar!

Quando Bolívar morre, Engels tem dez anos, Marx, doze, e Lênin e Martí ainda não haviam, todavia, nascido. (PIVIDAL, 2021, p. 168, tradução livre, grifos nossos).

A doutrina Monroe, ou monroísmo, ‘América para os ‘americanos’ [estadunidenses]:

Os princípios da doutrina Monroe foram dados à publicidade em dezembro de 1823, porém as orientações para sua execução prática geraram um enfrentamento entre o departamento de Estado (John Quincy Adams) e a Câmara de Representantes (Henry Clay). Ambos os poderes estavam de acordo quanto aos propósitos expansionistas e hegemônicos dos Estados Unidos às custas do continente hispano-americano. A controvérsia ficou reduzida a precisar qual seria o melhor método para cumprir esse propósito: uma diplomacia isolacionista ou uma de ativa intervenção.

Os Estados Unidos ficavam autorizados, em função do “destino manifesto”, para se apropriarem do Texas, Califórnia, Oregon, Cuba, Porto Rico e Panamá, territórios “complementares” da grande república continental da Norteamérica. O que não aceitava o Executivo eram alianças com as repúblicas hispano-americanas. (PIVIDAL, 2021, p. 192, tradução livre, grifos nossos).

Como se referia o presidente dos EUA aos latino-americanos:

Não espero nenhum resultado [Adams a Clay, em 1824] benéfico para este país de quaisquer relações (...) que possamos ter com eles [leia-se, os pestilentos, os hispano-americanos]. Da comunhão entre nossas instituições e as suas, não vejo que possa resultar em nenhuma vantagem para nosso país. Nem parece existir tampouco nenhuma inclinação neles para aprender lição política de nós (...) [A prepotência de sempre]. (ADAMS, 1824 apud PIVIDAL, 2021, p. 192-193, tradução livre, grifos nossos).

Até aqui chegava o monroísmo, ou seja, o critério do executivo. Poderíamos sintetizar este critério, baseando-o no consabido menosprezo que Adams sentia pela nossa cultura, nosso pensamento e nossa conduta. (PIVIDAL, 2021, p. 938, tradução livre, grifos nossos).

Conclusão:

Eis que Pividal quer encerrar seu trabalho com a frase que conclama Bolívar a terminar seu trabalho para unidade e liberdade do povo latino-americano: **“O que Bolívar não fez está, todavia, por fazer na América”** (PIVIDAL, 2021, p. 203); esta frase, ao mesmo tempo que exalta e enaltece a função, as ideias e a luta de Bolívar, denota o quão esta foi minada e falhou em alcançar seu objetivo legítimo (“por ser feito”) ... e conclama o povo a prosseguir, inspirado

no Libertador: “Com razão, disse José Martí: “O que Bolívar não fez, está, todavia, por ser feito na América.” (MARTÍ, 1965 apud PIVIDAL, 2021, p. 168, tradução livre).

E podemos ver Bolívar, em outra frase de José Martí, como produto legítimo de nosso povo latino-americano, com todas as pluralidades singulares (tal qual o Libertador): “Não é que os homens fazem os povos, mas sim os povos, em sua hora de gênese, tendem a colocar-se, vibrantes e triunfantes, em um homem.” (MARTÍ, 1965 apud PIVIDAL, 2021, p. 168, tradução livre).

7 DARCY RIBEIRO E JOSÉ MARTÍ - DIFERENÇAS, DIVERSIDADES E DISSIMILITUDES SINGULARES

“¡Lo imposible es lo que nosotros tenemos que hacer, porque de lo posible se encargan los demás todos los días!”
(Simón Bolívar, resposta ao general Páez, 1819)

“El pueblo que combate, al fin triunfa”
(Simón Bolívar “Proclama a los ilustres hijos del Cauca”, 7 de novembro de 1819)

“A pátria não é a terra dos pais, mas sim a terra dos filhos.”
(Nietzsche)

“Para nosotros, la pátria es América.”
(Simón Bolívar)

7.1 PLURALIDADES LATINO-AMERICANAS – DIFERENÇAS, DIVERSIDADES E DISSIMILITUDES SINGULARES

Dissimilitudes “pouco significativas”:

Segundo Darcy Ribeiro, se formos nos ater no fragmento abaixo, o que não faltam são entraves e descabimentos para se pensar em América Latina enquanto um bloco ou um povo só:

No plano geográfico, é notória a unidade da América Latina como fruto de sua continuidade continental. A esta base física, porém, não corresponde uma estrutura sociopolítica unificada e nem mesmo uma coexistência ativa e interatuante. Toda a vastidão continental se rompe em nacionalidades singulares, algumas delas bem pouco viáveis como quadro dentro do qual um povo possa realizar suas potencialidades. Efetivamente, a unidade geográfica jamais funcionou aqui como fator de unificação porque as distintas implantações coloniais das quais nasceram as sociedades latino-americanas coexistiram sem conviver, ao longo dos séculos. Cada uma delas se relacionava diretamente com a metrópole colonial. Ainda hoje, nós, latino-americanos, vivemos como se fôssemos um arquipélago de ilhas que se comunicam por mar e pelo ar e que, com mais frequência, voltam-se para fora, para os grandes centros econômicos mundiais, do que para dentro. As próprias fronteiras latino-americanas, correndo ao longo da cordilheira desértica, ou da selva impenetrável, isolam mais do que comunicam e raramente possibilitam uma convivência intensa. (RIBEIRO, 2010, p. 23-24).

Ou seja, falar em uma América Latina única e unida, sob este prisma, torna-se algo bastante dificultoso, mesmo impossível; ao contrário, mais lógico é jogar por terra e descartar este conceito e possibilidade, ainda que compartilhem um espaço geográfico com certa contiguidade e semelhanças climático-naturais.

Ainda refletindo sobre as diferenças envoltas no constructo latino-americano, segue o famoso antropólogo brasileiro, agora sobre as dificuldades residentes nas esferas linguístico-culturais:

No plano linguístico-cultural, nós, os latino-americanos, constituímos uma categoria tanto ou tão pouco homogênea como o mundo neo-britânico dos povos que falam predominantemente o inglês. Isto pode parecer insuficiente para os que falam da América Latina como uma entidade concreta, uniforme e atuante, esquecendo-se de que dentro dessa categoria estão incluídos, entre outros, os brasileiros, os mexicanos, os haitianos e a intrusão francesa do Canadá, devido a sua uniformidade essencialmente linguística de neolatinos. Ou seja: povos tão diferenciados uns dos outros, como os norte-americanos o são dos australianos e dos *africâner*, por exemplo. A simples enumeração mostra a amplitude das duas categorias e sua escassa utilidade classificatória. (RIBEIRO, 2010, p. 24).

E continua:

Reduzindo a escala de latinos para ibéricos, encontramos uma unidade um pouco mais uniforme. Na verdade, bem pouco mais homogênea, porque apenas excluiria os descendentes da colonização francesa. Continuariam, dentro dessa categoria, os brasileiros, os argentinos, os cubanos, os porto-riquenhos, os chilenos, etc. **Do ponto de vista de cada uma dessas nacionalidades, sua própria substância nacional tem muito mais singularidade e vigor do que o denominador comum que as faz ibero-americanas.** (RIBEIRO, 2010, p. 24-25).

Importante destaque aqui coloca Darcy, ratificando que o processo de balcanização que houve com a maioria dos processos de independências latino-americanos favoreceu os nacionalismos regionais em detrimento (em parte que seja, mas grande parte) ao de latino-americanidade.

Mais semelhanças que diferenças:

Todavia, justamente e surpreendentemente (mas com toda lógica), ao continuar no trecho subsequente uma análise mais microscópica, relativiza toda essa dificuldade de integração por dessemelhança caracterizando como “pouco significativa”:

Se reduzirmos ainda mais a escala, poderemos distinguir duas categorias constantes. Um conteúdo luso-americano concentrado todo no Brasil e um conteúdo hispano-americano que congrega o restante. As diferenças entre uns e outros são pelo menos tão relevantes como as que distinguem Portugal da Espanha. **Como se vê, pouco significativa, porque fundada numa pequena variação linguística que não chega a ser obstáculo para a comunicação, ainda que tendamos a exagerá-la com base numa longa história comum, interatuante, mas muitas vezes conflitante.** (RIBEIRO, 2010, p. 25).

Desta feita, Darcy Ribeiro passa por cima das diferenças e dificuldades, não as negando, como não o fizera nos trechos anteriores – ao contrário, dera até cores e um dramatismo que as

reforçavam – mas simplesmente mostrando o evidente de sua debilidade concreta, ao fim e ao cabo.

Parte, pois, a estabelecer uma relação mais rica e entusiasmada (dizendo que “colorem”) com as pluralidades e diversidades singulares presentes na América Latina, expondo por cima e comentando algumas.

Aqui, no caso, sobre a presença indígena, e de que forma, nas populações dos países latino-americanos, falando primeiro do caso de países em que ocorre a presença destes enquanto chamados “povos testemunhos”, que seriam, em suas palavras:

Voltando a olhar o conjunto da América Latina, observam-se **certas presenças e ausências que colorem e diversificam o quadro.**

Por exemplo, a **presença indígena é notória na Guatemala e no Altiplano andino, onde é majoritária, e no México, onde os índios se contam aos milhões e predominam em certas regiões.** Nesses casos é **tão grande a massa de sobreviventes da população indígena original que se integrou às sociedades nacionais com um campesinato etnicamente diferenciado, que seu destino é se reconstruírem, amanhã, como povos autônomos.** Isso significa que países como a Guatemala, a Bolívia, o Peru e o Equador e áreas extensas de outros como o México e a Colômbia estarão sujeitos, nos próximos anos, a **profundas convulsões sociais de caráter étnico que redefinirão aqueles quadros nacionais ou os reestruturarão como federações de povos autônomos.** (RIBEIRO, 2010, p. 26).

Difere completamente a ocorrência e a forma como se dá destes remanescentes indígenas, com muito maior assimilação, aculturação e miscigenação, à exceção de pequenas tribos muito isoladas, em outros países da região, como relata abaixo Darcy:

Totalmente **distinta é a situação dos demais países** onde só se encontram **microetnias tribais, mergulhadas em vastas sociedades nacionais etnicamente homogêneas.** Nesses casos, uma **presença indígena visível, seja na língua como o guarani do Paraguai – seja, sobretudo, no fenótipo da maioria da população, como ocorre no Brasil, no Chile, na Venezuela –**, deve ser levada em conta. Mas **não justificaria incorporá-los numa categoria à parte de indo-americanos como já se sugeriu.** É improvável que por esta linha se chegue a alcançar uma tipologia explicativa. **Todos esses povos têm no aborígine uma de suas matrizes genéticas e culturais, mas sua contribuição foi de tal forma absorvida que qualquer que seja o destino das populações indígenas sobreviventes, não se alterará muito sua configuração étnica.** (RIBEIRO, 2010, p. 26-27).

Assim, diz Darcy Ribeiro,

(...) a **miscigenação, absorção e europeização dos antigos grupos indígenas no seio da população nacional estão completas ou em marcha, e tendem a homogeneizar – embora não a fundir – todas as matrizes étnicas, convertendo-as em modos diferenciados de participação na mesma etnia nacional.** (RIBEIRO, 2010, p. 27).

O que, por sua vez, não quer dizer “(...) que **os índios que sobreviveram como tribos**

nesses países venham a desaparecer. Ao contrário, **apesar de cada vez mais aculturados, eles sobreviverão diferenciados e serão cada vez mais numerosos.** (RIBEIRO, 2010, p. 27-28, grifos nossos).

Não se pode falar em América Latina e em seu povo sem se falar na participação em sua formação que desempenhou o negro africano, porém, novamente, há nuances com que isso se deu, bem como na intensidade, volume, circunstâncias e relevâncias; de novo implicando em diferenças concernentes à latino-americanidade... no entanto, apesar da riqueza e diversidade que acresceu às diferentes regiões e conforme seus diversos processos regionalizados, em termos socioculturais, em linhas gerais esse sabor e essa graça a mais deram-se em forma de sincretismo, anímica e psiquicamente (inconscientemente), mas, num arcabouço latino-americano houve uma forma de retro-assimilação/aculturação e conjugação, neste solo e comunidades... como parece concordar o antropólogo em tela:

Outro componente que diferencia o quadro, emprestando-lhe aspectos particulares, é a **presença do negro africano** que se concentra de **forma maciça na costa brasileira de mais antiga colonização e nas áreas de mineração, e também nas Antilhas**, onde floresceu a plantaçã açucareira. Fora dessas regiões, encontram-se diversos **bolsões negros na Venezuela, Colômbia, Guianas, Peru, e em algumas áreas da América Central.** (RIBEIRO, 2010, p. 28).

Também neste caso, a **absorção e assimilação chegaram a tal ponto que se americanizou esse contingente da mesma forma que os demais, ou talvez de uma forma mais completa que qualquer outro.** É certo que **reminiscências africanas no folclore, na música e na religião são palpáveis nas áreas onde a influência negra foi maior.** Mas sua persistência se explica, **principalmente, pelas condições de marginalização dessas populações, que em nenhum caso constituem blocos étnicos inassimiláveis e aspirantes à autonomia.** (RIBEIRO, 2010, p. 28).

Sobre outros grupos étnicos distintos aos europeus que migraram para cá em diferentes localidades e contribuíram para incrementar diferenças regionais e diversidades culturais outras na América Latina, aumentando o que viemos chamar de nossas pluralidades, diz Darcy Ribeiro no fragmento abaixo:

Outras intrusões, não europeias, como a dos japoneses no Brasil, dos chineses no Peru, dos indianos nas Antilhas, igualmente diferenciam algumas áreas, emprestando um **sabor especial à sua cozinha e afirmando-se em algumas outras esferas.** O assimilável nesses casos – como ocorre também com os negros – é que **estamos em presença de contingentes que trazem em si uma marca racial distintiva com relação ao resto da população.**

Esse fato tem, obviamente, consequências. **Principalmente a de não facilitar o reconhecimento de uma assimilação já completa ou que só não se completa devido à persistência de marcas raciais que permitem seguir tratando como afro, nissei, chinês ou indiano** pessoas que **só são tais em seu fenótipo, dadas sua aculturação plena e sua completa integração no quadro étnico nacional.**

Os antropólogos, particularmente interessados nas singularidades dessas populações, produziram uma vasta literatura que ressalta, talvez de forma excessiva, as diferenças. (RIBEIRO, 2010, p. 29).

Ressaltamos aqui que Darcy Ribeiro, talvez de uma forma mais acurada, vê como “excessiva” a priorização da diferença em face da constatável assimilação e aculturação destes povos nas sociedades locais, embora, claro, guardem alguns costumes, e estes enriqueçam o conjunto e o tornem, inclusive por isso, singular, único, peculiar... em e por sua pluralidade tão bem e de maneira ímpar conjugada no grupo latino-americano (antecipando algo que intuímos e questionamos em nosso objeto de pesquisa).

Assim, continua na mesma linha de observação sobre as diferenças e pluralidades, o famoso antropólogo, educador, indigenista e latino-americanista:

Realmente, **é possível elaborar longas listas de sobrevivências culturais** que permitem **vincular esses núcleos às suas matrizes de origem**. O certo, porém, é que, aqui também, **as semelhanças são mais significativas que as diferenças, já que todos esses contingentes estão plenamente “americanizados”**. (RIBEIRO, 2010, p. 29-30, grifos nossos).

E explica o que seria este “plenamente ‘americanizados’”, para deixar incontestado o que quer dizer... e verificável na realidade concreta:

Nos planos linguístico e cultural são gente de seu país e até “nossa gente” na identificação emocional corrente das populações com que convivem. Suas peculiaridades, tendentes talvez a esmaecer, apenas os fazem membros diferenciáveis da comunidade nacional em razão de sua remota origem. (RIBEIRO, 2010, 30, grifos nossos).

Plasmou-se a isso, com seus atributos, os eventos pós-independências e abolições, as imigrações menos “exóticas”, européias, buscando aumentar a mão de obra qualificada para uma lavoura paga e um início de industrialização, bem como um mercado consumidor interno e externo mais abundante... no entanto, novamente, veio a se somar à latino-americanidade existente, concorrendo à essa existência, complexificando-a, pluralizando-a ainda mais, diversificando-a ainda mais, mas nem por isso destruindo, pelo contrário, apenas reforçando e a enriquecendo, vindo a se somar e , novamente a ser assimilada e assimilar, novo exercício antropofágico, ou, nas palavras de Darcy Ribeiro:

O mesmo ocorre com os componentes de contingentes europeus não ibéricos chegados em época mais recente. Cada um deles representa uma forma especial de participação, nem superior nem inferior, no ser nacional, que permite defini-los, restritivamente, como, por exemplo, anglo-uruguaios, ítalo-argentinos, teuto-chilenos ou franco-brasileiros. (RIBEIRO, 2010, p. 30, grifos nossos).

Entretanto, “a parte que lhes coube neste latifúndio” está obviamente circunscrita à luta de classes pré-existente, sendo brancos, europeus e, acima de tudo, detentores do poder do capital, vão automaticamente tomar seu assento na conjuntura da classe social mais favorecida; embora que com seu advento a economia tenha se complexificado em parte, o ordenamento fora simplesmente readaptado e estes foram acoplados e assimilados em posições análogas:

É de assinalar, porém, que todos eles gozam de uma posição social mais alta, alcançada em razão de eventuais vantagens culturais e econômicas, mas principalmente de uma **maior aceitação social que os privilegia em sociedades dominadas pelos brancos.** (RIBEIRO, 2010, p. 30, grifos nossos).

Na verdade, aqui a relação de causalidade e efeito se confundem e dão vazão ao preconceito racial e à discriminação e atribuição de superioridade ao “branco”, algo que ecoa por toda a América Latina, apesar de suas diferenças e mesmo com populações majoritariamente negras, índias ou mestiças; a alusão aos processos migratórios mais recentes faz Darcy Ribeiro comentar sobre isso:

Muito embora acima de todos os fatores de diversificação sobressaiam os de uniformidade, certas diferenças visíveis alcançam, frequentemente, um **sentido social discriminatório.** É o caso, por exemplo, do **paralelismo entre cor de pele e pobreza, que dá lugar a uma estratificação social de aparência racial.** (RIBEIRO, 2010, p. 31, grifos nossos).

Assim, os contingentes negros e indígenas que tiveram de enfrentar enormes obstáculos para ascender da condição de escravos à de proletários concentraram-se principalmente nas camadas mais pobres da população. Além da pobreza oriunda da superexploração de que foram e são vítimas pesa sobre eles muita discriminação, inclusive a proveniente da expectativa generalizada de que continuem ocupando posições subalternas, as quais dificultam sua ascensão a postos mais altos da escala social. Aparentemente, o fator causal encontra-se na origem racial e na presença de sua marca estigmatória, quando de fato só se explica pelas vicissitudes do processo histórico que os situou na posição de vítimas. Eles são a contraparte desprivilegiada dos euro-americanos. Embora constituindo o grosso da força de trabalho – ou por isso mesmo, enquanto descendentes de escravos –, eles são tratados com superioridade e descaso. (RIBEIRO, 2010, p. 31-32).

E continua, querendo interpretar o problema racial, apesar da fusão, assimilação e mestiçagem, únicos – singulares – latino-americanos: “Assim é que a cor da pele, ou certos traços raciais típicos do negro e do indígena, operando como indicadores de uma condição inferior, continuam sendo um ponto de referência para os preconceitos que pesam sobre eles.” (RIBEIRO, 2010, p. 32).

Somos, entretanto, muito diferentes do vizinho do norte, porém, traça distinção bem delimitadora frente aos vizinhos norte-saxões, reforçando assim a unidade latino-americana (apesar das pluralidades dentro dessa), por este descompasso de forma cultural -societário – um

dos – absolutamente disruptivo:

Embora presente na América Latina, e frequentemente de forma muito acentuada, o preconceito racial não assume aqui o caráter discriminatório e isolacionista que se observa, por exemplo, nos Estados Unidos. Ali, a discriminação recai sobre os descendentes de africanos ou indígenas, qualquer que seja a intensidade da marca racial que carreguem, tendendo a excluí-los do corpo social por se considerar indesejável a mescla com eles. Na América Latina, o preconceito racial é predominantemente de marca e não de origem. Ou seja: recai sobre uma pessoa na proporção de seus traços racialmente diferenciadores e implicitamente incentiva a miscigenação, porque aspira “branquear” toda população. (RIBEIRO, 2010, p. 32, grifos nossos).

Veja-se bem, Darcy Ribeiro não está compondo uma ode ao povo latino-americano nesse aspecto, em detrimento ao norte-americano anglo-saxão; pelo contrário, assume o preconceito racial e suas mazelas, mas distingue as características próprias de como que ele se dá na América Latina e, assim, demonstra que, ainda que por motivos torpes – se nos basearmos exclusivamente nele – constitui-se em mais uma mola que fomenta à miscigenação e ao amálgama de um povo (junto com sua carga sub-reptícia de herança trans e inter-geracional, claro). Vejamos, em suas próprias análises:

Trata-se, sem dúvida, de um preconceito racial, porque a sociedade só admite os negros ou indígenas como futuros mestiços, rechaçando seu tipo racial como ideal do humano. Mas se trata de um preconceito especial que discrimina o fenótipo negro e o indígena por não estar ainda diluído na população majoritariamente mestiça, cujo ideal de relações inter-raciais é a fusão. (RIBEIRO, 2010, p. 32-33, grifos nossos).

Singularidade do preconceito na América Latina, também a ser visto como um singular neste plural.

Quem somos nós, latino-americanos? Que povo?... Quem seremos?

Em novos fragmentos ao refletir sobre o enigma das diversidades e pluraridades que envolvem as enormes diferenças presentes no que é a América Latina e seu povo e regiões; Darcy Ribeiro então remonta à angústia do grande libertador Simón Bolívar, que, ao buscar criar uma nova nação, buscava pensar num novo povo, no seu povo, para sua nação, com muita dose de utopia e ufanismo, que inspiram os grandes homens com grandes propósitos.... mas deparando-se com o impasse do devir existencial... que tão bem traz, indaga, revela e esconde a América Latina. Assim evoca Darcy ao El Libertador e dá complemento seu àquelas indagações bolivarianas:

Bolívar, lutando para tirar a América Latina do jugo espanhol, se perguntava que povo era aquele que se libertava.

- Quem somos nós? **Não somos europeus, nem somos índios. Somos uma espécie intermediária entre o aborígene e o espanhol. A perplexidade do herói ecoa até hoje. Todos nós, intelectuais latino-americanos, somos uns zeas aflitos na busca de nossa identidade.**
- **Quem fomos? Quem somos? Quem seremos?** (RIBEIRO, 2010, p. 65, grifos nossos s).

O Plural Singular:

Para esmiuçar novamente as diferenças regionais dentro da América Latina de acordo com os diferentes aborígenes aqui encontrados e suas organizações sociais; e também as diferentes modalidades de colonizações que se deram, uma ora para extrair ouro, pedras e outros metais preciosos, outrora para lavoura açucareira e outras *plantations* para exportação às respectivas metrópoles sobretudo ibéricas, via de regra; bem como algumas subdivisões administrativas que foram feitas em face da grande extensão territorial das terras descobertas, e algumas particularidades regionais, diz assim, de forma a se somar ao já supracitado, o antropólogo brasileiro determina 4 configurações histórico-culturais diversas, de partida:

Distingo nas Américas quatro configurações histórico-culturais de povo, nitidamente diferenciados por seus respectivos processos de formação (RIBEIRO, 2010, p. 65, grifos nossos):

Primeiro:

Os *povos testemunho*, resultantes do **choque do invasor europeu com as altas civilizações asteca, maia e incaica**, nos quais **jamais se deu uma síntese viável entre a indianidade sobrevivente e os crioulos hispânicos**. (RIBEIRO, 2010, p. 65, grifos nossos, itálicos do autor).

Segundo:

Os *povos novos*, feitos pela confluência de índios tribais, negros escravos e brancos ibéricos aliciados nas plantações tropicais, para exploração de produtos florestais ou de minas e metais preciosos, que deram lugar a um ente étnico inteiramente novo, profundamente diferenciado de suas três matrizes e que **ainda anda em busca de sua identidade**. São povos que, **não tendo passado de que se orgulhar, só servem para o futuro**. [povos novos, se aproxima do que Bolívar colocou]. (RIBEIRO, 2010, p. 65-66, grifos nossos, itálicos do autor).

Terceiro:

Os *povos transplantados*, como a América saxônica e o Canadá, que são meras implantações europeias em terras americanas, tal como o são também a Austrália e a Nova Zelândia. Nesta categoria, situo também **a Argentina e o Uruguai** que, apesar de **constituídos originalmente como povos novos, foram depois transfigurados pela enormidade de avalanche imigratória que sofreram**. (RIBEIRO, 2010, p. 66, grifos nossos, itálicos do autor).

Quarto:

Finalmente, os *povos emergentes*, que são os **indigentes que começam a se alçar no seio dos povos testemunho, aspirando à autonomia nacional**. (RIBEIRO, 2010, p. 66, grifos nossos, itálicos do autor).

Concluindo a veracidade, mais uma vez, da pluralidade, das diferenças e da diversidade na constituição das sociedades latino-americanas, em alguns aspectos regionais importantes: “A cada uma dessas configurações corresponderam modos diferentes de fazimento da

população e da nacionalidade.” (RIBEIRO, 2010, p. 66, grifos nossos).

Didaticamente, enquanto brasileiro, parte tomando-nos por exemplo (e aproveita, claro, a associar a correlatos mais próximos a nosso modelo):

Nós, brasileiros, por exemplo, enquanto *povo novo* – tal como os venezuelanos, colombianos, cubanos, etc., etc. –, **surgimos dos mestiços prenhadados por pais brancos nos ventres de índias, querendo identificar-se com o pai e sendo rechaçados.**” [circunstâncias históricas... e anímicas... na identidade nos casos dos povos novos] (RIBEIRO, 2010, p. 66-67, grifos nossos).

Em estilo um tanto ensaísta, Darcy Ribeiro vai descortinando as vicissitudes nos processos de miscigenação e mestiçagem na fundação e desenvolvimento deste povo novo tão importante para parte vital desta plural identidade latina, inclusive dando uma curiosa elucidação da inspiração sobre a origem do termo mameluco, diversa do significado como o conhecemos hoje (mestiço de branco com índio, caboclo, caipira):

Crescendo, fomos ser bandeirantes paulistas matadores do gentio materno. Por isso é que **um jesuíta maldoso nos chamou de *mamelucos***, lembrando aqueles **meninos roubados nas áreas de dominação islâmica** que cresciam nos criatórios de gentes **para serem**, segundo seus talentos, eunucos, janízaros, cipaios ou mamelucos. Quer dizer: **serviçais opressores de seus povos.**¹⁶ (RIBEIRO, 2010, p. 66, grifos nossos, itálicos do autor).

E desenvolve sua concepção genuína sobre o processo sócio-histórico civilizatório, neste encontro e trocas mútuas, sob tais outras perspectivas a se somarem:

Por séculos só falamos uma língua geral criada, mal pronunciando o tupi com bocas portuguesas. Sobrevivemos porque aprendemos a viver aqui com os índios, tirando o sustento dos roçados de plantas que deles recebemos: mandioca, milho, amendoim, tabaco e muito mais. Como índios é que caçamos, pescamos e fizemos choças. Com nomes índios é que chamamos as coisas da terra e do céu. (RIBEIRO, 2010, p. 66, grifos nossos).

Introduz então o novo e também imprescindível elemento para estes *povos novos*: “Depois que **começou a chegar a negra, os mamelucos ganharam uma função adicional: a de vigiar escravo fujão**, doído para cair num quilombo e, **simultaneamente, a de cruzar com eles**” (p. 67. Ribeiro; D.; 2010; “A América Latina Existe?”, grifos nossos).

O curioso é que os índios eram conhecidos como *brasis* (aqui, no caso, pois, a reboque de Darcy Ribeiro, estamos usando o Brasil como exemplo de povo novo latino-americano), os

¹⁶ [nota minha] Novamente, novas ambivalências transgeracionais, entre o opressor e o oprimido e em busca de identidade na fundação dos povos novos.

portugueses que aqui viviam e seus herdeiros (muitos mestiços, mas de estirpe colonizadora, por herança, portugueses) eram de certa forma segregados pelos de Portugal, chamados de brasileiros (não no sentido de nacionalidade, mas de uma forma pejorativa até como a dizer dos oriundos daquele lugar aonde se comercializava pau-brasil, com a conotação de cidadãos de segunda classe, desqualificados), estes não falavam por aqui, para se comunicarem, o português, via de regra, falavam uma língua gutural que tentava estabelecer correspondência com o tupi-guarani mais básico e o que os índios conseguiam absorver e mesclar com o português... o ingatu, ou nhengatu (hoje sabe-se que, por meios semelhantes, essa língua híbrida similar era usada no que hoje são Venezuela e Colômbia). Fantástica e curiosamente, como bem revela Darcy Ribeiro, quem difundiu e estabeleceu o português, língua, no Brasil (e, podemos deduzir, o castelhano na Venezuela, Colômbia e outros povos novos), como vemos abaixo (já um indício, prematuro, que a pluralidade age em favor, pelo menos nesse caso latino-americano, de um conjunto singular, em toda sua polissemia - rico, diverso e ímpar):

Esses negros, aliás, é que impuseram o português no Brasil como língua materna. Um português aprendido ao som dos berros dos capatazes que eles adoçaram com suas bocas afas. Com efeito, onde, o negro não chegou o povo continuou por séculos falando tupi. (RIBEIRO, 2010, p. 68).

De modo a contextualizar como esses negros saíram da África, vieram à América Latina e aqui se integraram, em que condições formaram parte de nosso povo, segue Darcy Ribeiro:

A civilização para os negros escravizados representou a saída de suas comunidades tribais igualitárias, onde eram pessoas, para se verem convertidos em coisas como bens semoventes. Assimilados à alimária, tinham o trato ou maltrato que o dono lhes quisesse dar. Civilização para eles foi a animalização nos quilombos imundos, onde aprenderam a realizar as tarefas da produção mercantil debaixo da pedagogia do chicote. Trabalhavam de sol a sol, a semana inteira, para enricar o senhor, e ainda no domingo, em sua própria rocinha, para ter o que comer. (RIBEIRO, 2010, p. 68, grifos nossos).

Muitos revisionistas, mal-intencionados, tendem a dizer que já havia o hábito da escravidão em território africano, de fato, mas não enquanto um projeto maciço, capitalista, de larga escala e tão predatório e desumano, era, algo tribal, ritualístico, guerreiro, que se tornou uma empresa apenas por intermédio europeu e a consequente larguíssima escala, reificação, massacre, outra coisa; como bem continua Darcy Ribeiro mais abaixo....

Veremos que essa reificação do negro oriundo do tráfico negreiro obrigará com que este, com o tempo, se reumanize no Brasil, constituindo assim um novo ser, guardando, claro, em parte suas raízes, mas abrindo-se fertilmente à latino-americanidade, a partir sim de uma

aculturação por uma matriz europeia do dominador, inclusive linguística, mas não sem criar o novo, o povo novo, o latino-americano de que falamos, através dos atributos seus nesta nova tessitura que virá a integrar-se e enriquecer e engrandecer com suas heranças difratadas neste todo e também em criações e sincretismos mais distinguíveis:

Como o senhor nunca juntava negros da mesma língua para evitar motins, eles tinham de falar uns com os outros na língua do amo. Assim, lentissimamente, se reumanizaram, ganhando fala, ser e entendimento. Outro ser. Mas um ser já suficientemente situado no novo mundo para ousar fugir para o mato e lá refazer o comunismo primitivo dos quilombos. (RIBEIRO, 2010, p. 68-69, grifos nossos).

Claro, apesar de querer estudar e ver a grandiosidade e possibilidades desse devir latino-americano, não se trata de uma ode, ou de uma utopia, conforme já dissemos, e Darcy Ribeiro retoma a sublinhar e não negligenciar o quinhão de violência que houve neste processo: **“Às guerras de extermínio dos índios, os neolusitanos, agora brasileiros, tiveram de somar outra, também secular, de sujeição dos negros alçados.”** (RIBEIRO, 2010, p. 69, grifos nossos).

Novamente, a migração forçada do contingente africano foi gigantesca, e teve de sê-lo pois, para sustentar a produção com esta mão de obra compulsória, precisava-se de mais e mais negros, pois a mortandade era imensa, nesta travessia Atlântica:

Este sistema feroz pôde funcionar graças ao ingresso permanente de mais negros, tal era a mortalidade que custava. Para isso, os europeus montaram as primeiras empresas multinacionais modernas reunindo capitais e empresariados ingleses, holandeses, franceses e até ibéricos que compuseram máquinas prodigiosas de caçar negros na África, **embarcá-los em tumbeiros para atravessar o Atlântico e vender na América Latina.** Nessa operação capitalista de acumulação original, **dezenas de milhares de negros foram mortos ou escravizados.** Tarefa hercúlea como nenhuma outra. Lucrativíssima. Os empresários brancos que compravam os negros para fazê-los produzir aqui pagavam por eles mais da metade do valor da sua produção. Escravo rendia, mas era combustível caro. (RIBEIRO, 2010, p. 69, grifos nossos).

Havia também a característica de que a força de trabalho preferida era a masculina, justamente por causa do fator força, as mulheres negras eram preteridas por terem menos capacidade de trabalho braçal, prestando mais, majoritariamente, para o doméstico, isto teve consequências de outra ordem, a saber, no caso reprodutivo, pois, por não se comprarem mulheres, sobravam poucas ou nenhuma para o proveito dos negros escravos, aproveitando-se das mais viçosas, obviamente, os de maior poder social, não necessariamente pelo que seria caricato, como querem alguns, que poderia ser a violência e o estupro (embora houvesse), mas justamente por esta própria lógica social onde o poder acaba disponibilizando essas mulheres, por sua escassez, de uma forma ou de outra, em maioria ou exclusivamente, aos mais poderosos;

ou seja: aos brancos, mamelucos, mestiços em geral e até negros escravos que, ao longo do tempo, acabaram ocupando posições hierárquicas com algumas vantagens - apesar de escravizados. Vejamos Darcy Ribeiro:

As mulheres negras eram tão poucas – uma talvez para cada três homens – **que nunca sobrou preta para negro cobrir**. Enquanto comíveis, **eram prenhasdas pelo patrão velho e pelo senhorzinho, depois pelo capataz, depois pelo primeiro oficial, etc.** Deles **pariram mulatinhos risonhos que engrossavam a escravaria do senhor**. Esses frutos da terra **ganharam logo muita má fama como escravos fujões, mulatos pernósticos, desrespeitadores, insuportáveis, que não sabiam se pôr em seu lugar. Ainda são muito malvistas**. (RIBEIRO, 2010, p. 70, grifos nossos).

Este foi um fator que, apesar de seu drama e crueza causais, favoreceu e disseminou a miscigenação, fusão e mestiçagem nas regiões dos povos novos.

Tratando agora das não menos importantes regiões da América Latina aonde, diversamente, a característica mais marcante é a presença dos denominados povos testemunho, coloca assim, o antropólogo, educador, indigenista, latino-americanista e grande autor e pensador Darcy Ribeiro:

Muito diferente foi o processo formativo dos povos testemunho – como os mexicanos, os guatemaltecos, os peruanos, os bolivianos, os equatorianos –, pelo drama de sua ambiguidade essencial. Sendo altas civilizações, servidas de cidades com nobrezas e sacerdócios, exércitos e burocracias, se viram logo subjugadas pelos europeus que tomaram as cidades, derrubaram os templos, degolaram os nobres, derrotaram os exércitos e puseram a seu serviço as burocracias para dominar o povo índio e avassalado. (RIBEIRO, 2010, p. 70, grifos nossos, itálicos do autor).

Também, porém, coloca que houve o processo de formação de um que poder-se-ia ser chamado de povo novo por ser mestiço, mas não confundamos com o anterior, pois ele fará distinções subsequentes, entretanto, sigamos na colocação da mescla agora, conforme o autor, para entender no que diferirá logo em seguida:

Deu-se aí a mesma mestiçagem prodigiosa de pouquíssimos europeus com a multidão de índias cativas. Mas estes mestiços – por contraste, mais ocidentalizados – se isolam nas cidades e vilas, sempre diferenciados da indiada que permanecia no seu mundo, como um campesinato que perdeu suas cabeças cidadinas. Era principalmente **uma fonte, aparentemente inesgotável, de mão de obra para todos os fazimentos que os crioulos requeriam**. (RIBEIRO, 2010, p. 70-71, grifos nossos).

Aí está, parece-nos que a distinção ocorre quando se fala de grandes centros urbanos e o campo ou entre algumas regiões e outras, nestes casos, parece claro perceber, nestes países, aonde o elemento indígena parece totalmente preservado e onde ocorrem graus variáveis de

mestiçagem.

As controvérsias classistas e étnicas continuam observáveis, nessas regiões, quando, observa-se, o histórico político, conforme nos resgata aqui, oportunamente, Darcy Ribeiro... e as contradições aparentes de propósitos, engajamentos e ideologias (e o óbvio porquê, como ironicamente deixa transparecer o autor):

Aproveitando a crise napoleônica europeia, os mais claros e sabidos desses crioulos, orgulhosíssimos de não serem índios, decidem fazer a independência. Eram movidos tanto pelo amor à liberdade como pela curiosidade de experimentar novas formas de governo; mas, sobretudo, pelo desejo de acesso aos altos cargos da administração do Estado, de embaixadores, de generais, de magistrados, de financistas, de empreiteiros. Madri muda-se assim para a cidade do México, da Guatemala, de Lima, de Quito e La Paz para continuar exercendo, dali, sua função civilizatória sobre a indiada que teimava em continuar índia, apesar da vil tristeza da vida que tinham como índios de uma civilização alheia. (RIBEIRO, 2010, p. 71, grifos nossos).

Assim, Darcy coloca vários problemas, inclusive internos, que dão dissonâncias à ideia de abarcar à toda população em um bloco só homogêneo, tanto em termos microrregionais, quanto macro, no entanto, e a isso mesmo ele retorna e desconstrói com certa facilidade e truques simples quando demonstra que essas contradições e diferenças fazem parte do que somos e do que temos que lutar enquanto povo, as dissimilaridades em alguns processos formativos, culturais, étnicos e mesmo geográficos, climáticos, linguísticos, migratórios e etc. se esboroam frente aos desafios em comum que nos unem, pois vivenciamos realidades e contingências que nos aproximam, ainda que muitas vezes sobre a forma de opressão, exclusão e dramas caso não totalmente iguais, com similitudes que nos irmanam de maneira inequívoca, as diferenças, mais que nada, nos fascinam uns com os outros de modo a nos atrair, não repelir, pois vivemos paixões, emoções e sensações e modos de sentir e perceber o mundo, ainda que diversos, plurais.... muito ecoáveis por identificações que nos unem por contingências sócio-históricas que nos amalgamaram como um todo que, ainda que não homogêneo, complementar e potente por assim o ser, precisamos estar unidos para nos identificarmos... até em nossas singularidades, plurais.

Temos mazelas e elites destrutivas tanto internamente quanto externamente, como bem revelou este último trecho de Darcy Ribeiro, mas, retornando a Bolívar, talvez sejamos a espécie intermediária, o intermediário de Winnicott, a terceira tópica psicanalítica por fazer (como propõe Laplanche, Green, Kaës, etc.), o terceiro mundo, aquele que irá nos salvar de nós mesmos, longe da insípida e fraudulenta terceira via que querem nos vender eleitoralmente, longe de aceitar a miséria humana como propõe Freud como possível idéia de cura, mas sim

uma terceiridade da forma como propõe Ernesto Che Guevara e José Martí: um novo homem, de um novo mundo, possível sim, plural e singular. Latino-Americano.

José Martí e o Povo Latino-Americano – Nuestra América: “Enxerte-se nas nossas repúblicas o mundo: mas o tronco tem que ser o das nossas repúblicas” (Martí, 2011).

Uma elite em dissonância com seu povo é característica latino-americana, independente das matizes, combinações, nuances fenotípicos, paletas de cores e diversidades étnicas; o que traz a mensagem emancipatória e integrativa deste plural singular, José Martí coloca, deve ser uma educação emancipatória, mais do que uma educação, uma perspectiva educativa, filosófica e ideológica, a partir de nossa América. José Martí explica como nossas elites, inclusive as intelectuais, acabam sendo amestradas por valores exógenos de submissão e inferioridade, servilismo voluntário ao imperialismo, conforme exorta José Martí, não se deve ignorar ao outro, pelo contrário, temos que conhecer tudo da rica herança cultural, mas temos que partir e dar valor ao nosso. **“Enxerte-se nas nossas repúblicas o mundo: mas o tronco tem que ser o das nossas repúblicas”:**

Em povos compostos de elementos cultos e incultos, os incultos governarão por seu hábito de agredir e resolver as dúvidas com a sua mão, ali onde os cultos não aprendam a arte do governo. A massa inculta é preguiçosa e tímida nas coisas da inteligência, e quer que a governem bem; mas se o governo lhe fere, derruba-o e governa ela. Como hão de sair das universidades os governantes e não há universidade na América onde se ensine o rudimentar da arte do governo, que **é a análise dos elementos peculiares dos povos da América?** Para adivinhar saem os jovens ao mundo, com óculos ianques ou franceses, e aspiram a dirigir um povo que não conhecem. Na carreira da política, haveria de se negar a entrada aos que desconhecem os rudimentos da política. **O prêmio dos certames não há de ser para a melhor ode, mas para o melhor estudo dos fatores do país em que se vive.** No jornal, na cátedra, na academia, **deve-se levar adiante o estudo dos fatores reais do país. Conhecê-los é suficiente, sem vendas nem rodeios;** porque quem deixa de lado, por vontade ou esquecimento, **uma parte da verdade, cai mais adiante pela verdade que lhe faltou,** que cresce na negligência e derruba o que se levanta sem ela. **Resolver o problema depois de conhecer seus elementos é mais fácil que resolver o problema sem conhecê-los.** Vem o homem natural, indignado e forte, e derruba a justiça acumulada dos livros, porque **não é administrada de acordo com as necessidades patentes do país. Conhecer é resolver. Conhecer o país e governá-lo conforme o conhecimento é a única forma de livrá-lo das tiranias.** A universidade europeia há de ceder à universidade americana. **A história da América, dos Incas até aqui, tem que ser ensinada em detalhes, embora não se ensine a dos arcontes da Grécia. Nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. É mais necessária para nós.** Os políticos nacionais têm de substituir aos políticos exóticos. **Enxerte-se nas nossas repúblicas o mundo: mas o tronco tem que ser o das nossas repúblicas.** E cale o pedante vencido; **que não há pátria onde possa ter o homem mais orgulho que nas nossas dolorosas repúblicas americanas.** (MARTÍ, 2011, p. 19-21, grifos nossos).

Ou seja, as revoluções e as independências latino-americanas podem ter sido feitas, em parte, por interesses particulares, condizentes às castas favorecidas, alheios às parcelas

majoritárias que detêm aquilo que dá vida e identidade a uma nação: seu povo... mas até nisso vale a ideia de que essas vicissitudes de origem – plural de propósitos e conformidades; diversa e conflitiva – segue em seguida à lógica martíniana e, de uma forma ou de outra são tomadas e apropriadas de sua maneira, latino-americana.

Da mesma feita, José Martí reivindica a todo momento este governar, auto-governar-se, ser latino-americano, algo que está nessa aventura do descobrimento que atravessa, recria, transforma e reverte ao descobrimento ancestral ultramarino... ancestral autóctone.... passa por eles, não os nega, nem os repele, mas os supera e é outra coisa... o “tronco”, como chama, é o que vem disso, que não é nem uma coisa nem outra, não é simplesmente uma herança ou uma mescla de ambos, é um novo, é uma bricolagem com conteúdos desses, integrados com outros elementos, que só se descobre não fora, mas na América Latina, mas algo completamente novo, sem negar ainda o contato com o mundo externo, o fora, mas a partir daqui absorvendo e conhecendo a tudo daqui e que se criou aqui, entendendo e captando este ser e esta região, de forma ímpar, apesar de fruto do plural, singular... e reivindica-se uma espécie de autopoiese nesse sentido, pois apesar da quantidade de elementos e heranças vindas de fora, aqui que vivemos isso, e isso nos faz singular e nos irmana enquanto um povo só, ainda que plural. Por isso é aqui, para José Martí, que se aprende a ser latino-americano, por isso que “não há pátria onde possa ter o homem mais orgulho que nas nossas dolorosas repúblicas americanas”.

Se Darcy Ribeiro esboroa as diferenças e dá valor às pluralidades, em nada vendo nestas empecilhos às similitudes, muito maiores e mais significativas para aproximação do povo latino-americano, em José Martí torna-se ainda mais difícil caçar visões de disparidades, pois até de raças ele as nega, e assim justifica, em analogia com aquilo que remonta à Fernando pessoa (“não há nada mais universal que a minha aldeia”, parafraseando):

Não há ódio de raças, porque não há raças. Os pensadores pequenos, os pensadores de lâmpadas, introduzem e requentam as raças de livraria, que o viajante justo e o observador cordial procuram em vão na justiça da natureza, onde se destaca, no amor vitorioso e no apetite turbulento, a identidade universal do homem. A alma emana, igual e eterna, dos corpos diversos na forma e na cor. Peca contra a Humanidade aquele que fomenta e propaga a oposição e o ódio das raças. (MARTÍ, 2011, p. 33, grifos nossos).

Essa visão filosófica, quase religiosa, de José Martí, confirmou-se em sua terra natal na verdadeira democracia racial que se tornou Cuba de Antonio Maceo, pós revolução de 1959, onde Martí até hoje é honrado enquanto prócere daquela pátria (que é nossa, parte de “Nossa América”); até então a discriminação e exploração da população pobre massivamente negra era atroz.

Entretanto, logo em seguida, Martí faz digressões para diferenciar sim, não raças, mas povos, ele vislumbra a ameaça representada pela outra América, a anglo-saxã não caribenha, aí sim ele faz distinção, porque não dizer, com intuito protetivo, já testemunha das sanhas predatórias dos vizinhos continentais “loiros”, como chama abaixo.

Portanto, pode-se dizer que ele estabelece diferença entre povos, mas não entre os latino-americanos, nós somos irmanados num só, mesmo em termos raciais, para Martí, mas somos diferentes dos nossos “companheiros” de América, da “outra” América, não à toa, refere-se à América Latina como “Nossa América”:

Mas, **na mistura dos povos, na proximidade de outros povos diversos, condensam-se caracteres peculiares e ativos de ideias e de hábitos, de expansão e de aquisição, de vaidade e de avareza**, que do estado latente de preocupações nacionais poderiam, em um período de desordem interna ou de precipitação do caráter acumulado do país, traduzir-se em ameaça grave para as terras vizinhas, isoladas e débeis, que **o país forte declara perecíveis e inferiores. Pensar é servir**. Nem há de se supor, por antipatia de aldeia, uma maldade ingênita e fatal ao povo loiro do continente, porque não fala a nossa língua, nem vê a casa como nós a vemos, nem é parecido conosco nas suas imperfeições políticas, que são diferentes das nossas; **nem dá muito valor aos homens irascíveis e morenos**, nem olha caritativo, desde sua eminência ainda não muito segura, aos que com menos favor da História, sobem a passos heróicos a via das repúblicas: nem hão de se esconder **os dados patentes do problema que pode se resolver, para a paz dos séculos, com o estudo oportuno e a união tácita e urgente da alma continental**. Porque já soa o hino unânime; a geração real leva consigo, através do caminho abonado pelos padres sublimes, **a América trabalhadora; do Bravo ao Magalhães, sentado no lombo do condor, regou o Grande Semí, pelas nações românticas do continente e pelas ilhas dolorosas do mar, a semente da América nova!** (MARTÍ, 2011, p. 33-35, grifos nossos).

E é interessante como essa distinção estipulada por Martí para marcar o que ele denomina como “Nossa América” é fundamental e se estabelece a partir da apercepção desse texto, não por ele ter a pretensão de se edificar enquanto uma ode ou mito fundador, o que soaria sem dúvidas farsesco e anacrônico, sob este formato e função históricos, mas, ainda que recorrendo à poesia e ao enaltecimento é argumentativo e racionalmente explicativo e, assim, genuíno.

O texto “Nossa América” de Martí marca sim, no final das contas, as diferenças, mas as nossas diferenças em contraposição a um outro, ou seja, a dimensão da alteridade que nos faz latino-americanos.

Quando apregoa marcos divisórios entre nosso povo e o anglo-saxão do norte, não é uma discriminação por “narcisismo das pequenas diferenças”, alguma forma de sectarismo ou fascismo; muito ao contrário, é sim uma defesa preventiva contra isso; é uma auto-afirmação protetiva frente à ameaça da Nossa América e os americanos daqui serem desprovidos até de

serem América e americanos no nome como hoje se quer fazer crer e denominar.

É, em verdade, uma proteção contra a possibilidade de aqui vir a se tornar um campo de concentração, como Israel, protetorado estadunidense em terras árabes, fez com todo um povo, na Palestina... ou de ocorrerem a morte de dezenas, centenas, milhares de populares pobres, falsos positivos, estatísticas, líderes e ativistas sociais na América Central, Colômbia... Brasil, etc. por paramilitares que, em última análise, respondem a qual país?

É evitar que sejam tratados como são tratados e aprisionados os “ilegais” nos E.U.A. e que se cogite a construção de um muro na fronteira com o México, muro que, ainda que não material, já existe, na prática.

É defesa para que a América Latina não vire um “pátio trasero”/quintal daquele povo, ou defesa para que aquele país não construa aqui governos fantoche para saquear nossas riquezas e/ou narco-estados sob sua batuta para dominar o tráfico mundial de drogas enquanto finge combatê-las no estado matriz.

É evitar que aquele povo venha fazer turismo sexual – inclusive infantil – com nosso povo latino-americano...

É uma forma de se reafirmar, como outrora os aborígenes daqui o fizeram e, hoje, como diz Martí, com muita propriedade e pleno direito, os aborígenes também somos nós, fizemo-nos nós (“a alma emana, igual e eterna, dos corpos diversos”): “La tierra no se vende.”; “Nós estamos aqui, nós sempre estivemos aqui, nós sempre estaremos aqui”. Em toda nossa pluralidade de vozes, corpos, jeitos, sotaques e costumes, em toda nossa singularidade de um só povo. A despeito do opressor.

José Martí queria, com essa distinção, entre outras coisas, apenas evitar que países outros implantassem em “Nossa América”, durante anos, ditaduras sanguinárias, que suprimissem nossas liberdades até de pensar, queria prevenir a poluição tanto do termo escola, como do próprio termo tão caro, “América”, ao se imiscuir com a prática abominável da tortura, Martí simplesmente não desejava que um animal sagrado e magnífico de “Nossa América”, como o condor, tivesse seu nome ligado a uma operação estadunidense preconizada por atividades vis de covardes grupos de extermínio.

Claro, se vê, não conseguimos boa parte, mas seguimos lutando, existindo, resistindo, de certa forma, e isso é algo bem de “Nossa América”, de nosso povo latino-americano, estamos de pé, e Martí estava certo e protegeu e protege, apesar de tudo e por causa de tudo. Assim que se constrói esse povo e essa identidade latino-americana plural e singular.

Portanto, enquanto em Darcy Ribeiro há a conclusão de que as semelhanças superam

em grau e relevância às diferenças, em José Martí há uma convocatória taxativa à união enquanto necessidade e prerrogativa para todos.

Então poder-se-ia vislumbrar que, de certa forma, a ordem se inverte: para se salvaguardarem as diferenças, portanto as pluralidades, as diversidades, haveria esta convocatória/exigência existencial (em Martí ela é explícita, mas podemos pensar que psicanaliticamente ela possa ser da ordem das alianças inconscientes) para a união entre os povos da América Latina, uma união para sua sobrevivência, portanto para sua subsistência, logo, para ser, ser então, e é esta a única possibilidade que é dada pelas contingências de se poder continuar existindo, não vários povos... mas um só povo... plural... singular...singular...plural... O povo latino-americano.

Crê o aldeão vaidoso que o mundo inteiro é a sua aldeia, e, desde que ele fique como prefeito ou lhe mortifiquem o rival que lhe tirou a noiva, ou lhe aumentem as economias no cofrinho, já acha que a ordem universal é boa, sem se importar com os gigantes que levam sete léguas nas botas e que lhe podem pôr a bota em cima, nem com a luta dos cometas no céu, que vão dormindo pelo ar, engolindo mundos. **O que resta de aldeia na América tem que acordar.** Estes tempos não são para deitar com o lenço na cabeça, mas com as armas como travesseiro, como os varões de Juan de Castellanos: as armas do juízo, que vencem às outras. Trincheiras de ideias valem mais do que trincheiras de pedra. (MARTÍ, 2011, p. 11-12, grifos nossos).

E continua em outro trecho, logo subsequente:

Os povos que não se conhecem têm que se apressarem para se conhecerem, como os que vão lutar juntos. Os que se mostram os punhos, como irmãos ciumentos que querem os dois a mesma terra, ou o da casa pequena, que tem inveja do que tem a casa melhor, devem encaixar as duas mãos, como se fossem uma. Os que, ao amparo de uma tradição criminal, cercearam, com o sabre molhado no sangue de suas próprias veias, a terra do irmão vencido, do irmão castigado além das suas culpas, se não querem que os chame o povo de ladrão, devolvam as suas terras ao irmão. As dívidas da honra, não as cobra o honrado em dinheiro pela bofetada. Já não podemos ser o povo de folhas, que vive no ar, com a copa carregada de flor, estalando ou zumbindo, segundo a acaricie o capricho da luz, ou a surrem e cortem as tempestades; as árvores deverão se colocar em fileira, para que não passe o gigante de sete léguas! **É a hora da apuração e da marcha unida, e temos que andar em quadrado apertado, como a prata nas raízes dos Andes.** (MARTÍ, 2011, p. 11-12, grifos nossos).

Então poder-se-ia vislumbrar que, de certa forma, a ordem se inverte: para se salvaguardarem as diferenças, portanto as pluralidades, as diversidades, haveria esta convocatória/exigência existencial (em Martí ela é explícita, mas podemos pensar que psicanaliticamente ela possa ser da ordem das alianças inconscientes) para a união entre os povos da América Latina, uma união para sua sobrevivência, portanto para sua subsistência, logo, para ser, ser então, e é esta a única possibilidade que é dada pelas contingências de se

poder continuar existindo, não vários povos... mas um só povo... plural... singular...singular...plural... O povo latino-americano.

Em seguida, José Martí defende a ideia de uma pátria entre várias repúblicas, ilustrando nossas pluralidades ao usar termos como “fatores descompostos” (MARTÍ, 2011, p. 16) para descrever o que nos compõe – por paradoxal que soe, e essa a ideia, somos compostos por fatores descompostos:

Em qual pátria pode ter um homem mais orgulho que nas nossas repúblicas dolorosas de América, levantadas entre as massas mudas de índios, ao ruído da luta do livro com o círio, sobre os braços sangrentos de uma centena de apóstolos? De fatores tão descompostos, jamais, em menos tempos histórico, se tem criado nações tão adiantadas e compactas. (MARTÍ, 2011, p. 11-12, grifos nossos).

Subsequentemente, o poeta de “Nossa América” irrompe com o outro tema que pretendemos analisar, em conjugação à pluralidade, a singularidade da América Latina, em suas palavras:

Crê o soberbo que a terra foi feita para servir-lhe de pedestal porque tem a pena fácil ou a palavra colorida, e acusa de incapaz e irremediável a sua república nativa, porque suas selvas novas não lhe dão modo contínuo de ir pelo mundo como *gamonal* famoso, guiando muares da Pérsia e derramando champanhe. A incapacidade não está no país nascente, que pede formas que lhe ajustem e grandeza útil, mas nos que querem guiar **povos originais, de composição singular e violenta**, com leis herdadas de quatro séculos de prática livre nos Estados Unidos, de dezenove séculos de monarquia na França. Não se detém a investida do potro do lhaneiro com um decreto de Hamilton. Com uma frase de Sieyès, não se desgela o sangue coalhado da raça índia. (MARTÍ, 2011, p. 16, grifos nossos).

Mais de cem anos pós-Martí e sua obra seminal – imortal, presente e prevalente, a despeito de mais mil anos – não podemos dizer que nos livramos de maneira alguma da sanha do nosso vizinho do norte... mas também não podemos dizer que não nos livramos... e continuamos, com nossas contradições... pluralidades singulares, teimando em ser, sempre ser apesar de alguma coisa, mas sempre ser, até esta alguma coisa, talvez: “Pelo respeito, assim que a conhecesse, tiraria dela as mãos” (MARTÍ, 2011, p. 32).

8 CONCLUSÃO

“A alma de um povo ou de uma raça é ‘a síntese de toda sua história e a herança de todos seus antepassados’, diz um psicólogo; e daí que se pôde afirmar com razão que os mortos governam os vivos. Cada geração se apoia sobre o tesouro da experiência legado pelas gerações mortas, e vence com ele os obstáculos que encontra em sua marcha progressiva.” (José Gil Fortoul)

América Latina enquanto enigma e promessa:

Vimos nos recentes capítulos que a questão da identidade latino-americana, plural e singular, compreende algo rico e frutífero, mas também em construção, em sonho e devaneio, inacabado e irresoluto; com muito ainda a ser descoberto, criado, forjado e maleado.

Porém, vimos também, tampouco se trata de algo ilegítimo e artificial – tudo em cultural é artificial, claro, mas queremos dizer que não é algo intrusivamente implantado de fora, episódico, manipulado ou farsesco –, ainda que haja este quê ainda de objeto amorfo, indeterminado... em outra farta porção já é algo eivado de afeto, representatividade e expressão na própria cultura deste semi-continente. Um sentimento de irmandade, solidariedade, curiosidade e espelhamento com os vizinhos latino-americanos, estranhos tão familiares como são.

Algumas rivalidades – estas sim muitas vezes superdimensionadas, plantadas ou manipuladas externamente, na guerra híbrida imperialista, ou por oligarquias remontando a Francisco de Paula Santander e reverberadas *ad nauseam* por mídias poderosas –, que por vezes se escoram de fato em algum acontecimento, ou disputa econômica e até esportiva, também ocupam seu lugar, mas nada, conforme mencionou Darcy Ribeiro, que aponte uma disparidade genuína para além de conciliações históricas e culturais mais sobremaneira. (RIBEIRO, 2010, p. 25).

O que há, e é algo grato, é uma diversidade e multitude de contornos, regionalismos característicos, mas não algo que fure o compartilhamento de atributos, sentimentos e heranças geracionais histórico-culturais de modo radicalmente contrário às similitudes que nos aproximam. A diversidade étnica muitas vezes se expressa enquanto pluralidade singular do convívio, neste colorido a que também evoca Darcy Ribeiro, na miscigenação e no sincretismo.

Isto de modo algum é uma maquiagem às mazelas sociais, que muitas vezes se expressa também com sua marca racial distintiva e preconceituosa. Longe de ser um paraíso terrenal, a vida na maioria destes países é dura e de exploração pesadíssima, levando à miséria, desigualdades sociais e violência urbana e campesina.

Muitas vezes o banditismo enquanto sintoma de uma sociedade desigual às margens do capitalismo – ou seja, superexplorada, *capitalismo selvagem* – é uma das formas de subsistência de parcela das classes menos abastadas que, “coincidentalmente” refletem ainda em grande parte a história de escravidão e servilismo negro e indígena em seu fenótipo típico e/ou comumente mestiço, o que implica em estigma social destas populações “menos brancas”, associadas à pobreza e à criminalidade, ou seja, discriminadas.

Conforme também disse Darcy Ribeiro, o racismo aqui não é igual aos dos vizinhos do norte anglo-saxões, de total expurgo e rechaço à miscigenação, pelo contrário, aqui na América Latina esta é implicitamente incentivada como forma de “branqueamento” da população. Ainda que assim o seja, tenha toda esta carga preconceituosa subjacente, o interessante é que aqui há troca e compartilhamento, cultural e genético. ((RIBEIRO, 2010, p. 31-32).

Ainda assim, bom assinalar para os mais abastados que tendem a se identificar com os agressores externos em completa sabujice, como aquela senhora que dissera que Nova Iorque estaria horrível porque os “latinos” teriam “acabado” com lá, que a “branquitude” das peles desta elite latino-americana nunca será suficientemente branca para serem considerados enquanto iguais aos preconceituosos ianques *wasps* que aquela tanto ama adular; como Trump tratava Bolsonaro, podem até ser “aceitos” e “queridos” por estes amos, mas enquanto o *pet* da família, no máximo, na mesma ou pior posição de servil inferioridade.

Partindo-se para esta questão das elites e seu *viralatismo voluntário*, podemos dialogar com a obra de José Martí também, quando coloca o problema de que insistimos em nos pautar, principalmente enquanto elite, por valores outros que não nossos próprios; de acordo com o autor em questão, não se deve ignorar todo o rico patrimônio cultural vindo e trazido de fora, mas o tronco condutor deve ser nosso, deve ser apropriado para nossas características e em sintonia com nossas diversidades, bem como não podemos desprezar os nossos saberes e perspectivas, nossas origens e propriedades: “(...) o tronco tem que ser o das nossas repúblicas.” (MARTÍ, 2011, p. 21).

Há que ser feita toda uma antropofagia destas heranças, ou seja, introjeção, com metabolização e o advento do novo, nosso *self*, nosso corpo, forte e bem nutrido. Conforme retomando Jean Baudrillard (BAUDRILLARD, 2006) e João Rocha e Jorge Ruffinelli (RUFFINELLI; ROCHA, 2011). A antropofagia simbólica, cultural é um traço de nossa cultura, mas que o seja assim, não com a aculturação tácita.

E quando falamos em antropofagia e relações simbólico-culturais devemos lembrar dos elementos outros, não de herança europeia, mas sim mormente indo-americanos e africanos,

que tanto contribuíram para dar o tempero, a vitalidade e a graça ao nosso ser, com sua rica cultura, tradição e magia.

O ser latino-americano é extremamente místico, tanto por herança da doutrinação fervorosa jesuítica de raiz hispânica como em sincretismo com os ritos e “santos” indígenas ou do panteão africano.

Claro, estamos falando em linhas gerais, pois aqui convive de tudo, mas como tudo acaba se intercomunicando no plural singular que somos, embora não sejam características de todo latino-americano, estas características circulam e são conhecidas comunitariamente e por mais que não se comungue particularmente da crença, estamos todos atravessados em termos de comemorações, datas festivas, cerimônias, ritos e/ou superstições múltiplas, pelo menos faz parte dos cenários público e íntimo sociais.

De alguma forma isto remete à antropofagia dos valores cristãos eurocêntricos do dominador metabolizados e transformados com todos estes outros ingredientes e clima locais de heranças múltiplas cujo encontro se dá aqui, mais um traço do plural singular.

E plural e singular justamente por isto também, talvez a hospitalidade indígena, talvez o calor e energia africanos, talvez a paixão e o expansionismo latinos... mesclados depois com as mais diversas raças e culturas outras... mas estas características e traços nos faz muito abertos ao novo e ao diferente, com sede, com esta fome canibal por de fato sorver de tudo que é diverso e ver o novo ser absorvido em nós.

Recebemos ao estrangeiro, *via de regra*, com os braços abertos, com carinho e receptividade genuínos. De novo, sem idealizar, não quer dizer que sentimentos xenófobos importados não encontrem alguns nichos para germinarem aqui. Mas, *via de regra*, tendemos a ser cordiais, porém, quebrando o paradigma de Gilberto Freire, isto não quer dizer que aturemos quaisquer coisas pacificamente, pelo contrário, se há um denominador comum é a paixão intensa de afetos que condensa o espírito índio, africano e latino, nenhum destes primam pelo asceticismo passivo.

Há também a caricatura de ver o latino-americano, por este traço supracitado, como algo indolente e lascivo, desprovido de razão. Usado enquanto estigma para nos hiper sexualizar e transformar em objetos muitas vezes associados à prostituição e nos desvalorizarem cultural e economicamente. Devemos usar este estereotipo apenas como forma de ilustrar o quão somos enigmáticos ao outro que não consegue compreender a nossa alteridade, não enquanto algo desabonador, embora tenha este lado, por parte do sistema mundo opressor... mas, se alguns preconceituosos não entendem e carecem desta força anímica que vulgarizam em nós, azar o

deles, paciência; pois dispomos desta energia e, portanto e também, plenas potencialidades para sublimá-la, com os recursos riquíssimos simbólicos que criamos e podemos vir a criar.

Basta ver o que fizemos do futebol, um esporte algo maquínico quando criado pelos ingleses, com táticas e estratégias quase militares então... transformamos em arte e em beleza... e com efetividade e competitividade... assim foi com o jazz que se fez bossa-nova, assim com a culinária e, se nos for dada a oportunidade, assim pode ser feito com quaisquer objetos da cultura e tecnologia, é assim a antropofagia, bem como produzimos outros frutos genuínos nossos

Como disse Simón Rodríguez, “Ou criamos, ou erramos”. Portanto, há que exercer esta verve criativa que temos em nós, para transformar o alheio e criar o novo, não apenas macaqueando o que vem de fora, como, infelizmente, também se tornou um costume principal das classes mais abastadas, porém, já que a ideologia das classes dominantes muitas vezes se faz imperar, isto é algo que perpassa a sociedade latino-americana.

Uma das perguntas centrais e iniciais da dissertação; existe identidade latino-americana?

Perdura-se o que Bolívar escreveu em Carta da Jamaica ao se indagar que espécie de ser humano, a que classe ou raça pertenceria o latino-americano, sendo uma mescla, um intermediário e a condensação de várias outras, sem nelas se reduzir, pelo contrário, como diz a teoria da *Gestalt*, o todo não é redutível à parte.

Continuamos esta busca enquanto povo, por nossa identidade, mas isto não faz o caminho percorrido até aqui – por exemplo, toda a vida e luta de Bolívar e muitos outros – ter sido apenas um esboço, já é determinante em diversos aspectos e nos funda e rege de múltiplas formas; o que se pode dizer é que a identidade latino-americana, assim como sua pátria, ainda está por se gestar, mas já existe e é, não apenas enquanto sonho, mas como modo de ser e nortear, modo de sentir e pensar.

Portanto a resposta é afirmativa, existe identidade latino-americana, e bem forte, embora ela nos seja negada por jogos outros de poder e dominação. Mas ela continua por se afirmar, ainda que intuitivamente, pelas massas, em sua identificação na luta e na cultura. E talvez seja este o caminho árduo a se trilhar, invocar à frase de José Martí que exorta que Bolívar ainda tem muito o que fazer na América [Latina, claro, este o sentido da frase], trazer a liberdade esta grande massa de miseráveis oprimidos e explorados no quadro geopolítico mundial, daí a irrupção da Pátria Grande e a realização plena da identidade latino-americana e do latino-americano enquanto homem novo e exemplo para a transformação e salvação da humanidade toda.

Conforme dissera Maduro em um discurso de 2018, que tento reproduzir, parafraseando de memória, é aqui que se travará a grande batalha mundial que se decidirá o grande decisivo enfrentamento entre a barbárie e a civilização, “estamos no olho do furacão”, e nosso estudo e considerações apontam que isto não se dá por acaso, envolve todas as peculiaridades da história e configuração da cultura latino-americana.

E nisto que já se prenuncia enquanto uma luta global entre o servilismo escravocrata e da miséria, nisto que se reivindica de um mundo “multipolar”, mas que se trata na verdade, finalmente, na destruição do capitalismo e advento de uma nova sociedade, pronunciou-se também o líder russo Vladimir Putin, em deferência ao papel da América Latina no jogo de xadrez que envolverá e já envolve toda a humanidade:

Os latino-americanos sempre aspiraram liberdade, independência, e a história de seu continente é cheia de exemplos disso. Assim foi na época de luta contra o colonialismo, nos tempos do glorioso Simón Bolívar, mas, digamos, para todo o mundo, para toda a humanidade. Assim foi na segunda metade do século passado, tais lutadores devotos à justiça e equidade social como Salvador Allende, Ernesto Che Guevara, Fidel Castro [aplausos]... E devo dizer que são aplausos merecidos, aplausos que sinalizam o papel das pessoas que eu mencionei... houve várias, [Fidel Castro] que cuidava das pessoas todo segundo e não só dos cubanos – ele cuidava de toda América Latina, cuidava de todas as pessoas no planeta Terra e, de fato, toda sua consciência foi cheia de cuidados de alcançar prosperidade e justiça para todos. Foi uma pessoa única. (PUTIN, 2023).

Precisamos acabar com a guerra às drogas, que é parte da guerra híbrida estadunidense para promover a opressão, chacina e o encarceramento em massa de nossos jovens e pobres como “controle social”/eugenismo.

Temos que combater a guerra híbrida da ideologia *woke* importada do direitista e golpista partido democrata estadunidense e seus *think tanks* e ONGs, que vem para alienar e minar as pautas sociais. Temos que evitar a morte dos líderes sociais. Expulsar as várias bases estadunidenses, inclusive a de Alcântara. Os golpes na América Latina não irão cessar enquanto não houver uma mudança sistêmica (revolução), vemos o governo atual do Brasil, por exemplo, completamente engessado, refém e capitulando... etc. Enfim, muita coisa Bolívar tem ainda que fazer na América.

O plural singular e a psicanálise:

Como dissemos, a pluralidade cultural e étnica, não em guetos como no vizinho do norte, mas se intercomunicando e se relacionando permitem uma maleabilidade, uma extensão e um fluxo de trocas simbólicas no espaço intermediário psíquico grupal ímpares, singulares,

que possibilitam aquilo a que se refere Ignácio Cabrujas, somos os únicos cidadãos universais do mundo e esta potencialidade única, este direito, como dizia o dramaturgo, tem que ser melhor desfrutada e investida, já o é, mas as possibilidades que se abrem são tão grandes, que seria muito rico fazer um maior e melhor uso deste caráter diferenciador e aglutinador de benesses multilaterais e infinitamente universais.

Este trabalho, retomamos, passa também pela ação da psicologia coordenada com outros campos de conhecimento e profissionais, sem tutelar o povo, mas facilitá-lo e incentivá-lo neste sentido, colocar à baila os fatores virtuosos que se manifestam prolificamente neste Inter jogo único que pode e deve ser incrementado.

Tudo isto passa por nossa auto-reflexão, pela construção de saber nosso, nuestro americano, uma visão que se paute e se enriqueça com a nosso desenvolvimento de consciência, estudos e pesquisas neste sentido.

Assim acreditamos ser um passo neste espectro o que desenvolvemos aqui. Mais ainda pode e deve ser esmiuçado, mas que seja este, com nossa humildade, conjuntamente a muitos outros, um primeiro passo neste sentido, que apesar de já muitos contribuidores nesta perspectiva, ainda é pouco e deve ser amplificado sobremaneira, ainda mais no nosso campo.

À guisa de esperança, à guisa de ação:

O fato de a identidade latino-americana, na medida em que chegamos a esta conclusão durante a realização deste trabalho, ser uma identidade um tanto quanto fluída, em devir, em grande medida, remete àquelas promessas, muitas vezes um tanto vazias, conforme a checamos com a realidade, de que o futuro será melhor, que nos salvaremos, uma utopia faz respirarmos um quê de frustração, ceticismo, resignação e passividade; ou por pessimismo ou no eterno aguardo por este futuro que nunca vem.

Há a história anedótica de que Friedrich Nietzsche dissera que quando se abriu a caixa de Pandora escaparam todos os males do mundo, mas que sobrou um: a esperança. Portanto, alega o filósofo, não podemos nos fiar à esperança, esta é um mal, não um bem.

O filósofo quer com isto, com esta alegoria mítica, evocar que não se pode aguardar que tudo se resolva “naturalmente”, com a inação e apenas com a esperança supersticiosa, conforme muito bem disse Hugo Chávez, antes de tudo nós precisamos acreditar na causa, na unificação da América Latina, antes de convencermos aos outros, nós temos que nos convencer... e então agir.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo Companhia das Letras, 2000.
- ANDERSON, J. L. **Che Guevara**: uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- BARRETO, L. Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá. *In: Contos & Novelas*. Rio de Janeiro: Belo Horizonte: Livraria Garnier: 1990. p. 9-134.
- BAUDRILLARD, J. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Loyola, 1996.
- BAUDRILLARD, J. Carnaval/Canibal. *In: SCHULER, F; SILVA, J. M. (org.). Metamorfoses da cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 125-143.
- BAUDRILLARD, J. **Da sedução**. 5. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2004.
- BOLÍVAR, S. **Carta de Jamaica**. Caracas: El perro y la rana, 2017.
- BOLÍVAR, S. **Páginas escolhidas**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. (Biblioteca bolivariana).
- CABRUJAS, J. I. [Narração]. *In: BIG.GER.A. Nosotros los latino-americanos somos los ciudadanos más privilegiados del mundo*". **Youtube**, 27 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HuevR34RdnI>. Acesso em: 11 out. 2023.
- CAMÕES, L. V. **Os Lusíadas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Participações, 2018.
- CASTRO. E. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COSTA, M. C. A formação da alma e das identidades do Homem amazônico. *In: Simpósio Nacional de História*, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011.
- CRARY, J. **24/7**: capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- DELTAN Dallagnol comenta a importância da operação Lava Jato. 2016. 1 vídeo (26min.). Publicado pelo canal globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5207828/>. Acesso em: 08 out. 2023.
- DESDE que o samba é samba. Intérprete e Compositor: Caetano Veloso. *In: Tropicália 2*. Intérpretes: Caetano Veloso e Gilberto Gil. São Paulo: Polygram do Brasil, 1993. 1 CD, faixa 12.
- FERNANDES, M. I. A. Negativo. *In: LEVISKY, R. B.; DIAS, M. L.; LEVISKY, D. L. (org.). Dicionário de psicanálise de casal e família*. São Paulo: Blucher, 2021.
- FERNANDES, M. I. A. Trabalhar no limite... [Prefácio]. *In: KAËS, R. Os espaços psíquicos comuns e partilhados*: Transmissão e negatividade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: castas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREUD, S. Introdução ao narcisismo. *In*: FREUD, S. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. v. 12. p. 13-49.

FREUD, S. Mal-estar na civilização. *In*: FREUD, S. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. v. 18. p. 13-122.

FREUD, S. Moisés e o monoteísmo. *In*: FREUD, S. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. v. 19. p. 13-141.

FREUD, S. Psicología das massas e análise do eu (1921). *In*: FREUD, S. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15. p. 9-100.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2010.

GUILLAUMIN, J. (dir). **Pouvoirs du négatif**: dans la psychanalyse et la culture organisadore. Seyssel: Editions Champ Vallon, 1988.

GUTERSON. Propagandas antigas: Casal Unibanco. **Youtube**, 24 out. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SmHYvxQSLc4>. Acesso em: 11 out. 2023.

HAIDER, A. **Armadilha da Identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

IANNI, O. Simón Bolívar. *In*: PIVIDAL, F. **Bolívar**: pensamento precursor do antiimperialismo. São Paulo: Hucitec, 1983.

KAËS, R. A negatividade: problemática geral. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 21-36, 2003a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42389/46060>. Acesso em: 11 out. 2023.

KAËS, R. **As alianças inconscientes**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

KAËS, R. Destins du négaatif: ou l'énigme des mots. *In*: GUILLAUMIN, J. (dir). **Pouvoirs du négatif**: dans la psychanalyse et la culture ´organisadore. Seyssel: Editions Champ Vallon, 1988.

KAËS, R. Introduction à l'analyse transitionnelle. *In*: KAES, R.; DIDIER, A. (dir.) **Crise, rupture et dépassement**. Paris: Dunod, 1979.

KAËS, R. **L'estensione dela psicoanalisi**: per uma metapsicologia di terzo tipo. Milano, It: Franco Angeli, 2016a.

KAËS, R. **L'idéologie l'ideal, l'idée, l'idole**. Paris: Dunod, 2016b.

KAËS, R. **Le Malêtre**. Paris: Dunod, 2012.

KAËS, R. O intermediário na abordagem psicanalítica da Cultura. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 15-33, 2003b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42238/45911>. Acesso em: 08 out. 2023.

KAËS, R. **Os espaços psíquicos comuns e partilhados**: Transmissão e negatividade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

KOHAN, N. **Simón Bolívar y nuestra independencia**: una lectura latino-americana. Barcelona: Yulca Editorial, 2013.

LAPLANCHE J. **Teoria da sedução generalizada e outros ensaios**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução**: a doutrina do marxismo e as tarefas do proletariado na revolução. [S.l.]: [S.n.], 1917.

MARTI, J. **Nossa América**. Brasília: Editora UnB, 2011.

MARTÍN-BARÓ, I. **Acción e Ideología**: Psicología Social desde Centroamérica. 4. ed. San Salvador: Talleres Gráficos UCA, 1990.

MARX, F.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: MARTÍN-BARÓ, I. **Acción e Ideología**: Psicología Social desde Centroamérica. 4. ed. San Salvador: Talleres Gráficos UCA, 1990.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1977.

MORAIS, V. de. Rosa de Hiroshima. In: MORAIS, V. de. **Antologia poética**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1960. p. 239.

MOURÃO, H. [Discurso em jantar]. In: RIOWEST fm. Mourão: Brasil herdou indolência do índio e malandragem do negro. **Youtube**, 8 ago. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9nkPFUQ14W4>. Acesso em: 11 out. 2023.

MUÑOZ VICUÑA, E. Nota da edição impressa pela Universidade de Guaiaquil, 1981. In: PIVIDAL, F. **Bolívar**: pensamento precursor do antiimperialismo. São Paulo: Hucitec, 1983.

PESSOA, F. Mar português. In: PESSOA, F. **Tabacaria e outros poemas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. p. 2. (Clássicos de ouro, 2).

PESSOA, F. **Obra Poética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 2005.

PESSOA, F. **Tabacaria e outros poemas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. (Clássicos de ouro, 2).

PIVIDAL, F. **Bolívar**: pensamento precursor do antiimperialismo. São Paulo: Hucitec, 1983.

PIVIDAL, F. **Bolívar**: pensamiento precursor del antiimperialismo. 2. ed. Caracas: El perro y la rana, 2021.

PUTIN, V. Putin: América Latina conduz política independente e terá papel de liderança na política mundial Putin. **Sputnik Brasil**, set. 2023. Disponível em: <https://sputniknewsbr.com.br/20230929/putin-america-latina-conduz-politica-independente-e-tera-papel-de-lideranca-na-politica-mundial-30574160.html>. Acesso em 15 out. 2023.

PUTIN, V. Putin: América Latina conduz política independente e terá papel de liderança na política mundial Putin. **Sputnik Brasil**, set. 2023. Disponível em:

<https://sputniknewsbr.com.br/20230929/putin-america-latina-conduz-politica-independente-e-tera-papel-de-lideranca-na-politica-mundial-30574160.html>. Acesso em 15 out. 2023.

QUIJADA, M. Sobre el origen y difusión del nombre “América Latina” (o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdade). **Revista de Indias**, Madrid, v. 58, n. 214, p. 595-615, 1998. Disponível em: <https://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/749/819>. Acesso em: 11 out. 2023.

RIBEIRO, D. **A América Latina existe?** Brasília: Editora UnB, 2010.

RIBEIRO, D. **América Latina: a Pátria Grande**. 3.ed. São Paulo: Global, 2016.

ROCHA, J. C.de C. Oswald em cena: o Pau-Brasil, o brasileiro e o antropófago. *In*: RUFFINELLI, J.; ROCHA, J. C. de C. (org.). **Antropofagia hoje?** Oswald de Andrade em cena. São Paulo: É Realizações, 2011.

RUFFINELLI, J.; ROCHA, J. C. de C. (org.). **Antropologia Hoje?** Oswald de Andrade em cena. São Paulo: É Realizações, 2011.

SCHULER, F; SILVA, J. M. (org.). **Metamorfoses da cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

UNAMUNO. M. Americanidad. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2002.

VILLAR, A.; ROSSEL, L.; COSSÍO, J. **Sendero luminoso: história de uma guerra suja**. São Paulo: Veneta, 2016.